UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA

CONFLITO POLÍTICO-CULTURAL NA ANTIGUIDADE TARDIA:

O 'Levante das estátuas' em Antioquia de Orontes (387 d.C.)

FRANCA
2012

ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA

CONFLITO POLÍTICO-CULTURAL NA ANTIGUIDADE TARDIA:

O 'Levante das estátuas' em Antioquia de Orontes (387 d.C.)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura.

Agência Financiadora: CAPES
Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho.

FRANCA

2012

Silva, Érica Cristhyane Morais da
Conflito político-cultural na antiguidade tardia : o 'levante das estátuas' em Antioquia de Orontes (387 d.C.) / Érica Cristhyane Morais da Silva. – Franca : [s.n.], 2012
272 f..

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Margarida Maria de Carvalho

1. Antiguidade tardia – Conflito político-cultural. 2. Roma – História antiga. 3. Libânio de Antioquia. 4. 'Levante das estátuas'. I. Título.

CDD – 937

ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA

CONFLITO POLÍTICO-CULTURAL NA ANTIGUIDADE TARDIA:

O 'Levante das estátuas' em Antioquia de Orontes (387 d.C.)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

_____

Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, UNESP/Franca

1º Examinador:

_____

Prof. Dr. Renan Frighetto, UFPR

2º Examinador:

_____

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, UFES

3º Examinador:

_____

Prof. Dr. Carlos Augusto Ribeiro Machado, UNIFESP/Guarulhos

4º Examinador:

_____

Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva, UNESP/Franca

Franca, _____ de _____ de 2012.

Dedico aos meus sempre amados pais, João Batista e Carminha;
Aos meus irmãos muito queridos, Freugma e Joãozinho;
Aos meus preciosos sobrinhos, Alliston, Matheus, Raphael e Caio Leoni;
À minha prima Camen Juracy que atenciosamente sempre esteve presente
Às pessoas queridas que participaram dessa conquista, Carmenio, Joana e Ewerton;
À Luciene que, em pouco tempo, já se tornou uma pessoa querida;
Aos queridos e inestimáveis amigos, presentes e ausentes;
Por tudo que contribuíram, por tanto que me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa acadêmica requer muita criatividade, imaginação, disciplina, horas de leitura refletida, comprometimento, paixão. É um investimento intelectual e emocional pessoal, mas não é singular, pois necessita, impreterivelmente, de debate, de diálogo e de trocas de opiniões e ideias. Por isso, um estudo, embora considerado particular, subjetivo não se realiza sem a contrapartida de outrem, sem a ação do outro, sem a sua permissão e disposição. Pesquisar é, sobretudo, um exercício coletivo mesmo quando o diálogo se dá entre o "eu", leitor, e o "outro", o autor e a tradição de escritos representados nas palavras registradas nas páginas de um livro. Por isso, agradecer é mais que apresentar as contribuições que tornaram essa Tese o que ela é. Além disso, é reconhecer a importância valiosa daqueles que fizeram essa pesquisa ser possível e realizável, é destacar que esse estudo somente se tornou realidade concreta em forma de um texto, uma Tese, por causa e em razão dessas contribuições.

À minha orientadora, Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho (UNESP/Franca), agradeço o enorme incentivo, a paciência, a amizade, a confiança depositados em mim. A disponibilidade e a sempre satisfação em partilhar suas ideias demonstram a qualidade de seu empenho, a maestria com que desenvolve as atividades de ensino e pesquisa, a excelência de sua orientação e a dedicação para com seus orientandos. Foi e sempre será um privilégio tê-la como orientadora, conselheira, mestre, amiga. Espero que o resultado seja digno da oportunidade que me foi ofertada, do tempo que me foi dispensado, da orientação que me foi particularmente proporcionada.

À *Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"* (UNESP/Franca), agradeço o apoio institucional nas pessoas de Maísa Helena de Araújo e Gigi.

Agradeço à *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES) pelo apoio financeiro, nas categorias de Bolsa de Doutoramento, Demanda Social e PDEE, sem as quais essa pesquisa seria inviável.

Ao meu supervisor, em ocasião do *Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior* (PDEE), na *University of Oxford*, durante o período de Janeiro a Julho, Prof. PhD Bryan Ward-Perkins (Trinity College/University of Oxford), agradeço pelo tempo precioso a mim dedicado, orientação inestimável que tornou possível buscar alternativas interessantes de pesquisa e perspectivas. Sem essa contribuição não conseguiria compreender as infinitas e

férteis possibilidades que nosso tema incorpora. Mais que um aprendizado, me foi oferecido uma experiência de pesquisa e vivência ímpar.

Ao Prof. Dr. Renan Frighetto (UFPR), agradeço as valiosas ideias oferecidas em minha Banca de Qualificação que foram, certamente, muito bem vindas e suscitaram ideias interessantes.

Ao Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel (UNESP/Franca), agradeço a participação em minha Banca de Qualificação e as observações realizadas que foram, certamente, consideradas.

Ao Prof. PhD. Jean-Michel Carrié (EHSS – Paris), ao Prof. Dr. Fábio Faversani (UFOP) e à Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva (UNESP/Franca) pelas sugestões fornecidas em ocasião do III Encontro Regional do GLEIR – UNESP/Franca ocorrido no período de 19 a 21 de setembro de 2011 e a esta última ainda agradeço a disponibilidade para ler e avaliar o presente estudo fornecendo sugestões que sempre foram bem vindas.

Ao Prof. PhD Carlos Augusto Ribeiro Machado (UNIFESP/Guarulhos), agradeço as várias conversas em eventos e encontros acadêmicos e as oportunidades a mim oferecidas que foram sempre muito apreciadas e que me ofereceram um conhecimento singular.

Ao Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva (UFES), agradeço ter me introduzido nos estudos de João Crisóstomo e a sugestão desse tema iniciado em nível de mestrado. Agradeço a sempre disposição em contribuir, o carinho e a atenção dispensados a mim, o sentimento é recíproco.

Ao Prof. Dr. Júlio César Magalhães (UEL), agradeço a sempre disposição em debater temas pertinentes ao tema da presente Tese, o envio de material e o fornecimento de dados importantes. As sugestões e indicações foram sempre muito instigantes.

Ao Prof. PhD Alberto J. Quiroga Puertas (Universidad de Granada), a sempre pronta disponibilidade em contribuir com sugestões, com envio de material, uma contribuição, sem dúvida, reconhecida.

Ao Prof. PhD Pierre-Louis Malosse (Université Paul-Valery), agradeço pela oportunidade a mim oferecida em conhecer o *Centre de Libanios* em Montpellier, suas pesquisas, seus membros e ter acesso a estudos importantes.

À Profa. PhD Christine Delaplace (Université de Toulouse Le Mirail), agradeço a atenção dispensada a mim em Montpellier e o material disponibilizado e enviado a mim.

À Profa. PhD Wendy Mayer (Centre for Early Christian Studies/ Australia Catholic University), agradeço sempre a disposição em oferecer auxílio e material, contribuição, realmente, estimada e extraordinária.

Aos amigos agradeço a assistência técnica e profissional, mas, principalmente, o apoio e os incentivos morais importantes e sempre necessários nesses momentos difíceis de composição de um trabalho desse porte. À Bruna Campos Gonçalves, Natália Frazão, Helena Amália Papa, Fabrício Trevisan, Semíramis Corsi, Dominique Monge R. de Souza, André Luís Tavares e o Daniel de Figueiredo, agradeço as inúmeras ajudas e os momentos divertidos e produtivos pelas longas horas de debates e discussões em grupos. Ao Vinícius Aguiar, agradeço os conselhos, a companhia divertida que amenizava e alegrava as tardes longas de leitura. À Ana Gabrecht, ao Thiago Brandão Zardini, à Giovanna Entringer, Simone Rezende Mendes, à Carolline Soares, à Alessandra André, ao Belchior Monteiro, à Ludmimila Caliman Campos agradeço a amizade excepcional e sempre presente, as conversas e os apoios nos momentos em que mais precisei.

Aos amigos do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR), do Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (GLEIR – Franca), do Grupo de Roma (UFES-ES) e os amigos do Fórum SPQR S/A, agradeço o contato contínuo e a contribuição com informações, dados, referências bibliográficas e documentos.

Ao *North Oxford Overseas Center* (NOOC), agradeço nas pessoas de Tim Rous e Judy Rous, Guy Axelson, Elena Shamgunova pelo ambiente agradável e receptivo.

À Christina Wang, Camilo Vial, Gabriela Jacomella, Adelphine Bonneau, Isabelle Algrain, Marie Genin, Nathalie Le Maire, Samuel Oweis, Sophie Kovarik, Karen Kruska, Machteld Telman, Javier Andrés Pérez, Vincent Andrieux agradeço sempre as companhias agradáveis, as conversas que ofereceram ideias e conhecimentos múltiplos e as várias contribuições muito importantes.

À Júlia Bertino, Joana Climaco e ao Knut Bakke agradeço a nova amizade e as divertidas tardes de vários debates e as conversas em Oxford/UK que sempre me ensinaram e me suscitaram ideias.

Ao Roberto de Lima, agradeço o carinho, a preocupação atenciosa e a sua sempre prontidão em me auxiliar com os problemas de ordem tecnológica, uma surpreendente amizade que se tornou muito importante para mim.

Às minhas primas Michelly Daiana de Farias Silva e Moniky Dasnaya de Farias Silva, agradeço pelo carinho, pelo sempre pronto apoio a tempo e a hora, e por não medir esforços em me ajudar a encontrar livros que pareciam impossíveis de ser adquiridos.

οὐδὲ τῶν φρονίμως πραττομένων εὑρήσομεν ἀλόγως γιγνόμενον, ἀλλὰ καὶ τῶν ἔργων καὶ τῶν διανομάτων ἁπάντων ἡγεμόνα λόγον ὄντα...

"Nós devemos saber que nenhuma das coisas que fizemos com inteligência foi feita sem o auxílio do discurso, em todas as ações, bem como em todos os nossos pensamentos, o discurso é o nosso guia..."

(Isócrates, *Nicocles*, 5-9)

SILVA, Érica Cristhyane Morais da. **Conflito político-cultural na Antiguidade Tardia: O 'Levante das Estátuas' em Antioquia de Orontes (387 d.C.)**. 2012. 272f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2012.

RESUMO

O Levante das Estátuas tem sido visto como um dos maiores casos de sedição do século IV d.C. As documentações textuais do período são abundantes. Nós podemos ter notícias acerca dos acontecimentos deste conflito a partir de diferentes perspectivas e mediante múltiplos testemunhos antigos e também por meio da historiografia. Tradicionalmente, as documentações principais que nos fornecem as primeiras narrativas acerca dessa sedição são *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia*, de João Crisóstomo, e *As Orações sobre o 'Levante das Estátuas'*, de Libânio de Antioquia. Na presente pesquisa, nós iremos estudar o Levante das Estátuas do ponto de vista de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia. Nosso objetivo é relacionar ambas essas perspectivas fazendo comparações e paralelos entre elas. A compreensão moderna acerca da relação entre as perspectivas de João Crisósotomo e Libânio de Antioquia sobre o Levante das Estátuas é, frequentemente, demonstrada em termos de uma oposição política desigual. A perspectiva de João Crisóstomo é, geralmente, imersa em um contexto no qual o cristianismo é dominante e a perspectiva de Libânio e inserida em um ambiente onde o paganismo já não exerce influência e poder. Essa Tese de Doutorado discorrerá sobre os escritos, ações e relações de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia de modo que possamos argumentar que ambos eram influentes em espaços e círculos sociais específicos e o tema do Levante das Estátuas é um claro exemplo da autoridade comparável entre ambos os autores antigos. Nosso objetivo também é compreender as perspectivas de João Crisóstomo e Libânio em seu contexto original, ou seja, dentro do contexto do Império Romano, especialmente a partir do cenário da cidade de Antioquia de Orontes, no particular, e dentro do contexto da Antiguidade Tardia, no geral, considerando todas as características particulares desse conflito em especial e sua relação com um grupo de conflitos antioquenos do século IV d.C. Uma breve apresentação de nosso tema e da estrutura da presente Tese comporta, após a Introdução, as particularidades da documentação categorizada como 'homilias' e 'orações' no Capítulo 1. Em seguida, no Capítulo 2, nós iremos tratar sobre a maneira como essa sedição tem sido representada e sua memória estabelecida na historiografia posterior. Considerou-se importante compreender como a cidade de Antioquia de Orontes era organizada e representada administrativamente nas obras de João Crisóstomo e Libânio, bem como conhecer a história da cidade em termos de violência e seus conflitos com o objetivo de contextualizar o Levante das Estátuas, como se observa no Capítulo 3. Duas características particulares e importantes dessa sedição, a saber, a destruição de imagens imperiais com suas consequências e a resposta imperial serão inferidas, de modo que possamos compreender como tais características foram interpretadas e concebidos por João Crisóstomo e Libânio, o que será abordado nos Capítulos 4 e 5. Por fim, nas Considerações Finais, serão examinadas as identidades, paralelos e contrastes entre a vida, a historiografia e as perspectivas sobre o Levante das Estátuas de João Crisóstomo e Libânio.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia. Antioquia de Orontes. 'Levante das Estátuas'. João Crisóstomo. Libânio de Antioquia.

SILVA, Érica Cristhyane Morais da**. Political-Cultural Conflict in Late Antiquity: 'The Riot of the Statues' in Antioch-on-the-Orontes (387 A.D.)**. 2012. 272p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2012.

ABSTRACT

The 'Riot of the Statues' is seen as one of the major seditions in fourth century A.D. Primary sources about the theme are plentiful. We learn about its accounts from different perspectives and from multiple ancient testimonies and historiography. Traditionally, the main primary sources which give us a first narrative on the sedition are *The Homilies on the Statues to the People of Antioch* by John Chrysostom and *The Orations upon The Riots of A.D. 387* by Libanius of Antioch. In the present research, we will study 'The Riot of the Statues' from the point of view of John Chrysostom and Libanius of Antioch. Our aim is to relate both perspectives making comparisons between them. Our modern understanding of the relationship between John Chrysostom and Libanius of Antioch' analyses about 'The Riot of the Statues' is often posed in terms of an imbalanced political opposition. John Chrysostom's point of view on the riot is often immerged in a Christianity prevailing context whereas Libanius' lies in an environment in which Paganism is already lacking power and influence. This dissertation will explore the writings, actions and connections of John Chrysostom and Libanius with the purpose to show that both were influential in particular fronts, and that the subject of 'The Riot of the Statues' is one of the most clear examples of their comparable authority. We also intend to understand John Chrysostom and Libanius' ideas about the riot in its original context, i.e., in the Later Roman Empire period, concerning especially the Antioch-on-the-Orontes city settings, in a particular sense, and in Late Antiquity, in a broader meaning, considering all the particular features of this specific riot and also its relationship to the group of fourth century Antiochenes conflicts. In order to do that, we will, at first, present briefly our subject and how this Thesis is organized (Introduction). Afterwards, we will discuss about these particular primary sources known as 'homilies' and 'orations' (Chapter 1). Next, we will debate about how this riot was constructed and its memory established by the later historiography (Chapter 2). It is also important to understand how the city of Antioch-on-the-Orontes was organized and represented by John Chrysostom and Libanius in terms of its administration as well as to comprehend the city's violence and conflicts history to think about 'The Riot of the Statues' in its context (Chapter 3). Two important and particular features of this riot, i.e., the destruction of the imperial images and its consequences and the imperial response will be scrutinized in order to understand how 'The Riot of the Statues' was interpreted by John Chrysostom and Libanius (Chapters 4 and 5). Some of the similarities, parallels and contrasts between John Chrysostom and Libanius' lives, historiography and thoughts on 'The Riot of the Statues' will be examined (Final Considerations).

Keywords: Late Antiquity. Antioch-on-the-Orontes. The Riot of the Statues. John Chrysostom. Libanius of Antioch.

SILVA, Érica Cristhyane Morais da. **Conflit politique et culturelle dans l'Antiquité Tardive: 'L'émeute des Statues' à Antioche-sur-l'Oronte (387 Aprés J.-C.)**. 2012. 272p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2012.

RÉSUMÉ

«L'émeute des Statues» ont été vus comme l'un des plus grands cas de sédition dans le IVe siècle après J.-C. La documentation principale est abondante. Nous pouvons avoir des nouvelles sur les événements de ce conflit à partir de perspectives différentes et avec plusieurs témoins antique et par l'historiographie. Traditionnellement, la documentation primaire principal nous fournissons les premières histoires à ce sujet sont la sédition *Les Homélies sur les statues au peuple d'Antioche* par Jean Chrysostome et *L'Oration sur «L'émeute des Statues»* par Libanius d'Antioche. Dans cette étude, nous allons étudier «L'émeute des Statues» sur le point de vue de Jean Chrysostome et Libanius d'Antioche. Notre objectif est de relier ces deux points de vue d'établir des comparaisons et des parallèles entre eux. La compréhension moderne de la relation entre les perspectives sur «L'émeute des Statues» de Jean Chrysostome et Libanios d'Antioche est souvent démontrée en termes d'une opposition politique est inégal. La perspective de Jean Chrysostome est habituellement immergé dans un contexte dans lequel le christianisme est dominante et la perspective de Libanios dans un environnement où le paganisme n'a aucune influence et pouvoir. Cette recherche abordera les écrits, les actions et les relations de Jean Chrysostome et de Libanius d'Antioche pour que nous puissions affirmer que les deux ont été influents dans des espaces spécifiques et les milieux sociaux et le thème de «L'émeute des Statues» est un exemple clair de l'autorité de comparable entre les auteurs anciens. Notre objectif est aussi de comprendre les perspectives de Jean Chrysostome et de Libanios dans son contexte original, c'est à dire, dans le contexte de l'Empire romain, en particulier de la scène de la ville d'Antioche de l'Oronte, en particulier, et dans le contexte de l'Antiquité Tardive, en général, compte tenu de toutes les fonctionnalités de ce conflit particulier et de sa relation spéciale avec un groupe de conflits d'Antioche au IVe siècle donc, nous allons faire une brève présentation de notre thème et la structure de cette thèse (Introduction) et discuter des détails des documents classés comme «homelies» et «discours» [*orationes*] (Chapitre 1). Puis nous nous pencherons sur la façon dont cette sédition a été représentées et ont constitué dans son historiographie de la mémoire plus tard (Chapitre 2). Il est également important de comprendre comment la ville d'Antioche et de l'Oronte était organisée administrativement représentés dans les oeuvres de Jean Chrysostome et Libanius et connaître l'histoire de la ville en termes de violence et des conflits de telle sorte que nous pouvons contextualiser les «L'émeute des Statues» (Chapitre 3). Deux caractéristiques importantes et cette sédition, à savoir la destruction de l'imagerie impériale et ses conséquences sont déduites et la réponse impériale de sorte que nous pouvons comprendre comment «L'émeute des Statues» ont été interprétées et conçu par Jean Chrysostome et Libanios (Chapitres 4 et 5). Certains les identités, les parallèles et les contrastes entre la vie, l'histoire et les perspectives sur «L'émeute des Statues» de Jean Chrysostome et de Libanius sont examinés (Considerations Finales).

Móts-clés: L'Antiquité Tardive. Antioche-sur-l'Oronte. 'L'émeute des Statues'. Jean Chrysostome. Libanios d'Antioche.

LISTA DE SIGLAS

GLEIR	**Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano**
HE	**História Eclesiástica**
HN	**História Natural**
Hom.	**Homilia**
NOOC	**North Oxford Overseas Center**
Or.	**Oração**
PLRE	**The Prosopography of Later Roman Empire**
UFES	**Universidade Federal do Espírito Santo**
UNESP/Franca	**Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/ *Campus* de Franca**
USP	**Universidade de São Paulo**
VC	**Vita Constantini**
VS	**Vita Sophistarum**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **15**

CAPÍTULO 1 A DOCUMENTAÇÃO DO LEVANTE DAS ESTÁTUAS (387 D.C): Os Escritos e a Cultura Material implicada no tema **24**

1.1. Os manuscritos, as edições e as publicações disponíveis das obras *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia,* de João Crisóstomo (349-407 d.C.), & *As Orações sobre o 'Levante das Estátuas',* de Libânio de Antioquia (314-394 d.C.) **26**

1.2. As vantagens e limitações das homilias e das orações como documento histórico **33**

1.3. A organização e a audiência das homilias de João Crisóstomo e das orações de Libânio de Antioquia sobre o Levante das Estátuas **37**

1.4. A cultura material implicada no tema do Levante das Estátuas e as evidências presentes na documentação escrita **49**

1.5. As estátuas imperiais de bronze do Império Romano **50**

1.6. As imagens imperiais em painéis de madeira **54**

1.7. O Levante das Estátuas como tema principal das Homilias e das Orações **60**

CAPÍTULO 2 O LEVANTE DAS ESTÁTUAS EM ANTIOQUIA (387 d.C.): História, Memória & Historiografia **64**

2.1. O interesse contemporâneo para o estudo sobre o Levante das Estátuas **69**

2.2. Da historiografia contemporânea à historiografia medieval, sobre o Levante das Estátuas **75**

2.3. Os testemunhos e as narrativas antigas sobre o 'Levante das Estátuas' **82**

CAPÍTULO 3 CIDADE, PODER E CONFLITO NO SÉCULO IV D.C.: A história de Antioquia de Orontes & seus conflitos urbanos **98**

3.1. A administração, a política e os conflitos em Antioquia de Orontes **109**

3.2. O poder e a influência de João Crisóstomo e Libânio em Antioquia **124**

3.3. A violência e os conflitos sociais em Antioquia e o 'Levante das Estátuas' em 387 d.C. em 387 d.C. **134**

CAPÍTULO 4 O MODELO DE IMPERADOR ROMANO EM SITUAÇÕES DE CONFLITO: A representação de Teodósio I em 'As Homilias sobre as Estátuas', de João Crisóstomo & 'As Orações sobre o Levante das Estátuas', de Libânio de Antioquia 138

4.1. O Imperador Romano na Antiguidade Tardia: A imagem imperial de Teodósio e de seu governo na literatura antiga 143

4.2. A imagem do bom governante em situações de conflito: A imagem e as virtudes de Teodósio nas Homilias de João Crisóstomo e nas Orações de Libânio 154

CAPÍTULO 5 A DESTRUIÇÃO DE IMAGENS IMPERIAIS COMO CRIME: O gerenciamento do conflito e as perspectivas de João Crisóstomo e de Libânio 164

5.1. A destruição e zombaria de imagens imperiais no contexto do Império Romano 166

5.2. A natureza do crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις), as acusações e penalidades previstas na legislação criminal romana 179

5.3. Os casos de crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) envolvendo estátuas no contexto da *Res publica* e do *Principado* 186

5.4. Os casos de crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) envolvendo estátuas na Antiguidade Tardia 191

5.5. O gerenciamento do 'Levante das Estátuas' 195

5.6. As penas aplicadas aos amotinados, à cidade e à população antioquena 201

5.7. As perspectivas de Libânio e João Crisóstomo sobre a destruição das imagens e o 'Levante das Estátuas' 212

CONSIDERAÇÕES FINAIS 216

BIBLIOGRAFIA 223

APÊNDICES 249

ANEXOS 256

INTRODUÇÃO

I

O Levante das Estátuas é um exemplo presente e uma imagem marcante dentre os conflitos político-culturais[1] que ocorreram no decorrer do século IV d.C. e no contexto da Antiguidade Tardia. A maior expressão disso é a constante e recorrente menção da historiografia a este conflito que aconteceu na parte oriental do Império Romano, na cidade de Antioquia, no qual imagens imperiais foram alvo de zombaria e destruição[2]. Nós temos notícia dessa sedição mediante dois conjuntos de testemunhos presente nas obras *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia,* de João Crisóstomo e nas *Orações sobre o Levante das Estátuas,* de Libânio de Antioquia. J. H. W. G. Liebeschuetz (2011:210), certamente, confirma que é devido aos vinte e um sermões de João Crisóstomo e às quatro orações de Libânio que o Levante das Estátuas seja talvez o mais bem documentado conflito urbano de toda a antiguidade. Trata-se de um conflito que ocorreu nos meses iniciais do ano de 387 d.C., iniciando-se em finais de fevereiro e estendendo-se até finais de abril[3], na cidade de Antioquia. Este conflito irrompe-se no dia 25 ou 26 de fevereiro (PAVERD, 1991:27),

---

[1] Conceito utilizado por Margarida Maria de Carvalho (2010:23-24, 103; 2002:17-20) para designar uma relação fluída, indissociável dos âmbitos sociais, ou ainda, pressupor que os discursos dos autores do contexto do século IV d.C. *"sejam cristãos ou pagãos, revelam [...] o ambiente político-cultural do século IV d.C. não restringido",* seja no âmbito do religioso, seja ao campo do social. Além disso, é importante salientar que cultura e poder (relativo ao campo da política considerando que toda relação social remete à relações de poder) estão intrinsecamente vinculados. Considerando esses aspectos, o Levante das Estátuas será aqui por nós considerado como um conflito que se define por sua relação indissociável com todos os âmbitos da vida social, permanecendo na intersecção de todas das esferas da vida social, a econômica, a religiosa, a política, a militar e a filosófica.

[2] O Levante das Estátuas tornou-se um tema de pesquisa histórica bastante popular recentemente. Vide os vários estudos publicados desde a década de 1990 listados no APÊNDICE C. Numa primeira possibilidade, poderíamos relacionar o interesse atual pelo levante a partir da declaração dos próprios autores na justificativa de suas escolhas, considerando que a seleção temática também segue uma orientação pessoal e subjetiva, necessariamente, conduzida pelos limites do conhecimento e das preferências individuais.

[3] Franz Van de Paverd (1991:15-159) oferece uma reconstituição interessante dos eventos a partir da análise e estudo das homilias de João Crisóstomo. Como não é nosso objetivo refletir sobre a reconstrução histórica dos eventos no espaço desta tese, optamos por seguir a reconstituição desse autor na medida também em que nos parece bem fundamentado.

inicialmente com protestos e manifestações verbais por parte da população[4] dessa cidade contra a aplicação de um imposto. Tal mobilização popular resultou na destruição e zombaria de estátuas de bronze e painéis de madeira portando efígies imperiais[5]. As imagens imperiais destruídas e zombadas foram de Teodósio e sua família, acontecimento que ocorreu durante seu tempo de governo (STEWART, 1999:160). Em razão desses atos contra as imagens imperiais, a população pode ter sido acusada de crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις)[6] como podemos pressupor mediante as penalidades aplicadas após a supressão do levante, como nos relata João Crisóstomo, na época presbítero em Antioquia, e Libânio, sofista neoplatônico, ou ainda por intermédio das leis de lesa-majestade disponíveis na época e por meio de casos que envolviam estátuas e que foram compreendidos sob o crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις)[7]. Dada a dimensão do levante e suas particularidades – a destruição das imagens imperiais –, rumores davam notícia de que a resposta imperial esperada era a pior possível. Em razão disso, a população aguardava, sob uma atmosfera de tensão e medo, a reação imperial que viria a ser manifestada.

As reações imperiais poderiam ser as mais variadas possíveis dependendo do imperador alvo da ofensa, das circunstâncias e da própria ofensa em si. O padrão de atuação imperial em casos como esses tenderia a variar de acordo com o imperador em governo e sua atuação frente a conflitos, o contexto e as circunstâncias em que esses conflitos se

[4] O termo "população" foi aqui utilizado para oferecer um sentido mais coletivo e de maneira a destacar que o levante implicou a mobilização e a participação posterior de vários segmentos da população Antioquena e, posteriormente, uma penalização coletiva. Contudo, embora utilizemos aqui o termo genérico de "população", gostaríamos de salientar que, em nossa Tese, no Capítulo Quinto, buscamos problematizar a utilização do termo "popular" e dar maiores detalhes, inferindo, se possível, quais segmentos, ou grupos sociais, estariam envolvidos neste conflito.

[5] Na historiografia geral, a descrição mais recorrente dos acontecimentos relacionados ao levante apenas dão informações breves e apresentam o imposto como o motivo imediato para a irrupção do levante. Na historiografia especializada, os estudos se dedicam ora às particularidades da documentação de João Crisóstomo e Libânio, ora aos acontecimentos e conteúdo presentes nas obras. De uma forma ou de outra, algumas questões ainda estão por ser compreendidas como, por exemplo, a definição do imposto, a compreensão acerca da natureza dos crimes e acusações e penalidades envolvidas na ação contra as imagens imperiais, a reação imperial nestas circunstâncias. Ou seja, o tema do Levante das Estátuas e a documentação que lhe é pertinente ainda se constituem como um manancial de informações a ser explorado, ricos em temáticas múltiplas que podem contribuir para uma melhor compreensão do contexto da Antiguidade Tardia.

[6] O debate sobre essa acusação, os termos dos julgamentos e os detalhes e características que nos foram possíveis evidenciar na documentação dos procedimentos de uma acusação dessa natureza, podem ser conferidas no Capítulo Quinto da presente Tese.

[7] A legislação romana disponível em documentação compreende esse crime sob a rubrica de *maiestas*, termo latino. Não obstante, como lidamos com uma documentação que nos é legada em grego, os termos gregos mais comuns disponíveis e equivalentes ao termo latino *maiestas* referente ao crime de lesa-majestade são, conforme Berger (1953:418) e Richard Bauman (1967:1-15): *"θειότης, σεμνότης, ἀξιοπρέπεια, μεγαλοπρέπεια, μεγαλοσύνη* (Dumézil, 9-10, 14) e *μεγαλειότες, δόξα, ἐξουσία* (Gundel, 295)". Para um maior detalhamento dessa questão e sobre os termos presentes na nossa documentação conferir o Capítulo Quinto da presente Tese onde discorremos sobre a visão de João Crisóstomo e Libânio acerca, especificamente, da destruição das imagens imperiais e como, na perspectiva, desses autores, a ação contra as imagens é interpretada considerando a interpretação presente na legislação romana antiga que prevê esses atos como crime.

irrompessem e evoluíssem. Mas, mesmo assim, todas as reações poderiam estar dentro da legalidade e ter legitimidade de reação. Libânio (*Or*. XX, 13), por exemplo, argumenta que a popularidade do exercício do poder imperial depende das cidades, da multidão de seus soldados, da legislação, da sabedoria e da administração escrupulosa da justiça bem como depende da habilidade de se perdoar os delitos das cidades. Segundo o sofista, Teodósio teria conhecimento disso tudo, mas, mesmo assim, argumenta que o imperador tem bases legais para executar aqueles que cometeram os delitos mais sérios (Libânio, *Or*. XX, 13-14; *Or*. XXIII, 14). Nesse sentido, a particularidade desse levante também estaria relacionada ao posicionamento imperial romano, de modo geral, e à maneira como Teodósio, em particular, gerenciaria e responderia a esse tipo de conflito dentro do padrão de ação desse imperador, em situações similares, tema este que compõe o Capítulo Quinto da presente Tese.[8]

João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom.* XVII, 3) informa-nos que a população esperava penas inúmeras. Pensava-se, por exemplo, que "os bens seriam pilhados", "as casas seriam queimadas junto com seus habitantes", "a cidade seria extirpada do centro do mundo" e "seus estilhaços seriam completamente destruídos". Libânio (*Or*. XIX, 39; *Or*. XX, 9; *Or*. XXI, 8) ainda discorre sobre o que seria a punição apropriada: "execuções em massa e mortes", "confisco de propriedades", "exílio da própria terra" e "recusa ao morto de ter sepultura".

Na resolução do conflito, o desfecho teve como saldo: as execuções e prisões de membros da *Boulé*[9], logo após a supressão imediata do levante, num primeiro julgamento que foi promovido pelas autoridades encarregadas do gerenciamento do conflito em nível citadino (o governador de Província)[10]; mas outras sanções importantes também foram impostas à cidade: as termas, o teatro, o hipódromo foram fechados e o *status* de metrópoles de Antioquia revogado (Libânio, *Or*. XIX, 60; *Or*. XIX, 62; *Or*. XX,6). Quando enviados do imperador alcançam a cidade, instaura-se uma investigação e um novo julgamento é realizado para julgar os aprisionados (Libânio, *Or*. XXI, 7; João Crisóstomo, *De Statui*, *Hom*. XIII, 1-6). A carta de reconciliação chega a Antioquia, provavelmente, no decorrer da primeira quinzena de abril, após o dia 9 do referido mês (PAVERD, 1991:156). Nela, Teodósio declara revogadas as penas infligidas bem como um pedido de desculpas pelas medidas tomadas contra a cidade e sua população (PAVERD, 1991:157).

---

[8] Sobre algumas reações imperiais a ofensas cometidas contra imperadores, conferir ainda Gleason (1986:114-115).

[9] Sobre essa Assembleia e seus membros, conferir o Capítulo Terceiro, no qual discorremos sobre alguns aspectos da administração imperial e citadina.

[10] A atuação do Governador de Província, nas suas atribuições e posição social e político-cultural, será tema debatido no Capítulo Terceiro.

II

Nossa Tese se ocupa da compreensão desse levante que recebeu o epíteto de Levante das Estátuas apenas posteriormente. Em João Crisóstomo e Libânio, não conseguimos identificar equivalentes ou até mesmo esse título para definir os acontecimentos de 387 d.C. em Antioquia. Ao descrever os eventos do Levante das Estátuas, Teodoreto de Ciro (*HE*, V, 19) utiliza o título Περὶ τῆς ἐν Ἀντιοχείᾳ γεγονυίας στάσεως, que pode ser traduzido, *grosso modo*, como *Sobre a sedição em Antioquia*. Sozomeno (*HE*, VII, 23), por sua vez, introduz o tema do levante da seguinte forma: Περὶ τῆς εἰσπράξεως τῶν φόρων, καὶ τῶν καθαιρεθέντων ἐν Ἀντιοχείᾳ βασιλικῶν ἀνδριάντων, καὶ τῆς τοῦ ἀρχιερέως Φλαβιανοῦ πρεσβείας, fornecendo muito mais informação acerca da sedição como, por exemplo, tendo sob seu título o motivo do conflito (a imposição do tributo) destacando a destruição das estátuas e a embaixada de Flaviano.

Paverd (1991:XXI) argumenta que este levante teve muita importância para João Crisóstomo e que, inclusive, estes eventos influenciaram a prédica do presbítero e, por essa razão, as homilias tem sido chamadas *As Homilias Sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia*. Parece-nos, portanto, que as obras de João Crisóstomo sobre o Levante das Estátuas contribuiu, de alguma maneira, para a modificação conceitual dos eventos. Gradativamente, o que observamos é a substituição de uma titulação, *grosso modo*, representada por *A Sedição em Antioquia*, para outra classe de categoria, sendo os eventos de 387 d.C,. em Antioquia, passados a ser considerados, muito frequentemente como Levante das Estátuas (GIBBON, 1854:110-113; JEANNIN, 1887:134); BROWNING, 1952:13-20; LIEBESCHUETZ, 2011: 209-215; SOLER, 1997:461-467; QUIROGA PUERTAS, 2007)[11].

Duas observações, a partir disso, são importantes e devem ser destacadas. Primeiro, o que designamos por Levante das Estátuas se constitui por vários acontecimentos que ocorreram entre o período da irrupção do conflito (25 ou 26 de fevereiro) com a destruição das imagens imperiais e outras depredações de patrimônios públicos e privados e a resolução da sedição com a chegada do perdão imperial (provavelmente, o dia 9 de abril). Em segundo lugar, que aquela rubrica somente foi empregada contemporaneamente como um acontecimento relacionado a imagens imperiais, o que pode gerar, *a priori*, equívocos. Embora o levante tenha se iniciado com a destruição de estátuas imperiais, outro tipo de imagem também foi atacada, a saber, as imagens imperiais em painéis de madeira. Além

[11] Para mais exemplos na historiografia, conferir Apêndice C que contém uma lista de referências bibliográficas sobre o Levante das Estátuas.

disso, o levante não foi apenas acerca da destruição das estátuas ou dos painéis de madeira, mas também inclui, sobre a categoria Levante das Estátuas, uma série de outros eventos que também o definem.

O nosso objetivo com essa pesquisa é conhecer, compreender e inferir aqueles dois testemunhos acerca desse evento fazendo comparações, buscando divergências e convergências entre ambas as versões daqueles autores. A historiografia tem explorado esses testemunhos com certa frequência, destacando a importância do levante, por um lado, ou apontando as diferenças entre as versões, por outro, ou ainda, debatendo sobre a estrutura, organização e datação das obras. Contribuições valiosas, sem dúvida, que nos permite seguir mais adiante na compreensão do Levante das Estátuas. Contudo, observamos ainda que é possível inferir esses testemunhos a partir de novos olhares e comparações considerando um contexto mais amplo e observando o que há de semelhante entre ambos os autores e como, conjuntamente, esses autores interpretaram, por exemplo, a destruição e zombaria das imagens imperiais, a atuação imperial em conflitos citadinos, em especial, a atuação de Teodósio, ou discorreram sobre a própria atuação político-cultural no contexto da *urbs* ou ainda buscaram legar para a posteridade certa visão de mundo acerca do século IV d.C., cada qual apresentando uma realidade parcial e interessada mas, de alguma maneira, contemporânea a ambos.

Nossa pesquisa tentou explorar, portanto, aquilo que diferencia João Crisóstomo de Libânio, bem como o que os aproxima. O tema das relações entre João Crisóstomo e suas obras foram objeto de investigação de um grupo significativo de estudos. A compreensão convencional acerca da relação entre as perspectivas sobre o Levante das Estátuas de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia ainda é, frequentemente, demonstrada em termos de uma oposição política desigual. A perspectiva de João Crisóstomo é, geralmente, imersa em um contexto no qual o cristianismo é dominante e a perspectiva de Libânio pressuposta em um ambiente onde o paganismo já não exerce influência e poder.

A afirmação do discurso cristão dentro do Império é um processo muito mais complexo do que o termo cristianização sugere. Vários problemas se impõem. A promoção do cristianismo ocorreu lado a lado com a existência ainda intensa de não cristãos. O processo de conversão é gradual, mas não homogêneo, seguiu diferentes padrões e ritmos, foi um desenvolvimento flexível, multifacetado e diversificado, que permitia a coabitação do diverso, embora isso não significasse ausência de conflitos e disputas[12]. Os conflitos podem, no

[12] O processo de conversão na Antiguidade Tardia foi tema do *Andrew W Mellon Foundation Sawyer Seminar, 2009-2010* intitulado "*Convertion in Late Antiquity: Christianity, Islam and beyond.*" Além da palestra de

entanto, ser positivamente concebidos como algo intrínseco às relações e, por vezes, necessário às dinâmicas das interações sociais (BALANDIER, 1997:29).

O envolvimento do governo imperial não significa adesão irremediável e imediata de toda a população de um vasto Império como o Romano. As leis imperiais, por exemplo, agiram efetivamente, mas em certas circunstâncias. Os não cristãos, por exemplo, não foram desprovidos de seus direitos no século IV d.C.. Do ponto de vista legal, a lei sobre os templos e os sacrifícios não cristãos não atingiram os não cristãos em seus direitos. Alan Cameron (2010:59-74), vigorosamente, argumenta em favor da contínua e vívida existência de segmentos não cristãos influentes. Assim, longe de serem incompatíveis, cristãos e não cristãos conviviam e ultrapassavam as fronteiras identitárias.

Não é arbitrariamente que João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom.* IV, 12; *Hom.* V, 22, *Hom*. VI, 15; *Hom.* VII, 10; *Hom.* XV, 12), insistentemente, prega exortando seu 'rebanho' que se dispa dos vícios e não frequente os espaços (teatro, hipódromo, circo) considerados impróprios aos cristãos. Logo, pensar as interpretações de João Crisóstomo e Libânio acerca do Levante das Estátuas é, portanto, pensar também o universo comum, o compartilhamento de culturas sem as estruturas rígidas e monolíticas das categorias implicadas em uma interpretação fundamentada na oposição paganismo *versus* cristianismo[13].

A atenuação da força política do clássico e helenístico ainda presente e significativamente importante no século IV d. C., como quer uma determinada historiografia convencional, é a negação de discursos que sugiram uma interpretação mais adequada à realidade da sociedade em que viveu João Crisóstomo e Libânio. Não podemos esquecer que as narrativas explicam, interpretam, mas também criam espaços de poder e memória. O risco é a perda de perspectiva. A busca das similaridades e dos paralelos é a busca da restituição da circulação de ideias, do compartilhamento de culturas, da fluidez presente em fronteiras que desejamos fixas, mas que são, na realidade, criação e recriação de tradições e legados. Isso está presente tanto em João Crisóstomo como em Libânio.

A problematização do tema do Levante das Estátuas não se relaciona apenas com o momento da sedição e sua história, mas também com toda a herança cultural de sua trajetória historiográfica. A história do Levante das Estátuas é também a história dos autores que legaram esses testemunhos à posteridade. É, igualmente, importante a compreensão do espaço geográfico em que se desenvolveu a sedição e houve a difusão dos testemunhos. João

---

Christopher Kelly, *Collusion, Conformity, Coersion making Christians in Late Antiquity*, textos que suscitaram importantes reflexões.

[13] Margarida Maria de Carvalho (2010:35-67) já havia destacado sobre essa tendência a uma oposição binária nos estudos acerca da imagem de Juliano nas obras de Gregório de Nazianzo.

Crisóstomo e Libânio de Antioquia são dois expoentes dentro da realidade social romana, de naturalidade antioquena, do século IV d.C. Ambos são personalidades que ocuparam posições destacadas dentro da sociedade romana imperial do século IV d.C.

João Crisóstomo, presbítero sob a direção de Flaviano, Bispo em Antioquia, predicava em abundância durante seus anos em Antioquia. Libânio era professor de retórica e sofista. Tinha prestígio e influência entre os membros da corte imperial e citadina. Preocupava-se, frequentemente, com suas funções como retor. O êxodo estudantil provocado pelo medo da resposta imperial durante o Levante das Estátuas é um exemplo de seu comprometimento com a formação e a educação de cidadãos romanos.

Tanto João Crisóstomo quanto Libânio nasceram em Antioquia, metrópole da província da antiga Síria. Na perspectiva de Libânio, como já mencionamos, Antioquia é reconhecida pelas belezas de sua arquitetura, pela estrutura e urbanística de sua *urbs*, pela sua geografia e natureza.

Na perspectiva de João Crisóstomo, Antioquia é uma cidade 'cristianizada'. Para além, dessas representações parciais, políticas e problemáticas do ponto de vista do estabelecimento de fronteiras rígidas, Antioquia, na qualidade de metrópole, resguardava uma tradição e uma história de diversidade populacional por onde passavam diferentes e variadas pessoas[14]. Antioquia era não somente um centro religioso, mas também um dos centros culturais e politico-militar, uma residência imperial das mais importantes do Império Romano, mesmo durante o século IV d.C., e sua população mostrava-se heterogênea e fluída.

III

Nossa tese foi planejada em cinco capítulos, com uma introdução e as considerações finais, bibliografia, apêndices e anexos. Os temas de cada capítulo compõem-se a partir de partes extraídas da nossa documentação. Ou seja, a própria documentação aqui utilizada nos inspirou na organização desta Tese.

No Capítulo Primeiro, discorremos sobre nossa documentação em termos de suas características específicas, os elementos que a compõem enquanto uma documentação particular dotada de uma narrativa própria implícita ao que poderíamos chamar de um gênero

[14] Tanto Libânio quanto João Crisóstomo evidenciam-nos isso ao destacar que as ações contra as imagens imperiais tenham sido obra de aventureiros e estrangeiros de toda sorte.

literário classificado como *Homilias*, no caso das obras de João Crisóstomo, e *Orações*, no caso de Libânio. Na comparação entre as obras de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia acerca do Levante das Estátuas, buscamos compreender as identidades e diferenças na forma como foram organizadas e concebidas e, inclusive, publicadas. Refletimos ainda sobre a audiência agregada a essas obras. Ainda nesse primeiro capítulo, buscamos compreender as imagens imperiais mediante algumas citações e dados (extraídos da documentação escrita) a partir da ideia de *cultura material* na medida em que mencionam diretamente a maneira como as imagens imperiais eram compostas materialmente e descritas simbolicamente em termos de representação. Essa *cultura material*, a saber, as estátuas e os painéis de madeira portando imagens imperiais, implicada em nosso objeto de pesquisa, embora extraídas de dados da documentação escrita, constituem-se em informações também importantes, já que podem estar relacionadas à gravidade das ações cometidas contra as imagens e, portanto, com a forma como essas ações foram interpretadas como "crime".

O Capítulo Segundo trata da historiografia, da memória e da história acerca do Levante das Estátuas. Nesse capítulo, discorremos sobre o interesse político-cultural em recuperar o estudo deste levante e desses autores e, mais especificamente, a partir de temáticas específicas como, por exemplo, a questão dos conflitos e da destruição de estátuas na contemporaneidade. Buscamos ainda, nesta parte da Tese, refletir sobre a trajetória historiográfica da temática em estudo, fazendo um levantamento de obras e citações ao levante desde a Antiguidade, com Teodoreto de Ciro (*HE*, V, 19), Sozomeno (*HE*, VII, 23) e Zósimo (*HN*, IV,43), até as referências contemporâneas, passando por João Zonara com seu *Compêndio de História* datado de cerca do século XII.

No Capítulo Terceiro, optamos por discorrer sobre o contexto citadino, uma vez que o Levante das Estátuas aconteceu em uma importante cidade do Império Romano, Antioquia de Orontes. As temáticas abordadas são relativas à organização administrativa e política da cidade de modo que possamos contextualizar nossos autores, João Crisóstomo e Libânio de Antioquia, e assim compreender sua interferência na sociedade antioquena, sua influência e poder mediante conhecimento de suas redes de sociabilidade dentro da *urbs* e na corte imperial, como nos dá inúmeros indícios a documentação que estudamos. Para compreendermos a maneira como esses autores discorrem sobre a importância do levante, o seu lugar dentro do contexto de conflitos citadinos, bem como o seu gerenciamento logo após a sua irrupção das manifestações dos amotinados e as decisões posteriores, também foram foco de nossa atenção o mapeamento dos conflitos que aconteceram em Antioquia durante o século IV d.C.

No Capítulo Quarto, buscamos compreender a representação de Teodósio nas homilias de João Crisóstomo e nas orações de Libânio a partir da descrição da atuação e da expectativa de atuação desse imperador no levante, objeto de nosso estudo. A particularidade desse levante também estaria relacionada ao posicionamento imperial e a maneira como Teodósio, em particular, gerenciaria e responderia a esse tipo de conflito dentro do padrão de ação desse imperador em situações similares. Por isso, contextualizamos as narrativas de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia também considerando o governo de Teodósio e as características das ações desse imperador frente a situações de conflitos.

O Capítulo Quinto trata, de maneira mais específica, as ações contra as imagens imperiais. Discorremos sobre a natureza do crime buscando compreender mediante as leis romanas de lesa-majestade a gravidade das ações e as penas aplicadas para, em seguida, refletir sobre a interpretação fornecida por João Crisóstomo e Libânio de Antioquia acerca das ações dos amotinados. Buscamos mapear os casos de lesa-majestade relacionados às imagens imperiais para podermos inferir sobre nossa documentação e a maneira como ambos os autores descrevem e concebem a gravidade das ações. Digno de nota é o vocabulário empregado, seja na concepção das ações enquanto "crime", seja na maneira como nossos autores buscam interpretar a destruição das imagens, utilizando termos que não faziam qualquer relação direta ao crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις), conhecido, usualmente, na contemporaneidade, por crime de alta traição ou crime de lesa-majestade, embora ambos os termos não correspondam exatamente ao que os antigos entendiam por *crimen maiestatis*.

Em todos esses capítulos anteriores, fazemos as comparações e os paralelos entre a versão de João Crisóstomo e Libânio sobre cada temática abordada em cada capítulo. Nas Considerações Finais, portanto, realizamos as comparações entre ambos os autores, mas também buscamos inferir sobre as comparações entre o conjunto de todas as temáticas trabalhadas separadamente em cada capítulo, de modo que nos seja possível visualizar como um todo o cenário produzido no Levante das Estátuas, mediante as perspectivas de João Crisóstomo e Libânio. Não obstante, a temática do *Levante das Estátuas*, em particular, e o estudo dos conflitos na Antiguidade Tardia, em geral, permanecem um campo de investigação fértil e estimulante no qual podemos observar as tensões de força e as relações de poder existentes na realidade tardo-antiga.

1 A DOCUMENTAÇÃO DO LEVANTE DAS ESTÁTUAS (387 D.C.):
Os Escritos e a Cultura Material implicada no tema

Henri Marrou (1958:68-9) já havia afirmado que a História não se faz sem documentos[1]. De fato, na contemporaneidade, a documentação é o fundamento da escrita da História, é imprescindível ao historiador a informação sobre o lugar de onde deve partir toda reflexão histórica. Todavia, não podemos esquecer, ou pelo menos deixar de considerar, as dificuldades impostas pela documentação sob a qual construímos nossa interpretação da realidade, mediante a qual produzimos uma perspectiva histórica possível.

A documentação como fundamento, base da reflexão histórica, é desse modo o alicerce sob o qual a História é escrita. Neste sentido, compreender e contextualizar as edições, as traduções e os manuscritos nos quais estamos fundamentando a pesquisa é imprescindível na medida em que nos localiza no tempo e no espaço ao mesmo tempo em que nos filia a uma historiografia particular, pertinente a uma tradição de manuscritos específicos[2].

A escolha da documentação e as suas versões subsequentes estão relacionadas à nossa interpretação e perspectiva porque ela pode nos fornecer pistas e elementos significativos que permitem construir uma explicação plausível da realidade a que nos propomos retratar e

---

[1] N.T.: "*Une fois La question pesée, il fault y trouver réponse et ici intervient la notion de document: l'historien n'est pás ce nécromant que nous imaginions, évoquant l'ombre du passe par dês procedes incantatoires. Nous ne pouvons pás atteindre le passe directement, mais seulement à travers lês traces, intelligibles pour nous, qu'il a laissés derrièrre lui, dans la mesure où ces traces ont subsiste, ou nous les avons retrouvées et ou nous sommes capables de les interpretér (plus que jamais Il fault insister sur le so far as...). Nous recontrons ici la première et la plus lourde dês servitudes techniques qui pèsent sur l'elaboration de l'histoire*." (MARROU, 1958:68). "*[...] S'en étoner, s'em irriter est aussi absurde que de s'emporter contre une voiture em panne faute d'essence: l'histoire se fait avec dês documents comme Le moteur à l'explosionfonctionne avec du carburant*." (MARROU, 1958: 69).

[2] O debate acerca dos manuscritos de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia pode apresentar diferenças significativas de texto, de número de homilias e orações e da sua ordem de pronunciamento, inclusive, sobre a tradição, a estratégia e o sistema de transcrição e distribuição das obras no decorrer do tempo. Pode inclusive apontar silêncios na historiografia. Um debate recente tem trazido muitas contribuições nesse sentido e, especialmente, no caso do *Levante das Estátuas*. O aumento do número de homilias de João Crisóstomo, por exemplo, sugerido por Andrius Valevícius (conferir discussão no tópico seguinte do presente capítulo) pode fornecer dados a mais acerca dos acontecimentos.

debater. Logo, apresentar nossos *corpora* documentais é apresentar os termos e limites desse estudo bem como as particularidades dessa pesquisa. A contextualização e o tratamento documental trazem aqui, portanto, neste capítulo, o trajeto que percorremos e a maneira como compreendemos que este estudo pode ser possível, debatido e composto em termos de documentação.

Esse levante foi e ainda vem sendo objeto de diversas reflexões e a composição documental, a seleção do que deve ser considerado pertinente ou não a esse tema varia e difere de estudo para estudo. A nossa escolha da documentação e sua ampliação ao longo do percurso estiveram sempre relacionadas ao nosso objeto de pesquisa, ou seja, ao tema do Levante das Estátuas e às perspectivas de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia. Não obstante, nossa documentação não se restringiu às obras desses autores. Consultamos e agregamos a essa pesquisa – além de nossa documentação principal e direta, as *homilias* de João Crisóstomo e as *orações* de Libânio –, outros documentos que poderíamos classificar como *crônicas*, *histórias*,[3] *epístolas*,[4] *panegíricos*,[5] e documentações *legislativas*[6]. A discussão e a apresentação de cada um desses documentos, suas particularidades e suas características, que contribuíram de maneira complementar e indireta, serão realizadas no decorrer dos próximos capítulos desta Tese, uma vez que o espaço do Primeiro Capítulo será dedicado à exposição das particularidades e complexidades de nossa documentação principal, objeto de nossa reflexão direta.

As homilias de João Crisóstomo e as orações de Libânio concernentes ao levante configuram-se como o material fundamental sobre o qual construímos nossa compreensão acerca do Levante das Estátuas e mediante as quais consideraremos uma *cultura material* referente às imagens imperiais como as estátuas e as pinturas, as imagens gravadas em painéis

[3] Utilizaremos as *Crônicas* de João Malalas (491-578 d.C.) para o Capítulo Terceiro sobre a cidade de Antioquia e as *Histórias Eclesiásticas* de Teodoreto e Sozomeno, a *História Nova* de Zósimo e a *História* de João Zonaras para a compreensão da historiografia do *Levante das Estátuas* no Capítulo Segundo. O tratamento documental, a reflexão acerca das particularidades dessas obras e sua contextualização, serão explicitados nos capítulos da Tese mencionados.

[4] Recorreremos à duas Epístolas de Libânio de Antioquia referente à *Boulé* antioquena no decorrer do capítulo sobre a administração pública, Capítulo Terceiro, lugar onde também faremos o devido tratamento documental dessa correspondência.

[5] Para refletirmos sobre a cidade de Antioquia e a maneira como João Crisóstomo e Libânio de Antioquia representam a cidade no contexto das cidades imperiais de sua época no Capítulo Terceiro, recorreremos à um Panegírico *Ανπιοχικος* de Libânio de Antioquia, um encômio dedicado a cidade de Antioquia que oferece a visão desse autor antigo sobre sua *pólis*.

[6] No Capítulo Quinto de nossa Tese, discorreremos sobre o crime de maiestas imbricada à destruição das imagens imperiais, para isso utilizaremos algumas leis dentro do *Código Teodosiano* e do *Código Justiniano* de maneira que possamos interpretar a maneira como João Crisóstomo e Libânio de Antioquia conceberam as ações contra as imagens imperiais no conjunto dos acontecimentos do levante. O tratamento documental acerca desses códigos também serão explicitados oportunamente no capítulo em questão.

de madeira que estão implicadas ao tema do levante. Essa reflexão acerca de uma *cultura material* pertinente ao tema do Levante das Estátuas é importante na medida em que a destruição das imagens imperiais se tornou uma característica definidora de toda a sedição. Além disso, parece-nos que para os nossos autores antigos essa *cultura material* também era portadora de uma importância ímpar. Mais uma vez é fundamental salientar que nossa reflexão acerca da *cultura material* é realizada mediante dados fornecidos pela documentação escrita.

Começaremos, portanto, nossa exposição pela definição, composição e contextualização de nossa documentação escrita explorando as características e particularidades de *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia*, de João Crisóstomo, e da obra de Libânio de Antioquia, *As Orações sobre o 'Levante das Estátuas'*, para, em seguida, e a partir de uma compreensão já dada das particularidades de nossa documentação, refletirmos sobre os dados de uma *cultura material* implicada e evocada pelos autores aqui mencionados nesta documentação escrita.

1.1. Os manuscritos, as edições e as publicações disponíveis das obras *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia,* de João Crisóstomo (349-407 d.C.), & *As Orações sobre o 'Levante das Estátuas',* de Libânio de Antioquia (314-394 d.C.)

A documentação disponível para o estudo do Levante das Estátuas é rica, mas complexa. Por algum tempo, os estudos acerca do conjunto documental considerado para a pesquisa do Levante das Estátuas restringiam-se às tradicionais vinte e uma homilias referentes às estátuas ao povo de Antioquia de João Crisóstomo e/ou às cinco orações sobre o Levante das Estátuas de Libânio de Antioquia. Em nossa pesquisa, utilizaremos esses dois conjuntos de obras. No entanto, com algumas novas considerações.

As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia, de João Crisóstomo, é um caso exemplar das dificuldades impostas pela documentação, inclusive, suas edições e manuscritos. A quantidade de manuscritos em grego das obras completas de João Crisóstomo disponíveis hoje é imensa (Michel Aubineau[7], Robert E. Carter[8], Wolfang Lackner[9] e Voicu J. Sever[10]). Somente no Reino Unido e na Irlanda, é possível encontrar cerca de 290 manuscritos e, em

[7] *Codices Chrysostomici Graeci I*: *Britanniae et Hiberniae*.
[8] *Codices Chrysostomici Graeci II: Germaniae; Codices Chrysostomici Graeci III: Americae et Europae occidentales e Codices Chrysostomici Graeci V*: *Italiae partem priorem*.
[9] *Codices Chrysostomici Graeci IV*: *Austriae.*
[10] *Codices Chrysostomici Graeci. VI: Codicvm Civitatis Vaticanae Partem Priorem.*

Oxford, podem-se encontrar 21 manuscritos referentes às Homilias sobre o Levante das Estátuas (AUBINEAU, 1968:76-252)[11].

Não somente os manuscritos referentes às Homilias sobre as Estátuas têm sido hoje objeto de atenção (cf. VALEVICIUS, 2000), mas também toda uma série de manuscritos concernentes às obras de João Crisóstomo de um modo geral[12], na medida em que a questão que se coloca hoje no debate acerca das obras desse autor cristão é a da proveniência de seus manuscritos, das técnicas de tradução e compilação de suas obras. A dificuldade imposta pelos manuscritos e seus copistas está relacionado às representações historiográficas das quais são produzidas. A tradição manuscrita oferece os termos mediantes os quais determinado tema pode ser interpretado ou compreendido.

As homilias de João Crisóstomo foram organizadas e interpretadas de diferentes formas dependendo do contexto histórico da época de sua compilação, daqueles que se propuseram a organizá-las e dos interesses envolvidos nesse empreendimento[13]. As homilias

---

[11] De acordo com Michel Aubineau (1968:76-252), aqui segue a lista dos 21 manuscritos disponíveis, em Oxford, referentes ao *Levante das Estátuas*: **AUCTARIUM E.1.13** (Olim Miscell.27) – 1) [ff. 1-211] Ad populum Antiochenum homiliae, 2) [ff. 211-221] Ad iluminandos catechesis 2 (M. 49, 231-240); **AUCTARIUM E. 3.2** (Olim Miscell. 51²) – 1) In os. 145 (pp. 618-621); **AUCTARIUM E.3.10** (Olim Miscell. 51º) – 16) (pp. 208-227) De decem millium talentorum debitore homilia (s.5, 196-206 = M. 51, 17*-30); **AUCTARIUM E.3.11** (Olim Miscell. 51¹¹) – 6) (pp. 42-55) Ad populum Antiochenum homilia 21 (M. 49, 211, lin 4 post init – 220, lin 9 ab imo); **AUCTARIUM E.3.16** (Olim Miscell 51¹⁶) – 15) (pp. 219-230) In Psalmum 145 (s.5, 540-547 = M. 55, 519-528), 89) (pp.967-1270) Ad populum Antiochenum himiliae 1-19, 21 (s. 6, 447-603 = M. 49, 33ss)., 90) (pp. 1270-1285) Ad illuminandos catechesis 2 (s. 6, 603-611 = M. 49, 231-240); **AUCTARIUM E.5.1.** (Olim Miscell. 66) 1) [ff. 1-218] Ad populum Antiochenum homiliae 1-19, 21 (M. 49, 15ss), 2) [ff. 219-229ᵛ] Ad iluminandos catechesis 2 (M. 49, 231-240); **AUCTARIUM T.1.5** (Olim Miscell 183) – 1) [ff. 1-227ᵛ] Ad populum Antiochenum Homiliae 1-19, 21 (M. 49, 15ss), 2) [ff. 227ᵛ-238ᵛ] Ad illuminandos catechesis 2 (M. 49, 231-240); **AUCTARIUM T.3.9** (Olim Miscell. 226) – [ff. 98-110] Ad populum Antiochenum homilia 5 (M. 49, 67-82); **BAROCCI 55** – [ff. 15-27] De decem millium talentorum debitore homilia (M. 51, 17*-30); **BAROCCI 168** – 1) [ff. 3-204] Ad populum Antiochenum homiliae 1-19, 21 (M. 49, 15ss), 2) [ff. 204-213] Ad illuminandos catechesis 2 (M. 49, 231-240); **BAROCCI 208** – 1) [ff. 1-174ᵛ) Ad populum Antiochenum Homiliae 1-19, 21 (M. 49, 15ss), 2) [ff. 175-182ᵛ] Ad illuminandos catechesis 2 (M. 49, 231-240); **BAROCCI 212** – 3) [ff. 14-22ᵛ] De decem millium talentorum debitore homilia (M. 51, 17*-30); **BAROCCI 234** – 15) [ff. 322ᵛ-329) In Psalmum 145 (M. 55 – 519-528); **BAROCCI 241** – 4) [ff. 22ᵛ-28] In Psalmum 145 (M. 55, 519-528); **CANONICI GR 60** – 1) [ff. 1-140ᵛ] Ad populum Antiochenum homiliae 1-19, 21 (M. 49, 24ss), 2) [ff. 140ᵛ-148] Ad illuminandos catechesis 2 (M. 49, 231-240); **CROMWELL 20** – 30) [pp. 718-739] Ad populum Antiochenum homilia 20 (M. 49, 197-212); **LAUD GR 75** – 3) [ff. 77ᵛ-80ᵛ] Ad populum Antiochenum homilia 8 (M. 49, 97-102); **RAWLINSON G. 159-160** (Olim Miscell. 171) – 1) [ff. 1-381ᵛ] Ad populum Antiochenum homiliae 1-19, 21 (M. 49, 15ss), 2) [ff. 382-396] Ad illuminandos catechesis 2 (M. 49, 231-240), 3) [ff. 396-414ᵛ] Ad populum Antiochenum homilia 20 (M. 49, 197-212), 4) [ff. 414-431ᵛ] De decem millium talentorum debitore homilia (M. 51, 17*-30), 5) [ff. 431ᵛ-441ᵛ] In Psalmum 145 (M. 55, 519-528); **ROE 13** – 5) [ff. 211ᵛ-213] In ps. 145; **ROE 19** – 1) [ff. 334-336] In ps. 145; **ROE 28** – 10) [ff. 229-238ᵛ] Ad populum Antiochenum homilia 18 (M. 49, 179-188), 15) [ff. 289ᵛ-306] Ad populum Antiochenum homilia 20 (M. 49, 197-212). Dentre esses manuscritos, tivemos acesso ao **Rawlinson G 159-160**, que se caracteriza como o único manuscrito neste conjunto de manuscritos que agrega todas as homilias que, no debate atual, devem pertencer à série de *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia*, de João Crisóstomo.

[12] Conferir, por exemplo, a tese intitulada *The Homilies of St. John Chrysostom – Provenance: reshaping the Foundations* de Wendy Mayer (2005), que oferece um estudo minucioso no qual define tempo e espaço de algumas das obras de João Crisóstomo.

[13] Jean-Louis Quantin (2008:267-346), de maneira bastante interessante, compõe uma história europeia a partir da reflexão acerca da revisão de determinados textos latinos e gregos das obras de João Crisóstomo entre 1588 e

de João Crisóstomo foram, frequentemente, parte de um conjunto de obras que receberam várias edições. Entre os anos de 1734 e 1741, uma edição beneditina das obras de João Crisóstomo foi reimpressa e, entre os anos 1834 e 1839, Jacques-Paul Migne fez correções, alterações e, de acordo com padrões específicos, realizou aprimoramentos nos textos (SCHAFF, 1996:3)[14].

Bernard de Montfaucon (1655-1741) foi o monge beneditino francês que ficou responsável pela tarefa de fazer a edição beneditina das obras de João Crisóstomo (SCHAFF, 1996:3; BRÉHIER, 2003:1). De acordo com Scharff (1996:3), essa edição das obras de João Crisóstomo é a melhor edição, e o resultado de cerca de vinte anos de um trabalho detalhado de Montfaucon (e de vários assistentes da irmandade), que preparou prefácios para cada tratado e conjunto de homilias, organizando os trabalhos em ordem cronológica, e adicionou no volume XIII, textos sobre a vida, bem como aquilo que seria considerado como doutrina, disciplina e heresias no decorrer da época de Crisóstomo.

As traduções para o inglês do conjunto de obras de João Crisóstomo podem ser encontradas na coleção intitulada *A Select Library of the Nicene and Pos-Nicene Fathers of the Christian Church,* editada por Philip Schaff, ou em edições que publicaram homilias, tratados e outros escritos de João Crisóstomo separadamente. Atualmente, a obra de João Crisóstomo pode ser encontrada separada, desmembrada das antigas coleções e compêndios. São novas edições que buscam revitalizar e reinterpretar os textos de João Crisóstomo. Contudo, embora já tenhamos disponível algumas edições recentes de algumas das obras deste autor antigo, seu conjunto de obras ainda precisa receber novas edições críticas como é o caso da obra *As homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia*. Encontramos disponíveis as edições em espanhol traduzidas por D. Juan Oteo Uruñela e a edição em inglês presente na coleção editada por Philip Scharff. Edições francesas dessas homilias específicas podem ser encontradas na coleção *Oeuvres Complètes* de João Crisóstomo, Tomos 2 e 3, sob a direção de M. Jeannin publicada no século XIX. Uma edição mais atualizada dessas homilias, no entanto, está em preparação pela Coleção *Source Chrétienne* da Edições Du Cerf. A versão em espanhol é uma edição de bolso que apresenta uma considerável redução do texto. A edição de Scharff apresenta um texto de, aproximadamente, finais do século XIX, o que implica uma série de problemas conceituais na escolha dos termos que em lugar de elucidar

1613 de maneira a compreender, por exemplo, as complexidades das relações entre a versão grega e latina das obras de João Crisóstomo, no contexto da Contra-Reforma, considerando a criação de novas edições dentro de "um vasto projeto filológico e editorial" e de "uma estratégia de reconquista católica".

[14] Isso não significa pensar que essa obra esteja isenta de interpolações e problemáticas conceituais. Sua utilização ainda é obrigatória, mas requer cuidado e perspectiva crítica para não se reproduzirem ideias que estejam relacionadas ao contexto de produção da própria obra em si.

aspectos da Antiguidade, dizem mais sobre a sociedade da época da edição da obra e do seu editor. Desse modo, no que diz particularmente respeito às homilias sobre o Levante das Estátuas, parece-nos pertinente argumentar que a publicação de uma nova edição ainda se faz necessária e urgente[15]. Isto é, uma edição que leve em consideração os debates atuais acerca dessas homilias buscando compreender sua composição, sua temática, sua datação, a ordem em que foram pronunciadas e seu estilo. Aspectos estes que já vem sendo debatido na historiografia acerca do tema.

As Homilias sobre as Estatuas organizada por Montfaucon na edição beneditina era composta por vinte e uma homilias. Na edição da *Patrologia Graeca* de Jacques-Paul Migne, o conjunto de homilias também é composta por vinte e uma homilias. Esta composição tradicional, no entanto, tem sido questionada recentemente. Em 1991, Franz Van de Paverd (1991:227) argumentou em favor da inclusão de mais uma homilia, *Nuper dictorum,*[16] ao conjunto das tradicionais homilias sobre o Levante das Estatuas. Desse modo, para Paverd, a série são vinte e duas homilias. Em 2000, Andrius Valevicius (2000:85) argumentou que *As Homilias sobre as Estatuas* são compostas por 23 ou 24 homilias se for considerado a tradição dos manuscritos. Segundo Paverd (1991:228), o motivo de Montfaucon não ter considerado a *Nuper Dictorum* como parte da série, *As Homilias sobre as Estatuas*, seria por questões temáticas. Em outras palavras, fundamentando sua evidencia nas primeiras palavras das homilias, Montfaucon pensou tratar-se de uma homilia sobre a catequese (Paverd, 1991:228). Se considerarmos a organização das homilias a partir do critério da temática se observará outra variação do número de homilias que comporão *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia*. Justin Stephens (2001:03), por exemplo, salientou que se pensarmos o Levante das Estátuas como tema, a primeira homilia da série poderia ser excluída por ter sido pronunciada antes da irrupção do conflito. Neste sentido, comporiam a série não vinte e uma homilias, mas vinte. Entretanto, no que se refere à documentação de João Crisóstomo, recorreremos à composição de *XXIV Homilias* proposta em debate atual como veremos a seguir.

Em nossa pesquisa, utilizaremos as vinte e uma homilias a partir das edições da *Patrologia Graeca* de Migne e *A Select Library of the Nicene and Pos-Nicene Fathers of the*

[15] Em 2000, Andrius Valevicius (2000:83) anunciou em artigo que uma edição crítica das homilias intitulada *As Homilias sobre as Estátuas* estava em preparação. Todavia, no presente momento, ainda não tivemos conhecimento de que a publicação tenha sido lançada ou que já se encontra disponível o acesso a essa publicação. Conferir: *http://www.sources-chretiennes.mom.fr/index.php?pageid=volumes_preparation.*

[16] N.T. Esse título é uma expressão que significaria, *grosso modo*, "algo recentemente dito". Na classificação da edição beneditina, a homilia intitulada *Nuper dictorum* pertence à série de homilias sobre a catequese (PAVERD, 1991:227-28).

Christian Church[17] editada por Philip Schaff e não deixamos ainda de consultar a edição espanhola e a edição francesa que foi editada em 1887, sob a direção de M. Jeannin, cuja coleção das obras de João Crisóstomo teve como título *Saint Jean Chrysostome: Oeuvres Complètles*[18] composta de 11 volumes. Essas edições ainda são referências importantes em termos de documentação. Não obstante, consideraremos todas as possíveis problemáticas da documentação a partir do rigor teórico e metodológico. Ainda acrescentamos três homilias que, em debates atuais, as consideram parte dessa série de homilias escritas na época do Levante das Estátuas, seja por menção que se faça aos eventos da sedição, seja pelo conteúdo similar em termos de estilo e estrutura, a saber, a homilia intitulada *Nuper dictorum*, cuja inserção nessa séria é defendida por Franz Van de Parverd (1991:227), e as homilias *In Psalmum 145*[19] e *De decem millium talentorum debitore homilia*[20] cuja inserção na série das homilias sobre o Levante das Estátuas é defendida por Andrius Valevicius (2000:85). O texto da *Nuper dictorum* é o equivalente à homilia *Ad illuminandos catechesis 2*, presente na *Patrologia Graeca* de Migne e que tem uma versão em inglês também na coleção *A Select Library of the Nicene and Pos-Nicene Fathers of the Christian Church*, editada por Philip Schaff, Volume 9, intitulada *Second Intruction*, a qual recorremos. A homilia *In Psalmum 145* também pertencente à Patrologia Graeca de Migne, volume 55. A obra *De decem millium talentorum debitore homilia* também faz parte da Patrologia de Migne, volume 51. Estas duas últimas obras serão utilizadas em excertos específicos que mencionem o levante ou que faça qualquer relação aos acontecimentos.

A documentação de Libânio é composta por cinco orações cujos títulos são: *Oração XIX – Ao Imperador Teodósio, sobre os conflitos*; *Oração XX – Ao Imperador Teodósio, após a reconciliação*; *Oração XXI – À Cesário, magister officiorum*; *Oração XXII – À Elébico*; *Oração XXIII – Contra os refugiados*.[21] *As Orações sobre o 'Levante das Estátuas'* de Libânio, no que se refere ao número de orações concernentes ao Levante das Estátuas, por sua vez, também apresenta controvérsia. Alberto J. Quiroga Puertas (2007:3) destaca a discordância no que se refere ao número de orações. Para este autor, a dificuldade em se

[17] N.T. Literalmente traduzido por "Biblioteca Seleta dos Padres Nicenos e Pós-Nicenos da Igreja Cristã".
[18] N.T. "Santo João Crisóstomo: obras completas".
[19] N.T. "Salmo 145".
[20] N.T. *Grosso modo*, "Homilia sobre a parábola dos dez talentos".
[21] Nos volumes da *Loeb Classical Library*, os títulos das orações foram assim traduzidos do grego para o inglês: *Oration 19, To the Emperor Theodosius, about the riots*; *Oration 20, To the Emperor Theodosius, after the Reconciliation*; *Oration 21, Oration to Caesarius, Master of Offices*; *Oration 22, To Ellebichus*; *Oration 23, Against the Refugees*. Em grego, assim se apresentam os títulos: XIX – ΠΡΟΣ ΘΕΟΔΟΣΙΟΝ ΤΟΝ ΒΑΣΙΛΕΑ ΠΕΡΙ ΤΗΣ ΣΤΑΣΕΩΣ; XX – ΠΡΟΣ ΘΕΟΔΟΣΙΟΝ ΤΟΝ ΒΑΣΙΛΕΑ ΕΠΙ ΤΑΙΣ ΔΙΑΛΛΑΓΑΙΣ; XXI – ΠΡΟΣ ΚΑΙΣΑΡΙΟΝ ΜΑΓΙΣΤΡΟΝ; XXII – ΠΡΟΣ ΕΛΛΕΒΙΧΟΝ; XXIII – ΚΑΤΑ ΤΩΝ ΠΕΦΕΥΓΟΤΩΝ.

estabelecer ou delimitar as documentações de Libânio no que se refere ao Levante, em primeiro lugar, está relacionada com a falta de um consenso entre os autores que incluem ou excluem do conjunto de orações a Oração XXIV. Na Tese de Quiroga Puertas, seria lógico, retoricamente, conceber o conjunto das Orações XIX-XXIII de Libânio como os que estariam diretamente relacionados ao conflito uma vez que na Oração XXIV o tema do levante é periférico. Faremos nossa a postura de Quiroga Puertas. Tal postura nos parece coerente na medida em que sendo uma documentação pensada e preparada em razão de uma sequência de acontecimentos, esta, de fato, porta uma lógica interna que a mantém homogênea como argumenta Quiroga Puertas. A simples menção ao levante não significa a integração e incorporação de determinada obra à série de orações pelo simples fato unicamente da citação. Os argumentos para a inclusão ou exclusão de uma determinada obra em uma determinada série tem de estar relacionados ao contexto (produção sincrônica), a série deve ser similar ou idêntica à estrutura e organização do conjunto de obras. Logo, adotaremos aqui também as orações XIX a XXIII como aquelas que estão relacionadas ao Levante das Estátuas por concordar que as Orações XXIV e XXV não parecem corresponder aos critérios de inclusão e pertença à série.

Além dessa questão, essas orações de Libânio são também alvo de outros debates na historiografia. *Grosso modo*, em primeiro lugar, há uma preocupação dos estudiosos que se refere, sobretudo, à datação das cinco orações e, em segundo, um debate que busca compreender as orações de Libânio como uma fonte parcial imbuída de interesses do grupo do qual é membro. Este último debate é em resposta a uma tendência historiográfica que manteve por muito tempo uma característica particular, a de considerar as obras de Libânio como uma fonte objetiva. Sobre a datação das orações, ao contrário das homilias de João Crisóstomo que foram compostas no decorrer de todos os acontecimentos, A. F. Norman (1977:240) argumenta que as orações de Libânio foram pronunciadas depois que tudo havia acontecido, excetuando-se a *Oração XXIII*. Recentemente, foram feitas algumas reconsiderações acerca das datas. Quiroga Puertas (2007:3) alerta que apesar do discurso *XXIII* na bibliografia moderna ter sido considerado como o único que foi escrito contemporaneamente aos acontecimentos uma nova evidência, P. L. Malosse demonstra que o discurso *XXIII* foi certamente composto também *a posteriori*. Desse modo, devemos considerar que todos os discursos foram compostos após a resolução do conflito. Em nossa opinião, é possível que Libânio tenha composto todas as suas orações sobre o levante posteriormente. João Crisóstomo predica muito ao calor dos acontecimentos e fica presente nas homilias uma reação mais imediata diferente da postura de Libânio que apresenta uma

atitude mais ponderada e um tom mais reflexivo como se tivesse tido tempo para repensar as temáticas, digeri-las sem a pressão dos eventos. Neste sentido, pressuporemos que *As Orações sobre o 'Levante das Estátuas'*, de Libânio, foram todas escritas à *posteriori*.

Por fim, quanto à organização das orações e seus manuscritos, A. F. Norman (1977:243-4) destaca a variação seja na quantidade, seja na tradição editorial das orações. Sobre as edições, Norman (1977:244-5) ainda acrescenta, destacando as edições de Morel, Savile, Reiske e Foerster, que há também uma variedade de publicações que apresentaram, por vezes, a publicação das orações separadamente ou em obras gerais que agregariam duas ou mais orações que estavam relacionadas ao Levante das Estátuas.

Atualmente, as orações de Libânio acerca do Levante das Estátuas encontram-se disponível em edição bilíngue (Grego e Inglês) publicada pela Harvard University Press. O livro no qual podemos encontrar essas orações em particular intitula-se "*Libanius: Selected Orations, Volume II*" que faz parte da chamada coleção *Loeb Classical Library*[22]. O texto parece estar ainda disposto a partir de uma ordem cronológica tradicional: a *Oração XXIII* seguida das *Orações XIX*, *XX*, *XXI* e *XXII*. Aspecto que merece cuidado e atenção uma vez que pode gerar equívocos. Neste sentido, a obra de Libânio também merece ser revista em suas edições e publicações a partir dos novos debates historiográficos, seja uma revisão acerca dos estilos, seja acerca da particularidade da linguagem e da tradução realizada.

Dentre todos esses aspectos, parece-nos importante ainda compreender a estrutura das Orações e das Homilias de modo que possamos contextualizar a temática do levante a partir da maneira que ambos os conjuntos de obras foram organizados, seja na sua forma, seja no

[22] Parte da obra de Libânio pode ser encontrada nessa coleção. São quatro livros. Algumas orações selecionadas foram divididas em dois volumes e nos outros dois volumes encontram-se a autobiografia de Libânio e suas cartas que também são selecionadas. Conferir: LIBANIUS. Selected Orations I. Vol. I. In: NORMAN, F. A. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 2003; ___. Selected Orations II. Vol. II. In: NORMAN, F. A. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 1977; ___. Libanius: Autobiography and Selected Letters, vol.1. In: NORMAN, F. A. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 1992; ___. Libanius: Autobiography and Selected Letters, vol.2. In: NORMAN, F. A. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 1992; Para outras publicações que ofereçam outros discursos de Libânio não editadas pela *Loeb Classical Library*, conferir: NORMAN, F. A. *Antioch as a Centre of Hellenic Culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2001; LIBANIUS. The Antiochikos: In Praise of Antioch. In: NORMAN, A. F. *Antioch as a Centre of Hellenic Culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 7-65; LIBANIUS. In Praise of Antioch. In: DOWNEY, G. Libanius' Oration in Praise of Antioch (Oration XI). *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 103, n. 5 1959, pp. 656-686; LIBANII. Ἀντιοχικος. In: FOERSTER, R. *Libanii Opera: Recensuit. Vol I, Fasc. II*. Lipsiae: In Aedibus B. G. Teubneri, 1903, p. 412-535. A editora *Les Belles Lettres*, por meio da *Collection des Universités de France*, também disponibiliza em edição bilingüe (Grego e Francês) parte das obras de Libânio. Conferir: LIBANIOS. Discours. Tome IV. Discours LIX. In: MALOSSE, P-L. *Collection des Universités de France 431*. Paris: Les Belles Lettres, 2003; _____. Discours. Tome II. Discours II-X. In: MARTIN, J. *Collection des Universités de France 319*. Paris: Les Belles Lettres, 2003; _____. Discours. Tome I. Discours I. Autobiographie. In: PETIT, P. *Collection des Universités de France 256*. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

seu conteúdo. Iniciaremos com uma reflexão, oportuna e necessária, acerca das vantagens e problemáticas na inferência desse tipo de documentação escrita, uma vez que é imprescindível destacar a natureza e particularidades dos dados e evidências presentes nesse tipo específico de texto e discurso.

1.2.As vantagens e limitações das homilias e das orações como documento histórico

A documentação escrita sempre foi privilegiada dentro das pesquisas históricas. Por muito tempo, fazer história significava necessariamente inferir com base em textos escritos. A revolução documental trouxe para o campo da história novas possibilidades ampliando a noção de documentos (Cf. MARROU, 1978:62; LE GOFF, 1996:540). A história passa a ser escrita mediante toda sorte de material seja ele textual, imagem, som. Todavia, essa ampliação e agregação de novos recursos documentais não significou um abandono da documentação escrita. Esta sofreria também outro tipo de revolução.

Textos antes pouco explorados ou nem sequer considerados pela História tornam-se objeto de estudo, como por exemplo, as homilias que ficaram por muito tempo legadas ao campo dos estudos teológicos ou textos legislativos que recebem novos tratamentos e perspectivas. Assim, documentação escrita também recebe um olhar novo, uma consideração mais detida e crítica.

Na História Antiga, principalmente, na produção nacional, os textos escritos legados pelos autores antigos ainda se constituem como uma documentação importante e, muitas vezes, indispensável para o conhecimento do Mundo Antigo. No Brasil, os textos escritos recebem mais atenção por uma série de motivos. Dentre esses, gostaríamos de destacar duas razões possíveis: por um lado, a disponibilidade de edições e traduções, ou seja, o relativo fácil acesso ao texto escrito e, por outro, a aparente sensação de que seria mais fácil de trabalhar com essa documentação do que com a *cultura material*, uma vez que esta exige técnicas específicas, por exemplo, como o trabalho com a epigrafia. De fato, a pesquisa relacionada à *cultura material* requer uma formação específica e técnicas que implicam outro tipo de formação. Contudo, o estudo do texto escrito somente aparenta ser fácil. A inferência ao texto requer também todo um aparato técnico que muitas vezes não fica muito explícito.

De acordo com a *cultura material*, o texto escrito apresenta dados particulares e limitados. Por isso, a importância de estudá-lo sempre considerando toda uma tradição que o antecedeu para poder contextualizá-lo, elucidando a trama que o autor do texto por vezes não explicita. É um trabalho muitas vezes lento e meticuloso para compreenderem-se os interesses

envolvidos na produção de determinado texto, analisando a estrutura utilizada pelo autor para dissertar sobre o que pretende e quais informações foram privilegiadas em detrimento de outras. Nesse sentido, o trabalho com o texto escrito torna-se também um trabalho árduo que exige habilidade e conhecimento daquele que infere. Portanto, parece-nos importante discutir as categorias de textos que são alvo de nossa pesquisa: as homilias e as orações, uma vez que, conforme discorremos anteriormente, a documentação selecionada para a presente pesquisa constitui-se, não somente, mas, principalmente, das obras de dois autores antigos: João Crisóstomo e Libânio de Antioquia intituladas, respectivamente, *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia* e *As Orações sobre o Levante das Estátuas*[23]. Essas documentações de João Crisóstomo e Libânio concernentes ao *Levante das Estátuas* oferecem dados significativos e singulares para a compreensão daquela sociedade. De fato, como documentos históricos, as homilias e as orações apresentam informações importantes, embora particulares, para a investigação histórica.

Atualmente, as *homilias* recebem do historiador uma maior atenção e reconhecimento como fonte documental[24]. Como argumenta Wendy Mayer (2001:17), as homilias podem se tornar fonte valiosa de certos tipos de informações. Seus comentários são contemporâneos aos eventos e, portanto, em tempo de fornecer uma testemunha sobre os acontecimentos (Mayer, *op.cit.*). Segundo a autora, a homilia era utilizada como fonte que oferecia dados sobre indivíduos notáveis e ocorrências, bem como detalhes sobre a prática litúrgica e, mais recentemente, o interesse voltou-se para aqueles dados referentes à dinâmica da sociedade.

As homilias também se converteram em documentos valiosos para a História Social e Litúrgica (ALLEN, 1991:1-5), podendo também ser fontes principais em estudos na área da História Cultural e Política. Mas se, por um lado, esse tipo de documento muito pode contribuir, revelar e esclarecer, por outro, propõe alguns desafios e problemas. Wendy Mayer (2008:565) confirma que o estudo das prédicas tem suscitado bastante interesse, mas que se configura como um "campo minado" e "cheio de armadilhas para os desavisados".

---

[23] Duby (1995:134-5) argumenta que, em situações especiais, *"certos meios sociais desempenham um papel preponderante"* e assim sendo: *"o historiador deverá prestar uma atenção particular a essas pessoas que, por sua situação profissional, se encontram colocadas na frente de combate e que se revelam os principais agentes das forças de conservação, de resistência ou de conquista, os artesãos dos ajustamentos necessários. Trata-se em primeiro lugar de todos os especialistas que as sociedades estabelecidas colocam nas funções de educação e ensino. Trata-se igualmente de todos aqueles que se fazem porta-vozes de uma categoria social [...]"*. De fato, como duas personalidades importantes e porta-vozes de grupos sociais específicos, ambos os autores, João Crisóstomo e Libânio, são personalidades que ocupam posições destacadas dentro da sociedade romana imperial do século IV d.C. Para maiores detalhes sobre a posição social desses autores, conferir o Capítulo Terceiro da presente Tese no qual discorremos sobre a atuação de ambos na sociedade romana de sua época e as particularidades da posição social e político-cultural de ambos.

[24] De fato, como argumenta Wendy Mayer (2008:565), os temas da predica do cristianismo dos primeiros séculos e as homilias foram pouco explorados, recebendo atenção devida apenas recentemente.

Um problema importante e bastante significativo desse tipo de documento é a ausência de algumas características que são próprias às homilias, configurando-se como um discurso que é primordialmente oral (ALLEN, NEIL & MAYER, 2009:36-7). Assim sendo, todo o caráter *performativo* de um discurso oral, os gestos, as entonações e os recursos dramáticos realizados pelo orador se perdem no momento da captura deste como um texto escrito, problemas estes que se amplificam na medida em que se reconhece que o texto preservado e que chega até nós pode também ser resultado de várias versões provenientes daquele discurso oral inicial que foi pronunciado em assembleia (*op.cit*).

A contemporaneidade dos documentos aos eventos dos quais trata pode também tornar-se, em lugar de uma vantagem, um problema, por não possuir uma distância necessária. João Crisóstomo pronunciou vinte, das tradicionais vinte e uma homilias, à medida que ocorriam os acontecimentos do Levante das Estátuas que teve duração de mais ou menos dois meses, enquanto Libânio pronunciou as cinco orações após os acontecimentos e a reconciliação com o imperador Teodósio[25]. A distância possibilita novas interpretações, constrói outros significados (GINZBURG, 2001:42).

A diferença temporal é pequena, mas significativa entre a documentação de João Crisóstomo e Libânio. A temporalidade e o contexto diferenciado entre a pronúncia de uma e outra documentação contribuem também para as diferenças encontradas entre ambos os autores. Parece-nos até plausível argumentar que por Libânio ter se pronunciado *a posteriori* dos eventos, toda a sua compreensão acerca dos acontecimentos parece agregar uma ideia de não participação ativa, de mero expectador ou, na pior das hipóteses, uma visão forjada sem qualquer possibilidade de sua interseção ter sido possível e real[26]. Ao compor sua orações posteriormente, Libânio interfere na memória difundida acerca do Levante das Estátuas e relata também sua participação neste conflito.

Assim, consideramos que a compreensão do Levante das Estátuas e mesmo das próprias perspectivas de João Crisóstomo e Libânio passa, necessariamente, pela confrontação entre ambos os pontos de vista. Sem a relação entre esses relatos, nossa compreensão sobre o levante seria incompleta. A relação entre ambos os testemunhos e autores irá permiti-nos ter uma visão mais ampla dos acontecimentos, conhecer seu significado e importância de modo que possamos ainda compreender as possibilidades da própria interferência e atuação de ambos os autores antigos no cenário dessa sedição, considerando-se o contexto geral dos

[25] Louis-Pierre Malosse (2006:215-230) argumenta que mesmo a Oração XXIII de Libânio que tem sido considerada como contemporânea aos eventos foi pronunciada após a resolução do conflito.

[26] É recorrente, na historiografia, a tese de que Libânio tenha forjado em suas orações alguns eventos para confirmar seu ponto de vista e destacar a própria participação e interferência em favor da cidade e da população.

conflitos na cidade e no governo, particularmente de Teodósio, e até mesmo a relação deles com o próprio Imperador.

Outro desafio a ser enfrentado pela natureza desse tipo de documento diz respeito à parcialidade e ideologia presentes nos discursos. Os dados fornecidos pela documentação devem ser tratados com bastante rigor e cuidado para não aceitarmos passivamente o ponto de vista de um ou do outro autor.

Ao analisar as homilias de João Crisóstomo sobre a destruição das estátuas em Antioquia e as orações de Libânio sobre esse conflito, French (1998:469-70) reflete sobre os problemas postos ao historiador acerca da utilização das homilias como documento histórico. Conforme a autora, esse tipo de fonte coloca alguns problemas metodológicos, na medida em que seus autores têm por objetivo apresentar "provas retóricas inventadas" ou "argumentos" que convençam a audiência a aceitar a explicação de um ou do outro. De acordo com French, esse tipo de documento não é desinteressado, não apresenta uma "visão objetiva" dos eventos que propõe a debater. Não obstante, o problema pode e deve ser visto sob um ângulo diferente. Não se trata de verificar até que ponto as "provas" e os "argumentos" são "objetivos" ou não, mas de compreender as estratégias particulares.

Nenhum discurso é imparcial, isento de interesses. Quaisquer que sejam a sua natureza, os discursos estão permeados pelos interesses do grupo social do qual são produto, são apreensões e interpretações da realidade que imporão sua forma de compreender o mundo e, assim sendo, incorrerão em práticas sociais (CHARTIER, 1990:17). Tais problemas e dificuldades na abordagem dessas fontes não as desqualificam como documento histórico. Pelo contrário, impõem e sugerem novas metodologias, desafia a história como área de conhecimento e investigação científica.

As Orações de Libânio, por sua vez, são também documentações que oferecem dados importantes, mas que se apresentam, igualmente, como complexas e problemáticas. Categorizadas como 'orações', as obras desse sofista compreendem uma formação particular e um conhecimento específico bem como remete a uma retórica diferenciada que pode ser classificada como *Terceira Sofística* como propõe Quiroga Puertas (2007:34). Se considerarmos que Libânio apresenta uma forma nova de retórica, a compreensão de seu discurso significa também a ressignificação de antigos lugares de memórias e fórmulas utilizadas. Nisso, consiste um novo olhar também para todo o lugar das obras de Libânio no contexto do século IV. Nesse sentido, é preciso repensar a ideia, frequente e recorrente ainda em algumas historiografias, de um contexto onde o dito 'paganismo' estivesse em 'declínio' face ao dinamismo e inovador cristianismo. Como propôs Peter Garnsey e Richard Seller

(1987:182), ao discorrer sobre as lacunas abertas entre a oratória de Cícero e as de Sêneca e de Quintiliano, nós devemos compreender e analisar essas 'lacunas' não em termos de 'declínio' mas em termos de 'diferenças de gosto e atitudes'. E considerando que essas orações foram compostas a partir de um acontecimento particular, suas características também apresentarão particularidades como as homilias de João Crisóstomo no que diz respeito ao estilo, ao vocabulário. Assim também abordaremos as diferenças entre João Crisóstomo e Libânio de Antioquia no que se refere às duas posturas de ambos esses autores.

Buscamos perceber tanto as escolhas de João Crisóstomo como as de Libânio como abordagens possíveis acerca de um mesmo tema, mas diferentes abordagens em condições de concorrência equilibrada uma vez que se colocam num contexto apologético e de conflito, mas também de colaborações e convergências entre ambos os autores. Se ambas as documentações forem compreendidas a partir de um conflito retórico e dentro de um contexto no qual ambos os autores disputam adeptos e difundem suas perspectivas, devemos dar uma atenção especial ao público alvo das homilias de João Crisóstomo e a audiência também pretendida pelas orações de Libânio. Em outras palavras, devemos compreender a estrutura, a forma como se organizam as obras, seu vocabulário, bem como para quem estes autores se dirigiam, conhecer a audiência de cada um deles no dado contexto da cidade e dos acontecimentos do Levante das Estátuas. Ou seja, ao se fundamentar nesse tipo de documento, o historiador precisa conhecer a documentação nas suas características e elementos constituintes. Buscar compreender como as homilias e as orações estão organizadas, refletir sobre a forma como trata a temática bem como conhecer a sua audiência.

1.3. A organização e a audiência das homilias de João Crisóstomo e das orações de Libânio de Antioquia sobre o Levante das Estátuas

Na comparação entre as Homilias de João Crisóstomo e as Orações de Libânio sobre o levante, podemos argumentar que, em termos de estrutura e organização, ambas se diferem e se assemelham mutuamente. A composição, o estilo e as citações ao levante também apresentam identidades e diferenças significativas. Já foi argumentado por uma historiografia tradicional que Libânio havia plagiado as homilias de João Crisóstomo sobre o Levante das Estátuas (GOEBEL, 1930). Todavia, são evidentes as diferenças significativas que tornam uma obra particularmente distinta da outra. E mesmo que Libânio tenha tido acesso às homilias de João Crisóstomo, as Orações do sofista abordam o acontecimento sob uma outra perspectiva, inclusive, discorrendo sob temas originalmente diferenciados como iremos ver a

seguir. Assim, inicialmente, poderíamos destacar as distinções entre esses dois conjuntos de obras mediante as temáticas desenvolvidas em cada uma das Orações de Libânio e as Homilias de João Crisóstomo e, conjuntamente, discorrer sobre alguns aspectos da audiência possível de cada uma das obras, uma vez que se constituem de várias homilias e orações pronunciadas em momentos e espaços diferentes. Comecemos por refletir sobre a historiografia que trata do estudo das audiências para as obras dos autores em questão nesta Tese.

A historiografia que se dedica ao estudo das audiências e público alvo de determinados textos na Antiguidade Tardia oferece contribuições importantes. Todavia, o estudo especificamente sobre as audiências de João Crisóstomo parece mais numeroso que o estudo da audiência de Libânio[27]. Isso não significa pensar, no entanto, que Libânio em momento algum discorreu em suas obras sobre o público a quem se dirigia ou a audiência que espera alcançar com suas prédicas. Tanto João Crisóstomo quanto Libânio estavam preocupados com aqueles a quem se dirigiam. As obras de ambos os autores são repletas de dados dessa natureza que nos auxiliam a compor de maneira razoável um cenário possível definindo aqueles que poderiam estar presentes como ouvintes.

A audiência dos sacerdotes cristãos podia ser composta por homens, mulheres, ricos, pobres, escravos, artesãos, camponeses (HARTNEY, 2004:43; MAXWELL, 2006:65; MACMULLEN, 1989:503; MAYER, 1997:72). E, de fato, como destacou Hartney (2004:43), a audiência podia ser plural[28]. Esse argumento é plausível. Todavia, como Hartney (2004:44) busca demonstrar, a maneira como os sacerdotes se dirigem a audiência e o vocabulário que utilizam podem nos levar a pensar que a audiência seja menos heterogênea do que na realidade pode ter sido. Conforme Hartney (2004:44) a mensagem que o sacerdote envia está

---

[27] Em nossas pesquisas para o nosso levantamento historiográfico sobre o tema das audiências no século IV d.C., não conseguimos ter notícia ou conhecimento de alguma referência sobre a audiência de Libânio. A seguir, listamos as referências disponíveis para o estudo das audiências que são, sobretudo, a partir do estudo de caso dos bispos, no geral, e de João Crisóstomo, no particular. Conferir. CUNNINGHAM, M. B. & ALLEN, P. *Preacher and Audience*. Leiden: Brill, 1998; MAXWELL, J. *Christianization and communication in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006; HARTNEY, A. M. Christian preaching and his audiences. In: ____. *John Chrysostom and the transformation of the city*. London: Duckworth, 2004, p. 33-51; MAYER, W. John Chrysostom and his audiences. Distinguishing different congregations at Antioch and Constantinople. *Studia Patristica* 31, ano 1997, p. 70-75. Ver também uma conferência proferida na *Second Triennial International Conference* pela PhD. Wendy Mayer que se intitula *Who came to hear John Chrysostom Preach? Recovering a late fourth-century preacher's audience*. Sobre a audiência dos bispos, de um modo geral, conferir: MAcMULLEN, The preacher's audience (A.D. 350-400). *Journal of Theological Studies* NS 40, ano 1989, p. 503-511.

[28] No original: "*Christianity as a religion prided itself on its universal appeal, claimimg that gender, race or social standing count for nothing in the eyes of the Lord and that the Kingdom of Heaven is open to all*." (HARTNEY, 2004:43). N.T.: "O cristianismo como uma religião se orgulha pelo seu apelo universal, proclamando que o gênero, a raça ou a posição social não são relevantes aos olhos do Senhor e que o Reino dos Céus é aberto a todos". (Tradução nossa).

relacionado a um determinado segmento da sociedade, especialmente, aos ricos, mas isso, na realidade, revela a intenção daquele que predica. Ainda de acordo com essa autora (*op.cit.*), a preocupação de João Crisóstomo com a opulência, tema que pode ser encontrado frequentemente nas suas homilias, se relaciona com a intenção deste autor antigo em provocar a redistribuição da riqueza, logo, os apelos estariam direcionados aos membros que estariam em posição de ajudar aqueles menos afortunados, o alvo de seu apelo seriam, portanto, os considerados "ricos", mas isso não significa que, na sua audiência, não havia "pobres"[29].

Estudar as audiências das orações e das homilias, sob um ponto de vista histórico, significa também inferir sobre o contexto no qual as homilias e as orações foram produzidas para, desse modo, podermos inferir sobre a audiência possível em cada um dos momentos em que as prédicas foram pronunciadas. Embora, ambas tenham, cada uma, uma função específica dentro de um contexto mais amplo da vida político-cultural do Império Romano, no geral, e da cidade de Antioquia, no particular, tanto essas homilias quanto essas orações, em especial, pertencem também a um contexto determinado e específico, o Levante das Estátuas, que podem oferecer diferenças em relação à composição do público alvo.

No caso das homilias sobre o Levante das Estátuas, João Crisóstomo parece predicar para uma audiência que considerava em sua maioria membros da comunidade cristã. Ele parece se dirigir a todos, homens e mulheres, como podemos extrair do excerto abaixo (João Crisóstomo, *De Statui*, *Hom.* III, 5):

> A comunidade da Igreja pode fazer muito, se, com uma alma pesarosa e com um espírito arrependido, nós oferecermos nossas preces! Não é necessário atravessarmos o oceano, ou fazermos uma longa jornada. Deixe-se todo homem e mulher entre nós, quer se encontrarem juntos na igreja, quer permanecerem em casa, rogar a Deus com muita dedicação, e Ele indubitavelmente aquiescerá a essas petições.

[29] N.T.: Na versão em inglês: "*We can safely say that the concern with wealth was the great theme of all Chrysostom's preaching. But in order to effect its redistribution, he must of necessity address those who actually possessed it. Hence the direct appeals to the 'you' who were the wealthily dressed members of the congregation. He urges them to help those less fortunate then themselves – the ekeinoi. In fact even in Crhysostom's portrayal of the ideally Christian city, he still presumes that there will be a wealthier class in place who have the material means to assist those less well off than themselves. For this purpose therefore, it is of little use for Chrysostom to address the poor, since they will not be in position to adopt his advice. Therefore he looks to another target for his appeal, but this does not necessarily prove the absence of the poor from his congregation*." (Hartney, 2004:44). N.T.: "Nós podemos dizer seguramente que a preocupação com a opulência era um grande tema de todas as prédicas de João Crisóstomo. Mas com a intenção de causar a sua redistribuição, ele precisa por necessidade se dirigir àqueles que possuem a riqueza de fato. Por esta razão, os apelos diretos para o "você" que eram os membros bem vestidos da congregação. Ele proclama para que eles ajudem aqueles menos afortunados do que eles – os *ekeinoi*. Na realidade, mesmo na imagem de Crisóstomo da cidade cristã ideal, ele ainda pressupõe que existirá um estamento rico no lugar certo que tem os meios materiais para assistir aqueles menos favorecidos que eles. Por esta razão, portanto, é inútil para Crisóstomo se dirigir aos pobres desde que eles não estarão em posição de receber o conselho dele. Portanto, ele procura por um outro alvo para seu apelo, mas isto não prova necessariamente a ausência do pobre na sua congregação". (Tradução nossa).

Existe uma particularidade. As homilias sobre as Estátuas tratam de um acontecimento que envolve, na concepção de João Crisóstomo, a participação de toda a comunidade cristã bem como de todos os habitantes do mundo, uma vez que o que está em risco é a ordem romana pelo agravo cometido contra as imagens imperiais. Logo, é plausível encontrarmos nas homilias uma exortação mais universal que inclua todos os segmentos sociais. No caso da audiência de Libânio, existem algumas dificuldades. A historiografia parece que ainda não se dedicou ao estudo da audiência de Libânio. Apesar disso, isto não significa pensar que não podemos extrair de sua obra pistas sobre o público que ouvia suas orações. Em 388, na seção 254 de sua *Autobiografia*[30], Libânio fornece-nos alguns dados sobre a sua audiência:

> Minha audiência não é agora o que costumava ser, formada pelo governador e pelo grande número de pessoas que ele costumava trazer provenientes de muitas províncias. A razão era que aqui eu vi independência, lá envolvia subserviência; neste momento eu tenho uma audiência de amigos, lá uma na qual a inimizade também apareceu, e que obstruiu minha oratória.

Libânio reclama de sua audiência e destaca que não costuma ser o que costumava ser em termos de quantidade e qualidade. Uma audiência de 'amigos' e uma audiência em menor número. Isso não significa pensar que Libânio estava em posição desfavorecida ou que perdia autoridade nesse mundo. A passagem nos informa que houve uma mudança na audiência deste sofista assim como também podemos encontrar indícios de João Crisóstomo relatando dificuldades também em sua audiência em número e qualidade. Mas para podermos alcançar uma ideia mais definida da audiência das obras que aqui estudamos, as orações e homilias sobre o Levante das Estátuas, é necessário, primeiro discorrer sobre cada uma delas em termos de sua temática, organização e estrutura e, em segundo lugar, as observações sobre a audiência devem considerar também o gênero literário de cada uma das orações e homilias. Por exemplo, as *Orações XXI* e *XXII*, se compreendidas como *panegíricos*[31], estes teriam uma audiência específica. A *Oração XXIII* que desenvolve o tema acerca da evacuação geral da cidade, Libânio muito frequentemente utiliza o pronome "nós" em oposição a "eles". O "nós" parece designar aqueles que permaneceram na cidade e "eles" aqueles que se evadiram. Entre os que fugiram da cidade, Libânio inclui mulheres, crianças que fugiam por medo da resposta imperial devido à destruição das suas imagens.

Na *Oração XIX* intitulada *Ao Imperador Teodósio, sobre os conflitos*, Libânio (XIX, 4) dirige-se ao Imperador e leva-nos a crer que pronuncia essa oração em presença dele,

[30] Segundo Norman (1992:7-9), a *Autobiografia* de Libânio foi escrita em partes. Assim, o parágrafo que ora reproduzimos aqui se inclui na parte que foi escrita no ano de 388.
[31] Norman (1977:240) classificou essas orações como "pequenos panegíricos sobre os dois comissionário".

conforme aparece em vários excertos da documentação como o excerto que se segue: “Pois eu, que por nenhum esforço imaginativo poderia esperar percorrer o primeiro dia da jornada, percorri muitos e consegui chegar até aqui. Eu atravessei o Bósforo, eu estou aqui no Palácio e participando do debate sobre a nossa cidade”.

No entanto, diante de outros dados internos da documentação, é possível datá-la posteriormente à chegada do perdão imperial. Essa oração é composta de 66 seções, sendo a oração mais extensa do conjunto de Orações sobre o Levante das Estátuas, de Libânio. Nessas seções, o sofista discorre sobre o Imperador (em forma de súplica em favor da cidade) destacando qualidades e exemplos de virtudes que caracterizariam um *bom imperador*[32]. Libânio discorre ainda sobre os eventos que ele considera relacionados ao Levante das Estátuas, numa descrição da sucessão dos atos dos amotinados até a destruição das imagens imperiais, além de posteriores julgamentos, justificando inclusive a ação das autoridades municipais[33] no gerenciamento do conflito. Ainda nesta oração, é possível conferir um *encomium* à Antioquia como uma cidade distinta do conjunto de cidades imperiais por uma série de aspectos que incluem sua urbanística, sua territorialidade e população[34]. As citações aos acontecimentos do levante são recorrentes e significativas (APÊNDICE A, Tabela 1 – Orações e citações ao Levante das Estátuas)[35].

Na Oração XX – *Ao Imperador, após a reconciliação* – Libânio discorre novamente sobre a sucessão dos eventos, mas de maneira a compor a imagem de Teodósio como filantropo pelo perdão concedido. A ênfase na gravidade das ações se deveu em razão de demonstrar que as punições esperadas e imaginadas pela população eram justas e legais de acordo com a legislação romana, mas que não foram cumpridas por Teodósio que teria optado por uma resolução mais pacífica. Por isso, Libânio parece discorrer sobre acontecimentos similares na história do Império Romano e as reações imperiais correspondentes de maneira a distinguir o imperador Teodósio e sua reação neste levante de Antioquia. Aqui também as citações ao levante são recorrentes e significativas, fazendo com que toda a Oração seja

[32] Sobre essas virtudes e a imagem de *bom imperador*, de acordo com Libânio, nós discorreremos no Capítulo Quarto da presente Tese.
[33] Sobre o gerenciamento do conflito e o papel desempenhado pelas autoridades locais, cf. Capítulo Quinto da presente Tese.
[34] Sobre Antioquia e suas representações na literatura antiga e historiográfica contemporânea, conferir Capítulo Terceiro da presente Tese.
[35] As citações destacadas na tabela obedeceram ao seguinte critério de escolha: menção direta aos acontecimentos do levante, ou seja, menção de qualquer um dos eventos que estavam relacionados à destruição das estátuas – como, por exemplo, a reação da população quando do anúncio do imposto, as ações que levaram à zombaria e destruição das imagens imperiais, as expectativas e ações empreendidas por parte da população e das autoridades municipais após os acontecimentos que levaram à destruição das imagens, os julgamentos, as penalidades, os emissários imperiais e a reação imperial.

desenvolvida em razão do tema da sedição (APÊNDICE A, Tabela 1 – Orações e citações ao Levante das Estátuas).

Na *Oração XXI – À Cesário, '**magister officiorum**'* – os temas desenvolvidos se referem à exaltação do papel desempenhado pelo Cesário na sedição[36]. É uma oração, mas com aspectos e elementos de panegírico, e compõe-se de 33 seções nas quais Libânio discorre sobre a índole dessa autoridade imperial e o segundo julgamento, além do posterior relato ao imperador acerca desse julgamento. As citações ao levante e aos acontecimentos que marcaram a sedição são também significativas de modo a compor a imagem de Cesário como um dos responsáveis pela brandura da resolução imperial (APÊNDICE A, Tabela 1 – Orações e citações ao Levante das Estátuas).

A *Oração XXII – À Elébico* – é também um panegírico a essa autoridade imperial que desempenha a função de *magister militum*[37]. Essa oração é composta de 42 seções, nas quais o tema do imposto é abordada e novamente a sucessão dos eventos que levaram à destruição das estátuas é aqui discutida. Entretanto, com maior riqueza de detalhes, Libânio fornece informações mais detidas sobre a desordem urbana de modo a nos permitir reconstituir parte dos lugares percorridos pelos amotinados e a maneira como aconteceu a destruição das imagens para, em seguida, discorrer sobre Elébico e o segundo julgamento. As citações ao levante são aqui numerosas e mais detalhadas (APÊNDICE A, Tabela 1 – Orações e citações ao Levante das Estátuas).

Por fim, a *Oração XXIII – Contra os Refugiados* – que é composta por 28 seções as quais se ocupam do processo de fuga dos remanescentes decorrente do levante. Essa oração destaca o êxodo provocado pelo temor à reação imperial após a destruição das imagens. Libânio expressa ainda o seu descontentamento com relação ao esvaziamento das aulas, evento em que os estudantes também se evadiram. Todo o processo do êxodo é visto por Libânio como algo negativo e desnecessário. As citações ao levante são feitas de forma direta, com esparsas menções ao dia da irrupção do levante (APÊNDICE A, Tabela 1 – Orações e citações ao Levante das Estátuas).

Uma historiografia específica, de contornos sociais, fundamentou-se com maior intensidade nas orações de Libânio por ter como característica o fornecimento de dados particulares sobre o levante, como os que foram aqui sumariamente apresentados. Não obstante, as homilias de João Crisóstomo também se caracterizam pela riqueza de dados sobre o levante e, portanto, como documentações igualmente importantes. As homilias apresentam

[36] Trataremos sobre as magistraturas no Capítulo Terceiro da presente Tese.
[37] Sobre as funções dessa magistratura, trataremos no Capítulo Terceiro da presente Tese.

o levante na perspectiva de João Crisóstomo a partir das temáticas desenvolvidas em cada uma das homilias.

A *Homilia I*, apesar de ter sido pronunciada antes da irrupção do conflito, pode ser incluída na série uma vez que a temática pode ser relacionada ao conjunto das homilias da série. Esta homilia se constitui de 33 seções nas quais disserta sobre a passagem em 1Tim 5, 23, que diz: "Não continues a beber somente água; toma um pouco de vinho por causa de teu estômago e de tuas fraquezas."[38] Essa exortação de caráter moral incita ao crente a lidar severamente, mesmo violentamente, com aqueles cidadãos que blasfemam contra Deus (PAVERD, 1991:3). Nessa homilia não haverá citações ao levante, uma vez que foi pronunciada antes da irrupção do conflito (APÊNDICE B, Tabela 2 – As Homilias e as citações ao Levante).

Na *Homilia II*, já após a irrupção do conflito (*De Statui*, *Hom*. II, 1-2), João Crisóstomo descreve o clima de consternação, de gravidade e perigo diante dos acontecimentos (*De Statui*, *Hom*. II, 1-12):

> O que devo dizer, ou do que devo eu falar? O presente momento é para lágrimas, e não para palavras; para lamentação, não para discurso; para rezar, não para pregar. Tamanha é a magnitude da audaciosa ação cometida; tão incurável é a ferida, tão profunda a chaga, até mesmo acima do poder de todo tratamento, que anseia assistência de cima.

Mais adiante, Crisóstomo busca compreender os acontecimentos, os motivos da irrupção, numa reflexão acerca das qualidades e definições da riqueza e da pobreza. As citações ao levante são mais numerosas no início da homilia, mas sendo também encontradas esparsas citações nas últimas seções (APÊNDICE B, Tabela 2 – As Homilias e as citações ao Levante).

A *Homilia III* dedica-se ao tema da embaixada de Flaviano, bispo em Antioquia, em direção à Constantinopla para em audiência falar com o imperador Teodósio em favor da cidade e seus habitantes. Com elementos de um panegírico a Flaviano (QUIROGA PUERTAS, 2007:169-187), João Crisóstomo destaca as virtudes desse bispo, apresenta as características de sua função episcopal e, representando Flaviano como porta-voz da população antioquena, ele é aquele que conseguirá, com a ajuda divina, aplacar a ira imperial. As citações ao levante são significativas e estão relacionadas aos argumentos que Flaviano utilizará para persuadir o imperador acerca da natureza regrada da cidade e sua população em

[38] N.T. Tradução retirada da *Bíblia de Jerusalém* (1Tim 5, 23, p. 2073), edição da Paulus, 3ª reimpressão, 2004. Na Homilia I, a tradução mais literal seria "Tome um pouco de vinho para o bem de teu estômago e de tuas outras enfermidades."

oposição ao tempo excepcional desse levante (APÊNDICE B, Tabela 2 – As Homilias e as citações ao Levante).

Na *Homilia IV*, João Crisóstomo predica sobre algumas passagens presente nas Escrituras. A partir dos exemplos de Jó e das Três crianças na Babilônia, a exortação pretende ser um exemplo de como se devem enfrentar adversidades, como nesse caso dos eventos recentes enfrentados pela população antioquena. Na parte final da homilia, um pronunciamento sobre a abstenção aos juramentos. Aqui as citações ao levante ocorrem em pequenas e esparsas citações amalgamadas nos exemplos a serem seguidos (APÊNDICE B, Tabela 2 – As Homilias e as citações ao Levante).

A *Homilia V* segue a temática da Homilia IV. João Crisóstomo continua consolando a população mediante os exemplos de Jó e introduz o exemplo dos Ninivitas para que àqueles sigam aguardando corajosamente para enfrentar a adversidade presente. Retoma ainda o tema da abstenção aos juramentos. As citações ao levante podem ser depreendidas mediante metáforas. Essas aparecem em quantidade significativa, mas esparsas (APÊNDICE B, Tabela 2 – As Homilias e as citações ao Levante).

Para a compreensão das temáticas desenvolvidas na *Homilia VI* e em razão da diversidade dos seus tópicos, recorreremos ao esquema apresentado por Paverd (1991:6). Na *Homilia VI*, João Crisóstomo discorre sobre seis temáticas: 1) relaciona a função dos sacerdotes ao conforto, ou seja, é tarefa dos sacerdotes consolar; 2) apresenta argumentos que confirmam a necessidade da existência de magistrados; 3) compõe os motivos pelos quais a população deve estar confiante de um bom resultado à sedição; 4) argumenta que o jejum persuadirá não somente o Imperador a ser leniente, mas também auxiliará a população a enfrentar com fortaleza de espírito as aflições presentes; 5) disserta que o pecado que deve ser temido e não a morte; 6) alerta sobre o problema dos juramentos. O levante é aqui citado novamente em passagens esparsas, mas significativas (APÊNDICE B, Tabela 2 – As Homilias e as citações ao Levante).

A *Homilia VII* comenta sobre passagens da Escritura iniciando com o Gênesis I,1: “No começo Deus criou o céu e a terra”. A intenção de João Crisóstomo com essa Homilia parece ser a do ensinamento mediante as Escrituras. A homilia é concluída com o tema do juramento novamente. A citação ao levante é novamente mediante exemplos bíblicos, passagens esparsas, mas presentes também nessa homilia (APÊNDICE B, Tabela 2 – As Homilias e as citações ao Levante).

Na *Homilia VIII*, há a continuação de extração de passagens das Escrituras como forma de “consolação e conforto” (*De Statui*, *Hom.* VIII, 1). Retoma o Gênesis para a prédica.

A homilia conclui novamente com a temática dos juramentos. Novamente, é possível destacar citações ao levante (APÊNDICE B, Tabela 2 – As Homilias e as citações ao Levante).

A *Homilia IX* continua com os ensinamentos extraídos das Escrituras e com a temática dos juramentos. Ainda aqui, as citações ao levante podem ser extraídas mediante os exemplos utilizados e extraídos das Escrituras. A composição dessa homilia como das anteriores foram intencionalmente compostas a partir dos acontecimentos dos eventos do levante (APÊNDICE B, Tabela 2 – As Homilias e as citações ao Levante).

Na *Homilia X*, João Crisóstomo expressa a importância de naquele presente momento comparecer a Eclésia em lugar de qualquer outro lugar como o *Dicastério*, tribunal, ou o *Bouleuterion*. E, novamente, segue com a temática dos juramentos. Ocorrem citações esparsas ao levante, de forma direta e menos numerosa, mas ainda presentes (APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

A *Homilia XI* retoma diretamente o tema da sedição e relembra os eventos que ocorreram no dia da destruição das estátuas, relacionando-os com o julgamento dos membros da Boulé em Antioquia. Alguns ensinamentos e instruções acerca de elementos que são, tradicionalmente, relacionados à época da Quaresma continuam. As citações ao levante aparecem em maior quantidade e de forma mais direta (APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

O inicio da *Homilia XII* menciona o levante e, num tom mais ameno, João Crisóstomo disserta mais uma vez sobre alguns elementos da punição esperada, destacando mais uma vez que os atos perpetrados contra as estátuas foram obra de algo exterior à cidade. Ainda aparece nessa homilia o tema do juramento e pode-se ainda observar a presença de ensinamentos que são frequentemente relacionados à época da Quaresma por uma historiografia específica. As citações ao levante são aqui novamente numa quantidade significativa (APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

Na *Homilia XIII*, a temática desenvolvida é a do julgamento e do tribunal estabelecido para processar os considerados responsáveis pelos atos contra as estátuas. As citações ao levante são significativas e consideravelmente numerosas (APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

Na *Homilia XIV*, João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom.* XIV, 1) relata mais alguns eventos que ocorreram e que estão relacionados aos acontecimentos da sedição inicial que levou à destruição das estátuas: "Não menos fez o demônio novamente ontem perturbando a ordem da cidade, mas Deus nos consola novamente [...]". Em seguida, uma reflexão acerca da maneira como Deus pode confortar o homem para, posteriormente, retomar o "tópico habitual

sobre a instrução" (*De Statui*, *Hom.* XIV, 2): as consequências provenientes do juramento mediante exemplos retirados das Escrituras. Nesta parte, há citações ao levante, mesmo que de maneira mais branda, porém contínua e consistente (APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

A *Homilia XV* refere-se a uma visão particular e positiva acerca do medo. Aqui, João Crisóstomo disserta sobre as vantagens de sentir medo e assim as expectativas e o terror em razão da sedição é uma oportunidade para revelar as vantagens de um momento como esse. Novamente como caráter instrutivo, essa homilia retoma o tema dos juramentos. Há citações diretas ao levante e ao tempo excepcional da intempérie (APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

A *Homilia XVI* foi pronunciada em ocasião da visita do *Consularis Syriae* Celso que é mencionado em razão de seu pronunciamento em assembleia na Eclésia. Havia rumores de que novos distúrbios estavam por acontecer, o que tornou a visita do *Consulares Syriae* necessária, segundo João Crisótomo, para acalmar a população que estava novamente em situação de alarme. Mas, Crisóstomo inicia a homilia em tom de reprovação:

> Eu solicitei que o *Consularis Syriae* viesse aqui e os consolasse, pois vi a cidade agitada e para que pudesse ter esperanças. Mas eu me envergonho por você que depois desses discursos longos e frequentes precise de consolo proveniente de fora de nossa eclésia.

Nessa mesma homilia, João Crisóstomo ainda discorre sobre os juramentos novamente e faz comentários sobre as palavras do apóstolo Paulo em Fm I,1 – "Paulo, prisioneiro de Cristo Jesus [...]".[39] Aqui novamente a citação aos acontecimentos relacionados ao levante são diretos e relativamente numerosos (APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

A *Homilia XVII* refere-se ao segundo julgamento e à chegada dos enviados do Imperador para a inquirição dos que foram acusados pela destruição das estátuas. João Crisóstomo descreve acontecimentos acerca da ação dos monges em favor da cidade e da população e o clima de expectativas sobre os procedimentos que se seguirão em razão do julgamento dos acusados e presos. As citações ao levante são aqui numerosas (APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

[39] N.T. Tradução retirada da Bíblia de Jerusalém, Editora Paulus, 3ª reimpressão, 2004, p. 2081, Cf. a passagem Fm I, 1.

A *Homilia XVIII* continua se referindo ao levante. João Crisóstomo comenta passagens das Escrituras (Fl, IV, 4 – "Alegrai-vos sempre no Senhor!")[40] e, em seguida, retoma o tema do jejum e dos juramentos na parte final. As citações ao levante continuam a ser significativas e inseridas no contexto das exortações como um todo (Para conferir a frequência e quantidade das citações, APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

Na *Homilia XIX*, a temática parece seguir um esquema habitual de homilias destinada ao período da Quaresma, conforme argumenta Paverd (1991:11), ideia esta que nós consideramos que possa gerar equívocos. É possível que haja um esquema 'habitual' de homilias planejado para determinadas épocas do calendário litúrgico antigo. Todavia, nos parece evidente que *As Homilias sobre as Estátuas* foram modificadas em razão dos acontecimentos em Antioquia, em razão do conflito. Por isso, parece-nos mais pertinente conceber essas homilias a partir do levante em detrimento da época da Quaresma, mesmo que haja algo de 'esquemático' e 'pré-concebido', o Levante das Estátuas aparece como tema norteador e definidor das prédicas. A dimensão instrutiva da homilia torna o levante ainda mais vívido nessas prédicas. As homilias eram a maneira como os membros da Eclésia, elite eclesiástica e leigos, ensinavam e aprendiam os preceitos do cristianismo e identificavam-se como cristãos. A homilética era o instrumento mediante o qual os bispos e presbíteros difundiam o ponto de vista interpretativo considerado 'cristão'. Assim, o retorno ao tema dos juramentos e a utilização e o recurso às Escrituras, na *Homilia XIX*, bem como em todas as outras homilias, implicam essa dimensão educacional. As citações ao levante seguem de forma metafórica, mediante estórias tiradas das Escrituras. Os excertos referentes ao levante são esparsos, mas ainda podem ser encontrados nessa homilia (APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

Na *Homilia XX*, o tema é o jejum seguido de uma reflexão acerca da punição com rápida menção ao segundo julgamento dos *buleotários*. As citações ao levante ocorrem em menor número, mas de forma significativa com relação às outras temáticas desenvolvidas nessa homilia (APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

Na *Homilia XXI*, abordam-se o retorno de Flaviano, bispo de Antioquia, e a reconciliação do Imperador com a cidade e a população. As citações ao levante aparecem aqui com mais frequência (APÊNDICE B, Tabela 2 – "As Homilias e as citações ao Levante").

A *Homilia XXII* referiria-se a *Nuper Dictorum* denominada na *Patrologia Graeca* de *Ad Iluminados catechesis 2*. A inclusão dessa homilia à serie *As Homilias sobre as Estátuas*

[40] N.T. Tradução retirada da *Bíblia de Jerusalém*, Editora Paulus, 3ª reimpressão, 2004, p. 2081, Cf. a passagem Fl. IV, 4.

ao Povo de Antioquia é defendida por Franz Van de Paverd (1991:227). É a última homilia pronunciada antes da Páscoa e se refere a preparação seja dos fieis ordinários seja dos *illuminandi*, os catecúmenos.

A *Homilia XXIII* intitular-se-ia *De decem millium talentorum* [presente na *Patrologia Graeca*, João Crisóstomo, volume 51] e a *Homilia XXIV, In Psalmum 145* [presente na *Patrologia Graeca*, no volume 55 das obras de João Crisóstomo. Cf. Valevícius, 2000:87]. A inclusão de ambas as homilias na série *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia* é defendida por Valevícius (2000:85). Segundo esse autor, mediante a tradução manuscrita, a série *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia* seria composta de 24 Homilias e não apenas 21 ou 22. O autor (VALEVICIUS, 2000:88) argumenta que a homilia *De decem millium talentorum* (Homilia XXIII da série sobre as Estátuas) tem sim parentesco com as homilias sobre o levante. Primeiro porque foi pronunciada durante a Quaresma, mesmo período das outras vinte e umas, e em segundo lugar, porque mediante citações e alusões ao conflito internas à homilia revelam sua pertença. Além disso, a homilia é rica em citações acerca do perdão e da reconciliação (VALEVICIUS, 2000:89). A *Homilia XXIV* é uma homilia pronunciada durante a Semana Santa (op.cit.:90). Nesta homilia parece não haver citação direta aos acontecimentos, contudo, alusões bastante significativas apontam para uma pertença à série (op.cit.: 91).

Como pudemos observar, toda essa documentação é um manancial de dados e informações múltiplas acerca dos acontecimentos da sedição. Parece-nos ainda mais pertinente pertinente que nos voltemos para os dados da documentação de Libânio e João Crisóstomo uma vez que se trata de um evento no qual imagens imperiais podem ter sido o ato mais grave e definidor desse levante e, principalmente, porque ambos os autores tratam dessa temática descrevendo e enfatizando a destruição e zombaria das imagens imperiais. As descrições detalhadas das imagens e da simbologia que as cercam nos levam a tratá-las como uma *cultura material*[41], com a ressalva de que se trata de uma *cultura material* retirada de uma documentação escrita.

[41] Nossa utilização aqui do conceito de *cultura material* segue o mesmo sentido oferecido pelo autor Pedro Paulo de Abreu Funari (2003:25 e 27): "[...] entre os tipos de documentos, escritos diversos, como poesias, ficção, histórias, inscrições, reflexões filosóficas, políticas; será apresentada ainda, a cultura material: vasos cerâmicos, pinturas parietais [...] Na verdade, também os vestígios materiais e as artes, por exemplo, constituem documentos."

1.4. A cultura material implicada no tema do Levante das Estátuas e as evidências presentes na documentação escrita

Os estudos em História Antiga muito podem se beneficiar do que a cultura material tem a oferecer. Na Europa, em particular, na Inglaterra, o recurso à cultura material é recorrente, oferecendo perspectivas conjuntas ou concorrentes das extraídas da documentação escrita. Não é raro encontrar uma obra na historiografia britânica que tenha somente sido fundamentada unicamente em documentação textual. Não obstante, os estudiosos ingleses da Antiguidade têm recorrido cada vez mais à cultura material a fim de trazer à luz novas e diferentes perspectivas e conhecimentos sobre o Mundo Antigo.

No Brasil, o uso da cultura material em estudos históricos tem aumentado significativamente. São iniciativas tanto individuais quanto coletivas, suscitadas por eventos em nível universitário, que contribuem para uma ampliação das temáticas estimulando novos debates. Difícil imaginar, por exemplo, há algumas décadas, um estudo nacional que se fundamentasse em grafites, em iconografias, em numismática, em estatuária. Assim, a História Antiga escrita no Brasil apresenta uma vitalidade particular: um alargamento de tipos e categorias de documentos[42].

Nesse contexto, consideramos pertinente a nossa reflexão acerca da cultura material implicada em nossa temática, a saber, as estátuas imperiais e os painéis de madeira portadores da imagem do Imperador, já que o Levante das Estátuas implicou a destruição dessas imagens imperiais e, posteriormente, acusação de crime de lesa-majestade. Além disso, a destruição de imagens imperiais é um aspecto importante no contexto do século IV d.C. e elemento definidor de toda a sedição que ora propomos estudar. Logo, a maneira como estas imagens se apresentavam eram por si só portadoras de significado.

As representações, se da família imperial ou apenas do Imperador, e a maneira como estavam dispostas em praça pública ou em áreas fechadas de um fórum, por exemplo, detinham importância e valores diferentes que importam aqui no nosso estudo, na medida em que, em nossa opinião, tal fato pode estar relacionado a outro tema que trabalharemos nessa Tese: a penalidade imputada aos que foram acusados de crime de lesa-majestade.

A investigação acerca do material que dava suporte às representações é também tão importante quanto a descrição delas e a compreensão do contexto nos quais aquelas imagens

[42] A História Antiga no Brasil também apresenta outras inovações. A maneira como a produção nacional é escrita e compreendida já foi tema de várias reflexões. Conferir, por exemplo, o artigo de Margarida Maria de Carvalho e Pedro Paulo Funari (2007:14-19) sobre os avanços da História Antiga no Brasil.

foram dispostas e como se apresentavam. Esses aspectos são importantes e imprescindíveis ao nosso estudo, dado que a gravidade do evento estava também relacionada à natureza das imagens em termos de sua composição, posição, material e representação. De fato, podemos observar a relevância desses aspectos de nossa pesquisa uma vez que não é algo fortuito, por exemplo, a maneira como Libânio e João Crisóstomo, ao descrever ou mencionar a destruição das imagens, apontam de maneira significativa para a materialidade desses objetos. Ambos os autores ou mencionam a disposição delas em seus respectivos lugares, ou o material nas quais as imagens foram ou podem ser esculpidas e pintadas, ou que materiais são considerados simbolicamente mais importantes (Libânio, *Or*. XIX, 30; *Or*. XX, 10; João Crisóstomo, *De Statui*, *Hom*. XXI, 10). Consideramos esses dados como elementos de importância ímpar que singularizam o evento e reforçam a gravidade dos atos contra as imagens.

João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XXI, 10) menciona alguns dos materiais em que estátuas podiam ser esculpidas com bronze ou ouro e ainda incrustadas com pedras preciosas. Libânio (*Or*. XX, 10) faz ainda menção a uma estátua equestre e distingue de forma gradativa o grau de gravidade das ações, relacionando-as com o tipo de estátua, ou seja, o material da estátua, a sua disposição no espaço, a pessoa representada e a representação em si relacionando-as diretamente ao grau de gravidade das ações infligidas contra as imagens. Portanto, parece-nos necessariamente imprescindível compreender as estátuas e os painéis de madeira também como uma *cultura material* imbuída de significado, eivadas de valores e importâncias singulares no contexto do século IV d.C., em razão de seus materiais de modo que levam ambos os autores antigos, João Crisóstomo e Libânio, a discorrerem e a descreverem tais elementos. De fato, como veremos a seguir, as estátuas de bronze e os painéis de madeira são objetos de grande valor não somente, mas também por causa das implicações devidas a sua matéria prima: o bronze e a madeira.

1.5. As estátuas imperiais de bronze do Império Romano

Em Roma, no centro da *Piazza Del Campidoglio*, uma grande e majestosa estátua equestre de bronze nos convida a entrar em um dentre muitos outros espaços fascinantes para o historiador da Antiguidade. A *Piazza* foi uma construção concebida por Michelangelo em razão da entrada triunfal do Imperador Carlos V em 1536. Nela repousa uma série de elementos que nos remontam à Antiguidade e, especialmente, ao Império Romano. A estátua

equestre do imperador romano Marco Aurélio (161-180) é posicionada em um pedestal[43] no centro da praça projetada por Michelangelo.

Atualmente, a estátua original encontra-se exposta dentro do *Musei Capitolini*, pois desde 1981, foi removida e, em seu lugar, foi posta uma réplica. Na Antiguidade, essa estátua foi erigida, provavelmente, em razão das vitórias desse imperador sobre as tribos germânicas e sármatas em 176 d.C. e sua localização original é desconhecida. Mas, em ambos os casos, tanto no caso de Carlos V quanto no de Marco Aurélio, parece-nos que permanece um mesmo ideal: a promoção de um Império, de uma autoridade particular reconhecida em uma única pessoa e a construção de uma identidade e relações de poder específicas com o Imperador em governo. Nesse sentido, as imagens são importantes mecanismos de difusão política e criação de identidade e hierarquias e símbolos fundadores de valores e éticas sociais mediante a maneira como materialmente são dispostas e por intermédio da forma como estes objetos se fazem presentes no contexto em termos de gestos, vestimentas, cores, presença ou não presença de objetos complementares. Cada um desses aspectos é carregado de sentido e não são escolhas arbitrárias e, por isso mesmo, é importante que sejam compreendidos e analisados.

O imperador Marco Aurélio está montado em um cavalo vestindo trajes civis em lugar de uma vestimenta militar (ANEXO A, cf. Figura 1), mas com uma postura de guerra o que denotaria, para Jás Elsner (1998:76-78), a combinação de dois atributos que pareciam muito significativos em um *princeps* de sua época: "a criação de uma imagem que era simultaneamente triunfante e civil". A prática de se erigir estátuas imperiais é comum e recorrente desde a época de Augusto, podendo remontar ainda desde a República Romana quando também se erguiam estátuas de senadores e generais em espaços públicos (ZANKER, 2002; STEWART, 2003; SMITH, 1997; TANNER, 2000).

Jane Fejfer (2008:157) argumenta que o bronze e o mármore branco eram os dois materiais mais importantes, mais comuns e mais disputados na fabricação de estátuas honoríficas e imagens dispostas em espaços privados. Contudo, as estátuas de mármore foram as que mais resistiram ao tempo e foram preservadas superando em muito qualquer outro tipo de material (op. cit.). A estátua equestre de Marco Aurélio esculpida em bronze, por exemplo, foi a única estátua de tipo equestre de imperador que foi preservada e chegou até nós. Durante a época medieval, essa estátua só não foi destruída porque foi, equivocadamente, confundida como sendo de Constantino – considerado no cristianismo como o primeiro Imperador cristão

[43] Marcos Aurélio Antonino Augusto foi um imperador romano do II século d.C.

(Elsner, 1998:78). O *Colosso de Barleta* (ANEXO A, Cf. Fig. 2) é outra estátua de bronze aproximadamente datada do século V d.C. que sobreviveu. É considerada uma estátua imperial devido aos seus acessórios, como o diadema, embora a identidade do imperador ainda seja incerta, podendo representar os imperadores entre Valentiniano (364-375) a Marciano (450-457) e inclusive um desses dois.

O bronze, como argumenta a historiografia especializada, parece que era alvo constante de reutilização (FEJFER, 2008:157; BRUNEAU, TORELLI & ALTET, 1991:187). A documentação escrita [cf. João Malalas, *Crônicas*, Livro 13, § 3] fornece dados interessantes acerca da prática de derretimento do bronze e fabricação de novas estátuas, bem como uma nova historiografia específica acerca desse tema que reflete acerca das últimas estátuas da Antiguidade Tardia relacionadas ao argumento de uma diminuição da fabricação de estátuas até o seu posterior desaparecimento[44]. Dado esse panorama, difícil avaliar com certo grau de precisão como eram as estátuas que foram destruídas no Levante das Estátuas. Todavia, parece-nos possível inferir a documentação escrita para termos alguns dados acerca das estátuas que foram destruídas no levante em questão. Com o auxílio de alguns esparsos, mas significativos fragmentos presentes na documentação escrita, bem como da cultura material disponível desse tipo de objeto, buscaremos delimitar e definir algumas características importantes das referidas estátuas.

Libânio é quem nos fornece mais detalhes sobre como estas estátuas poderiam ser e quais as gradações de importância com base na maneira como são representadas. Na Oração XX, 10, o autor destaca:

> Certamente, se alguém reclamar disso [das punições infligidas], esse alguém pararia de falar pelo pensamento àqueles insultos e pelo tratamento dispensado àquelas estátuas. Na verdade, para tal pessoa inconveniente, o imperador poderia responder rapidamente, 'Senhor, você não ouviu aquelas palavras? Você não os viu derrubar as estátuas? Se tais ofensas tivessem sido cometidas apenas contra meu filho mais novo, eu teria que suportar. Mas se, além dele, também a mãe, e além dela, eu mesmo, e mais intolerável de tudo para mim, se eles tivessem demolido a estátua equestre de meu pai, cavalo e tudo, destruído em pedaços com todo o peso de uma cavalaria e ridicularizado os dois, como se não tivessem ninguém a se ressentir de tal maldade e restasse ninguém para punir isto, quantos deveriam ser condenados a morte por cada uma das ofensas?'

Podemos inferir desse excerto uma gradação de gravidade, uma hierarquia de importância de estátuas e representação. A ofensa "... mais intolerável..." seria à estátua

[44] Cf. O Projeto sobre as últimas estátuas da Antiguidade Tardia desenvolvido no *Oxford Centre for Late Antiquity* disponível em *http://www.ocla.ox.ac.uk/statues/index.shtml*, desenvolvido pelo Prof. R.R.R. Smith e Prof. Bryan Ward-Perkins com a colaboração do Prof Carlos Machado, da Profa. Julia Lenaghan e do Prof. Ulrich Gehn.

equestre do pai, seguidas pela do próprio imperador, da esposa e do filho mais novo. Do ponto de vista da representação, parece-nos que eram estátuas separadas, individuais em lugar de uma representação única, num complexo estatuário.

No que diz respeito ao material, tanto João Crisóstomo quanto Libânio fazem distinção dos materiais empregados nas imagens. Libânio (*Or*. XXI, 5) claramente explicita "As estátuas de bronze (χαλκῶν) foram forçadamente derrubadas e arrastadas juntamente e em sua totalidade por todos lugares ou reduzida a pedaços." Libânio (*Or*. XXI, 30) discorre em outra passagem:

> Assim, nós sugerimos pela fabricação de estátuas de bronze, pois nenhuma marca maior de alta estima pode ser solicitada de um imperador, mas estas somente mostram como um homem é em sua aparência física. A natureza de seu caráter é indicado pelas suas ações. Desse modo, alguém que se apresenta como um homem de excelência é revelado por sua melhor face para gerações futuras também, estátuas podem ser destruídas de várias maneiras, mas isto [as ações], enraizado sob fundação certa, está acima de sofrer qualquer abalo.

João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XXI, 10) também discorre sobre as estátuas, fornecendo-nos mais alguns indícios:

> As suas estátuas foram derrubadas? Está em seu poder [do Imperador] erguer novamente outras ainda mais esplendorosas. Se você perdoar as ofensas daqueles que lhe insultaram, e não se vingar neles, eles irão erguer uma estátua em seu nome, não uma de bronze na praça pública, nem de ouro, nem incrustada com pedras preciosas...

No grego, o termo que aparece no texto ao se remeter ao material das estátuas é χαλκῶν, que poderíamos traduzir como "algo proveniente do cobre" e não a palavra bronze como aqui foi traduzido. Todavia, como argumentam Bruneau, Torelli & Altet (1991:187), sob a categoria bronze reúne-se certo número de ligas metálicas à base de cobre. Parece-nos, portanto, que embora aqui em grego apareça um termo que designa cobre e não bronze, as estátuas poderiam ser alguma liga com base em cobre, não sendo puramente cobre na sua composição.

Assim, parece-nos plausível inferir, diante dos excertos acima mencionados, que as estátuas do levante parece terem sido erguidas em praça pública, são compostas de uma liga metálica com base no cobre, são representações individuais e não um conjunto composto de estátuas interligadas entre si. E, além disso, pela importância do material e talvez, por ser uma possível raridade – bronze (e cobre) –, daí a necessidade de sempre haver a reutilização por derretimento do material, fato que se impõe aqui, nesse caso específico. Sendo assim,

argumentamos que todos esses aspectos reunidos reforcem a gravidade das ações e estejam relacionados de maneira direta com a forma como todo o acontecimento em termos de ações e reações tenham se desenvolvido.

Mas não foram somente as estátuas de bronze o alvo de uma reação violenta. Devido às notícias de um imposto, os painéis de madeira portando as imagens do Imperador também foram violados e agredidos. Em outra passagem da documentação escrita, Libânio (*Or*. XXII, 7) narra "eles avistaram as várias imagens em painéis de madeira (σανίσιν εἰκόνας) e vociferaram contra elas primeiramente insultos depois jogaram pedras". Logo, vejamos também a seguir o que significam as imagens imperiais em madeira e sua importância dentro do Levante das Estátuas.

1.6. As imagens imperiais em painéis de madeira

A "madeira era, plausivelmente, o material mais valioso utilizado pelos povos do Mediterrâneo antigo" (ULRICH, 2007:1)[45]. De acordo com Jane Fejfer (2008:154), a pintura pode ter sido considerada uma alternativa durante o III e o IV séculos d.C., quando o número de estátuas honoríficas e imagens diminuíram, como aconteceu com a maioria das artes monumentais. Esse tipo de arte, ainda segundo essa autora, pode ter sido substituído por pinturas espetaculares em painéis. Mas se foi difícil a preservação das estátuas de bronze até os nossos dias devido não só mas também pela prática, recorrente e comum, da reutilização de material[46], as pinturas em madeira eram algo igualmente complicado em termos de preservação. As pinturas raramente sobreviveram e chegaram aos dias atuais. Temos notícia da preservação apenas de uma série de imagens em painéis de madeira provenientes do Egito, conhecida por *Os Retratos de Fayum* (Cf. ANEXO B), uma coleção de pinturas, as mais preservadas provenientes da Antiguidade e isso se deveu em razão das condições ideais de preservação encontradas na geografia do Egito.

No caso de retratos imperiais, temos notícias mediante Plínio, O Velho, em sua *História Natural* (XXXV,52), que o imperador Nero havia ordenado uma pintura em tamanho "colossal" mas que, ao ser terminada e erguida em praça pública, foi atingida por um raio e destruída por fogo. Outro exemplo de existência de pintura imperial em madeira é o tondo da

[45] N.T.: *Wood was arguably the most valuable natural resource utilized by the people of ancient Mediterranean* (ULRICH, 2007:1).
[46] Para outras possibilidades de problemas relacionadas à preservação das estátuas e do bronze conferir Bruneau, Torelli & Altet (1991:187).

família de Septímio Severo, apresentando, inclusive, a prática da *damnatio memoriae* em Geta, o filho mais novo que foi morto por ordem do irmão Caracala (Cf. ANEXO C)[47].

A importância da pintura romana dentro do Império parece ser relativa e depende do tempo e do espaço. Como argumenta Fejfer (2008:153), temos poucos dados devido às poucas evidências que são provenientes, em sua maioria, de pinturas em paredes, imagens em painéis de madeira ou roupas que desapareceram quase completamente. As evidências epigráficas também apresentam dados importantes acerca da ocorrência de imagens em madeira durante o Império romano, revelando que eram comuns e eram dedicados a cidadãos notáveis (op.cit). Podemos ainda contar com poucas iluminuras que apresentam representações dos painéis de madeira com imagens imperiais como é o caso de um manuscrito grego antigo sobre o Novo Testamento, conhecido como *Os Evangelhos de Rossano*, datado do século VI d.C.[48].

Em dois fólios, 8r e 8v (Cf. ANEXO D), dos Evangelhos de Rossano, é possível observar que se referem ao julgamento de Jesus Cristo. A cena nestes fólios desse manuscrito é interessante e muito reveladora. Na descrição do Tribunal, é possível observar Pilatos no centro da cena, em um trono, atrás de uma mesa, e na frente de dois estandartes que abriga dois painéis com imagens, possivelmente, imperiais. Na mesa, podemos também observar duas formas que se assemelham às duas imagens presente no estandarte de madeira o que nos leva a crer que também sejam imagens imperiais estampadas na parte frontal da mesa. A presença de imagens imperiais em um tribunal enfatiza o reconhecimento de um julgamento sob a jurisdição imperial, de uma justiça proclamada em nome de um imperador (LOERKE, 1961:177).

Pilatos seria, portanto, um oficial reconhecido e legitimado pelo governo imperial mediante outros símbolos presentes também na cena como o rolo de papiro que segura, os dois estandartes, a mesa com a imagem imperial representada e o trono sob o qual se senta e que distingue competência desta autoridade como um juiz num julgamento civil, estabelecido como uma força representativa do imperador, que significa compreender esse julgamento de Cristo diante Pilatos como uma ação da lei inscrita sob a autoridade do Império Romano (op. cit.)[49].

[47] A imagem deste tondo foi uma cortesia cedida pelo Prof. Bryan Ward-Perkins.
[48] Tomamos conhecimento destas iluminuras do Manuscrito mediante o Prof. Bryan Ward-Perkins, que inclusive nos cedeu imagens dos fólios.
[49] Conferir o debate sobre a presença ou não de todos esses símbolos imperiais na legitimação do oficial empreendida por William C. Loerke (1961:177-184).

William C. Loerke (1961:179) argumenta que o que vemos na cena desse manuscrito não é um tribunal ordinário dentro de uma corte de direito romano, mas a repetição insistente da presença imperial que é enfatizada mediante a teoria fundamental de que o Imperador estava presente em todo julgamento pronunciado por um juiz numa corte real e que isto pode ser confirmado pela presença de imagens e símbolos que representam o Imperador dentro do espaço que será estabelecido um julgamento. Nesse sentido, esses fólios do julgamento de Cristo do *Evangelho de Rossano* nos alertam, portanto, sobre a necessidade de compreensão do contexto e do espaço onde se encontravam os painéis de madeira que foram alvo de zombaria e graves ofensas no caso do Levante das Estátuas. Desse modo, o tribunal parece-nos o primeiro lugar no qual poderíamos inferir sobre o lugar e o contexto das imagens imperiais em madeira.

Na literatura antiga grega, o termo τὰ δικαστήρια pode significar "a estrutura física – o edifício – e os procedimentos considerados conjuntamente em julgamentos" (Cf. BOEGEHOLD, 1995:xxiv) ou "o espaço onde se julga". Tanto João Crisóstomo quanto Libânio utilizam a palavra *Dicastério* (το δικαστήριον) para se referir ao julgamento dos amotinados e responsabilizados pelas ofensas às imagens imperiais e, posteriormente, por todos os eventos relacionados ao levante. E, no Levante das Estátuas, é possível identificar mediante evidências extraídas da documentação escrita seja nas orações de Libânio, seja nas homilias de João Crisóstomo que houve dois julgamentos: um ocorrido logo imediatamente à supressão do conflito realizado por autoridades que estavam presentes na cidade no momento da irrupção do levante e o segundo ocorrendo posteriormente, presidido pelas autoridades do governo imperial enviadas de Teodósio I, Cesário e Elébico (João Crisóstomo, *De Statui*, *Hom*. XIII; *Hom*. XVII; Libânio, *Or*. XIX, 36-37; *Or*. XXI, 9).

Libânio (Or. XIX, 36-37) relata-nos a sucessão dos eventos que levaram ao primeiro julgamento:

> 36. No entanto, quando o *Comes Orientis* ouviu que os arqueiros tinham se encarregado dos amotinados, ele visitou a cena pessoalmente, e trouxe um reforço para a tropa, e deixou claro que com a mesma força ele poderia ter feito o mesmo em estágios anteriores. As feridas expostas pelos amotinados causadas pelas telhas lançadas durante a sedição os levaram a julgamento, e as várias maneiras de investigação fizeram o mesmo àqueles considerados culpados do sacrilégio. Os cúmplices dos amotinados, aqueles que sabiam a identidade e as ações de seus companheiros, se tornaram evidências do estado, e a condenação foi rápida, clara e fácil. 37. Os prisioneiros tiveram que ser classificados de acordo com a seriedade dos seus crimes. Então isto foi feito. Assim, os procedimentos foram tomados para se instituir imediatamente a punição dos piores transgressores. Isto foi feito também (...).

João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. II, 2; *Hom*. XX, 7) também discorre sobre o primeiro julgamento:

> Pois, quando os responsáveis por esses audaciosos atos ilegais foram arrastados até o dicastério, quando o fogo acendeu dentro e os executores permaneceram por perto e atacaram as costelas deles, se alguém ao lado deles tivesse proclamado: "se você tiver inimigos, esqueça seus ressentimentos, e nós seremos capazes de eximi-lo dessa punição;" eles não teriam beijado os pés deles [dos inimigos]?

O segundo julgamento presidido pelos enviados do Imperador ocorreu também no *Dicastério* (δικαστήρια). Libânio (*Or*. XXII, 21) descreve, mediante panegírico à Elébico, a chegada dos emissários ao *Dicastério* para a "investigação judicial":

> [...] ele foi amável o bastante para não iniciar os procedimentos judiciais à meia noite ou nas primeiras horas da manhã que por si só já era motivo suficiente para o terror. Ele saiu de casa um pouco antes do amanhecer de modo que as lamparinas estavam acessas por convenção, mas já não eram mais necessárias, e como num ato de humanidade fez com que todos os acontecimentos anteriores se tornassem insignificantes.

Assim, João Crisóstomo e Libânio fornecem dados interessantes sobre os dois julgamentos: ora descrevendo os ânimos da população, ora o clima de expectativas, ora os procedimentos do julgamento, como, por exemplo, como ocorreu a inquirição aos considerados réus. No entanto, em momento algum, observamos João Crisóstomo ou Libânio referirem-se à descrição do espaço do tribunal em termos de sua composição material, ou fornecerem evidências de que os painéis de imagens imperiais estavam presentes nesse espaço onde ocorreram os julgamentos.

As representações imperiais em painéis de madeira poderiam ser portáteis (como os estandartes que vimos representados nas iluminuras do manuscrito *Os Evangelhos de Rossano* ou como no tondo da família do imperador Severo) destinados à disposição pública em prédios, ou em procissões como representações de um dado imperador, de uma dada ordem oficial e institucionalizada. Durante o *Principado*, várias são as evidências provenientes de documentação escrita que nos confirmam essas possibilidades. Em sua *História Natural* XXXV, 52, Plínio, O Velho, discorre sobre uma pintura colossal encomendada por Nero e disposta em espaço público, mas destruída por um raio. Assim, parece-nos muito provável que a disposição de imagens imperiais no espaço público, sejam elas pintadas em madeira, sejam esculpidas em bronze ou mármore, ocorria também no contexto da Antiguidade Tardia. No século IV d.C., Severiano de Gabala (*De mundi creatione orat*.: VI, 5) destaca:

> [...] considere quantos oficiais existem em todo o mundo, e já que o Imperador não podia estar presente para todos, foi necessário erigir estátuas do Imperador em

> tribunais, nos mercados, assembleias públicas, e teatros – em cada lugar, pois o Imperador é um ser humano, e não pode estar em todos os lugares.[50]

Mas, para melhor compreendermos mais alguns elementos dessas representações em painéis de madeira, nós buscamos mais alguns indícios presentes em nossa documentação escrita. Libânio descreve com certo detalhe de dados o percurso dos amotinados e a sucessão dos eventos no dia da irrupção do levante. E na descrição da sucessão dos eventos, podemos visualizar, com o auxílio de um plano da cidade de Antioquia, alguns dos locais percorridos (Cf. ANEXO F – Mapa 2) pelos amotinados e tentar compreender a localização das imagens imperiais. Libânio (*Or*. XIX, 25-37; XXI, 5-9; XXII, 5-11) pronuncia-se em três momentos sobre os eventos ocorridos durante o dia em que as imagens foram destruídas e, em orações diferentes, sempre adicionando elementos novos à descrição. Na Oração XIX, seções 25-29, Libânio destaca:

> 25. Lá chegou o decreto sobre o ouro, algo há muito tempo temido. O que até então parecia inacreditável era somente muito crível; a terra não poderia aguentar o fardo, e então aqueles que ouviram a ordem se lançaram ao chão, a maioria revelando sua incapacidade absoluta: no entanto por mais que o assim desejasse, eles seriam incapazes de fazer o que eles não poderiam fazer, e as suas pessoas seriam as mais rigorosas e terríveis. Eles tiveram que recorrer, portanto, ao apoio de deus deles, invocando seu nome, para que ele pudesse persuadi-lo a suspender parte do fardo. 26. O Dicastério estava lotado de pessoas – ex-governadores, buleotários, advogados, militares da reserva.
>
> [...]
>
> [...] mas agora, quando eles vieram para fora e chegaram às ultimas consequências, alguns dos seus companheiros começou a causar uma desordem, e eles continuaram quietos. 28. Eles seguiram para o lugar onde provavelmente encontrariam Flaviano, mas eles não o encontraram, então eles retornaram ao lugar onde iniciaram a manifestação. Eles começaram a empregar linguagem vulgar, que logo se transformaram em ações, algo que o mais respeitável não esperava...
>
> 29. Usando tais instrumentos, então, o espírito mal encenou atos que eu prefiro não mencionar, mas que minha preservação pelo código de minha formação me proíbe de omitir. Nós costumávamos contemplar com reverência as suas estátuas, não para aqueles patifes [...] meros garotos, logo se lançaram sobre elas, e rapidamente escalou nelas, pulando de uma para outra...

Libânio (XXII, 7), em outra oração, menciona as imagens de madeira na seguinte passagem:

> 7. Este, então, era um tipo de prelúdio que foi realizado juntamente com outras ofensas verbais que teriam me feito bem se não as tivessem ouvido. A adoção das técnicas habituais de motins e manifestações nas oficinas eram consideradas insignificantes e indignas da masculinidade deles. Em vez disso, eles lançaram seus

[50] Referência e tradução desse excerto com base em Setton (1941:196).

> olhos nas várias imagens em painéis de madeira e esbravejaram em direção a elas os primeiros insultos e depois lançaram pedras.

Algumas referências da historiografia contemporânea apresentam argumentos de que as imagens em painéis de madeira se encontravam em espaço aberto e público. No capítulo XII da obra *Saint Jean Chrysostome: Oeuvres Complètes* dirigida por M. Jeannin (1887:137)[51], as imagens em madeira são configuradas como "pinturas na fachada de prédios públicos". A.F. Norman (1977:379 cf. n. d) argumenta que as imagens imperiais em madeira e as estátuas eram normalmente alojadas nos arredores do palácio imperial. Quiroga Puertas (2007:11 cf. n.38) argumenta que existem discrepâncias acerca do lugar exato em que essas imagens estariam situadas. Browning (1952:15 e cf. também n. 40) argumenta que a destruição das imagens tenha ocorrido em espaço público e pressupõe que tudo isso tenha acontecido em frente ao palácio e que as pinturas e as estátuas sejam parte da decoração oficial como bandeiras o são para a contemporaneidade. Downey (1961:429, cf. n. 89) também destaca a posição de Browning que supõe que a destruição das imagens em madeira e das estátuas de bronze ocorreu na frente do palácio imperial localizada na ilha (Cf. ANEXO F: Mapa 2, "Plano da cidade de Antioquia"), onde estas imagens estariam comumente dispostas. Mas na obra intitulada *Antioch in the age of Theodosius The Great*, Downey (1962:124) argumenta que os painéis de madeira, nas quais estariam pintadas imagens oficiais da família imperial, estariam dispostos em frente aos tribunais[52]. Mas, dado esse panorama, parece-nos plausível a tese de que as imagens em painéis de madeira pudessem estar também expostas em espaço público, nos arredores do palácio imperial em Antioquia durante o levante, embora esse dado não esteja evidente em nossa documentação.

A composição das homilias e orações em termos de suas temáticas ajuda-nos a mapear os dados que podemos extrair dessa documentação escrita, bem como compreender a abordagem e a perspectiva de seus autores. Tanto as homilias como as orações informam-nos aspectos diferentes, mas comparáveis entre si. Libânio fornece-nos uma representação específica sobre os eventos do conflito e mesmo que singularizando como um levante excepcional na história da cidade de Antioquia, cita vários exemplos de sedições no qual estátuas foram de algum modo motivo de ofensas. João Crisóstomo, por sua vez, compõe o levante como um evento singular sem precedentes em termos de gravidade.

---

[51] N.T.: "*Ou couvre de boue les portraits em pied de l'empereur peints sur la façade des monuments publies...*".
[52] N.T.: "*In front of the law courts were displayed the wooden panels on which official portraits of the imperial family were painted*.".

1.7. O Levante das Estátuas como tema principal das Homilias e das Orações

O estudo acerca do Levante das Estátuas tem acompanhado o debate sobre o lugar do tema do levante dentro das homilias de João Crisóstomo. Definir a importância e o lugar reservados ao tema na obra de João Crisóstomo é uma tarefa difícil, mas necessária de se pesquisar de modo que possamos compreender e contextualizar esse conflito seja na historiografia, seja, principalmente, no contexto do século IV d.C. e, portanto, inferir sobre a escolha de Libânio de se pronunciar acerca do levante apenas posteriormente, quando todas as querelas da sedição haviam sido solucionadas.

Todo o conjunto da obra *As Orações sobre o 'Levante das Estátuas'*, de Libânio, concentra-se em discorrer acerca da temática de todos os eventos e assuntos correlatos à sedição, o que não gera dúvidas ou equívocos acerca do lugar ocupado pelo tema. Assim, comecemos por argumentar, como hipótese, que o tema 'Levante das Estátuas' ocupa um lugar importante e é assunto principal também dentro da série *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo* de Antioquia, de João Crisóstomo, que não só redimensionou toda a prédica como implicou toda uma modificação da série de homilias.

Em 1961, J-M. Leroux afirma, em artigo intitulado *Saint Jean Chrysostome: Les Homélies sur les Statues,* publicado no periódico *Studia Patristica*, que *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia,* de João Crisóstomo, se constituíam num conjunto de homilias destinado à Quaresma e que a ocorrência do levante não havia modificado a essência do programa inicial planejado por João Crisóstomo e o que teria acontecido foi apenas uma inclusão do tema da sedição de modo periférico[53].

Em que pese a contribuição da análise dessas homilias, pelo viés da sua interpretação primordialmente destinada à catequese, não poderíamos deixar também de observar que as modificações realizadas para a inclusão do tema do levante tenham de alguma maneira implicado no rearranjo de todo o conjunto da série, não se excetuando nem mesmo a Homilia I, que foi pronunciada antes da irrupção do levante, uma vez em que esta pode ser compreendida como um sobreaviso, um alerta, um prenúncio do clima da cidade que estava prestes a eclodir em conflito. Assim, em nossa opinião,[54] mesmo que, originalmente, João Crisóstomo tivesse estabelecido um programa a ser cumprido em suas prédicas no período da

[53] N.T.: No original: "*Ces homélies, adressées au peuple d'Antioche, constituent l'ensemble d'une prédication quadragésimale de Chrysostome. La coincidence d'une émeute, suivie de répression n'a pas, comme on l'affirme trop souvent, modifié essenciellement le programme du predicateur, mais lui a simplement procuré une illustration pathétique qui en renforçait la portéé*."

[54] Expressada em pesquisa anterior, em nossa Dissertação de Mestrado (2006:60).

Quaresma, o que é plausível, parece-nos que, após a primeira prédica (ocorrida alguns dias antes da destruição das imagens imperiais), a adaptação e a escolha, pela inclusão da temática sobre o conflito, a partir da segunda homilia, impõem-se como um dado imprescindível e importante o suficiente para ser mencionado e debatido. Assim, não se trata de um fator numérico, mas de uma importância qualitativa.

As menções ao levante, em todas as suas facetas e dimensões e assuntos correlatos, aparecem sempre com uma vivacidade descritiva e pontualmente específica que lhe atribuem destaque e importância no conjunto das obras de João Crisóstomo e Libânio. A Quaresma e a catequese são importantes elementos imbricados nessas obras de João Crisóstomo. Todavia, o que propomos, neste espaço da Tese, é redimensionar a importância do tema do levante dentro da obra de maneira a compreender a sedição a partir de um contexto mais amplo.

Numa ação de mapeamento na documentação de João Crisóstomo e Libânio, nós buscamos os dados que poderiam ser classificados como citação ao Levante das Estátuas. Consideramos citação ao Levante das Estátuas todas as menções que foram feitas diretamente aos acontecimentos que se relacionam aos seguintes eventos:

1) O anúncio sobre o imposto e a destruição das imagens imperiais;
2) Os julgamentos e tribunais;
3) A ação municipal e imperial;
4) Os comentários acerca do "crime", da punição, da sentença;
5) Os comentários sobre o clima da cidade e de seus habitantes mediante os acontecimentos,
6) Os comentários sobre o êxodo populacional;
7) A embaixada de Flaviano;
8) A embaixada de Libânio.

Fazendo esse mapeamento, observamos que as citações e as menções ao levante são também numericamente significativas (Cf. APÊNDICES A e B), o que nos permite concluir que o tema do levante é mais citado do que, possivelmente, a historiografia tradicional tenha avaliado. Outra questão diz respeito às homilias que foram consideradas como desprovidas de qualquer menção ao levante. Apesar de não incluirmos aqui as citações alusivas ou metafóricas, consideramos importante destacar que as temáticas desenvolvidas tanto nas homilias quanto nas orações que, aparentemente, possam não ter relação, *a priori*, com o levante, essa não relação é apenas aparente.

Em momento de espera de penas severas em razão dos acontecimentos do Levante das Estátuas, João Crisótomo (*De Statui, Hom*. VII, 5) mesmo reporta "Eu não estou ampliando esse tema sem motivo...". Logo, todas as temáticas desenvolvidas nesse conjunto documental de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia referente ao levante se relacionam entre si e com o levante em nossa opinião sendo relevante o tratamento de cada uma das temáticas desenvolvidas por esses autores considerando sua relação com o Levante das Estátuas. Os exemplos são múltiplos. Citemos apenas um.

Na Homilia VII, apesar de João Crisóstomo dissertar sobre a passagem introdutória do Livro do Gênesis (1,1), "No início Deus criou o céu e a terra", e retomar alguns temas como, por exemplo, a exortação acerca do pecado e da morte e do juramento em vão,[55] não poderíamos deixar de observar a escolha das passagens e dos temas sem relacioná-los ao tema do levante. Os ensinamentos extraídos das Escrituras por João Crisóstomo são, não fortuitamente, similares aos conselhos e a perspectiva acerca de como a sedição deveria ser gerenciada. No excerto da Homilia VII, 5, João Crisóstomo discorre:

> Quando um homem, então, tinha sido enganado e iludido pelo demônio, devemos observar como Deus o tratou depois de ter ele cometido um pecado tão grave. Ele decidiu destruí-lo completamente?

No decorrer da homilia em questão, João Crisóstomo discorrerá sobre o julgamento de Adão. Sobre a passagem acima mencionada como poderíamos destituí-la de relação como os acontecimentos do Levante das Estátuas? O exemplo escolhido do julgamento e punição de Adão não poderia ser mais alusivo e relativo ao levante. A maneira como João Crisóstomo discorre sobre a influência de demônios em homens é argumento, por exemplo, para justificar o comportamento sedicioso dos amotinados em homilias posteriores. A maneira como 'Deus' julga e a justiça divina será o parâmetro por meio do qual Teodósio e a justiça romana deve se fundamentar. Logo, embora essa homilia tenha sido considerada por uma historiografia específica como uma homilia que não faça menção ao levante devemos pensar que a menção é alusiva e relativa ao Levante das Estátuas, seja na escolha dos exemplos retirados das Escrituras, seja no vocabulário empregado por João Crisóstomo que é similar para discorrer

[55] Mary Albania Burns (1930:3) descreve o conteúdo da Homilia VII como sendo "uma repetição breve de exortações anteriores" e comentários "sobre o texto: 'No início Deus criou o céu e a terra.' (Gen. 1,1)" e ainda "observa a piedade de Deus" que é mostrada mesmo em castigo como prova a passagem das Escrituras 'Adão, onde estás?' (Gen. 3, 9)" finalizando com a reiteração da advertência acerca do juramento em vão". Franz Van de Paverd (1991:7) argumenta que, na Homilia VII, João Crisóstomo destaca que naquele momento era tempo para direcionar a prédica para os ensinamentos das Escrituras e, portanto, faz comentários sobre passagens do Livro dos Gênesis (1,1-2; 3, 2-7) e conclui com uma diatribe contra o juramento em vão.

sobre o tema do levante bem como sobre temas extraídos das Escrituras. Os argumentos e a linguagem são comparáveis em ambos os casos.

Na historiografia posterior, o Levante das Estátuas parece permanecer como um evento singular e grave o suficiente para ser mencionado como um exemplar ímpar na história do Império em termos de conflitos violentos. Inúmeras menções na historiografia geral confirmam a singularidade da sedição pelo excesso de adjetivos. É recorrente, inclusive, a adoção da perspectiva de Libânio, como portador de uma objetividade, ou de João Crisóstomo, como representação subjetiva.

O Levante das Estátuas é um acontecimento bastante documentado se compararmos a outros temas da Antiguidade. Todavia, ainda há o que se pode inferir na documentação como, por exemplo, as várias interpretações sobre vários contextos diferentes, resgatadas na documentação ora de Libânio, ora de João Crisóstomo para se empreender a compreensão do conflito. E, nesse movimento de revisão do objeto já investigado, novas interpretações e representações do levante são construídas e cristalizadas, tornando-se lugares de memórias.

No Capítulo Segundo, buscaremos compreender as representações do conflito a partir da historiografia de modo a contextualizar a sedição dentro do conjunto de levantes do século IV d.C., no geral, e no espaço da cidade de Antioquia, no particular. O mapeamento dos lugares de memórias presentes na historiografia permitirá compreender melhor o interesse político-religioso e histórico na recuperação e análise desses documentos seja na contemporaneidade, seja na Idade Média e, portanto, localizar e justificar nosso próprio interesse no estudo dessa temática.

2 O LEVANTE DAS ESTÁTUAS EM ANTIOQUIA (387 D.C.):

História, Memória & Historiografia.

O historiador grego Heródoto de Halicarnaso[1] (*Historiae*, Livro 1, capítulo 1) recorda-nos de que é preciso preservar mediante a história as ações humanas que são condenadas a se apagarem pelo tempo[2]. O conceito de História de Heródoto presente nessas primeiras linhas da obra é particularmente significativo. Em *As Histórias*, de Heródoto, a recuperação de eventos remotos ocorre mediante depoimentos de outrem num todo que implica a arbitragem das várias versões numa relação conflituosa entre aqueles que testemunham, mas há também conflitos entre as testemunhas e o próprio árbitro, aquele que conta a história (BAKKER, 2002:18 e 19). O historiador grego expressa ainda uma preocupação com o destino de sua obra, exigindo de sua futura audiência o que ele próprio propôs fazer: ouvir criticamente, questionar, julgar, e ainda registrar (BAKKER, 2002:32).

João Crisósotmo (*De Statui*, *Hom*. VIII, 1) também reivindica para 'As Escrituras' o *status* de narrativa histórica: "Tendes escutado, ultimamente, como As Escrituras trazem consolo e conforto, apesar de serem uma narrativa histórica. Por exemplo, "No início, Deus criou o céu e a terra," é uma declaração histórica...[3]".

---

[1] Heródoto foi considerado como *Pai da História* [Cf. *De Legibus*, 1, 5, onde Cícero declara que Heródoto é o *Pai da História*. Verificar também toda uma historiografia que debate acerca desse epíteto ou o confirma como, por exemplo, G.E.M de Ste. Croix (1977:130); Charles Norris Cochrane (1992:443-459); Arnaldo Momigliano (2004:53-83); J.A.S. Evans (1968:11-17); François Hartog (1988:xv-xxv); Hanna Arendt (1958:570)]. Para saber mais sobre Heródoto e suas obras ou seu pensamento político, há disponível duas grandes coletâneas de artigos: *The Cambrige Companion to Herodotus* editado por Carolyn Dewald e John Maricola (2006) e o *Brill's Companion to Herodotos* editado por Egbert J. Bakker, Irene J.F. de Jong & Hans van Wees (2002).

[2] N.T.: Ἡροδότου Ἁλικαρνησσέος ἱστορίης ἀπόδεξις ἥδε, ὡς μήτε τὰ γενόμενα ἐξ ἀνθρώπων τῷ χρόνῳ ἐξίτηλα γένηται, μήτε ἔργα μεγάλα τε καὶ θωμαστά, τὰ μὲν Ἕλλησι, τὰ δὲ βαρβάροισι ἀποδεχθέντα, ἀκλεᾶ γένηται, τά τε ἄλλα καὶ δι' ἣν αἰτίην ἐπολέμησαν ἀλλήλοισι. (*Herodoti Historiae, I, 1.*).

[3] N.T.: Ἔγνωστε πρώην πῶς πᾶσα Γραφὴ παράκλησιν φέρει καὶ παραμυθίαν, κἂν ἱστορίας διήγησις ᾖ· καὶ γὰρ τὸ, Ἐν ἀρχῇ ἐποίησεν ὁ Θεὸς τὸν οὐρανὸν καὶ τὴν γῆν, ἱστορίας ἐξήγησις ἦν, (*Homilia VIII*, PG 49, p. 97).

Na *História Eclesiástica*, Eusébio de Cesáreia[4] (*HE*, I, 1)[5] diz ter como objetivo o registro, em escrito, das sucessões daqueles que ele categoriza como santos apóstolos, buscando também relatar sobre os tempos desde a época de Jesus Cristo até a sua própria época, bem como relacionar os diversos eventos importantes que se diz terem ocorrido na história da Eclésia distinguindo aqueles que governaram e lideraram a Eclésia nas províncias mais importantes do Império. Eusébio ainda argumenta que fará esse registro recorrendo às memórias e passagens de escritores antigos, buscando dar a estes materiais "um tratamento histórico". Eusébio (*HE*, I, 2) acrescenta também que é um tema necessário, já que não tem conhecimento de que nenhum escritor cristão tenha dado a devida atenção a esse tipo de escrita e que espera que o valor dessa obra seja evidente para aqueles que reconhecem a importância do conhecimento da história. Três histórias, mas três concepções diferentes de como escrever e compreender a história. Todavia, esses autores se preocupam com a maneira com que, particularmente, as suas narrativas históricas serão contadas bem como também se preocupam com a maneira com que suas obras serão recepcionadas, compreendidas e difundidas posteriormente[6]. Essa é uma preocupação que se insere dentro da relação que aproxima a *história* e a *historiografia*, como é concebida contemporaneamente, da matriz do conceito de *memória*. Os antigos não concebiam a *história* separada da *memória,* mesmo considerando que são como duas coisas distintas[7].

---

[4] Eusébio de Cesaréia, também conhecido por Eusébio Panfílio em razão de sua filiação intelectual como discípulo de Pânfilo (WHITE, 2010:32; SILVA & MARVILLA, 2006:384), é um importante membro da elite eclesiástica do século IV d.C. É um autor antigo bastante estudado pela importância de suas obras e pela sua atuação no cenário político-cultural e sócio-religioso. A obra de Eusébio de Cesaréia é vasta. Na *Patrologia Graeca* de Jacques Paul Migne, as obras de Eusébio de Cesaréia estão compreendidas em seis volumes, volumes 19 a 24.

[5] N.T.: Tradução da edição da *Loeb Classical Library*: Τὰς τῶν ἱερῶν ἀποστόλων διαδοχὰς σὺν καὶ τοῖς ἀπὸ τοῦ σωτῆρος ἡμῶν καὶ πηλίκα πραγματευθῆναι κατὰ τὴν ἐκκλησιαστικὴν ἱστορίαν λέγεται, καὶ ὅσοι ταύτης διαπρεπῶς ἐν ταῖς μάλιστα ἐπισημοτάταις παροικίαις ἡγήσαντό τε καὶ προέστησαν, (Eusebius, *HE*, I, 1).

[6] Para João Crisóstomo e para os Padres da Igreja, de um modo geral, isso era, particularmente, uma preocupação. A interpretação e recepção de suas obras estavam diretamente relacionadas às querelas político-religiosas. Em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Cristianismo ortodoxo versus cristianismo heterodoxo: uma análise político-religiosa da contenda entre Basílio de Cesarea e Eunômio de Cízico (séc. IV d.C.*, Helena Amália Papa demonstrou como as interpretações acerca do dogma da Trindade representaram uma luta por posições políticas e cisões dentro do próprio corpo político romano e da elite eclesiástica do século IV d.C., desenhando um verdadeiro cenário no qual coexistiam interpretações múltiplas e concorrentes acerca da pessoa de Jesus Cristo.

[7] A *memória* está estreitamente relacionada com a *história.* Curiosa e não arbitrária, a mitologia grega antiga na qual *Clio*, musa da história, é filha de *Zeus* e *Mnemosine* que é uma divindade Titã, filha de Gaia e Urano e personificação da memória (Hesíodo, *Teogonia*, 53; 63). O mito de *Clio* e *Mnemosine* nos ensina, dessa forma, a íntima relação entre *História* e *Memória*. A tensão entre *Clio* e *Mnemosine* pode, por exemplo, ser compreendida mediante a ideia de oposição binária velho/novo, antigo/recente, ordem/desordem que, mesmo que seja, *a priori*, uma oposição, não se pode negar que se configura caracteristicamente e intrinsecamente como uma relação identitária no qual ao mesmo tempo em que se define a partir de exclusão, não existe em si sem a outra parte da relação, sendo assim, na perspectiva de

Os historiadores contemporâneos interessam-se pela *memória* como um instrumento e um objeto de poder mediante o qual podemos compreender identidades individuais e coletivas (RIOUX, 1998:307; NORA, 1993:7; GUARINELLO, 1994:180; LE GOFF, 1996:476). A *História* e a *memória*, ambas se relacionam e se opõem (NORA, 1993:9; RIOUX, 1998:308). Não obstante, essa oposição não se impõe como irremediável e estrita. *História* e *memória* não são como duas coisas incompatíveis e separadas. Ambas se imbricam e se intercambiam, constituem-se reciprocamente.

A "memória não é história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica" e a história é a "forma científica da memória" (LE GOFF, 1996:49;535). A *história* silenciosamente toma de empréstimo qualidades da *memória* (ERIKSEN, 1997:129). E, se a *história*, por vezes, não prescinde da *memória*, ambas também não podem ser pensadas, ocasionalmente, sem considerar a *historiografia* e o *tempo presente*[8]. Todas essas relações são, no entanto, relações políticas.[9]

A *história* (uma determinada história) converte-se em *memória* (em uma determinada memória), mediatizada pela *historiografia* e pelo *tempo presente*, porque é força legitimadora de posições e poderes dos sujeitos políticos que estão em posição de impor sua visão de

---

Georges Balandier (1997:121), como duas faces da mesma moeda. Sendo, portanto, uma constitutiva da outra.

[8] Arnaldo Momigliano (2004:54-5) argumenta, por exemplo, que "a conservação da memória do passado, o quadro cronológico e uma interpretação dos acontecimentos são elementos de historiografia que são encontrados em muitas civilizações". Le Goff (1996:51) argumenta que "tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo" uma vez que "sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda história é contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo."

[9] Em seu livro intitulado *1984*, George Orwell – na verdade este é um pseudônimo de Eric Arthur Blair, jornalista e escritor londrino –, nas vozes de seus personagens Winston Smith e O'Brian, debate sobre as relações entre a memória e o passado e o tempo presente:

> Quem controla o passado controla o futuro: quem controla o presente controla o passado, repetiu Winston obedientemente. Quem controla o presente controla o passado, disse O'Brian, acenando com a cabeça num sinal de aprovação. É a sua opinião, Winston, que o passado tem uma existência real? [...] O passado existe concretamente no espaço? Existe algum lugar ou qualquer outro, um mundo de objetos sólidos onde o passado ainda está acontecendo? Não. Então, onde que o passado existe, se existe de alguma forma? Nos registros. Foi escrito. Em registros e mais aonde? Na mente, nas memórias humanas. Na memória. Muito bem então. Nós, do Partido, controlamos todos os registros e nós controlamos todas as memórias. Então, nós controlamos o passado, não controlamos? [...] (ORWELL, 2004:309).

De fato, argumenta Le Goff (1996:535) que "o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores." As proposições apontadas no texto de Orwell compõe a dimensão política imbricada na relação *História e Memória* de maneira que há memórias e histórias geridas por grupos sociais específicos. Num campo de *luta de representações*, como argumenta Roger Chartier (1990:17), as várias histórias e memórias concorrem a fim de se tornarem legítimas e universais a todos os grupos sociais. Nesse sentido, história e memória também significa e se insere em relações de poder, é objeto de uma *História Política*, intrínseca a uma *cultura política*.

mundo aos outros grupos (HOBSBAWN, 1997:9-23; CHARTIER, 1990:17). Como argumenta Régine Robin (2003:27), em sua *La memoire saturée*:

> O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à própria sorte. Ele é regido, gerido, conservado, explicado, narrado, comemorado ou odiado. Seja celebrado ou ocultado, ele é um investimento fundamental do presente. Por causa desse passado frequentemente distante, mais ou menos imaginado, estamos prontos para lutar, estripar os vizinhos em nome da antiguidade de seus antepassados. Advém uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativas, a necessidade de novas bases, e nós o descartamos, esquecemos, colocamos à frente outros episódios, reencontramos, reescrevemos a história, inventamos antigas lendas em função de exigências do momento ...[10]

Mas pensar *historicamente* e *historiograficamente* de modo a compreender a *memória* a partir de uma perspectiva histórica vai um pouco mais além, significa considerar mais algumas capacidades e atributos, implica estar inserido num lugar específico que requer uma *cultura histórica*[11]. Significa inserir-se em um domínio particular, compartilhar procedimentos e perspectivas específicos, bem como uma escrita particular como definiu Michel de Certeau (2006:66), na sua expressão *operação histórica*[12]. A *História* implicaria, nesse sentido, uma reflexão implícita seja do ofício, seja do objeto de pesquisa, seja das historiografias pertinentes ao tema da pesquisa em questão explicitando a *identidade* do autor, a sua filiação, ou seja, expondo a maneira particular com que interpreta e compreende o objeto de pesquisa. Em outras palavras, o *fazer história*[13], em nossa opinião, seria também, não exclusivamente, mas possivelmente, pensar o passado, construi-lo e reinventá-lo na intersecção, entre a *memória*, a *história*, a *historiografia* e o *tempo presente*, adotando uma postura específica enraizada em um tempo e um espaço definindo,

---

[10] N.T.: *Le passé n'est pas libre. Aucune société ne le laisse à lui même. Il est régi, géré, conserve, explique, raconter, commémoré ou haï. Qu'il soit célébré ou occulté, il reste um enjeu fondamental du présent. Pour ce passé solvente lointain, plus ou moins imaginaire, on est prêt à se battre, à étriper son voisin au nom de l'ancienneté de ses ancêtres. Que survienne une nouvelle conjoncture, un nouvel horizon d'attente, une nouvelle soif de fondation, et on l'efface, on oublie, on remet en avant d'autres episodes, on retrouve, on réécrit l'histoire, on invent, en function des exigencies du moment, d'anciennes légendes*. (Robin, 2003:27).

[11] Expressão utilizada por Ciro Flamarion Cardoso (1981:82) para designar uma cultura "baseada em anos de leitura raciocinada de modelos, de obras vistas não como fontes de dados e sim como modelos de como fazer (ou como *não* fazer)". Em nossa opinião, acrescentaríamos a essa definição a atuação, inclusive prática, dentro de um âmbito específico que é o espaço da docência, pesquisa e atuação acadêmica seja na participação ou na elaboração de eventos científicos em História que também agrega cultura e específica como *histórica*. Nesse sentido, a *cultura histórica* poderia ser relacionada a vários âmbitos de atuação, a saber, a prática docente e a pesquisa no campo da História bem como a atuação administrativa em instituições de ensino superior ou médio que também agrega conhecimento e experiência, vivência profissional e especializada como pertinentes ao campo da história e, portanto, designada como *cultura histórica*. Le Goff (1996:47) também adota o conceito de 'cultura histórica' de Bernard Guenée [1980], que define da seguinte maneira: "Sob esse termo, Guenée reúne a bagagem profissional do historiador, a sua biblioteca de obras históricas, o público e a audiência dos historiadores. Acrecento-lhes a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado."

[12] Michel de Certeau (2006:66) argumenta que a operação histórica deve ser compreendida como "uma relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)", é a "combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita".

[13] Expressão utilizada por Michel de Certeau (2006:31-64) para designar e especificar um campo de atuação específico dotado de características particulares dentro daquilo que se categoriza como *História*.

ao mesmo tempo, uma *identidade* particular. A maneira como o passado é compreendido diferencia-se, portanto, no espaço e no tempo. Diferentes contextos históricos e diferentes sociedades interpretam e constroem suas próprias ideias sobre o passado impondo a esse passado construído a organização da realidade que lhe é pertinente mediante categorias, teoria e métodos que lhe são disponíveis em seu tempo. Se uma longa tradição historiográfica nos impôs uma imagem particular acerca do nosso objeto de pesquisa, o Levante das Estátuas, recentemente e a partir de temáticas distintas, teorias diversas, abordagens alternativas e pesquisas atualizadas tem oferecido novos horizontes de estudos sobre o tema. Reconstruir a história dessa temática mediante a sua historiografia[14] é, nesse sentido, uma possibilidade permitida e conquistada pelos historiadores de nosso tempo presente. O Levante das Estátuas é um tumulto bastante citado em várias obras as quais se dedicaram ao estudo da Antiguidade Tardia, em geral, bem como naquelas que se referem, em particular, à História do Império Romano no decurso do século IV. d.C.[15] (Cf. APÊNDICE C).

[14] O que se costuma chamar de historiografia passa ser considerado como documento portador de dados e informações. A historiografia passa a ser objeto de investigação, por exemplo, a cerca da maneira como um determinado tema tem sido tratado no decorrer do tempo ou ainda como esse objeto foi explorado em um tempo e espaço específico podendo fornecer características sobre o método de investigação de um determinado contexto histórico.

[15] As referências bibliográficas que mencionam o conflito são significativamente numerosas e apresentam o levante em maior ou menor detalhe. Nas obras gerais – consideradas aqui como aquelas que tratam seja sobre a Antiguidade Tardia, seja sobre História do Império Romano ou, especialmente, o contexto do Império Romano no século IV d.C. ou, particularmente, o governo de Teodósio – o Levante das Estátuas recebe uma citação mesmo não sendo detalhada sobre o que aconteceu em Antioquia em fevereiro de 387 d.C. Conferir, por exemplo, Louis-Sébastien Le Nain de Tillemont (1693-112:62-75); Edward Gibbon (1854:110-113); A.H..M. Jones (1992:163, 871-2, 1016); Averil Cameron (1993:173-4); H.M. Gwatkin e J.P. Whitney (1911:241-242); Averil Cameron e Peter Garnsey (1998:154); Mark Edwards (2006:232); Averil Cameron (1994:136-7); Stephen Williams e Gerard Friell (1998:44-5); André Piganiol (1972:274). Nas obras e artigos mais especializados, seja em história de Antioquia, ou obras sobre a História dos Conflitos, o levante também é mencionado com frequência. Conferir as diversas menções feitas por Paul Petit (1955:20; 23; 25; 26; 67; 79; 85; 95; 105; 145; 167; 170; 173 cf. n. 4; 176; 178; 181; 187; 211; 219; 234-5; 238-44; 265; 280; 313; 319; 353) ao longo se sua obra; Festugière (1959:285-6); Glanville Downey (1961:426-33); J.H.W.G. Liebeschuetz (1972:164); Wilfried Nippel (1995:110); Michael Maas (2000:19); Susan Ashbrook Harvey (2000:45); Gilvan Ventura da Silva (1997:161); Ramsay MacMullen (1992:165) menciona um tumulto acontecido em 387 d.C., em Antioquia, mas não fornece nenhuma outra indicação de que se trataria do Levante das Estátuas, mas comenta que, ao tratar do uso do exército em conflitos sociais, no "Oriente, a imagem é muito mais clara, embora difusa pelas mudanças e variações." Segundo esse autor, "tumultos de grande escala necessitam do exército – como testemunha o curso dos acontecimentos em Alexandria sob o governo de Claudio, Trajano e Caracala ou em Tessalônica sob Teodósio; ou ainda (embora menos famoso) em Antioquia, no ano 387". MacMullen argumenta que esse acontecimento em Antioquia seria o menos famoso se comparado aos conflitos listados por esse autor. Talvez esse tenha sido um tema menos explorado pela historiografia contemporânea à época de MacMullen, pois, em nossa opinião, parece ter sido um evento que possa ter repercutido entre os antigos, considerando a quantidade de documentos contemporâneos aos acontecimentos, haja vista as homilias e orações que são objetos de pesquisa dessa Tese e que mencionam o conflito. Além disso, é digno de nota, principalmente, que se trata de duas personagens que parecem ter exercido influência significativa como Libânio e João Crisóstomo (Cf. Capítulo Terceiro dessa Tese no qual discorremos sobre a influência dos autores citados e sua possível esfera de atuação em Antioquia e demais cidades do Império Romano). Numa terceira categoria de obras, aquelas que se dedicaram exclusivamente ao estudo das documentações sobre o levante ou sobre o acontecimento em si, o número também é significativo. Sobre a documentação, conferir: Marius Soffray (1939); Mary A. Burns (1930); Andrius Valevicius (2000) debate acerca da inclusão de mais 3 homilias à série de homilias de João Crisóstomo sobre o levante. Sobre o conteúdo das documentações vinculadas ao levante, conferir: Robert Browning (1952); Dorothea French (1998); David G. Hunter (1989); Franz Van de Paverd (1991); Alberto Quiroga Puertas (2007); Isabella Sandwell (2007); Sthephens (2001); Peter Stewart (1999); Brunella Moroni (1993); Lellia Cracco Ruggini (1986); Renardus Goebel (1910); Harmut Leppin (1999); Raymond Van Dam (2008); J.N.D Kelly (1998:72-82); Laurence Brottier (1993); J-M. Leroux (1961); J.H.W.G. Liebeschuetz (2011: 209-215).

O modo como o levante é mencionado é que nos interessa no curso desse capítulo de modo que possamos inferir sobre as abordagens e os objetos extraídos da temática do levante. Além disso, buscaremos conhecer os lugares comuns resguardados na memória e cristalizados pela historiografia. E, nesse sentido, compor o cenário no qual essa temática emerge em termos de sua importância política e social na contemporaneidade, observando também as possibilidades do nosso objeto de investigação no âmbito de pesquisa. Dito de outra maneira, buscaremos compreender a maneira como o Levante das Estátuas foi construído como objeto de investigação histórica e como vem sendo interpretado pela historiografia moderna e contemporânea, considerando a *memória* como uma dimensão pertinente e presente no trabalho histórico e historiográfico.

2.1. O interesse contemporâneo para o estudo sobre o Levante das Estátuas

João Crisóstomo e Libânio de Antioquia são duas personagens bastante conhecidas do público acadêmico. Vários historiadores se dedicaram à pesquisa de diversas e numerosas obras desses dois autores. São pesquisas valiosas e sempre necessárias. Todavia, não são suficientes e nunca será o bastante. Novos caminhos de pesquisa sempre podem ser trilhados. Quando a História Social ofereceu uma nova percepção da realidade e novas problemáticas surgiram, foi necessário revisitar documentos, investigar novos objetos, conhecer novos limites e possibilidades documentais. Debates foram retomados, temáticas foram suscitadas e objetos antes fora do domínio da história foram absorvidos.

Na década de 70, ao propor uma História Conceitual e explicar as infinitas possibilidades dessa nova forma de história fruto de sua época, Paul Veyne (1989:31) reconheceu o que cada geração continuamente enfrenta: "...se a história se atribui como tarefa a conceptualização, a fim de apreender a originalidade das coisas, então, meus caros Colegas, um [....] desespero se apodera de mim: tudo ou quase tudo se encontra ainda por fazer, a história romana por escrever...". E, assim, a cada época, a cada tempo, o conhecimento histórico revigora mesmo quando em momentos de crise[16] e, como afirmou Paul Veyne, de fato, "toda a história se encontra ainda por fazer" e a história romana por ser reescrita, reinventada sem esquecer, contudo, do que já foi produzido e interpretado, pois é mediante esse percurso que se constrói o caminho a seguir. Atualmente, a História Política

[16] Roger Chartier (1991:173-191) já havia refletido sobre a "crise nas ciências sociais" e as reverberações dessa crise no campo da História. Segundo Chartier, o "editorial de primavera de 1988" do periódico *Annales* constatava uma crise geral nas Ciências Sociais, mas, de certa forma, a História se encontrava as margens dessa crise sendo apenas "atravessada por incertezas devidas ao esgotamento de suas alianças tradicionais" com a Geografia, Etnologia e Sociologia e em razão da "obliteração das técnicas de tratamento, bem como dos modos de inteligibilidade que dava unidade a seus objetos e a seus encaminhamentos". Para esse autor, a História foi então capaz de se lançar a novos desafios que foram, ao mesmo tempo libertadores de um tradicionalismo, mas geradores também de incertezas mas que possibilitaram a emergência de novas perspectivas.

aliada à História Cultural, um encontro entre duas diferentes esferas, permitiu a cunhagem do conceito de *cultura política*, o qual oferece um lugar fecundo e promissor de observação, fornece uma trama mediante a qual podemos alcançar novos objetos de pesquisa e investir numa perspectiva diferenciada. De repente, uma pluralidade de estudos sobre o *Levante das Estátuas* multiplicam-se na contemporaneidade. Esse aumento segue inserido no interesse dos historiadores pela Antiguidade Tardia e, mais recentemente, em razão do interesse por estudos contemporâneos acerca de guerras e conflitos de nossa época, uma vez em que há disponibilidade de novas abordagens e ferramentas metodológicas[17].

O tempo presente guia nossas escolhas temáticas, apresenta nossas problemáticas. A relação presente-passado é mais intrínseca do que revelamos. Logo, nosso estudo sobre o Levante das Estátuas não poderia ser mais atual. A forma como optamos por abordá-lo, compreendê-lo e interpretá-lo está inserida nos parâmetros da nova História Política que teve seu retorno relacionado com acontecimentos no presente e à própria transformação seja da nossa concepção de política, seja da ideia do que venha a ser a história política (CAPELATO, 1996:161; RÉMOND, 2003:13-36; LE GOFF, 1990:215-235). E o tema do Levante das Estátuas é um manancial de possibilidades temáticas que é suscitado também por uma série de acontecimentos contemporâneos apontando direções, caminhos de pesquisa, perspectivas e abordagens diferenciadas.

O *Mundo Contemporâneo* é cenário de guerras, conflitos, protestos, crises político-econômicas e culturais, destruição do que chamamos hoje de patrimônio público e violência de toda sorte e por motivações diversas. E a história da região da Síria contemporânea é ainda mais significativa nesse contexto. Apesar dessa região contemporânea da Síria comportar uma pequena fração do território da Síria Antiga, o interesse contemporâneo em se estudar essa região implicou também uma crescente atenção ao estudo da sua história[18]. A história contemporânea dessa região tem muito a nos revelar e contribuir acerca do interesse nos estudos sobre os conflitos e, mais especificamente, no interesse pelo estudo sobre o Levante das Estátuas.

A Síria é uma região de consequências históricas importantes e um estado moderno que desempenha um papel político regional e mundial expressivo (QUATAERT,

[17] Numa primeira possibilidade, poderíamos relacionar o interesse atual pelo levante a partir da declaração dos próprios autores na justificativa de suas escolhas considerando que a seleção temática também segue uma orientação pessoal e subjetiva, necessariamente, conduzida pelos limites do conhecimento e das preferências individuais.

[18] Antioquia, capital da província da Síria antiga, hoje tem parte de sua área dentro da Turquia, na cidade, modernamente, chamada de Antaquia (Cf. ANEXOS E, F, G H, I). Para conferir as definições geográficas e a história e organização da cidade antiga de Antioquia serão tema do Capítulo Terceiro da presente Tese.

1991:Prefácio). Conforme afirma Donald Quataert (op.cit), seria difícil contestar a importância da região da Síria seja em termos históricos, seja no contexto presente. Nas palavras desse autor, contemporaneamente[19], a Síria "desempenha um papel fundamental" na maioria dos problemas que emergem na área do Oriente Médio ora promovendo, ora impedindo resoluções.

A evidência da Síria no cenário mundial contemporâneo não significa, contudo, que a história desta região é conhecida e pública. Como afirma Derek Hopwood (1988:Prefácio), a Síria ainda "é um enigma para muitos *outsiders*". Isso se torna evidente, principalmente, no contexto brasileiro. Os cursos de História das universidades do Brasil ainda exploram pouco a história considerada da parte oriental do globo terrestre. Todavia, nos parece pertinente, no espaço dessa Tese, conhecer alguns aspectos da história contemporânea desse país que pode revelar as características e a natureza daqueles conflitos e, por conseguinte, traçar uma relação com o objeto de nossa própria atenção, o Levante das Estátuas.

A região da Síria contemporânea pode ser definida a partir de suas fronteiras com outros países, tendo, *grosso modo*, ao norte a Turquia, à oeste a costa do Mediterrâneo e o Líbano, à leste o Iraque e ao sul estão a Jordânia e Israel (Cf. ANEXO J). Desde a sua fundação até sua independência em 1946, a Síria nunca foi uma região autônoma e unificada sendo sempre regida por governantes estrangeiros e fazendo parte de Impérios – como, por exemplo, Persa, Grego, Romano e Otomano de 1516 até o fim da Primeira Guerra Mundial (MA'OZ, GINAT & WINCKLER, 1999:1).[20] A Síria é um lugar de conflitos recorrentes[21]. Este país aparece envolvido nos principais conflitos do Oriente Médio[22]. Os padrões de conflitos da região, seja na atualidade, seja na Antiguidade, apesar de seus contextos específicos, são significativamente similares. Ambas as sociedades sírias – a antiga e a

[19] Para a importância da antiga região da Síria, especialmente, a cidade de Antioquia em termos históricos e no período romano, ver Capítulo Terceiro da presente Tese onde discorremos sobre a cidade de Antioquia e sua representação nos autores antigos, em particular em Libânio e João Crisóstomo, e na historiografia disponível acerca da história da cidade antiga, no geral.

[20] Em debates mais recentes, argumenta-se que o termo Síria supostamente de origem grega é forjado considerando um contexto linguístico e histórico dos arredores das regiões multilinguísticas do Sul da Anatólia e do norte da Síria no início da Idade do Ferro.

[21] Desde meados de Março de 2011, a Síria vem enfrentando conflitos em razão de propaganda antigovernamental e o governo tem tomado uma postura repressiva violenta ("Tanks Shell East Syrian City, 5 Killed", em Reuters, disponível em *http://www.nytimes.com/reuters/2011/07/30/world/middleeast/international-us-syria.html?_r=1&ref=reuters*). Em 23 de março de 2011, protestos provenientes da cidade de Deraa e Hajjar al-Aswad ocorridos na Síria contra o governo do Bashar Al Assad foram reportados pelo *The Wall Street Journal*. Além dos conflitos internos, ainda podemos mencionar novamente todos os conflitos internacionais nos quais a Síria aparece desempenhando um papel central.

[22] Cf. as relações externas entre Síria e Líbano, Síria e Israel (DEVLIN, 1983:99), Síria e Jordânia.

contemporânea – são constituídas de um histórico de protestos populares seguidos de violências e repressões a seus cidadãos[23].

As desordens urbanas e chamadas 'populares', também muito presente nos dias atuais, colocam em evidência o espaço da cidade e as formas e estratégias de demandas sociais. Os estudos sobre os conflitos e a violência marcam e permeiam também o interesse contemporâneo pelo estudo do Levante das Estátuas. Os estudos sobre a violência na Antiguidade Tardia, por exemplo, significou uma busca de compreensão acerca das particularidades desse contexto uma vez que, segundo Harold Drake (2006:1), é muito comum conceber a violência como uma característica quase "sinônimo do período do império romano dos últimos séculos" uma vez que é, nesse contexto, que a entrada dos chamados 'bárbaros', geralmente, concebida como violenta[24], é combinada com conflitos religiosos e uma massa popular urbana que trouxe "um fim ao período de paz que Roma vinha sustentando desde alguns séculos". No entanto, como pretende destacar Drake, a violência sempre esteve presente em cada um dos contextos da história romana, mesmo na chamada época concebida por uma determinada historiografia como *Pax Romana*.

As formas como a violência se expressa especificamente em cada contexto foi o que se tornou, portanto, de relevância histórica e como esta poderia ser de alguma maneira gerenciada, por vezes, ou fomentada em outras ocasiões. A compreensão acerca da expressão da violência e dos conflitos suscitaram estudos sobre as querelas religiosas e, mais especificamente, estudos sobre o fenômeno da iconoclastia considerando as disputas que implicam afirmações de identidades religiosas (ASSELT, GEEST & MULLER, 2006; GADDIS, 2005). O estudo das imagens e a historia de sua destruição no mundo antigo tem se direcionado, sobretudo, para os acontecimentos que envolvem as tensões entre 'cristãos', 'judeus' e pagãos' e a destruição daquilo que a historiografia classifica como 'ídolos pagãos'.

Em seus estudos sobre os conflitos sociais do século IV d.C., Aja Sánchez busca definir os motivos ditos "profundos" da eclosão dos conflitos sociais. Para este autor (1997:63; 1998:125-6), alguns dos conflitos estão relacionados com as precárias

[23] Sobre os conflitos na Antiguidade e, especificamente, na cidade de Antioquia, conferir o capítulo terceiro da presente Tese onde discorremos sobre os conflitos sociais naquela cidade e a maneira como aconteciam, motivos e procedimentos mediante documentação e historiografia. Conferir ainda a historiografia específica a essa temática disponível em lista bibliográfica e a qual também se encontra debatida e apresentada naquele capítulo. Contemporaneamente, a Turquia, por sua vez, em especial a cidade de Antaquia, é, por vezes, descrita como uma região multicultural e, por isso, pacífica. De acordo com Fulya Dogruel (2009:85), a interação das diferentes culturas implicaria uma base de uma convivência mútua e coexistência pelo menos no que se refere às minorias.

[24] Pesquisas contemporâneas já têm argumentado que a entrada dos 'bárbaros' deve ser matizada e que, grande parte, das tradicionalmente chamadas 'invasões bárbaras' foram vagas de povos germânicos que entraram no Império sob o beneplácito imperial e sob o regimento das leis romanas (Cf. BASCHET, 2006:49-52).

possibilidades institucionais de expressão popular, bem como as dimensões das manifestações ocorrem devido à ausência de forças policiais urbanas. Para o episódio do Levante das Estátuas, Aja Sánchez (1998) apresenta um quadro de completa desarticulação no estabelecimento da ordem pública urbana ao destacar a falta de coordenação entre os funcionários que tinham responsabilidades policiais. Para esse autor (p. 127), o *Levante das Estátuas* não se apresenta como um episódio padrão desse tipo de evento[25] pois *"a presença ocasional de forças militares na cidade"* conseguia *"manter a paz [...] na maior parte das vezes [...] quando outros fatores falhavam"*, na medida em que Antioquia se constituía como a *"residência imperial, sede do consular* e *base de operações militares contra a Pérsia"*. Excetuando estas características, Aja Sánchez reafirma: *"o tumulto surgia de forma quase inexorável porque nada era capaz de contê-lo ou confrontá-lo"*.

Na contramão destes argumentos, está a posição de Wilfried Nippel. Ao contrário do que propõe a maioria dos autores, para Nippel (1995:ix), a sociedade romana do período imperial possui sim formas policiais eficazes que contribuem na manutenção da ordem pública. Não podemos, contudo, como alerta o autor, buscar na sociedade romana *"uma força policial estabelecida, no sentido de uma agência de coerção legal imparcial e especializada porque esta foi uma inovação dos séculos XVIII e XIX"*. Para o episódio de 387 em Antioquia, Nippel (1995:110-111) afirma que *"em casos de distúrbios graves o suficiente para pôr em perigo a autoridade do próprio governador e até mesmo do imperador, as tropas podem ser chamadas para interferir"*. O conflito foi suprimido e os culpados julgados e perdoados, segundo este autor, mediante um padrão específico de resolução de conflitos observados em outros casos da época. A posição de Aja Sánchez é mais atual, porém tudo leva a crer que a assertiva de Nippel é a mais coerente. A cidade volta ao centro das atenções. As características urbanas são apreendidas pelas perspectivas dos conflitos sociais, das *lutas de representação*, das conquistas de espaços e das divisões espaciais que constroem identificações culturais e políticas, das dinâmicas de grupo. Não é fortuitamente, por exemplo, que as cidades antigas de Alexandria, Roma, Antioquia e Constantinopla (HAAS, 1997; WATTS, 2010) receberam atenção particular. Estas cidades legaram para posteridade

[25] Como se observa na citação (AJA SANCHÉZ, 1998:127):

> *A sedição de 387, apesar de especialmente ilustrativo e muito significativo da possível falta de coordenação entre [...] oficiais e funcionários, de uma provável lentidão da administração e dos canais de informação oficial para mobilizar uns ou outros efetivos, de uma clara falta de previsão diante destes tipos de eventos, o Levante das Estátuas não explica de forma total todos os aspectos implicados em problemas e episódios desta categoria.*

múltiplas evidências de suas histórias e seus conflitos (Amiano Marcelino, XIV.6.1; Sócrates Escolástico, *HE*, II:13; Amiano Marcelino, XIV, 7, 5; Atanásio, *Apologia de Fuga*, 24).

Outro aspecto que tem relação com o direcionamento de nossa pesquisa merece nossa atenção. O tema da destruição de estátuas no *Mundo Antigo,* fascinante e presente na atual agenda de pesquisa de historiadores e arqueólogos, é uma escolha possível de nossa própria época, tem raízes no espaço e no tempo contemporâneo. Em 2001, quando o governo Talibã decidiu destruir estátuas antigas de Buda, datadas do século VI d.C., na província de Bamiyan, no centro do Afeganistão, a comunidade internacional protestou, mas, Mullah Mohammad Omar, líder do governo Afegão, afirmou: "Tudo o que estamos fazendo é quebrando algumas pedras". Mawlawi Qudratullah Jamal, ministro da cultura do governo Talibã, também reafirma: "Isso não é tão grave" e, completa: "As estátuas são apenas objetos feitos de lama e pedras"[26]. Sobre essa declaração dada pelo governo Talibã, David Freedberg (2001:1) não poderia ser mais oportuno em sua reflexão: "se esculturas e pinturas são apenas pedaços de madeiras e pedras por que se incomodar em destruí-las?"[27]

Na verdade, essa destruição deliberada de um patrimônio cultural pelo governo Talibã explica-se em razão do poder que essas imagens representam, constituindo-se como uma tradição político-religiosa incompatível com o governo do Islão da época. E, por isso mesmo, uma ameaça. Essas ações contra as imagens de Buda em Bamiyan pelo governo Talibã não é, contudo, um exemplo único na história. Outras obliterações e destruições de imagens existiram em todos os contextos históricos. O que a destruição das estátuas de Buda de Bamiyan evidencia é a particularidade espacial e temporal de uma resposta calculada contra um discurso imagético cultural oponente pertencente a um dado momento histórico (FLOOD, 2002:642).

A destruição das estátuas e o Levante das Estátuas também significaram uma reposta a questões especificas de sua própria época, o século IV d.C. A forma como este evento foi

[26] A repercussão desse caso e as referências podem ser conferidas mediante várias notícias em jornais e periódicos mundiais. Conferir, por exemplo, os seguintes sites: *http://www.rawa.org/statues.htm* acesso em 17 de jun de 2011; *http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=37645* acesso em 17 de jun de 2011; *http://www.nytimes.com/2006/12/05/world/asia/05iht-buddhas.3793036.html* acesso em 17 de jun de 2011; o artigo de Barry Bearak (2001), *Over world protests, Taliban are destroying ancient Buddhas* no The New York Times. Disponível em *http://www.nytimes.com/2001/03/04/world/over-world-protests-taliban-are-destroying-ancient-buddhas.html* acesso em 17 de jun de 2011. No Brasil, o periódico semanal *Veja* também noticiou o acontecimento. Conferir na coluna *Internacional*, o artigo intitulado "*Destruição de estátuas recomeça no Afeganistão. Buda gigante foi explodido*" de Luís Fernando Tinoco guardado em arquivo digital disponível em: *http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/destruicao-estatuas-recomeca-afeganistao-buda-gigante-foi-explodido*. Acesso em 17 de jun de 2011. Ou ainda conferir o site da UNESCO, especialmente, a notícia "*UNESCO mobilizes international community as destruction of statues begins in afghanistan*" disponível no seguinte endereço: *http://www.unesco.org/bpi/eng/unescopress/2001/01-30e.shtml* acesso em 4 jul 2011.

[27] N.T.: "*If paintings and sculptures are simply pieces of wood and stone, inert and insignificant, why bother to destroy them?*" (The Washington Post Company Mar 25, 2001).

interpretado e relatado por seus contemporâneos apresentou também uma maneira específica de compreensão da realidade de sua época. As narrativas posteriores que vieram a mencionar e discorrer sobre esse mesmo evento farão, cada uma a seu espaço e tempo, uma 'atualização' do acontecimento, uma nova interpretação que significará um versão possível a partir das demandas de seu próprio tempo. Por isso, a importância de contextualizar e compreender os interesses de cada autor vinculado às condições político-culturais do contexto histórico.

2.2. Da historiografia contemporânea à historiografia medieval, sobre o Levante das Estátuas

Em *O espelho de Heródoto*, François Hartog (1988:xvi) argumentou que "é impossível escrever sobre *As Histórias* de Heródoto sem considerar a história de como essa obra tem sido interpretada". Trabalho árduo, mas frutífero, que fornece dados distintos e importantes na compreensão particular de determinada temática. Ao adotarmos essa perspectiva proposta por Hartog, nós refletiremos sobre a maneira como a relação entre João Crisóstomo e Libânio de Antioquia é concebida e como o Levante das Estátuas tem sido interpretado pela historiografia, buscando identificar os objetos de pesquisa, as abordagens e os lugares comum dentre as obras que se dedicaram ao estudo dos documentos ou do tema da presente Tese a fim de construirmos uma visão ampla acerca do que foi produzido e investigado sobre aquele conflito.

Queremos argumentar que uma determinada historiografia construiu uma visão particular da relação entre João Crisóstomo e Libânio de Antioquia e uma imagem específica da relação entre as perspectivas desses autores antigos seja sobre o levante, seja sobre outro tema numa correlação de forças e autoridades desiguais que, por vezes, nos leva a crer numa relação de oposição entre ambos os autores que como num contraste irreversível se torna quase impossível aproximá-los. Não obstante, a historiografia a que nos referimos explora temas específicos dentro das obras desses autores antigos, revelando posturas particulares de ambos acerca de determinadas questões religiosas e *político-culturais*. Ao contrário do que pode sugerir a historiografia, buscaremos argumentar que entendemos que João Crisóstomo e Libânio ocupavam posições de autoridade e poder na realidade do século IV d.C., podendo exercer influências equivalentes.

As perspectivas desses autores antigos acerca do levante poderiam ser igualmente reconhecidas e impostas se considerarmos essas interpretações como feixes de posições particulares em diferentes e diversificadas temáticas tornando possível a adesão a uma ou

outra perspectiva numa disputa relativa aos temas abordados por ambos. A historiografia tem oferecido, no entanto, uma visão desigual na concorrência entre as perspectivas sobre o levante oferecidas por João Crisóstomo e Libânio. Assim posto, a historiografia oferece um lugar especial de observação e compreensão donde podemos apreender a trajetória de interpretações acerca do levante.

Contemporaneamente, o *Levante das Estátuas* tem sido um objeto bastante explorado e tem suscitado perspectivas interessantes, valiosas e que tem contribuído significativamente para uma melhor compreensão seja acerca dos acontecimentos ocorridos em 387 d.C., seja sobre as variadas formas e possibilidades de interpretação do tema (Cf. APÊNDICE C). As temáticas tratadas e a utilização e inclusão do Levante das Estátuas como evidência para determinados argumentos na historiografia demonstram, por um lado, a riqueza do levante como um dado que oferece múltiplas abordagens e, por outro, a complexidade das interpretações que são produzidas.

Para uma melhor sistematização e compreensão de nossa exposição acerca da historiografia disponível acerca de nossa temática, seguiremos critérios tanto cronológicos (partindo das obras mais contemporâneas para as mais antigas)[28], quanto critérios temáticos, os quais seguiram organizados da seguinte maneira: 1) iniciaremos como a obra mais recente que foi publicada em 2011, o livro *Ambrose & John Chrysostom: clerics between Desert and Empire*[29], de J.H.W.G. Liebeschuetz, no qual se aborda o tema do Levante das Estátuas; 2) apresentaremos as obras que trataram da relação entre João Crisóstomo e Libânio de Antioquia e suas respectivas perspectivas acerca do conflito em questão; 3) discorreremos sobre as obras gerais acerca da História do Império Romano que incluem o Levante das Estátuas como tema; 4) destacaremos as obras específicas que trataram, particularmente, ou das orações de Libânio sobre o conflito ou das homilias de João Crisóstomo; 5) exporemos as obras que trataram acerca da imagem do imperador Teodósio dentro do contexto do Levante das Estátuas.

A publicação mais recente de que temos notícia é a de J.H.W.G. Liebeschuetz (2011:209-15) que apresenta, em um subitem de capítulo, em seu livro intitulado *Ambrose & John Chrysostom: clerics between Desert and Empire*, o Levante das Estátuas como ilustração da influência do cristianismo em Antioquia, bem como uma evidência acerca dos fatores que contribuíram para essa conquista. Liebeschuetz começa relatando os eventos e, em

[28] Dado que este tópico se refere às historiografias desde a contemporaneidade até a medievalidade, a última obra analisada será a de João Zonaras (escrita por volta do século XIII d.C.).
[29] N.T.: ‘Ambrósio e João Crisóstomo: os clérigos entre o deserto e o império’.

seguida, infere sobre a perspectiva de João Crisóstomo. A conclusão de Liebeschuetz é de que os argumentos de João Crisóstomo acerca da súplica de um bispo poderia convencer Teodósio enquanto uma petição por meios seculares não teria sucesso, uma vez que o contexto de Antioquia, pela experiência do imperador Juliano com a cidade, era de que a "religião cívica antiga já não funcionava mais". Assim sendo, segundo esse autor, "um substituto era necessário" e a Eclésia estaria, portanto, desempenhado essa função em tempos emergenciais.

O argumento de Liebeschuetz de que a Eclésia estaria, progressivamente, absorvendo funções que anteriormente eram de responsabilidade daqueles que pertenciam ao que esse autor chamou de "religião cívica antiga" é plausível. Todavia, essa 'substituição' não significaria, necessariamente, uma destituição de prestígio ou influência daqueles que foram 'substituídos', se usarmos os termos empregados por Liebeschuetz. Na realidade, não se trataria nem de uma substituição, mas de uma transformação das funções e responsabilidades da hierarquia imperial ou municipal, inclusive eclesiástica, em razão de uma nova realidade social e política na qual outra instituição, a Eclésia, aparece como uma alternativa ao desempenho de novos papéis socioculturais e políticos. Um exemplo disso são as transformações e inovações do cargo judicial de *defensor civitates* que não apenas apresentou mudanças, mas, inclusive, inovações e, alternativamente, a atuação de bispos como *defensores civitates* que, do ponto de vista do bispo, poderia significar uma sobrecarga de tarefa não desejada (FRAKES, 2001:129-164; 195-229 e 225). Logo, consideramos que seja as solicitações de um bispo, seja as petições de um sofista, o contexto em Antioquia e no século IV d.C. ainda é o de um cenário misto, por vezes, equilibrado, por vezes, desigual, no qual 'cristãos' e 'não cristãos' convivem em um espaço onde é possível conflitos e harmonias.

As obras que se propõem a refletir sobre a relação entre João Crisóstomo e Libânio também enfrentam problemáticas similares. Como interpretar e inferir as documentações para compreender a relação entre ambos os autores? Em 1910, uma tese produzida por Renardus Goebel intitulada *De Johannis Chrysostomi et Libanii orationibus, quae sunt de seditione Antiochesium*[30] propôs que, devido às coincidências de linguagem entre os dois conjuntos de obras, poder-se-ia concluir que Libânio havia copiado as *Homilias* de João Crisóstomo, considerando que as orações do primeiro foram compostas, em grande parte, posteriormente às homilias do segundo e depois da resolução do conflito. Goebel (1910:49) propôs-se a responder "porque Libânio é uma imitação de João Crisóstomo"[31]. Norman (1977:239) argumenta que a coincidência de conteúdos e forma deve ser explicada pela abordagem de um

[30] N.T.: 'As orações de João Crisóstomo e Libânio, que são sobre a sedição de Antioquia'.
[31] N.T.: "Cur Libanius Ioannem imitatus sit."

tema comum e pelo repertório de elementos retóricos igualmente em comum que fizeram inevitavelmente um discurso similar ao outro.

Glanville Downey (1962) reserva dois capítulos para discorrer sobre Antioquia a partir do conhecimento destas duas personagens, Libânio e João Crisótomo. Os títulos dos capítulos são sugestivos: *The old world of Libanius* e *John Chrysostom's New world*[32]. Para Downey, esta época era, por um lado, o tempo de um paganismo em arrefecimento e, por outro, de um cristianismo ascendente. A explicação do autor constitui-se numa tensão entre passado e futuro, velho e novo[33]. Downey (1962:146-156) alterna a sua posição ora descrevendo um mundo ainda pagão, ora promovendo um império já cristianizado, ora retratando um equilíbrio e uma unidade religiosa numa composição idealizada. Uma oposição entre João Crisóstomo e Libânio tão demarcada pode gerar equívocos. A oposição deve ser cautelosa senão podemos flutuar entre uma perspectiva ou outra.

David G. Hunter (1988; 1989a; 1989b) abordou o tema da relação entre João Crisóstomo e Libânio de Antioquia em três artigos. Em *Borrowings from Libanius in the Comparatio regis et monachi of St. John Chrysostom*[34], Hunter dedica-se à compreensão de passagens comuns encontradas nas obras de João Crisóstomo provenientes de Libânio. O artigo intitulado *Libanius and John Chrysostom: New Thoughts on an Old Problem*[35] refere-se à reconsideração acerca da relação entre João Crisóstomo e Libânio mediante inferência das obras ascéticas de João Crisóstomo e o conteúdo comum entre ambos. Em *Preaching and Propaganda in Fourth-Century Antioch: John Chrysostom's Homilies on the Statues*[36], a relação mostra-se mais em termos do conteúdo das homilias e das orações.

As obras gerais sobre o Império Romano compartilham uma característica em comum: a maioria delas limita-se a apresentar os acontecimentos do Levante das Estátuas fazendo um intercâmbio entre as perspectivas de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia. As temáticas acerca de estudos sobre '*As Homilias sobre as Estátuas*', de João Crisóstomo, são numericamente abundantes (VALEVICIUS, 2000; PAVERD, 1991)[37]. A maioria desses

---

[32] N.T.: 'O mundo antigo de Libânio' e o 'Novo mundo de João Crisóstomo'.

[33] A afirmativa de Downey revela seu argumento: *"uma visita à Antioquia permitiria ao observador ver em primeira mão os fatos, o pagão e o cristão que estavam imersos nesta época de transição, o pagão Libânio e seu pupilo João Crisóstomo incorporaram em suas personalidades e em suas carreiras as forças rivais em atuação naquele momento no Império Romano." (1962:85).*

[34] N.T.: "Empréstimos realizados por Libânio da obra *A comparação entre o reino e a mon*arquia, de João Crisóstomo".

[35] N.T.: *Libânio e João Crisóstomo: novas reflexões à velhos problemas*.

[36] N.T.: *Prédica e propaganda em Antioquia do IV século: As Homilias sobre as Estátuas de João Crisóstomo*.

[37] Sobre esses estudos, em especial, conferir o Capítulo Primeiro da presente Tese onde discorremos sobre as particularidades de nossa documentação primária. Conferir também APÊNDICE C que compõe-se de uma listagem de obras de referência sobre a temática do 'Levante das Estátuas' e suas documentações.

estudos apresentam uma preocupação com a organização e definição do conjunto de homilias pertencente às séries. Especialmente, significativos são os estudos de Marius Soffray (1930) e Mary Albania Burns (1930). Soffray realiza um inventário da linguagem empregada por João Crisósotmo com o objetivo de mapear as inovações e as permanências na retórica desse presbítero. Burns (1930:6;12;83;95), em especial, oferece uma visão geral acerca da composição retórica utilizadas nas homilias de João Crisóstomo como metáforas, repetições, comparações, redundâncias. Em suas descobertas, contudo, Burns desconsidera o próprio Levante das Estátuas como algo significativo restringindo à análise dos elementos da linguagem descolados do contexto histórico e do próprio lugar da sedição, considerando um esquema simplificado de estrutura das homilias.

A representação do imperador Teodósio e sua reação no interior das obras de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia são também temáticas recorrentes na historiografia que versa sobre o Levante das Estátuas. N. Q. King (1960:60-1) apresenta os acontecimentos do levante tendo especial atenção à exposição da reação de Teodósio aos acontecimentos. A exposição desse autor, contudo, parece se fundamentar predominantemente na representação da reação imperial construída por João Crisóstomo sem tecer qualquer comentário, ou colocar em dúvida a representação oferecida. Brunella Moroni (1993:261) propõe-se à compreensão das justificativas apresentadas pelo imperador Teodósio como parte de uma tradição de justificativas imperiais. Para Moroni, a análise do texto de João Crisóstomo demonstra que a estrutura e os argumentos no discurso de Teodósio como relatado pelo próprio João Crisóstomo são muito similares a outros argumentos encontrados em outras obras, nos quais aparecem imperadores se justificando por infligirem punições consideradas duras em contextos de sedições.

No século XVIII, o iluminista Voltaire também não se eximiu de emitir suas ideias acerca do imperador Teodósio utilizando o Levante das Estátuas como um exemplo que contribuiria para sua argumentação principal de que esse imperador Romano era um "tirano" e que não condizia com a imagem de "piedoso, justo, clemente, sábio e grande" que lhe atribuíram[38]. No *Dictionnaire Philosophique*,[39] no verbete *Teodósio* Voltaire (1824:263-265), apresenta o levante:

[38] Sobre as imagens de Teodósio, conferir o Capítulo Quarto da presente Tese, no qual discorrermos sobre as representações desse imperador na literatura antiga e, especialmente, nas homilias de João Crisóstomo e nas orações de Libânio buscando compreender o contexto em que ambas estavam inseridas, a fim de identificar um *topos* descritivo acerca das imagens e a que tendência ambas as perspectivas estavam filiadas, considerando a *luta de representações* entre os discursos contra e pró Teodósio.

> Um dia, este príncipe piedoso e clemente que amava dinheiro para distrações, propôs um imposto pesado à cidade de Antioquia, na época uma das melhores cidades da Ásia Menor. O povo, em desespero, tendo solicitado uma diminuição, e não tendo sido atendido, foram mais longe em suas demandas e quebraram algumas estátuas, dentre as quais estava uma de um soldado, o pai do imperador. O santo João Crisóstomo, ou O Boca de Ouro, um sacerdote e bajulador de Teodósio, falhou em não chamar esta ação de detestável sacrilégio já que Teodósio era a imagem de Deus e seu pai quase era sagrado como ele próprio. Mas se este hispano se assemelha a Deus, ele deveria se lembrado que os antioquenos também se assemelham a ele, e que os homens, feitos à semelhança dos deuses, existiram antes que os imperadores.
>
> Finxit in effigiem moderantûm cuncta deorum. Ovídio – Met. 1. B. 83

Voltaire ainda continua detalhando os acontecimentos do Levante das Estátuas. A maneira como esse autor do iluminismo concebe as ações de Teodósio nesse acontecimento e como interpreta o conflito revelam os termos da representação imperial e do lugar ocupado pelo levante em sua perspectiva:

> Imediatamente, Teodósio envia uma carta ao governador com a ordem de aplicar a tortura, principalmente, naquelas imagens de Deus que tenham tomado parte desse momento da sedição para fazê-los perecer mediante golpes recebidos de fundas de bolas de chumbo; ou queimar alguns e outros padecerem sob a espada. Isto foi seguido com toda a exatidão de um governador que exercia seu ofício como um cristão, que paga bem a sua corte e que seguiria suas ordens lá. O rio Orontes transportava ao oceano nada além de corpos por vários dias seguidos; depois que sua graciosa majestade imperial perdoasse os antioquenos com a sua clemência habitual, e dobrasse o imposto.

Voltaire não ameniza sua interpretação ou mesmo tenta suavizar a sua opinião. Esses julgamentos de valores são, contudo, próprios à sua época e ao segmento social do qual era membro. O século XVIII, do chamado Século das Luzes, é a época do feroz ataque à religião cristã do ponto de vista dos devotos contemporâneos ao movimento e Voltaire, o expoente do movimento (McMAHON, 2001:18). A perspectiva de João Crisóstomo é mais uma vez aqui evocada sem qualquer menção ou alusão à existência da perspectiva de Libânio de Antioquia. Nesse sentido, parece-nos interessante destacar que, embora, de modo depreciativo, a menção à João Crisóstomo e à sua perspectiva permanece como uma força presente e opositora que contribui para definir e compor o próprio movimento Iluminista. Numa versão atualizada e contemporânea, o Levante das Estátuas, na interpretação de Voltaire, apresenta contornos particulares e característicos ao século XVIII.

---

[39] N.T.: 'Dicionário Filosófico'. Aqui utilizamos a versão inglesa do dicionário, *A Philosophical Dictionary* editado em 1824 pela editora Jand H.L. Hunt. Para conferir a referência completa, ver listagem bibliográfica. A publicação original é datada de 1752.

No século XII, João Zonara compõe um *Compêndio de História* no qual narra eventos ocorridos desde o que esse autor considera a criação do mundo até a morte do Imperador Aleixo Comneno em 1118 d.C. (BANCHICH, 2009:1). Para o nosso estudo, é importante a passagem do Livro XIII, 18 que se refere à menção ao Levante das Estátuas. Nosso interesse nessa menção é historiográfica, de maneira que será importante refletir sobre a perspectiva desse autor e a forma como ele descreve os eventos. Porém, antes será importante conhecer a vida de João Zonaras e seu contexto para podermos compreender a escolha em mencionar o Levante das Estátuas em sua obra da maneira como o fez.

O historiador de ofício, dedicado exclusivamente a escrever história e viver de seu trabalho, aparece muito tarde no século XV, assim, a dedicação majoritária a este gênero parece ter sido de clérigos, dignatários, cortesãos ou administradores (ORCÁSTEGUI GROS & SARASA SÁNCHEZ, 1991:11). João Zonaras, apesar de ter sido um reconhecido escritor entre seus contemporâneos, pouco sobre sua vida nos foi legado (BANCHICH, 2009:2). Michael Ott (2011:1) considera Zonaras como um cronista e canonista que viveu durante meados do século XII até inícios do século XIII, sob o reinado do imperador Alexis Comneno, exercendo a função de comandante da guarda imperial, tornando-se monge anos mais tarde no convento da ilha de Hagia Glykeria onde teria escrito seu compêndio de história (*Ioannis Zonarae Epitomae Historiarum*).

A obra *Ioannis Zonarae Epitomae Historiarum* é composta de vários livros de João Zonaras. Em inglês, temos disponível recentemente a tradução dos livros XII.15-35 e XIII. 1-19 que, como argumenta Banchich (2009), em sua contracapa, é "uma narrativa completamente única histórica dos anos críticos 235-395, o que faz desses livros do Epitome um documento central para o estudo seja da *História Romana Tardia* ou da *Historiografia Romana Tardia e Bizantina*." Assim, a tradução desses livros específicos nos parece ser resultado do maciço investimento dos pesquisadores da Antiguidade em produzir maior conhecimento acerca do período da Antiguidade Tardia.

A historiografia medieval parece depender, sobretudo, da disponibilidade de documentação (ORCÁSTEGUI GROS & SARASA SÁNCHEZ, 1991:15). Assim, a seleção dos eventos a serem incluídos ou não na obra de João Zonaras talvez obedecesse a esta regra da disponibilidade. No caso da menção ao Levante das Estátuas, a disponibilidade não se constituía em um problema, uma vez que a abundância de fontes acerca do levante fazia com que esse acontecimento "fosse talvez o mais bem documentado da história da antiguidade", nas palavras de Liebeschetz (2011:210). No Livro XIII, 18, Zonara inclui o episódio do Levante das Estátuas na sua narrativa acerca do Imperador Teodósio:

> Quando novos impostos foram estabelecidos para os antioquenos, a população, tomada pela raiva em razão do estabelecimento dessa nova taxação, derrubou as estátuas da primeira esposa do Imperador as quais estavam erguidas na praça da cidade e as arrastaram pela via pública. Enfurecido por causa disso, ele [Teodósio] revogou os direitos legais de cidade, submetendo a jurisdição da cidade vizinha, a Laodiceia, e ameaçou punir os cidadãos. Ele teria feito isso, se Flaviano, na época bispo[40] de Antioquia, não tivesse vindo em audiência com o Imperador e se engajado nas negociações e o feito abandonar sua fúria. Isto foi quando o grande patriarca João Crisóstomo, que era presbítero da sé de Antioquia, compôs os discursos *As Estátuas*.

A versão de Zonaras sobre o Levante das Estátuas se fundamenta no relato de João Crisóstomo mas com algumas diferenças. Na versão de Zonaras, a estátua em destaque é a da "primeira esposa". Esse destaque suscita novas perspectivas de investigação dentro do nosso tema de pesquisa. A ênfase desse autor na figura feminina da Imperatriz e a frequente ausência de um estudo centrado numa História de Gêneros, ou mesmo uma menção, ou inferência sobre o porquê desse destaque considerando o contexto de cada um dos autores antigos.

No século V d.C., há uma mudança sensível nas narrativas e na forma como a mulher é representada. Mudança essa que pode ser observada também numa historiografia contemporânea[41]. Como Zonaras, Teodoreto apresenta um perspectiva em que restringe os atos de destruição das estátuas às da esposa do imperador Teodósio.

2.3. Os testemunhos e as narrativas antigas sobre o 'Levante das Estátuas'

O estudo do *Levante das Estátuas* é fundamentalmente vinculado ao estudo de duas documentações principais, como já vimos: as Homilias de João Crisóstomo e as Orações de Libânio[42]. Todavia, outros escritores da *Antiguidade Tardia* escreveram sobre o tema[43]:

---

[40] N.T.: *Archpriest* em inglês.

[41] Theresa Urbainczyk (2002:12, cf. 7) discorre sobre a maneira como Pulcheria tem sido representada na historiografia, mostrando uma sensível mudança de interpretação com relação à mulher.

[42] A historiografia é unânime em afirmar que a documentação para o estudo desse levante é Libânio de Antioquia e/ou João Crisóstomo. Não obstante, o tratamento dispensado a ambas as documentações diferem numa historiografia específica que valoriza o testemunho de Libânio como mais objetivo e que fornece maiores dados chamados 'sociais' acerca dos acontecimentos do levante em detrimento ao testemunho de João Crisóstomo. De fato, Libânio fornece mais dados de caráter 'social' para uma historiografia preocupada em investigar, de acordo com Hunt (2001:2), "a composição social e a vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres", direcionando seus interesses para o estudo de categorias sócias e diferentes grupos. Com a História Cutural, houve um movimento de revisão e reavaliação temática e uma retomada aos testemunhos de João Crisóstomo a partir de um olhar mais político trouxe novos dados ao estudo desse levante em particular. Desse modo, tem sido uma característica da historiografia contemporânea valorizar igualmente os dados contidos e oferecidos pela documentação de João Crisóstomo.

Zósimo (*HN*, IV, 41), Sozomeno (*HE*, VII, 23) e Teodoreto de Ciro (*HE*, V, 19) que relataram os eventos do levante, *a posteriori*, durante os séculos que se seguiram[44] e, por isso mesmo, serão aqui tratados como narrativas antigas (e, portanto, concebidas como historiografia) e não testemunhos. As narrativas desses autores apresentam diferenças significativas se comparadas com os testemunhos de João Crisóstomo e Libânio. A maneira como cada um escolhe discorrer sobre o levante relaciona-se com a formação a que cada um teve acesso, bem como com o contexto histórico no qual aqueles autores antigos estavam inseridos.

Zósimo é considerado um historiador bizantino do V-VI século d.C., sabemos ainda que era um advogado vinculado ao *aerarium* de Constantinopla, possivelmente ocupou a posição de *comes* e era considerado um não-cristão (KISCH, 2011:1; LIEBESCHUETZ, 2003:206, RIDLEY, 1982:Introdução, xi; Fócio, *Biblioteca*, Código 98).[45] A obra mais reconhecida é sua *História Nova*, a qual selecionamos em razão de mencionar o Levante das Estátuas no Livro IV, seção 41[46]. Neste Livro da obra *História Nova*, entre as seções 37-47, as temáticas desenvolvidas são referentes ao reino de Teodósio durante a usurpação de Máximo. Esses eventos estão compreendidos entre os anos 383 e 388. Buscaremos abordar o excerto como historiografia, ou seja, menção posterior às nossas documentações diretas de maneira a compreender a trajetória das interpretações do Levante das Estátuas[47]. No relato sobre o Levante, assim narra Zósimo (*HN*, IV, 41, 1-3):

> A situação estava igualmente degradada sob o reino de Teodósio e como nenhum homem zeloso foi incentivado à virtude, mas, em lugar disso, cada dia todo tipo de manifestação de luxo e desregramento se amplifica 'metro a metro' (como dizem), os habitantes da grande cidade de Antioquia, na Síria, incapazes de suportarem os

[43] Embora não esteja aqui listada, ainda é possível encontrar citações breves em obras antigas. Ambrósio de Milão, por exemplo, faz uma menção breve ao levante na Carta 74, 32 sobre a destruição da sinagoga em Calínico. Segue o excerto: "Vós perdoastes a população de Antioquia pelo mal causado a vós." (Ambrose of Milan, *Epistula 74* [Maur 40], Cf. Ambrose of Milan. Epistula 74 (MAUR. 40) = Epistula Extra Collectionem 1A. In: LIEBESCHUETZ, J.H.W.G. *Ambrose of Milan: political letters and speeches*. p.110.

[44] De acordo com Timothy David Barnes (2001:209, *Appendix 7*), a *História Eclesiática* de Teodoreto foi escrita, provavelmente, por volta de finais dos anos de 440 d.C., posteriormente à *História Eclesiástica* de Sócrates Escolástico, mas antes da *História Eclesiástica* de Sozomeno que em 450 parece que ainda estava sendo escrita. A *História Eclesiástica* de Sozomeno foi finalizada em, provavelmente, 443 ou 444 (BARNES, 2001:307, cf. n. 3). Sem possibilidade de determinar uma data precisa, é possível afirmar que a *História Nova* de Zósimo foi escrita em inícios do século VI (Cf. BUCK, 1999:342).

[45] A biografia de Zósimo é algo ainda pouco conhecido devido a falta de dados e evidências. A principal fonte acerca de dados sobre a vida desse autor antigo é proveniente de uma documentação do século IX, a obra intitulada *Biblioteca* (ou também conhecida por *Myriobiblon*) de Fócio I de Constantinopla (RIDLEY, 1982:xi). No Código 98 da *Biblioteca* de Fócio aparece uma breve descrição sobre a obra História Nova de Zósimo e alguns esparsos dados biográficos. Para uma reconstrução histórica plausível acerca de sua vida cf. Jason Almeida (2007:4-14).

[46] De acordo com a edição da Les Belles Lettres, Zosime, Histoire Nouvelle, Tome II – 2ª Partie, Livre IV, p. 309.

[47] Nosso objetivo com a reflexão acerca da historiografia posterior, como é o caso de Zósimo, é mapear os lugares de memória, objeto do nosso Capítulo Segundo.

> impostos extras devidos ao Estado imaginados pelos que recolhem os impostos todos os dias, se revoltaram, derrubaram ignominiosamente as estátuas do imperador e sua esposa e se espalharam em piadas inapropriadas que não condiziam com o que estava acontecendo sem ultrapassar os limites dos boatos impertinentes e a sagacidade que eram habituais. Quando o imperador toma conhecimento do que havia ocorrido e ameaça reprimir sem indulgência esse aviltamento desmedido, a Boulé, por medo da ira do imperador, achou por bem enviar embaixadores que explicassem a conduta da população da cidade; eles escolheram, portanto, o sofista Libânio cuja glória é proclamada pelos discursos que dele permanecem e Hilário, que se distingue pela nobreza de sua origem e pela universalidade de sua cultura. E o sofista pronunciou diante do imperador em pessoa e a Gerúsia o discurso '*Sobre a stásis*', capaz de acalmar a ira do imperador contra os habitantes de Antioquia a tal ponto que fez com que o imperador o encarregasse de um discurso '*Sobre a reconciliação*' quando ele renunciou à todo o ressentimento contra a cidade, no que se refere a Hilário, ele foi julgado digno de louvor em razão de sua grande virtude e foi encarregado pelo imperador de governar toda a Palestina.

Esta versão de Zósimo fomenta questões importantes, inclusive, acerca da própria maneira como a obra deste historiador antigo, a *História Nova*, tem sido interpretada. Zósimo tem sido considerado como o primeiro historiador a adotar uma perspectiva na qual concebe a história de Roma entre os quatro primeiros séculos da nossa Era como uma história centrada no tema do declínio e da desintegração do império romano (GOFFART, 1971:413; LIEBESCHUELTZ, ano:pág; KAEGI JR, 1968:103; RIDLEY, 1982:Introdução, xiii). Em 1971, Walter Goffart (1971:412) declarava que na sua época ainda não havia qualquer estudo que respondesse à questão de quem teria sido o primeiro autor a escrever uma história romana nos moldes de Edward Gibbon. Goffart argumenta que Zósimo tenha sido o primeiro a escrevê-la. Todavia, essa tese de que a obra de Zósimo seja sobre a desagregação do Império Romano é muito recorrente. Ronald T. Ridley (1982:Introdução, xi) utiliza a seguinte passagem de Zósimo (Livro I, 57) para argumentar que a *História Nova* tem a desintegração do Império Romano como foco principal dessa obra antiga: "Enquanto Políbio conta-nos como os romanos ganhou seu império em pouco tempo, eu pretendo mostrar como eles o perderam em um tempo igualmente curto por seus próprios crimes".

Walter Emil Kaegi Jr (1968:102) também argumentou que "mais enfático que Eunápio de Sardis e Olimpiodoro, Zósimo fez do declínio de Roma o tema de sua história". Para esse autor, "Zósimo não apenas pressentiu a deterioração do Império, mas também tomou consciência de que estava isolado no mar de bárbaros". Entre outros comentários, Zósimo ainda é considerado como um autor antigo que "carecia de sofisticação e perspicácia intelectual" (KAEGI JR, 1968:103) ou, em outras circunstâncias, foi criticado e considerado como sendo possuidor de uma inabilidade histórica[48] (SMITH 1849:1334; LIEBESCHUETZ,

[48] Zósimo ora é descrito como aquele autor que negligencia a cronologia, ora aquele que não teve qualquer preocupação em pesquisar possíveis lacunas deixadas pelos historiadores nos quais se fundamenta ou ainda não é

2003:207; GOFFART, 1971:413) e cuja obra aparece, não raras vezes, definida como uma reunião de fragmentos e cópias fiéis de outros autores e como uma feroz inventiva anticristã (SMITH, 1849:1334; BUCK, 1999:342). Todos esses lugares de memória ainda presentes na contemporaneidade acerca de Zósimo contribuem para uma interpretação que pode ser gerar equívocos sobre o conjunto da *História Nova* desse historiador da Antiguidade Tardia.

Ao contrário do que propõe essa historiografia específica que desvaloriza certos aspectos de Zósimo e a *História Nova*, Jason Almeida (2007:Introdução) argumenta que a história de Zósimo precisa se reavaliada na medida em que tem sido, frequentemente, acusada de relacionar a desestruturação do Império aos cristãos e ao cristianismo. Para esse autor, o que Zósimo critica é a negligência dos rituais não cristãos e a intolerância dos cristãos para como os não cristãos bem como recrimina as inovações religiosas introduzidas à sua época. À luz dessa nova interpretação acerca da *História Nova*, pensamos que a percepção de Zósimo sobre o passado em relação à época contemporânea dele e, em especial, sobre a época do governo de Teodósio I, merece receber uma atenção particular.

A interpretação contemporânea acerca da obra *História Nova* de Zósimo como uma história acerca de um declínio parece não satisfazer completamente, em nossa opinião, a compreensão dos elementos presentes na exposição que este autor antigo faz da época de Teodósio I e, em particular, sobre a representação do Levante das Estátuas. Em outras palavras, a representação deste contexto e desse conflito parece-nos apresentar complexidades que não podem ser compreendidas a partir da tese de um império em declínio. Assim, determinadas ressalvas precisam ser destacadas acerca da maneira como Zózimo optou por compreender seja o imperador Teodósio, seja a época teodosiana e o Levante das Estátuas.

Apesar de Zózimo utilizar Eunápio de Sardis como fonte mediante a qual compõe sua *História Nova*, sua descrição acerca de alguns imperadores considerados cristãos (notadamente, Constantino e Teodósio) difere da descrição deste último autor antigo, uma vez em que o Constantino e o Teodósio descrito por Eunápio são completamente desprovidos de qualquer virtude, enquanto Zósimo confirma certas qualidades a estes imperadores (ALMEIDA, 2007:42 e 46)[49]. De acordo com a tese de Almeida (2007:Introdução; p. 46),

---

concebido como um "historiador de primeiro rank" (LIEBESCHUETZ, 2003:207; GOFFART, 1971:413). O problema dessas interpretações é a fixação de um parâmetro que define o que viria a ser historiador e a partir daí categoriza e avalia todos os outros historiadores segundo esses parâmetros. Talvez a forma como Zósimo escreve história seja particular a uma época e espaço o que torna o parâmetro apenas um guia para a comparação mas não para a avaliação para se compor o que seria um 'bom' ou um 'mal' historiador. As habilidades históricas de Zósimo existem e são particulares e originais dentro do contexto de sua época.

[49] Almeida sugere em nota de rodapé a comparação das seguintes passagens: nas passagens de Zósimo referente a Constantino, verificar (*HN*, 2,30, 1-2; 2,35,1; 2,29,1) e na passagem referente a Teodósio é indicado (*HN*, 4,24,3). No excerto *HN*, 4,24,4, Zósimo confirma a representação de Teodósio como um comandante "agressivo

Zósimo buscou ser mais 'honesto' e 'objetivo', menos tendencioso que os autores cristãos, procurando representar as personagens de sua *História Nova* sob uma ótica mais multifacetada do que a perspectiva polarizada, por exemplo de Eunápio de Sardis. É dentro dessa trama que talvez nos seja possível compreender a maneira como Zósimo descreve o Levante das Estátuas.

A descrição do evento realizada por Zósimo parece ter pontos de contato tanto com a perspectiva de Libânio quanto com a perspectiva de João Crisóstomo. A representação de Zósimo acerca do conflito envolvendo as estátuas de Teodósio em Antioquia assemelha-se com a de Libânio no que diz respeito ao destacamento da atuação de magistrados, mas também apresenta aspectos e opiniões comuns com a perspectiva de João Crisóstomo no que se refere à qualidade moral da população antioquena.

Em muitas ocasiões, João Crisóstomo discorre sobre a qualidade da população antioquena atribuindo algumas características específicas que se assemelham como a descrição que Zósimo fornece acerca dos habitantes de Antioquia. Na *Homilia II*, por exemplo, o tema da 'riqueza' *versus* 'pobreza' é equivalente à oposição 'vícios' *versus* 'virtude'. A 'riqueza' associada à possessão material, mas também à corrupção da alma, e ao comportamento ambicioso seria, na concepção de João Crisóstomo, origem e causa de conflitos e maledicências. Ainda segundo Crisóstomo, a 'riqueza' somente poderia ser benéfica se mediante recusa da ambição, o indivíduo optasse por um comportamento justo restituindo algo aos pobres em forma de assistencialismo. Zósimo, por sua vez, parece confirmar essa perspectiva na qual a "manifestação de luxo" e "desregramento" talvez pela ausência de "virtudes" seja algo considerado como causa de conflitos. Enquanto João Crisóstomo (*Hom*. III, 8) propõe o jejum como algo que prepara e disciplina os membros da comunidade para agir virtuosamente em lugar de se desenvolver vícios, Zósimo (*HN*, IV, 41, 1-3) argumenta que "nenhum homem zeloso foi incentivado à virtude, mas, em lugar disso, cada dia todo tipo de luxo e desregramento se amplifica 'metro a metro'". Assim, ambos os autores oferecem um esquema comum, pelo menos, no que se refere à população de Antioquia dentro do contexto do Levante das Estátuas.

Já a comparação entre Zósimo e Libânio nos oferece outras questões e dados. Libânio oferece uma perspectiva do Levante das Estátuas fundamentada na ação dos magistrados, do Imperador e da própria ação em favor da população e da cidade de Antioquia. Zósimo também destaca de maneira interessante a ação dessas personagens, mas numa versão

---

e habilidoso". Na contrapartida, os excertos de Eunápio de Sardis sugeridos por Almeida para serem comparados com os de Zósimo são: *VS* 6,2,7-6; 2,8 e *VS* 6,1,5; *Frag.* 48, 49.

particular e distinta embora semelhante à do sofista, faz ajustes e, inclusive, acréscimos de dados e personagens que não estão presentes na versão de Libânio. Para melhor compreendermos a relação estabelecida entre Zósimo e Libânio, abaixo segue a comparação dos excertos semelhantes de ambos os autores:

Libânio de Antioquia	Zósimo
(*Or*. XIX, 1-4)	(*HN*, IV, 41, 1-3)
(1)	**(2)**
Nossa cidade, oh Imperador, se encontra em situação de desgraça, uma vez que tem sido palco de tamanho comportamento contra nosso admirador ardente, e se envergonha pela má conduta dela e, por isso, foi impedida de enviar uma embaixada para apresentar-lhe uma explicação do que aconteceu e de fazer nossos apelos. Mas eu me disponho a estar presente, e sendo de grande importância que eu conquiste tudo que desejaria, meus esforços para com minha cidade natal estão, eu sinto, em um momento importante mesmo que eu não venha a alcançar sucesso no final. Eu acredito que eu deva ser julgado mais pela minha intenção que pela ausência de meios que possam garantir o seu cumprimento. Assim, embora minha idade avançada me obrigue a ficar em casa, como o fazem muitos dos meus amigos e pessoas próximas, quem poderia dizer que não era seguro fazer um apelo frente ao Imperador tomado pela raiva. Eu pressuponho pela sua personalidade e conduta que não haverá consequências desagradáveis para mim em razão de minha distinção. Eu estava convicto disso, e se os deuses permitissem, minha idade iria ser suficiente para uma viagem até maior – e o quão correto os fatos estavam, o evento se revelou por si mesmo. Pois, eu, que por mais imaginação tivesse, não poderia esperar que em um dia de viagem tivesse percorrido tanto e conseguido chegar aqui. Eu atravessei o Bósforo,e eu estou aqui no Palácio participando do debate acerca de nossa cidade.	Quando o imperador toma conhecimento do que havia ocorrido e ameaça reprimir sem indulgência esse aviltamento desmedido, a Boulé, por medo da ira do imperador, achou por bem enviar embaixadores que explicassem a conduta da população da cidade; eles escolheram, portanto, o sofista Libânio cuja glória é proclamada pelos discursos que dele permanecem e Hilário que se distingue pela nobreza de sua origem e pela universalidade de sua cultura. E o sofista pronunciou diante do imperador em pessoa e a Gerúsia o discurso '*Sobre a stásis*', capaz de acalmar a ira do imperador contra os habitantes de Antioquia a tal ponto que fez com que o imperador o encarregasse de um discurso '*Sobre a reconciliação*' quando ele renunciou à todo o ressentimento contra a cidade, no que se refere a Hilário, ele foi julgado digno de louvor em razão de sua grande virtude e foi encarregado pelo imperador de governar toda a Palestina.

Tanto Libânio quanto Zósimo discorrem sobre o tema da embaixada enviado ao Imperador para, em audiência, explicar o ocorrido e apresentar uma defesa em prol da cidade e da população de Antioquia. O tema da embaixada é um importante aspecto presente nas descrições acerca do Levante das Estátuas. João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. III, 1-4; *Hom*. XXI, 3-18) relata sobre uma embaixada realizada pelo bispo de Antioquia, Flaviano; e Libânio (*Or*. XIX, 1-4) declara que ele seguiu também numa embaixada para, em audiência direta com o imperador Teodósio, falar em favor da cidade e de sua população.

A compreensão da comparação entre a perspectiva de Libânio e Zósimo acerca do Levante das Estátuas não pode se eximir, portanto, da concepção do que seria 'embaixada' no contexto da Antiguidade Tardia. Assim sendo, nos parece importante definir e delimitar os elementos e características envolvidos naquilo que se classifica, frequentemente, como 'embaixada' dentro do caso do Levante[50].

Dado esse panorama, em seguida, buscaremos compreender o contexto no qual se insere a perspectiva de João Crisóstomo e Libânio sobre suas respectivas narrativas acerca das 'embaixadas' de Flaviano e do próprio sofista de modo que possamos contextualizar, comparar e interpretar a representação do Levante das Estátuas proposta por Zósimo.

Em *Ambassadors for Christ: an exploration of ambassadorial language in the New Testament*[51], Anthony Bash fornece um interessante guia mediante o qual podemos abordar esse tema das embaixadas no Mundo Antigo Greco-romano. Bash oferece um ponto de partida, ao buscar definir os parâmetros das 'embaixadas' e as características dos 'embaixadores' mediante o estudo de inscrições e para o contexto do século I d.C. na parte oriental do Império. No estudo desse autor, as embaixadas são constituídas, muito frequentemente, por um grupo de enviados e não apenas um indivíduo (BASH, 1997:40). Além disso, as embaixadas eram caracterizadas como *ad hoc* lideradas por pessoas nomeadas para desempenhar uma tarefa específica quando necessário uma vez em que não existia um grupo especializado para ocupar tais funções, mas sim pessoas dentro de uma administração civil que são chamadas a cumprir o papel e funções diplomáticas (op.cit.:41). Assim, parece importante a relação estreita entre 'diplomacia' e 'administração' para o caso do mundo antigo em oposição à contemporaneidade onde ambas aparecem como esferas independentes como argumenta e destaca Werner Eck (2009:194).

Libânio e João Crisóstomo relatam, cada um, sobre duas embaixadas diferentes, cada uma composta, a princípio, por uma pessoa. No testemunho de Libânio, a embaixada é composta por ele próprio. No testemunho de João Crisóstomo, a embaixada é empreendida pelo bispo Flaviano. Ambos, Libânio e Flaviano, na concepção de Crisóstomo, reclamam para si o papel de intermediadores do conflito em nome da cidade e dos antioquenos. Paverd (1991:148-149) compõe um cenário no qual houve a participação e interferência conjunta de Cesário, oficial enviado pelo imperador para a investigação dos acontecimentos em

[50] Na historiografia contemporânea, usa-se a palavra 'embaixada' para designar o encontro entre o imperador Teodósio e o bispo Flaviano ou entre Libânio e imperador Teodósio (Cf., por exemplo, STEPHENS, 2009:185; QUIROGA PUERTAS, 2007:15 e 58). Mas, inclusive, nas traduções de nossa documentação 'embaixada' é um termo recorrente.

[51] N.T.: "Embaixadores de Cristo: uma expedição exploratória acerca da linguagem diplomática do Novo Testamento".

Antioquia; de Flaviano, que se encontrou com o imperador em duas ocasiões, ou seja, teve duas audiências com Teodósio; bem como também de uma delegação enviada pela cidade da Laodicéia; da interferência do Senado e do povo de Constantinopla.

O assunto das audiências com imperadores no Levante das Estátuas é importante tanto para João Crisóstomo quanto para Libânio que argumentam que as embaixadas relatadas por eles ocorreram e que as rogativas foram feitas em presença do imperador Teodósio. Em nota, na tradução da *Oração XIX* de Libânio da Coleção da Loeb Classical Library, Norman (1977:270, cf. n. a) argumenta que a embaixada de Libânio é uma ficção, o discurso desse sofista não foi pronunciado em presença imperial, e que isso tenha corrompido o texto de Zósimo. Mas também a embaixada descrita por João Crisóstomo parece ter aspectos de ficção. Segundo João Crisóstomo, o relato sobre a audiência entre Flaviano e o imperador Teodósio foi obtido por meio de uma testemunha que estava presente no encontro. Digno de nota é a semelhança dos argumentos senão iguais aos que foram previstos por João Crisóstomo na Homilia III e, novamente, foram mencionados na Homilia VI, 6. Assim, João Crisóstomo teria previsto os argumentos que Flaviano teria utilizado quando este esteve em audiência com o imperador Teodósio como, de fato, apresenta o relato da testemunha. Mas Paverd (1991:149-156) argumenta que certas partes da defesa de Flaviano e as palavras de Teodósio são inventadas por João Crisóstomo, a fim de que o perdão do imperador fosse, em última instância, obra do Deus cristão, do cristianismo, por meio não somente, mas, especialmente, da embaixada de Flaviano. Embora concebidas dessa maneira, como algo fabricado e não ocorrido de fato, a menção de embaixadas nos testemunhos parece também nos apresentar outras possibilidades de 'embaixadas' em sentido de intermediações diplomáticas por meios de outros canais. Em outras palavras, as 'embaixadas' proclamadas tanto por João Crisóstomo quanto por Libânio, embora ficções, podem também ser compreendidas a partir de outra possibilidade. Vejamos mais algumas características particulares dos testemunhos desses autores.

A questão a ser repensada acerca das embaixadas no caso do Levante das Estátuas seria compreender, em primeiro lugar, o sentido do termo dentro dos testemunhos propostos tanto por Libânio quanto por João Crisóstomo. Em segundo lugar, buscar definir a natureza da participação na embaixada de modo que possamos estabelecer a 'presença', pelo menos em discurso, das duas personagens na expedição diplomática à Constantinopla em favor da cidade e dos antioquenos. Todavia, a resposta a esta pergunta não é simples ou imediata, mas a linguagem utilizada muito pode revelar acerca das 'embaixadas' descritas.

No vocabulário greco-romano, os termos empregados para designar o termo moderno 'embaixada' são: *legatio*, Πρέσβεία, Πρέσβευμα, Πρέσβευσις (BASH, 1997:14; BERGER, 1953:539; DAREMBERG & SAGLIO, 1904:1025-1038). Em '*As Orações sobre o 'Levante das Estátuas''*, Libânio (*Or*. XIX, 1; *Or*, XXII, 22) menciona o termo Πρέσβεία..[52]. João Crisóstomo (*Hom*. III, 7; *Hom*. VI, 4; *Hom*. XXI, 7; *Hom*. XXI, 16; *Hom*. XXI, 17) também utiliza a palavra πρέσβεία em várias ocasiões para designar 'embaixada'. O uso do termo em João Crisóstomo, nas homilias sobre o levante, se referem à suas ocasiões. Πρέσβεία é largamente utilizado para se referir ao encontro entre o bispo Flaviano e o imperador Teodósio e para exortar a população para, mediante oração, sigam em "embaixada" a Deus.

Já Libânio menciona o termo, pelo menos, em duas ocasiões: para designar a própria participação em "embaixada" para um encontro com o imperador Teodósio e, em outro momento, para se referir a uma distinta personagem aprisionada em razão do levante e que tinha fama em razão da participação em várias embaixadas. Tanto Libânio quanto João Crisóstomo utilizam o termo para designar um momento formal, de um encontro cercado de protocolos seja o encontra da população (mediante prece) com o Deus cristão, seja o encontro de uma personagem distinta (Libânio, Flaviano) com o imperador, ou ainda, em missões diplomáticas oficiais (como por exemplo, a personagem destacada pelo sofista). E como uma ocasião especial, a embaixada requer habilidades específicas mesmo que seja desempenhado, em sentido metafórico, como sugeriu João Crisóstomo à sua audiência.

Uma das características essenciais de uma embaixada que determinará a escolha dos enviados é a habilidade retórica, a escolha das palavras e, especialmente importante e essencial, era a oração e não simplesmente a viagem à corte ou qualquer epístola enviada ao imperador (GILLET, 2003:25). Assim, as missões diplomáticas tinham também uma natureza oratória intrínseca. Libânio e João Crisóstomo colocam em evidência essa prática ao reforçar em seus discursos a existência de embaixadas em prol da cidade reforçando um *topos* comunicativo comum mesmo que elas possam não ter ocorrido como ambos as interpretam.

Zózimo também utiliza a palavra Πρέσβεία e avalia a embaixada a partir dessa importância da oratória e confirma o ponto de vista de Libânio buscando reforçar a prática

[52] Libânio faz múltiplas referências às 'embaixadas' enviadas de Antioquia entre os anos 348 e 388 d.C. em várias de suas obras também. De acordo com Paul Petit (1955:415-419), que apresenta e esquematiza a natureza dessas expedições, estas totalizam o número de 11 'embaixadas' enviadas de Antioquia entre aqueles anos. As embaixadas apresentadas por Petit são dividas por anos, assim, houve uma embaixada em cada um dos anos a seguir, em 348; em 355; em 357; em 360; em 362; em 363; em 364; em 365; desconhecidas e sem precisão, mas citadas ainda se contabiliza as embaixadas de 386 e em 388, sendo que neste último ano citado ainda há mais 2 expedições, uma destinada à Constantinopla e outra à Itália. Para os detalhes dessas embaixadas, cf. Paul Petit (1955:415-419).

ainda corrente, parece-nos, tanto na época de Libânio quanto na época de Zózimo, de um padrão de contato e comunicação diplomático fundamentado nos gêneros e nas formas de discursos definidos pelos sofistas como também podemos ver, mais adiante, na versão de Sozomeno, embora este relate a partir da versão de João Crisóstomo a sua fixação mediante discurso, parece ainda reforçar a tônica na temática das embaixadas. Zósimo, contudo, acrescenta novos elementos à narrativa acerca do levante, adicionando uma nova personagem, Hilário que, segundo este autor antigo, será encarregado pela sua participação na embaixada de "governar toda a Palestina". O que a comparação entre o testemunho de Libânio e a narrativa de Zósimo nos destaca é a interessante afirmação ainda da presença significativa da atuação de magistrados e sofistas dentro do Império.

Essa presença, seja nos testemunhos de Libânio, seja na narrativa de Zósimo, é muito expressiva em nossa opinião, na medida em que, apesar de provavelmente terem sido forjadas, ambas encontram espaço para empreender tal perspectiva. E a contrapartida também é digna de nota. Tanto João Crisóstomo quanto Sozomeno reforçam a interferência episcopal o que significa mais uma vez, em nossa opinião uma correlação de forças que compõe um cenário ainda híbrido e convergente entre cristãos e não cristãos.

Sozomeno era um 'advogado' (Σαλαμάνης Ἑρμείας Σωζομενός) em Constantinopla e é culturalmente reconhecido por suas origens Palestina e embora tenha escrito uma *História Eclesiástica* nunca seguiu a carreira religiosa e, por isso, talvez possa perceber em seus escritos a ausência de questões teológicas e um certo tom exasperado em suas disputas politicas com bispos (CHESNUT, 1986:200). Em Sozomeno, refletiremos sobre a passagem VII, 23 da sua *História Eclesiástica*. A seguir, o relato de Sozomeno (*HE*, VII, 23) sobre o episódio:

> Nessa época, devido às necessidades da guerra, parecia melhor para os oficiais que estavam em campanha impor mais que os habituais impostos e, por essa razão, a população de Antioquia se revoltou, as estátuas do imperador e da imperatriz foram derrubadas e arrastadas mediante cordas por toda a cidade e, como é habitual em tais ocasiões, a multidão enraivecida proferiu toda sorte de insultos que o calor da hora poderia sugerir. O imperador estava determinado a vingar-se desse insulto pela morte de muitos dos cidadãos de Antioquia; a população estava muda quando do simples anúncio, a fúria dos cidadãos tinha diminuído e cedido lugar ao arrependimento e como se já tivessem sido submetidos à simples ameaça de punição, eles se entregaram aos gemidos e às lágrimas e suplicaram a Deus para retirar a ira do imperador lançando mão de hinos para suas ladainhas. Eles designaram Flaviano, o bispo deles, para ir à embaixada junto a Teodósio, mas em sua chegada, observando que o ressentimento do imperador sobre o ocorrido estava irredutível, ele recorreu ao seguinte artifício: ele fez alguns jovens, habituados a cantarem à mesa do imperador, proferir esses hinos com as ladainhas dos antioquenos. Diz-se que a filantropia do imperador foi estimulada, e ele foi vencido pela piedade, sua ira foi subjugada e, como seu coração ansiava pela cidade, ele

> verteu lágrimas no copo que segurava em suas mãos. É relatado que na noite anterior à sedição, um espectro foi visto em forma de uma mulher de proporções avantajadas e aparência terrível, passando pelas ruas da cidade, açoitando o ar com o som de um chicote, algo similar à aguilhoada de animais presente nas apresentações públicas nos teatros. Talvez tenha sido sugerido que a sedição tenha sido obra da ação de algum mal ou demônio malicioso. Não haveria dúvidas de que aquele derramamento de sangue teria prosseguido se a ira do imperador não tivesse sido cessada pelo respeito do imperador à súplica sacerdotal.

Teodoreto de Ciro, nascido em Antioquia, provavelmente, por volta do ano 393 d.C.,[53] foi educado nas tradições chamadas cristã e não-cristã disponíveis em Antioquia (CROSS & LIVINGSTONE, 2005:1611; SCHOR, 2011:6). Paul B. Clayton Jr. (2007:3) define Teodoreto como "um não acadêmico dado às pesquisas e produção de vários livros". Para esse autor, Teodoreto era "um bispo e pastor cuja principal preocupação era o bem-estar de sua diocese" e sua participação nas controvérsias religiosas de sua época só poderia ter sido compreendida porque "ele teria sido convencido de que a integridade da fé nicena tinha novamente sido desafiada". Ou melhor, conforme Clayton Jr., a preocupação de Teodoreto era com a "fé vivida" e não com uma "teologia abstrata".

Para Adam M. Schor (2011:2 e 7), de alguma maneira, Teodoreto de Ciro compartilhava de uma educação e uma formação compatível com a maioria dos membros de uma elite eclesiástica de sua época mesmo sendo um modelo atípico uma vez que aquele era "reconhecido como um hagiógrafo, um historiador da igreja, um apologista cristão e um teólogo". Além disso, "ele era também um ator social" que "buscou influenciar uma coalisão clerical e toda uma sociedade romana tardia" e "seu desempenho como bispo tinha que estar em conformidade com o contexto social" para que pudesse exercer qualquer tipo de influência.

No Livro V, capítulo 19, de sua *História Eclesiástica*, Teodoreto inicia justificando a decisão do governo imperial de impor novos impostos não somente a Antioquia, mas a todas as cidades pertencentes ao Império Romano:

> Em consequência das guerras contínuas, o Imperador foi obrigado a impor pesados impostos às cidades do Império.
> A cidade de Antioquia recusou-se a aceitar o novo imposto, e quando a população viu as vítimas daquela cobrança sendo submetidas à tortura e à indignidade, iniciou ações muito além das habituais que a multidão costuma fazer quando emerge uma oportunidade de desordem, eles derrubaram a estátua de bronze da ilustre Placila, como ela era chamada, e arrastada por quase toda a cidade. Ao ser informado desses acontecimentos, o imperador ficou indignado como era de se esperar. Ele privou a

[53] A data de nascimento de Teodoreto de Ciro é incerta de acordo com Theresa Urbainczyk (2002:10-11), mas o ano 393 como o ano de nascimento desse escritor antigo parece plausível. Adam M. Schor (2011:6) também confirma 393 como o ano de nascimento de Teodoreto. E, de acordo com István Pásztori-Kupán (2006:3; 221, cf. n. 4), que essa data é aceita pela maioria dos estudiosos com base no próprio testemunho de Teodoreto.

> cidade de seus privilégios, e transferiu a sua dignidade à cidade vizinha com a intenção de que assim conferiria àquela cidade a maior indignidade, pois Antioquia em tempos remotos tinha rivalidade com a Laodiceia.

No excerto sobre a sedição em Antioquia, Teodoreto destaca a relação entre as cidades do Império e, especificamente, no caso de Antioquia, apresenta uma suposta rivalidade entre esta e a Laodicéia. De fato, as cidades antigas se rivalizavam entre si. O conjunto de obras de vários autores antigos inclui pelo menos um panegírico a alguma cidade, exaltando as suas particularidades e singularidade mediante outras. Num segundo momento,

> Depois, ele ameaçou queimar e destruir a cidade e reduzi-la ao status de vila. Os magistrados foram aprisionados, alguns em flagrante delito, e foram executados antes da tragédia chegar aos ouvidos do Imperador. Todas essas ordens foram dadas pelo Imperador, mas não foram cumpridas devido uma restrição imposta pelo edito o qual foi feito conforme conselho do grande Ambrósio.

A narrativa sobre a chegada das autoridades imperiais é ainda mais reveladora:

> Sobre a chegada dos emissários que trouxeram as ameaças do Imperador, Elébico, *magister militum*, e Cesário, prefeito do palácio, chamado pelos Romanos *magister officiorum*, a população inteira desanimou[54]. Mas os atletas da virtude, habitantes do pé do morro, que na época existiam os melhores, fizeram súplicas e petições às autoridades imperiais. O mais santo Macedônio, que não era muito versado nas coisas dessa vida e completamente ignorante com relação aos oráculos sagrados, vivendo no alto das montanhas e noite e dia oferecendo orações puras ao Salvador de todos nós, não estava nem ao menos consternado pela violência imperial, muito menos comovido pelo poder dos comissários. Enquanto eles cavalgavam no meio da cidade, ele foi agarrado por um deles pelo manto e mandou ambos desmontarem.

A narrativa de Teodoreto continua com a descrição do encontro entre os comissários e o monge Macedônio:

> Avistaram um ancião, vestido em trapos comuns, eles se sentiram primeiramente indignados, mas alguém do que estavam conduzindo os comissários, os informou sobre o caráter de Macedônio e, então, eles saltaram de seus cavalos e se ajoelharam suplicando o perdão dele. O ancião, impelido pela sabedoria divina, falou com eles nos seguintes termos: "Digam caros senhores, ao imperador, você não é somente um imperador, você é também um homem. Recorda-lhe, portanto, não apenas a soberania, mas também da natureza dele. Você é um homem e você governa sob seus semelhantes. Agora a natureza do homem é à imagem e semelhança de Deus. Não ordene, portanto, o massacre cruel e selvagemente da imagem de Deus, pois ao punir as imagens Dele, você ira atrair a ira do Criador. Pense como você está agindo pela raiva e em razão de imagens de bronze. Agora todos que são dotados de razão sabem o quanto uma imagem inanimada é inferior a uma viva e dotada de alma e sentido. Leve isso em consideração também, para uma imagem de bronze, nós

[54] Para a compreensão e definição dessas 'magistraturas', *Magister Militum per Orientem* e *Magister Officiorum*, conferir Capítulo Terceiro dessa Tese onde discorremos sobre alguns aspectos da Administração e Política considerando a atuação de autoridades imperiais, provinciais e municipais em conflitos.

> podemos fazer facilmente muitas mais. Mesmo você próprio não pode criar um fio de cabelo do morto."

Ao final da narrativa, Teodoreto apresenta a reação imperial depois das súplicas e argumentos apresentados por Macedônio:

> Depois dos bons homens terem ouvido estas palavras, eles relataram ao imperador e apagaram a chama da raiva dele. Em lugar de ameaças, ele escreveu uma defesa e explicou os motivos de sua ira. "Não foi certo", ele disse, "porque eu estava errado que tamanha indignidade deveria ser infligida a uma mulher merecedora da mais alta honra. Eles que foram ofendidos deveriam ter direcionado a raiva deles contra mim." O imperador ainda acrescentou que ele estava ofendido e aflito quando ele ouviu que alguns haviam sido executados por magistrados.

A narrativa sobre o *Levante das Estátuas* na *História Eclesiástica* de Teodoreto é significativamente maior dentre as narrativas antigas aqui apresentadas, mas também, talvez, a mais problemática. Várias observações são necessárias. Teodoreto dedica um capítulo inteiro para discorrer sobre os acontecimentos do levante em questão. Este autor antigo fornece-nos uma perspectiva bastante particular e difere, em dados, das orações de Libânio e das homilias de João Crisóstomo. Não obstante, a perspectiva de Crisóstomo e Libânio ainda parece ser o horizonte mediante o qual Teodoreto atualiza e constrói a sua narrativa acerca do Levante das Estátuas. Na narrativa de Teodoreto, alguns novos dados e informações emergem e que impõe questões seja à memória do conflito, seja em sua historiografia, seja na nossa compreensão deste acontecimento no tempo presente.

Um dado significativo é a inclusão no relato da participação de Ambrósio. Mas apesar de Ambrósio ter uma relação estreita com imperador Teodósio e um histórico acerca do conflito em Tessalônica, a sua inclusão aparece aqui como um dado novo. Mas Teodoreto de Ciro (*HE*, V, 19) tinha bem claro seus objetivos quando decidiu evocar e selecionar os eventos que comporiam sua *História Eclesiástica* no decorrer do século V d.C. e finaliza sua narrativa acerca do *Levante das Estátuas* fazendo a seguinte justificativa: "Ao relatar esses eventos eu tinha dois objetivos. Eu não achava certo deixar no esquecimento a coragem de um monge ilustre e era preciso destacar os benefícios do conselho do grande Ambrósio."[55]

---

[55] N.T.: Nossa tradução é proveniente da versão em inglês presente coleção *A Selected Library of the Christian Church Nicene and Post-Nicene Fathers Second Series*, Volume 3, editado por Philip Scharff e Henry Wace. Excerto no original, em grego: [PG 82], Theodoreti Episcopi Cyrensis (*Historiae Ecclesiasticae*, Libri V, Cap XIX): Ἐγὼ δὲ ταῦτα διεξῆλθον, καὶ τοῦ πανευφήμου μονάζοντος τὴν παῤῥησίαν οὐχ ἡγησάμενος δίκαιον παρασβῦναι λήθη, καὶ τὸν νόμον ἐκεῖνον δεικνὺς ὀνησιφόρον, ὃν ὁ μέγας Ἀμβρόσιος γραφῆναι παρήνεσεν.

As semelhanças entre a narrativa de Teodoreto e o testemunho de João Crisóstomo destacam, contudo, a diferença. Enquanto em João Crisóstomo, os argumentos que persuadiram o imperador eram provenientes da ação episcopal, em Teodoreto, o monge Macedônio que aparece em uma interlocução com o imperador mediada pelos comissários. Os argumentos são semelhantes. De alguma forma, parece plausível argumentar, como hipótese, que houve uma mudança na importância de autoridades do século IV ao século V d.C. entre o poder episcopal e o poder monástico.

Os monges aparecem na narrativa de João Crisóstomo como um reforço à interferência cristã no 'Levante das Estátuas' num conjunto que inclui, Deus, o bispo Flaviano, o próprio João Crisóstomo e os monjes. Sendo o bispo Flaviano o árbitro e Deus o regente mediante os quais conseguiram demover o imperador de sua intenção de destruir a cidade. Na versão de Teodoreto, os monges são o árbitro junto com os comissários, Cesário e Helébico. João Crisóstomo estabelece como autoridade e de competência episcopal a defesa da cidade junto ao imperador. Teodoreto de Ciro transporta essa autoridade e competência ao monge Macedônio como podemos conferir a seguir, a partir das passagens, os argumentos de João Crisóstomo na pessoa de Flaviano em comparação com os argumentos de Teodoreto de Ciro na voz de Macedônio:

João Crisóstomo

(*De Statui*, *Hom*. III, 18)

(1)

Certamente agora é tempo de proclamar: "Quem pode perscrutar as poderosas ações do Senhor? Quem pode colocar-se diante de toda a Sua glória?" (Salmos, 106,2). Quantos homens não apenas humilharam, mas também pisotearam as imagens de Deus! Pois quando tu impedes um devedor de se manifestar, quando tu lhes retiras as armas, quando tu os impedes de fazer algo, tu pisoteias a imagem de Deus. Escuta, com certeza, Paulo dizendo que "um homem não deve cobrir sua cabeça, uma vez que ele é a imagem e glória de Deus" (Coríntios, 11,7). E, novamente, escuta Deus, Ele mesmo dizendo "Vamos fazer o homem à Nossa imagem, à Nossa semelhança" (Gênesis, 1,26). Mas, se tu disseres que o homem não é da mesma substância de Deus – o que importa isso? Pois nem é o bronze da estátua da mesma substância do Imperador; ainda assim, apesar disso, aqueles que desafiaram isso pagaram a pena. Do mesmo modo, também no que se refere a humanos, se os homens não são da mesma substância de Deus, (como, de fato,

Teodoreto de Ciro

(*HE*. V, 19)

(2)

"Digam caros senhores, ao imperador, você não é somente um imperador, você é também um homem. Recorda-lhe, portanto, não apenas a soberania, mas também da natureza dele. Você é um homem e você governa sob seus semelhantes. Agora a natureza do homem é à imagem e semelhança de Deus. Não ordene, portanto, o massacre cruel e selvagemente da imagem de Deus, pois ao punir as imagens Dele, você ira atrair a ira do Criador. Pense como você está agindo pela raiva e em razão de imagens de bronze. Agora todos que são dotados de razão sabem o quanto uma imagem inanimada é inferior a uma viva e dotada de alma e sentido. Leve isso em consideração também, para uma imagem de bronze, nós podemos fazer facilmente muitas mais. Mesmo você próprio não pode criar um fio de cabelo do morto."

> não o são), ainda assim eles são chamados Sua imagem; e estando em conformidade eles deveriam receber honra por conta dessa designação.

Outro paralelo também é possível. Teodoreto de Ciro também utiliza aspectos e argumentos retirados do testemunho de Libânio de Antioquia. Especialmente, os argumentos utilizados por Libânio e Teodoreto de Ciro para a mitigação da raiva imperial. Vejamos as passagens:

Libânio de Antioquia (*Or*. XXI, 10) **(1)**	Teodoreto de Ciro (*HE*. V, 19) **(2)**
Se eu dissesse que todos esses homens foram salvos da pena capital por cause dele [Cesário], eu estaria falando uma verdade simples. Ele nos alegrou também por nos dizer sobre o relatório que ele enviaria em nosso nome ao imperador que nós tínhamos errado e que era mais vantajoso ao imperador renunciar à punição do que executá-la uma vez que a punição traz apenas um prazer transitório.	"Depois dos bons homens terem ouvido estas palavras, eles relataram ao imperador e apagaram a chama da raiva dele. Em lugar de ameaças, ele escreveu uma defesa e explicou os motivos de sua ira. "Não foi certo", ele disse, "porque eu estava errado que tamanha indignidade deveria ser infligida a uma mulher merecedora da mais alta honra. Eles que foram ofendidos deveriam ter direcionado a raiva deles contra mim." O imperador ainda acrescentou que ele estava ofendido e aflito quando ele ouviu que alguns haviam sido executados por magistrados."

Comum a todas essas narrativas antigas acerca do Levante das Estátuas, é uma sensação de investimento maciço à afirmação da versão predicada por João Crisóstomo, o que poderia indicar duas possibilidades. Primeiro, que a necessidade de afirmação se dá em momentos em que alguma perspectiva contrária esteja em posição de concorrência, ganhando espaço e adeptos. Em segundo lugar, sugere que a contínua afirmação posterior, mediante historiografia, se configura como uma, dentre outras, estratégia que significou a construção de um lugar de poder e influência cristã dentro do Império Romano. De uma maneira ou de outra, parece-nos que a versão de Libânio poderia ter apresentado alguma ameaça ou pelo menos exercia ainda alguma contraposição possível e válida. Por outro lado, numa visão mais estrita e limitada, as narrativas historiográficas antigas apresentaram uma estrutura comum de citação ao levante apesar das diferenças observadas (Cf. APÊNDICE F). As principais diferenças e inovações nas versões das narrativas antigas, dignas de nota, encontram-se na

versão de Teodoreto que busca dados tanto do testemunho de João Crisóstomo quando do testemunho de Libânio de Antioquia (Cf. APÊNDICE F).

As versões posteriores do Levante das Estátuas mostraram-nos, dessa forma, como também na historiografia, na memória e na história, os testemunhos de João Crisóstomo e Libânio foram tratados diferentemente e alternativamente sendo utilizados como documentações que reafirmavam interesses político-culturais específicos em dadas épocas e lugares. Considerando o percurso historiográfico, memorial e histórico empreendido no presente capítulo, passemos à compreensão, no Capítulo Terceiro, da história da cidade de Antioquia e a suas particularidades sempre consideradas sob o ponto de vista do Levante das Estátuas.

3 CIDADE, PODER E CONFLITO NO SÉCULO IV D.C.:
A História de Antioquia de Orontes & seus conflitos urbanos

Antioquia é um nome bastante comum no Mundo Antigo, como afirma Jack Finegan (1981:63-72), "poderia ter existido não menos que dezesseis Antioquias, todas estabelecidas por Seleuco I Nicator (312-281 a.C.), fundador da dinastia Selêucida". De fato, em nossa pesquisa, ao nos propormos a conhecer a cidade na qual João Crisóstomo e Libânio permaneceram por muitos anos proferindo homilias e orações e produzindo vários tipos de escritos, descobrimos que várias cidades antigas receberam o nome de Antioquia como, por exemplo, Antioquia da Psídia. Portanto, para uma melhor definição acerca da cidade da qual trataremos, a Antioquia na qual viveu João Crisóstomo e Libânio e que, embora, aqui nos refiramos simplesmente como Antioquia, foi denominada, tradicionalmente, como Antioquia de Orontes. Contemporaneamente, esta cidade antiga é referida também como Antioquia da Síria. Ambos os nomes estão relacionados e definidos pela sua localização geográfica. A cidade recebeu aquela primeira denominação em razão da *urbs* ser atravessada pelo rio Orontes que, certamente, se tornou um dentre muitos outros elementos que a diferenciaria de outras cidades antigas. Antioquia de Orontes é uma cidade distinta e uma das mais importantes dentro do Império Romano da *Antiguidade Tardia*, considerada assim tanto pela historiografia contemporânea[1], quanto pelas obras de autores antigos.

---

[1] Na historiografia contemporânea, há uma vasta produção acerca da história da cidade de Antioquia. Conferir, por exemplo, as obras clássicas sobre a Antioquia do século IV d.C.: *Libanius et la vie municipale d'Antioche au IVe siècle après J.-C.* de Paul Petit (1955); J.H.W.G. Liebeschuetz (1972); *Antioche païenne et chrétienne: Libanius, Chrysostome et les moines de Syrie* de André-Jean Festugière (1959); *A history of Antioch in Syria: from Seleucus to the Arab conquest* de Glanville Downey (1961); *Studies in Libanius and Antiochene Society under Theodosius* de Roger A. Pack (1935). E, para uma historiografia mais recente, conferir ainda: *Antioch: the lost ancient city* de Christine Kondoleon (2000); *The arts of Antioch: art historical and scientific approaches to Roman mosaics and a catalogue of the Worcester Art Museum Antioch collection* de Lawrence Becker e Christine Kondoleon (2005); *Antioch as a religion centre* de F.W. Norris (1990:2322-2379). Sobre a importância da cidade, para Pierre Maraval (1995:906-911), Antioquia constitui-se em uma importante cidade dentre os grandes centros cristãos da Síria e que se caracteriza pelo conjunto de personagens importantes membros de uma elite eclesiástica que adotam "um programa preciso de ensinamento, mas que também compartilham referências culturais comuns"; de acordo com Ernest Will (1997:113), Antioquia pode ser comparável a Roma conforme afirma a tradição antiga; Hugh Kennedy (1992:181) argumenta que Antioquia se constituía numa cidade importante sendo, provavelmente, uma das maiores cidades de sua região, bem como se apresentava como uma capital política e eclesiástica durante a Antiguidade Tardia.

A distinção de Antioquia é, frequentemente, definida em termos de seu espaço territorial, sua arquitetura, seus mosaicos, sua população, suas religiões, seus conflitos sociais[2]. Entre os autores antigos podemos destacar Libânio que na obra laudatória Ἀντιοχικος[3] faz um *encomium* a Antioquia datado de 356 d.C.[4], elencando as particularidades e os elementos da cidade que merecem exaltação:

> (12) Contudo, antes de eu relatar sobre os habitantes dessa terra, eu devo relatar sobre a natureza da paisagem e do clima, a sua posição em relação ao mar, sobre o abastecimento de água e alimentos e, em geral, toda a riqueza de recursos naturais encontrados aqui. A terra é muito mais antiga do que os habitantes que aqui habitam. Assim, qualquer panegírico deve começar pela terra antes de discorrer sobre os habitantes.
>
> (13) Agora, o primeiro e o principal motivo de elogio à cidade é a fertilidade de sua terra, como no caso de um navio, é quando todas as outras partes se encaixam à quilha. Portanto, temos que examinar este ponto, antes de tudo.[5]

Libânio (*Or*. XI, 19-24) discorre sobre a terra fértil, a abundância de milho, a produção e exportação de vinho e azeite de oliva, sendo também rica em cevada. Este autor destaca ainda que mesmo as terras inférteis são produtivas, pois fornecem sejam as pedras para os muros das construções de edifícios e casas, sejam madeiras para construção de telhados e gravetos para fornos, acrescentando também a existência de rebanho de ovinos e caprinos (Libânio, *Or*. XI, 25-26). Outros destaques do valor e importância ímpar dessa terra são a

---

[2] É recorrente, na historiografia, o destaque atribuído à geografia de Antioquia, sua posição territorial estratégica bem como as particularidades de sua arquitetura urbanística. É perceptível também a diversidade populacional, em Antioquia. Há uma multiplicidade de grupos religiosos já destacados, por exemplo, por Downey (1961:273). Quanto aos conflitos, Antioquia também apresentou conflitos importantes como, por exemplo, durante o século IV d.C. Sobre conflitos na parte oriental do Império, ver: Aja Sánchez (1998).

[3] N.T. Em inglês, a obra foi intitulada "*Oration in Praise of Antioch*" (Downey, 1959:652-681) e Norman (2000:3-65) preferiu manter o título da obra como "*The Antiochikos: in praise of Antioch*". Em grego, a palavra Ἀντιοχικος aparece, muito provavelmente, somente nessa obra do sofista e parece ser equivalente a Ἀντιόχεια (Antioquia), o que nos leva a pensar que o título da obra de Libânio é relativo ao nome da cidade. Além disso, se considerarmos que Ἀντιοχικος seja a combinação da raíz do nome da cidade Ἀντιοχ mais o sufixo ικος que designa o diminutivo, o título da obra se referirá, possivelmente, neste caso, a um diminutivo afetivo uma vez que se trata de um *encomium* a Antioquia. Uma tradução para o português seria, dessa forma, um pouco problemática, por isso, optaremos aqui por manter a alternativa proposta por Downey em título e por Norman em subtítulo, sugerindo a tradução para o português como "*Em homenagem à Antioquia*".

[4] A data da obra foi debatida pela historiografia. Glanville Downey (1959:652-653) afirma que Ἀντιοχικος foi escrito em 360 d.C.., mas A. F. Norman (2000:3), em concordância com as evidências e argumentos apresentados por Paul Petit, considera a data desta obra de Libânio como sendo a de 356 d.C., que foi pronunciada e produzida em ocasião da Olímpia, um festival que incluía competições e jogos.

[5] N.T.: Todas as traduções realizadas dessa obra foram fundamentadas nas versões em inglês da obra de Libânio propostas por Downey (1959:656-681) e Norman (2000:7-65). Em grego: 12. Πρὶν δέ, οἱ πινες πρῶτοι κατέσχον τὴν χώραν, διδάξαι, περὶ φύσεώς τε τῆς χώρας καὶ ὅπως μὲν ἀέρων εἴληχεν, ὅπως δὲ ἔχει πρὸς θάλατταν, ὅπως δὲ ὑδάτων μετείληφεν, ἥτις δὲ αὐτὴ καρποὺς ἐκτρέφειν, καὶ ὅλως περὶ τῆς ἐνταῦθα πλεονεξίας διαλεκτέον. οὕτω καὶ τὴν ὑπὲρ ταύτης εὐφημίαν προτέραν εἶναι δεῖ τῆς εἰς τὸ γένος ἐσομένης. 13. Καὶ ἅμα πρῶτον καὶ μέγιστον [τῆς] πόλεως ἐγκώμιον γῆς ἀρετή, καθάπερ, οἶμαι, νεώς, ὅταν ἐπ' ἰσχυρὰν τὴν πρόπιν τὰ ἄλλα ᾖ συμπεπηγότα. τοῦτο δὴ πρὸ τῶν ἄλλων ἐξεταστέον. (Richardus Foerster, *Libanii Opera Vol. I. Fasc. II*, p. 440-441).

existência e abundância de irrigação e córregos, bem como a harmonia de suas estações climáticas (Libânio, *Or*. XI, 27). Por fim, ainda sobre a narrativa sobre a posição privilegiada de Antioquia, Libânio (*Or*. XI, 34-41) relata as vantagens de a cidade estar localizada próxima ao mar ao mesmo tempo em que resguarda uma distância segura dos perigos provenientes do litoral. Antioquia estaria numa posição intermediária, como descreve Libânio (*Or*. XI, 39):

> Agora, nossa situação permite-nos desfrutar dos benefícios do mar e ainda oferece segurança contra os problemas que surgem a partir dele: ficamos fora do alcance dos danos causados pelo mar juntamente com os habitantes do interior, mas, ao mesmo tempo, nos beneficiamos das colheitas do mar junto com os habitantes do litoral.[6]

Na visão de Libânio, portanto, Antioquia é uma cidade entre dois mundos: o interior e o litoral, privilegiada por elementos múltiplos de sua geografia e clima. Na concepção de João Crisóstomo, Antioquia seria uma cidade cristã, apesar de sempre em suas homilias aparecerem exortações contra práticas não cristãs na cidade. De fato, João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XVII, 10) deixou registrado sua admiração pela sua cidade natal, considerando-a uma cidade cristã exemplar. E, em uma homilia anterior, João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XIV, 16) já destacava a distinção da cidade como um lugar no qual os cristãos foram, primeiramente, reconhecidos como tais e, sendo a população piamente cristã, tornará a cidade o exemplo para as outras cidades do Império e, na qualidade de líder, instruirá essas outras urbes a seguirem o mesmo padrão de vida, comportamento e ação diante das adversidades:

> E já que é cantando em todos os lugares que nossa cidade que, antes que todas as cidades do mundo, ela inscreveu os cristãos nos limites de suas fronteiras, assim permita que todos digam que Antioquia, sozinha, de todas as cidades do mundo, expulsou toda maledicência de dentro de suas fronteiras. Sim, sim, isso deve ser feito, ela não será coroada sozinha. Ela servirá de exemplo e conseguirá fazer com que outras cidades tenham o mesmo zelo. E como o nome de cristãos teve sua origem aqui, como uma espécie de fonte que transborda para todo o mundo, mesmo assim essa boa obra tendo sua raiz e ponto de partida a partir daí fará com que todos os homens que habitam a terra sejam discípulos; de modo que você possa receber uma dupla e tripla recompensa, imediatamente por conta de sua própria boa obra e instrução oferecida aos outros. Isto será para você a mais brilhante dos diademas! Isto fará da sua cidade uma metrópole [mhtropolin], não na terra, mas nos céus! Isto será nosso testemunho Naquele Dia e nos trará a coroa da retidão a qual Deus permite que nós todos possamos obter...[7]

---

[6] N.T.: Em grego: ἀλλ᾽ ἡμῖν γε ἡ θέσις τῶν ἀπὸ τῆς θαλάττης ἀγαθῶν ἀπολαύειν παρέχουσα τῶν ἐκεῖθεν κακῶν καθαρεύειν δίδωσι, καὶ μετὰ μὲν τῶν ἐν μεσογείᾳ τῆς λύμης ἔξω καθέσταμεν, μετὰ δὲ τῶν ἐπὶ θαλάττῃ καρπούμεθα τὴν θάλατταν. (Retirado de Richardus Foerster, *Libanii Opera Vol. I. Fasc. II*, p. 440-441).

[7] N.T.: Todas as traduções dessa obra foram fundamentadas, em grande parte, na versão em inglês das Homilias presentes na *Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church*, vol. XI, editada por Philip Schaff (1996:315-514), bem como tivemos por referência a *Patrologia Graeca*, vol 49, de Jacques-Paul Migne para a conferência de termos importantes e essenciais para a nossa tradução. Em grego: Καὶ ὥσπερ πανταχοῦ περὶ τῆς πόλεως ᾄδουσι τῆς ἡμετέρας, ὅτι πρώτη τῶν κατὰ τὴν οἰκουμένην ἁπασῶν τὸ [151] Χριστιανῶν ὄνομα ἀνεδύσατο, οὕτω

Apesar da grande eloquência, a Antioquia que João Crisóstomo descreve não parece corresponder ainda, pelo menos, durante o contexto do século IV d.C., a uma cidade majoritariamente e hegemonicamente cristã. Antioquia apresentava uma população culturalmente diferenciada e diversa que insere também religiosidades múltiplas, características típicas de uma cidade considerada como centro cultural, político, econômico, militar e religioso. As manifestações festivas podem, por exemplo, apresentar aspectos dessa diversidade e, simultaneamente, fornecer evidências de uma coabitação de grupos que possuem posições políticas e culturais diferenciadas[8].

Antioquia possuía, certamente, um núcleo de comunidades cristãs. Estas, no entanto, não se constituíam como um grupo hegemônico capaz de impor irremediavelmente sua visão de mundo a todos os outros que habitam naquela cidade. Assim, ao contrário do que narra João Crisóstomo, Antioquia parece ser mais heterogênea em termos de sua população do que este presbítero desejava. Antioquia também é descrita por outros escritores antigos, assim podemos incluir nesse conjunto de autores antigos que falaram sobre Antioquia, Amiano Marcelino que, na sua *Res Gestarum*, Livro XXII, 9, 14, considerou Antioquia como a "Bela coroa do Oriente":

> Mas se apressando para partir de lá [de Tarso] em direção à Antioquia, a bela coroa do Oriente, ele [o imperador Juliano] chegou à cidade utilizando as estradas habituais para essa jornada e à medida que se aproximava da cidade, ele era recebido com honrarias, como se ele fosse alguma divindade, e ele perguntou ao clamor da grande multidão, quem havia gritado que uma estrela havia ascendido no Oriente.[9] (grifos nossos)

Antioquia também era um centro educacional e cultural importante (CARVALHO, 2005:116). As escolas de Antioquia eram destino de vários estudantes, bem como tinham

---

δότε πᾶσι λέγειν, ὅτι μόνη τῶν κατὰ τὴν οἰκουμένην ἁπασῶν Ἀντιόχεια τοὺς ὅρκους τῶν οἰκείων ὅρων ἀπήλασε. Μᾶλλον δέ, ἂν τοῦτο γένηται, οὐκ αὐτὴ στεφανωθήσεται μόνη, ἀλλὰ καὶ ἑτέρας εἰς τὸν αὐτὸν ἐνάξει ζῆλον· καὶ καθάπερ τὸ ὄνομα τῶν Χριστιανῶν ὥσπερ ἔκ τινος πηγῆς ἐντεῦθεν ἀρξάμενον πᾶσαν τὴν οἰκουμένην ἐπέκλυσεν, οὕτω δὴ καὶ τὸ κατόρθωμα τοῦτο τὴν ῥίζαν καὶ τὴν ἀφορμὴν ἐντεῦθεν λαβόν, πάντας τοὺς τὴν γῆν οἰκοῦντας ἀνθρώπους μαθητὰς ὑμετέρους ἐργάσεται, ὥστε διπλοῦν ὑμῖν καὶ τριπλοῦν γενέσθαι τὸν μισθὸν, καὶ ὑπὲρ τῆς τῶν ἄλλων διδασκαλίας. Τοῦτο διαδήματος ὑμῖν παντὸς ἔσται λαμπρότερον, τοῦτο μητρόπολιν ὑμῖν ποιήσει τὴν πόλιν, οὐκ ἐν τῇ γῇ, ἀλλὰ καὶ ἐπὶ τῶν οὐρανῶν· τοῦτο καὶ κατ' ἐκείνην ἡμῶν προστήσεται τὴν ἡμέραν, καὶ τὸν τῆς δικαιοσύνης ἡμῖν οἴσει στέφανον· (*PG* 49, p. 153-154).

[8] Ao estudar os panegíricos pronunciados por João Crisóstomo em honra aos mártires dentro do contexto dos festivais em Antioquia e em homenagem a estas personagens, Alexandre Séguy (2008:85-148) apresenta um cenário citadino na *urbs* antioquena muito mais heterogêneo, na qual se observa a coexistência de celebrações múltiplas de festivais e comemorações que transcendem os limites e as fronteiras identitárias chamadas de 'religiosas'.

[9] N.T.: Tradução realizada mediante a versão em inglês presente na *Loeb Classical Library*, vol. 315, p. 251. Em latim, segue o texto referente ao excerto citado: 14. *At hinc videre properans Antiochiam, orientis apicem pulcrum, usus itineribus solicitis venit, urbique propinquans, in speciem alicuius numinis votis excipitur publicis, miratus vocês multitudinis magnae, salutare sidus illuxisse eois partibus acclamantis.* (Amiano Marcelino, *Res Gestarum*, Livro XXII, 9, 14 retirado da *Loeb Classical Library*, vol. 315, p. 250).

renomados professores. A escola de Antioquia faz parte da história e biografia de várias personagens importantes como, por exemplo, Ulpiano[10], Zenóbio[11], Proerésio[12] e Acácio[13], mas foi Libânio de Antioquia quem mais promoveu, possivelmente, a eminência retórica da cidade (KENNEDY, 1983:149). De acordo com Raffaela Cribiore (2007:42), a Escola de Antioquia e a educação retórica transmitida por Libânio e outros professores parece ter sido a última etapa de uma educação padrão destinada aos homens da elite. João Crisóstomo e outras ilustres personagens têm sido, frequentemente, apontados como estudantes dessa escola e, especialmente, referenciados como alunos de Libânio. Antioquia era um lugar importante para diferentes populações a partir de seus vários motivos.

Na historiografia contemporânea, as obras de Paul Petit[14] (1955), A. J. Festugière[15] (1959), Glanville Downey[16] (1961; 1962; 1963), J.H.W.G. Liebeschuetz[17] (1972) e, mais recentemente, Frederick W. Norris[18] (1990), Magnus Zetterholm[19] (2003), Lawrence Becker e Christine Kondoleon[20] (Becker & Kondoleon, 2005; Kondoleon, 2000) contribuíram para o

[10] Ulpiano foi sofista ensinou em Emesa e depois em Antioquia e pode ser identificado como tendo sido o primeiro professor de Libânio em Antioquia (CRIBIORE, 2007:38, 51, 73, Cf. Ulpianus 1 e 4, *PLRE I*, p. 973-974). De acordo com Raffaella Cribiore (2007:38), Libânio, para contrastar com a própria atitude benevolente em relação aos seus assistentes, descreveu um Ulpiano como um professor déspota e manipulador que tratava seus colegas como colegiais.

[11] Zenóbio foi sucessor de Ulpiano e parece ter sido também professor de Libânio em Antioquia antes deste último ir estudar em Atenas (CRIBIORE, 2007:38, Cf. Zenobius, *PLRE I*, p. 991).

[12] Proerésio, nascido em 276 d.C. e morto em 368 d.C., é proveniente de uma família que vivia na Armênia Romana indo morar em Antioquia junto com a família quando tinha dezoito anos, foi aluno de Ulpiano tornando-se mais tarde professor na escola de Atenas (Watts, 2008:48-78; Dihle, 1994:430 e 451). As informações biográficas desse sofista podem ainda ser conferidas na obra *Vida dos Sofistas* de Eunápio de Sardes.

[13] Acácio era originário da Fenícia sendo professor nessa cidade, em Cesaréa, na Palestina, além de também ter ensinado em Antioquia na qual estava em concorrência direta com Libânio para ocupar a vaga de professor em Antioquia, mas Libânio é nomeado e Acácio retorna à Palestina (CRIBIORE, 2007:21,38-39 cf. n. 142, Cf. Acacius 6, *PLRE I*, p. 6).

[14] Em *Libanius et la vie municipale a Antioche au IV^e siècle après J.-C.*, Paul Petit apresenta, sob a perspectiva de Libânio, a vida administrativa e municipal de Antioquia.

[15] A. J. Festugière se preocupou com as características religiosas da cidade na obra *Antioche païenne et chrétienne*.

[16] Glanville Downey foi integrante ativo das escavações do sítio arqueológico de Antioquia entre os anos de 1932 a 1939. Sua dedicação ao estudo da cidade resultou na publicação de obras importantes de referência que nos fornecem dados valiosos para a história de Antioquia. Glanville Downey publicou as obras *A History of Antioch in Syria* (1961), *Antioch in the Age of Theodosius – The Great* (1962) e *Ancient Antioch* (1963).

[17] J. H.W.G. Liebeschuetz publicou, em 1972, a obra *Antioch: city and imperial administration in the Later Roman Empire* na qual discorreu sobre a administração da cidade definindo aspectos da autoridade em Antioquia e os problemas relacionados aos impostos e o suprimento de comida que resultavam em irrupção de conflitos.

[18] Em *Antioch as a religious center*, Norris buscou compreender Antioquia a partir das suas características religiosas.

[19] Conferir, particularmente, a obra *The Formation of Christianity in Antioch* de Magnus Zetterholm.

[20] Em 2000, a curadora em arte grega e romana da *Wocester Art Museum*, Christine Kondoleon anunciava uma exposição intitulada *Antioch: The Lost Ancient city*, na qual, exibiria, pela primeira vez, todos juntos, os objetos descobertos nas escavações ocorridas entre os anos de 1932 e 1939. A exposição foi dividida em quatro grandes temas: "A cidade e as pessoas"; "A vida urbana: banhos e entretenimento"; "Jantando na Antioquia Romana" e "O culto na cidade". Esta exibição resultou na publicação de dois catálogos de imagens, a saber, *Antioch: The Lost Ancient city* de Christine Kondoleon publicado em 2000 e um outro intitulado *The Arts of Antioch: Art*

nosso conhecimento acerca de Antioquia, bem como também atribuíram à cidade uma outra representação mediante a qual podemos compreendê-la. Em algumas obras desse conjunto de referências historiográficas, observamos uma recorrência significativa de observações acerca da importância da cidade de Antioquia como um centro administrativo e um território estratégico, sendo a cidade, particularmente, definida militarmente como um "quartel-general" (PETIT, 1955:177-9). Antioquia também era considerada, pelo menos durante na época de Augusto, um grande centro de produção de moedas (BRUNN, 1999:29).

Antioquia está localizada na parte oriental do Império Romano e era considerada capital da província da Síria. Durante o governo de Augusto, a Síria tornou-se uma província imperial, o que significa o controle direto pelo imperador e a administração deixada a cargo de um magistrado imperial escolhido pelo imperador, implicando esta centralização administrativa que se deve pela localização da Síria dentro do Império (FINEGAN, 1981:65). A região da Síria é estratégica pela sua acessibilidade e possível comunicação entre os dois hemisférios, o oriente e o ocidente (WOOLLEY, 1942;1946).

Dentre as cidades da Síria, Antioquia parece receber um tratamento especial pelos antigos não somente, mas também em razão da sua localização geográfica dentro do território da Síria. Como destacou Liebeschuetz (1972:40-1), o território de Antioquia é difícil de definir, em primeiro lugar, por causa da ambiguidade que está vinculada ao seu nome, que podia tanto significar a *urbs*, quanto toda a área que compreendia não somente a *urbs*, mas também uma vasta área rural e, em segundo lugar, pela ausência de evidências que nos informem, por exemplo, seus limites a sudoeste e a noroeste. Logo, o que nos informa a historiografia, no que se refere aos seus limites territoriais, é que Antioquia fazia fronteira, a leste, com as cidades da Beroéia e Chalcis, a oeste, havia o porto de Seleucia e, ao sul, estavam as cidades de Laodicéia e Apaméia (LIEBESCHUETZ, 1972:40-1; KONDOLEON, 2000:xiv-xv).

Roma esteve em campanha contra outros povos considerados não romanos por muitas vezes durante o período imperial e, em muitas ocasiões, Antioquia se constituiu num território significativamente importante por meio do qual ocorreram várias investidas contra o Império Romano pelos Partos, pelos Sassânidas e Árabes (KONDOLEON, 2000:XII-XIII; DIGNAS & WINTER, 2007:22-23; 39). Antioquia tornava-se um quartel-general já no curso dos primeiros séculos da *História do Império Romano* e, posteriormente, constituir-se-á num importante centro militar e administrativo, lugar de concentração de tropas, de

---

Historical and Scientific Approaches to Roman Mosaics and a Catalogue of the Worcester Art Museum Antioch Collection de autoria conjunta de Christine Kondoleon e Lawrence Becker, publicado em 2005.

armazenamento de materiais e ponto de partida de campanhas militares e *locus* de operações (PETIT, 1955:177-9; KONDOLEON, 2000: XII-XIII; ISAAC, 2000:436-8; BALL, 2000:155). Assim, seja nos primeiros séculos, seja durante o século IV d.C., a defesa da parte oriental do Império passou a ser sediada em Antioquia.

Paul Petit (1955:179) argumenta que, na época do governo de Teodósio, Antioquia cessa de ser o centro militar e administrativo. Para esse autor, "Antioquia foi um tipo de Quartel-General intermitente". Os critérios de Petit para considerar Antioquia como um centro militar e um quartel-general fundamentam-se na presença efetiva de tropas, contingentes imperiais, magistrados ou até mesmo nos casos de o imperador manter residência ou fizesse visitas à cidade. Benjamim Isaac (2000:438) estende a imagem de Antioquia como um centro militar até mais ou menos meados do século VI, apesar de destacar que o papel desempenhado pela cidade pode não ter sido como o de épocas anteriores.

Antioquia é uma cidade que tem sido considerada e categorizada como tendo um *status* de metrópole, ou ainda pode ser considerada, junto com Roma, uma *cosmopolis*. A compreensão dessa titulação significa, no entanto, a consideração de vários aspectos e a interpretação de escritos antigos bem como de alguns textos particulares da historiografia para definirmos o *status* de metrópole para caso específico de Antioquia no contexto do século IVd.C. e, especialmente, no pensamento de João Crisóstomo e Libânio.

O título de metrópole é comum na historiografia para designar cidades seja no contexto do mundo antigo seja até mesmo na contemporaneidade. No Mundo Antigo, isso parece particularmente observável. O geógrafo e historiador Estrabão, que viveu no período de Augusto, recorre, em várias ocasiões, ao uso da palavra metrópole para designar várias cidades do Império como, por exemplo, Esparta, Petra, Antioquia, Jerusalém entre muitas outras (*Geographia*, 11, 13, 1; 11, 2, 10; 10, 5, 1; 10, 4, 18; 16, 1, 16; 16, 2, 5; 16, 4, 21; 16, 2, 28). Na *Oração Fúnebre a Basílio de Cesaréia* (*Oração* 43, 13), Gregório de Nazianzo utiliza a expressão "metrópole do conhecimento" (λόγων μητρόπολιν)[21] para designar a cidade de Cesaréia. As cidades consideradas metropolitanas têm sido definidas, frequentemente, pela sua capacidade populacional, pela distinção de sua cultura e urbanística e pela capacidade econômica e, especialmente, e razão dos problemas provenientes desta considerada 'superestrutura' de uma 'grande' cidade.

A distinção entre as cidades, no espaço e no tempo, agregando a ideia de metrópole à de um desenvolvimento econômico, uma capacidade populacional, sua urbanística, comércio

[21] Conferir, PG 36, p. 512, *Oratio XLIII*.

e uma cultura, geralmente, considerada 'superior' pode gerar equívocos como o de conceber, por exemplo, a existência de cidades prósperas em contraposição a cidades 'pobres' que não apresentam qualquer tipo de sofisticação e 'sofrem' por uma ausência de elementos e aspectos determinados. Qualquer oposição entre cidades é por nós concebida como uma construção cultural que mediante critérios particulares valorizam uma cidade em detrimento de outras, num dado momento, devido a motivos específicos. Assim, a metrópole na Antiguidade difere do que, contemporaneamente, chamamos de metrópole. Logo, os termos dessa designação variam no espaço e no tempo.

A palavra metrópole se origina, etimologicamente, do termo grego μητροπολις que é a junção de dois termos gregos: μητερ (mãe) e πολις (cidade) significando, literalmente, cidade-mãe, uma cidade líder entre um grupo de cidades, e que foi, inicialmente, utilizado para definir a relação entre as *poleis*[22] no processo da colonização grega (SMITH, 1854:239; TALBERT, 1985:13 E 157). Durante a Antiguidade Tardia, o termo metrópole era utilizado para identificar as cidades que eram capitais de Província da parte Oriental do Império (BROWN, 1992:11,151; HUEBNER, 2009:170).

Também não podemos deixar de destacar que aquelas cidades eram consideradas líderes, de acordo com sua importância cultural, militar, econômica e político-religiosa[23] e por isso também receberam a dignidade de metrópole. Ainda há outro critério, somente aquelas cidades que fossem centros do poder imperial, residência do governador de província e lugar privilegiado na nova geografia da administração imperial tardo-antiga poderiam resguardar a honra e o *status* de sustentar o título de metrópole (*op. cit*.:18-19).

O termo metrópole implica um todo que pode ainda denotar também o fato de que líderes político-religiosos poderiam presidir sob os templos ou sés das cidades. Roma, Constantinopla, Alexandria, Éfeso, Antioquia são cidades que têm sido constantemente referidas como metrópoles do Mundo Antigo pela historiografia contemporânea[24]. Antioquia, em especial, parece ter recebido o *status* de metrópole muito cedo na sua história. Já na época de Augusto, Estrabão (*Geographia*, 16, 2, 5) considera Antioquia a metrópole da Síria: "[...] Antioquia é a metrópole da Síria e aqui foi estabelecida a residência real dos imperadores que

[22] Sobre o conceito e definição de '*polis*' [πολις] (*poleis* [πολεῖς], no plural) para o contexto da Antiguidade bem como a validade da utilização do termo cidade como sua correspondente, conferir: *The cities* de Bryan Ward-Perkins e *Kome: a study in how the greeks designated and classified settements which were not poleis* de Mogens Herman Hansen.

[23] Embora a historiografia se refira à essas esferas como se fossem dimensões independentes e autônomas, em nossa concepção, não consideraremos possível separar uma esfera da outra.

[24] Vanderspoel (1995:54) argumenta que Roma, em lugar de ser a metrópole de uma província, é a metrópole de um Império. Gagarin e Fantham (2010:81) discorrem sobre Éfeso e argumenta que esta cidade se tornou metrópole da Ásia e Templo (*neokoros*) para o culto imperial.

governam o império. E não é inferior, em tamanho e poder, à Seleucia, Tigre, Alexandria ou Egito".

Antioquia foi também um grande centro de cunhagem de moedas, especialmente, na produção de séries de moedas de bronze com efígies imperiais durante o primeiro século (BUTCHER, 2003:217; BRUNN, 1999:29). O termo *ΜΗΤΡΟΠΛΙΣ* aparece, significativamente, em moedas provenientes de Antioquia (COHEN, 2006:83). A série de moedas de bronze apresentava um esquema de cunhagem específico que exibia, em sua face, a efígie do imperador e no reverso a fórmula "SC" que parece significar *Senatus Consulto* (SAYLES, 1998:69). João Malalas (*Chronographya*, Libri IX, 5) relata um registro acerca da confirmação, em contexto romano, do *status* de metrópole atribuída à cidade de Antioquia:

> A notícia sobre a chegada de Júlio César, o ditador, ou melhor, o monarca, o tirano que capturou Roma, matou o Senado e se tornou monarca, foi enviada. O edito chegou à cidade de Antioquia no décimo segundo dia do mês de Artemísio, maio, da convocação seguinte. A liberdade da cidade (desde quando se tornou submetida a Roma) foi enviada por Júlio César e proclamada no vigésimo dia do mês de Artemísio. O edito foi proclamado como se segue: 'Em Antioquia, a sagrada, inviolável e autônoma metrópole lidera e preside sob o Oriente, Júlio Gaio César e assim por diante'.

Esse registro de um edito de Júlio Cesar acerca da promessa de autonomia a Antioquia aparece também impresso em moedas de bronze que apresentam o seguinte título: *ΑΝΤΙΟΧΕΩΝ ΤΗΣ ΜΗΤΡΟΠΟΛΕΩΣ ΙΕΠΑΣ ΚΑΙ ΑΕΥΛΟΛ ΚΑΙ ΑΥΤΟΝΟΜΥ*[25] (BRUNN, 1999:29-30). Metrópole era assim um título honorífico que compreendia certa autonomia e prestígio a Antioquia desde há tempos.

Libânio (*Or*. XI, 130), certamente, destacou que eles resguardariam a fama existente da cidade e a partir dos próprios costumes a manteria na posição de 'metrópole da Ásia'[26]. Todavia a cidade teve esse título revogado em algumas ocasiões[27].

Em 194, Septímio Severo revogou o *status* de metrópole de Antioquia, mas logo esse título foi restituído em um breve espaço de tempo, provavelmente, em 197 ou 198 (SIDEBOTHAM, 1986:169). Na *História Augusta* (*De Vita Hadriani*, XIV, 1)[28], o imperador Adriano é acusado de, por ódio, ter decidido dividir a Síria para que Antioquia não pudesse ser considerada uma metrópole e, além disso, ser líder de uma área tão vasta: "Durante suas

[25] N.T.: *Grosso modo*, "Antioquia, a metrópole autônoma e intangível".
[26] Libânio (*Or*. XI, 130 e 187) utiliza o termo na expressão "metrópole da Ásia" [τὸ μητρόπολιν εἶναι τῆς Ἀσίας]. Cf. Foerster. Libanii Opera, vol. I, *Oratione* XI, p. 479.
[27] Sobre a penalidade de revogação do título de metrópole da cidade de Antioquia, conferir o Capítulo Quarto da presente Tese onde discorreremos com mais detalhes sobre as particularidades dessa penalidade.
[28] N.T.: *Antiochenses inter haec ita odio habuit ut Syriam a Phoenice separare voluerit, ne tot civitatum metropolis Antiochia diceretur*. (In: Loeb Classical Library, *Scriptores Historiae Augustae*, pp. 42-43, 1991).

viagens, ele [o imperador Adriano] nutriu tanto ódio pela população de Antioquia que ele desejou separar a Síria da Fenícia para que Antioquia não pudesse ser chamada de metrópole de várias cidades".

João Crisóstomo também nos fornece notícias sobre o *status* de metrópole de Antioquia. Evoca o termo metrópole em alguns excertos em *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia*, dignifica a cidade tanto como metrópole do Oriente quanto como capital de todo o mundo (BROTTIER, 1993:622-5). De fato, em seu artigo *L'image d'Antioche dans Les Homélies sur Les Statues de Jean Chrysostome*[29], Laurence Brottier (1993:619-635) argumenta que Antioquia, para João Crisóstomo, vai ser concebida como a "metrópole do Oriente". E, neste sentido, de acordo com Brottier (1993:622-23), Antioquia seria a *metrópole do Oriente*, mas mais do que isso, se "fosse fiel à tradição apostólica e aos arquétipos de virtude daquela época" Antioquia seria também uma "metrópole terrestre" e, para além disso, uma "metrópole celeste". Considerando que o cristianismo anseia a universalidade é coerente que uma capital, que, aos olhos de João Crisóstomo, é a mais cristã das cidades seja concebida como uma sede de uma ordem terrena seja para, além disso, uma sede celestial, de uma ordem cósmica. Neste sentido, Antioquia é uma metrópole do mundo que seria considerada, na concepção de Crisóstomo, como cristã e, devido à sedição, essa posição foi ameaçada ou, pelo menos, posta em perigo pela gravidade dos acontecimentos do Levante das Estátuas. E assim, a dignidade da cidade teria sido maculada e sua população considerada vil no pensamento de João Crisóstomo (BROTTIER, 1993:619-635).

João Crisóstomo tenta a todo momento homogeneizar a população antioquena e defender uma imagem de Antioquia como cristianizada e ausente de máculas e comportamentos considerados vis. Devemos lembrar, contudo, que a prédica desse presbítero deve ser contextualizada e que Antioquia, pela força e vivacidade da prédica, apresenta um cenário heterogêneo, rico em culturas variadas que estão de alguma maneira em coexistência e, mesmo assim, a população comporta-se de uma maneira romana tradicional, provavelmente, em razão da herança cultural antiga romana também em jogo.

Um outro elemento importante para João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XVII, 10) no que se refere à dignidade da cidade é que esta deve estar relacionada aos atributos da população e não em razão da sua estrutura urbanística:

> Aprende o que a dignidade da cidade é; e, então, tu saberás claramente que, se os habitantes não a traíram, ninguém mais será capaz de retirar a dignidade da cidade!

[29] N.T.: Literalmente, "A imagem de Antioquia em 'As Homilias sobre as Estátuas' de João Crisóstomo".

> Não pelo fato de que ela é uma metrópole; nem que ela tenha edifícios grandes e ornamentados; nem que tenha muitas colunas, pórticos amplos e passeios, nem que seja nomeada, em proclamação, antes das outras cidades, mas a virtude e piedade de seus habitantes, estas são a dignidade da cidade, e o ornamento, e a proteção; de modo que, se estas coisas lhe faltam, torna-se a mais vil de todo o mundo, embora possa desfrutar de honras ilimitadas do Imperador!

Nessa passagem, João Crisóstomo fornece alguns elementos que definem, ou pelo menos delimitam, o que o *status* de metrópole poderia significar à cidade. A estrutura urbanística e a qualidade da *polis* parece ser um dos componentes de uma distinção, que define uma metrópole. Mas não somente isso, Crisóstomo ainda acrescenta outro aspecto: o privilégio de "honras ilimitadas provindas do Imperador". Mas ainda na Homilia XVII, seção 10, o autor enobrece a cidade e justifica que o *status* de metrópole de Antioquia se deve ao fato da qualidade de sua população:

> Tu gostarias de aprender sobre uma outra dignidade desta cidade? Certos homens vieram da Judéia para Antioquia, perturbando a prédica da doutrina, e introduzindo observações judaicas. Os homens de Antioquia não toleraram essa inovação em silêncio. Eles não se mantiveram quietos, mas, reunindo-se em assembleia, eles enviaram Paulo e Barnabé para Jerusalém, e conseguiram que os Apóstolos predicassem aquela doutrina pura, limpa de todas as imperfeições judaicas, distribuindo-a por todas as partes do mundo! Esta é a dignidade da cidade! Esta é a sua precedência! Isto faz dela uma metrópole, não na Terra, mas no Céu; tanto mais que todas as outras honras são corruptíveis, e transitórias, e perecem com a vida presente e, geralmente, chegam ao seu fim antes da vida presente, como eles fizeram neste momento! Para mim, a cidade que não tem cidadãos pios é mais vil que qualquer povoado, e mais ignóbil do que qualquer caverna.

Interessante notar é a qualidade de homens que João Crisótomo destaca: "Os homens de Antioquia não toleraram essa inovação em silêncio". Destaca a qualidade de um povo cuja natureza estaria relacionada à de uma atitude 'sediciosa' na medida em que compõe que "os homens de Antioquia não toleram [...] em silêncio". Antioquia sempre apresentou, no decorrer de sua história, conflitos e problemas com imperadores romanos. O imperador Juliano é o exemplo clássico a ser evocado nessa relação entre imperadores e a cidade de Antioquia.

O *Mispogon* do imperador Juliano é, ele mesmo, a resposta, em forma de retórica, de um imperador em manifestação contra as maneiras da cidade, contra um comportamento considerado inadequado frente a um soberano (Gleason, 1986:107). Mas Antioquia é também distinta em razão de seus conflitos, o que também é elemento constituinte de seu *status*. E como uma cidade permeada de conflitos e tensões, ela também apresenta, na qualidade de metrópole, uma estrutura sócio-administrativa particular privilegiada. Buscaremos a partir de agora tentar compor aspectos da administração citadina e sua relação com a corte imperial naquilo que tenha relação com nossa temática, o Levante das Estátuas. Assim, não podemos

conceber que a nossa opção de abordar tais aspectos compreenda a totalidade da estrutura administrativa antioquena. Em outras palavras, a organização social e política da cidade de Antioquia compreende mais elementos que não abordaremos no espaço desse capítulo, mas destacaremos aqueles que foram mencionados em nossa documentação e discorreremos sobre aqueles que tenham relação com nossa temática.

3.1. A administração, a política e os conflitos em Antioquia de Orontes

A administração citadina e municipal é complexa e composta de uma infinidade múltipla de cargos e *status*. Restringiremos a análise aos magistrados e *status* que foram mencionados e tiveram participação no Levante das Estátuas e no gerenciamento[30] do conflito, seja na posição de amotinado, seja na posição de magistrados locados na cidade e responsáveis pelo gerenciamentos da sedição, seja como enviados especiais nomeados em razão dos acontecimentos da cidade, seja como mediadores e interlocutores nas negociações entre a população antioquena e a casa imperial. Comecemos por definir alguns parâmetros e orientações aqui seguida por nós. Em primeiro lugar, a linguagem que utilizaremos aqui para designar os ofícios e as magistraturas seguirá a referência em grego, uma vez que os autores com os quais trabalhamos legaram-nos documentações em grego[31]. Em segundo lugar, buscaremos sempre definir, conforme a perspectiva de Libânio e João Crisóstomo, a representação que fazem da estrutura administrativa em Antioquia, mas sem desconsiderar a historiografia pertinente ao tema.

---

[30] O termo 'gerenciamento' aqui empregado pode, equivocadamente, implicar que, em nossa opinião, o conflito precisasse ser gerenciado e restrito a um espaço de controle. Pelo contrário, pensamos que o conflito é algo que pode também ser concebido como positivo, importante e, necessariamente, presente dentro do convívio social e nas dinâmicas das relações sociais e políticas. O conflito cria e produz novos rearranjos, organiza e reorganiza espaços, relações, hierarquias sem que isso seja concebido como algo subversivo ou ruim. Nossa intenção com o uso do termo é, na verdade, destacar uma perspectiva 'oficial', a do estado romano tardo-antigo que, de fato, busca a contenção de manifestações populares, como foi o caso do levante, inclusive sob a pena de uma repreensão moral, mas, principalmente, de punições legais mediante estratégias de controle e policiamento como uma forma de manutenção de um estado de coisas, sob a ideia de que, do ponto de vista do estado romano, o conflito seria sim algo que implicaria na subversão daquela ordem estabelecida. Para maiores informações sobre a natureza e forma desse 'gerenciamento' para o caso específico do Levante das Estátuas, conferir o Capítulo Quinto da presente Tese. Gostaria de agradecer os comentários do Prof. Fábio Faversani que, em ocasião do evento do III Encontro Regional do GLEIR – UNESP/Franca ocorrido no período de 19 a 21 de setembro de 2011, alertou-nos para as problemáticas da utilização do termo 'gerenciamento' e os equívocos que seu emprego poderia gerar.

[31] Essa observação nos foi sugerida pelo Prof. Jean-Michel Carrié em ocasião do evento do III Encontro Regional do GLEIR – UNESP/Franca ocorrido no período de 19 a 21 de setembro de 2011, que nos alertou acerca da linguagem utilizada por nossos autores, ou seja, o grego e não o latim o que pode nos fornecer nuances interpretativas importantes que podem ser perdidas no processo de equivalência e correspondência entre diferentes sistemas linguísticos.

Na composição dos eventos acerca do Levante das Estátuas, uma categoria social em particular parece estar em destaque: os membros da Boulé. Como foi destacado anteriormente em nossa Tese[32], os *bouleutários* foram considerados responsáveis pelos agravos cometidos em Antioquia durante os eventos do Levante das Estátuas[33]. Se considerarmos a historiografia acerca desse conflito, aqueles que aqui designamos pelo termo de 'bouleutários' são referenciados, recorrentemente, como *curiales* ou membros da Cúria, ou ainda como *decuriões*. Logo, parece-nos importante, antes de refletir sobre essa magistratura, buscarmos compreender a utilização dessa terminologia.

O recurso ao uso do latim (cúria e *curiales*) em detrimento da escolha pelo grego (Boulé e Bouleutários) impõem alguns problemas. Uma problemática, em especial, seria a dificuldade de se alcançar um sentido mais preciso, de alcançar o significado mais exato proposto pelo autor antigo que estaria implicado no uso do termo em grego que já seria por si só uma afirmação de uma identidade particular que vincula esse sujeito a um espaço específico, o Império Romano do Oriente. As nuances das palavras gregas podem contribuir para uma melhor compreensão da realidade tardo-romana da parte oriental do Império. Outra problemática proveniente do uso de uma linguagem uniforme fundamentada no latim pode gerar uma ideia equivocada de um Império unificado, integrado e uniforme[34]. A linguagem é também um sistema cultural por meio do qual se cria identidade e se constroem espaços de poder (BOURDIEU, 2002:9-11; FOUCAULT, 2002:16; GEERTZ, 1989:15-24).

Antioquia faz parte do chamado Império Romano, no entanto, constitui-se como parte de um todo contendo particularidades regionais e locais que a vincula também a um Império Romano dito do Oriente. A recorrente utilização do uso do latim pela historiografia contemporânea para se referir a estruturas administrativas específicas de cidades do Oriente, em especial, no caso de Antioquia, parece ter relação com as problemáticas de se pensar um Império integrado. Porém, tal Império se constitui como multifacetado em culturas como se ao afirmar as identidades locais e regionais incorrêssemos no perigo de conceber um Império desintegrando-se. Pelo contrário, em nossa opinião, talvez tenha sido em razão das

[32] Na Introdução da presente Tese, apresentamos os eventos que estão em conexão com o Levante das Estátuas.
[33] Em outra ocasião, Amiano Marcelino relata o caso do Imperador Valentiniano que, num acesso de fúria, em razão de uma ofensa perdoável ordenou a execução de três decuriões (Cf. Amiano Marcelino, *Res Gestae*, XXVII, 7, 7).
[34] Parece-nos ainda importante considerar que o latim como língua 'oficial' do Império Romano é uma ideia que pode ser relativizada de alguma maneira. Um Império que se constitui de duas partes, uma oriental e uma ocidental que utilizam, predominantemente, o grego e o latim em suas respectivas áreas, não seria também plausível considerar esse Império como bilíngue oficialmente? Na historiografia, é recorrente que o latim seja considerado a língua oficial e que poderia também ser evidenciado em razão das leis e editos terem sido escritos em latim. Não obstante, é possível evidenciar também o uso de grego pelos juristas romanos (Cf. PLISECKA, 2009:59-73).

flexibilidades de coexistências de culturas tão diversas num todo que se harmonizavam sem se desprover de tensões e conflitos que o Império permaneceu ainda por muito tempo como um Império. Mas o intercâmbio de termos também é algo significativo, imbuído de sentidos, ao que mais uma vez nos parece pertinente o argumento de que é imprescindível a estratégia de recorrermos ao termo original, aquele apresentado na documentação. Assim, conseguiremos alcançar a organização e perspectiva da escolha não arbitrária do autor antigo.

Decuriões, *curiales* e *bouleutários* designam magistraturas correspondentes e equivalentes dentro da história do Império Romano, mas podem se diferenciar em concepção e sentido porque reportam a especificidades temporais e espaciais. Na Roma Republicana, Cícero (*Sest*. 10) discorre sobre uma elite citadina apresentando algumas de suas premissas como, talvez, a autoridade de baixar decretos:

> Públio Sestio, por favor, leia em alto bom som – embora sua voz pareça hoje infantil – o que os decuriões de Cápua decretaram para que os inimigos de sua família possam vislumbrar o efeito que isto claramente terá com o passar do tempo. 'O Decreto do Decurião'. O decreto que eu li não é uma expressão do dever, oferecido porque os capuenses são vizinhos ou clientes ou desfrutam de uma relação de hospitalidade, muito menos, isto é oferecido por interesses próprios ou por elogio convencional. Não, este decreto lembra o perigo real que resistiu e sobreviveu, ele reconhece o beneficiamento de um grande escopo, dá voz a um manifesto sentido de obrigação, se assemelha a uma testemunha solene para os tempos idos[35].

No contexto do Principado, e na perspectiva de Políbio (*Historiae*, VI, 25), o termo *decurião* parece estar mais intimamente relacionado ao âmbito militar:

> Da mesma maneira, eles dividem a cavalaria em dez esquadrões (*turmae*) e de cada um, eles selecionam três oficiais (*decuriones*) que selecionam três oficiais de retaguarda (*optiones*). O primeiro comandante escolhido comanda o esquadrão inteiro e os outros dois possuem o posto de *decuriones*, todos os três portam esse título. Se o primeiro deles não estiver presente, o segundo assume o comando do esquadrão[36].

---

[35] N.T.: [10] *Sesti, quid decrerint Capuae decuriones, ut iam puerilis tua vox possit aliquid significare inimicis vestris, quidnam, cum se conroborarit, effectura esse videatur. "Decurionum decreta." Non recito decretum officio aliquo expressum vicinitatis aut clientela aut hospiti publici aut ambitionis aut commendationis gratia, sed recito memoriam perfuncti periculi, praedicationem amplissimi benefici, vocem offici praesentis, testimonium praeteriti temporis*. (versão em latim disponível em http://www.perseus.tufts.edu e a versão em inglês, cf. In: KASTER, Roberta A. *Marcus Tullius Cicero, Speech on behalf of Publius Sestius*. Oxford: Clarendon Press, 2006, p. 46).

[36] N.T.: Παραπλησίως δὲ καὶ ἱππεῖς εἰς ἴλας δέκα διείλον, ἐξ ἑκάστης δὲ τρεῖς προκρίνουσιν ἰλάρχας, οὗτοι δ' αὐτοὶ τρεῖς προσέλαβον οὐραγούς. ὁ μὲν οὖν πρῶτος αἱρεθεὶς ἰλάρης ἡγεῖται τῆς ἴλης, οἱ δὲ δύο δεκαδάρχων ἔχουσι τάξιν, καλοῦνται δὲ πάντες δεκουρίωνες. (Loeb Classical Library, The Histories of Polybius. Vol III. 1979, p. 322 e 324).

Suetônio (*Domiciano*, 17) fornece outro sentido à palavra 'decurião' ao empregá-la na expressão "*decurião dos eunucos*"[37], que parece fazer alusão a um chefe de pessoal do palácio (FARIA, 1992:160). No Código Teodosiano, nós podemos encontrar várias menções ao *decurião* o que nos evidencia que esse termo ainda era recorrente e usual mesmo na Antiguidade Tardia. O termo *decurião* é utilizado ora para designar uma categoria de oficiais palacianos (CTh. 6.23.1), ora para se referir a uma outra categoria de *decuriões* que são membros de uma elite citadina e definir as suas obrigações municipais (CTh. 12.1.1-169). Amiano Marcelino confirma esses dois sentidos. Nas *Res Gestae*, XX, 4, 20, Amiano Marcelino discorre:

> Depois disso, Juliano estava mais ansioso que nunca, com rápida intuição previu as consequências futuras em razão da mudança repentina de sua fortuna, ele nem usou seu diadema nem apareceu em público, muito menos gerenciou os assuntos que exigiam sua atenção, ele, consternado, buscou apenas a reclusão pela estranheza dos eventos recentes. Isto continuou até que um dos decuriões do palácio, que é uma posição de prestígio, se apressou em gritar que um vergonhoso crime tinha sido cometido que aquele homem que tinha sido aclamado imperador no dia anterior tinha sido assassinado secretamente.[38]

Assim, o termo *decurião* evoca, pelo menos, dois sentidos diferentes e ainda é recorrente mesmo durante o período da Antiguidade Tardia sob esses dois últimos sentidos: por um lado, os decuriões aparecem como ocupando uma posição dentro do palácio e, por outro, eles são os membros de uma elite citadina e cujas responsabilidades estão relacionadas a aspectos chave da administração municipal e imperial.

Curiales aparece definido, com certa frequência, na historiografia contemporânea e nas traduções de textos tardo-antigos, como um sinônimo de *decuriões* no sentido que relaciona essa categoria também com uma elite citadina. A ênfase nas obrigações vinculadas ao cargo de *curiales*, ou e na evasão destes de sua *ordo* e na crescente legislação acerca desse tema, relaciona, por vezes, na historiografia contemporânea, o *decurião* ou o curiales, dentro do contexto da Antiguidade Tardia, à ideia de 'depauperação', 'opressão', 'desprestígio' e 'retrocesso'.

Para Géza Alföldy (1989:213-215), o *curiales* era parte de uma ordem local imbuída de múltiplas responsabilidades: eram responsáveis pelo abastecimento de cereais à sua província, pela manutenção da ordem pública e pelas obras públicas, além de serem obrigados

---

[37] N.T.: "*decurio cubiculariorum*" (Suetinius. Domitianus, XVII In: Loeb Classical Library, The lives of Caesars. Vol II. 1959, p. 376).

[38] N.T.: 20. *Sed cum ad latebras secessisset ocultas, accidentium varietate perterritus Iulianus, aliqui palatii decurio, qui ordo est dignitatis, pleniore gradu signa Petulantium ingressus atque Celtarum, facinus indignum turbulente exclamat, pridie Augustum eorum arbítrio declaratum, clam interemptum.* (Ammianus Marcellinus, Roman History. In: Loeb Classical Library, Vol II, Books 20-26, 2000, p. 28).

a financiar espetáculos quando investidos de uma magistratura. Também administravam as finanças da comunidade e eram responsabilizados pelas dívidas dessa; estavam encarregados de cobrar o imposto, eram pessoalmente responsáveis pela cobrança, sob a pena de castigos severos em caso de negligência. E, ainda segundo esse autor, o acúmulo de responsabilidades tornou a ordem dos *curiales* um segmento cada vez mais depauperado no decorrer do século IV d.C.

Como nos alerta Claudia Rapp (2005:282), a ideia de declínio dos curiales foi difundida em inícios do século XX, pelo historiador social russo Michael Rostovtzeff e tornou-se uma temática dominante no debate acerca das transformações do Império Romano. Fato é que, atualmente, a historiografia tem se preocupado também com as representações políticas, não fortuitas, legadas a nós pelos autores antigos.

Claude Lepelley (1983:156) ainda argumenta de forma plausível e numa posição menos rígida que esses notáveis poderiam perceber a sua posição indispensável dentro Império e, portanto, abusavam de suas prerrogativas e levavam ao limite as possibilidades e aberturas legislativas. Mas Lepelley (1983:143) destaca as problemáticas existentes na documentação antiga. Conforme esse autor, existem testemunhos contraditórios na documentação acerca do *curiales* que correspondem a situações ou elementos opostos, logo, se selecionamos determinados textos podemos extrair uma representação dessa elite citadina como "vítimas aterrorizadas de uma administração imperial opressiva", ou se nos fundamentamos em outros possíveis documentos, podemos apreendê-la como "uma aristocracia próspera e privilegiada". De uma maneira ou de outra, o que nos parece digno de nota é que essa categoria, em especial, parece ter se tornando responsável por aspectos chave dentro da administração citadina e ocupa um espaço importante dentro da estrutura imperial, portanto, ser capaz também de fazer tantas demandas e poder, politicamente, exercer influências múltiplas. Não sendo fortuita, portanto, o destaque de Libânio a essas personagens e o descontentamento de João Crisóstomo em ter que convidar à sua assembleia um membro da administração para assegurar aos seus ouvintes qualquer tipo de informação positiva acerca da resposta imperial. Esses dois episódios, de alguma maneira, evidenciam a vívida autoridade romana ainda presente e efetiva contrariando o argumento de que há qualquer sinal de má administração ou debilidade imperial no controle de conflitos.

Os *curiales* (ou decuriões) são concebidos como membros de uma elite local citadina nas novas concepções de uma hierarquia social do Império Romano do século IV d.C. (Cf. ANEXO J e ANEXO K). E, ao contrário do que propõe a historiografia tradicional, essa elite citadina ainda parece ter sido uma posição importante cuja autoridade ainda se fazia presente.

Em outras palavras, em nossa opinião, os *bouleutários* (*curiales* ou decuriões, como referidos pela historiografia contemporânea) ainda tinham força e autoridade dentro da administração citadina na medida em que consegue movimentar toda uma população em uma sedição. A utilização dos termos 'curiales' e 'decuriões' parece, portanto permanecer como linguagem recorrente durante o IV século d.C. Brandes e Haldon (2000:169) argumentam que, por volta de meados do século VI d.C., 'curiales' e 'decuriões' não eram mais mencionados nos textos antigos e que, em lugar desses, uma nova terminologia emergia como *polieuomenoi*/πολιτευόμενοι que surgiu como sinônimo de 'decuriões', mas que passou a significar, simplesmente, os membros da administração citadina. As mudanças de termos confere distinção, demanda um novo sentido e uma interpretação mais contextualizada dentro do *campo semântico*[39] do texto particular.

Parecem-nos possíveis os paralelos e intercâmbios entre os termos *decurião* e *curiales* e *polieuomenoi*/πολιτευόμενοι. Todavia, o emprego indiscriminado e as permutas entre um termo e outro podem gerar equívocos ou prejuízo na compreensão de determinado aspectos se não recorrermos ao termo exato de que trata a documentação. Nossa documentação constitui-se de alguns termos específicos para designar essa elite citadina da qual a historiografia classifica e define sob os termos de 'decuriões' ou 'curiales'. Em sentido mais geral, é possível identificar o termo *bouleutários* [também designados por πολιτευόμενοι][40], que se refere àqueles membros da Boulé. Mas a descrição de Libânio e João Crisóstomo acerca das primeiras medidas que foram tomadas para a contenção da sedição revela as personagens que estavam envolvidas no conflito e os termos de seu lugar social e político dentro da hierarquia citadina e imperial. Assim se pronuncia Libânio (*Or*. XIX, 31-32):

> 31. Então eu comecei a escutar, e no meio de tanta gritaria, havia a palavra 'ouro' – a gritaria tem a ver, claro, com o objeto que estavam destruindo. Quando as coisas atingiram um patamar que envolveu as estátuas, houve alguns infratores, mas os espectadores superavam em número aqueles que praticaram esse ultraje. E porque, então, eles não tentaram impedi-los?
>
> 32. Nenhum magistrado [ἀρχῆς] apareceu e assim, eles foram obrigados a permanecerem parados. As autoridades citadinas [πολιτευόμενοι], longe de tomarem parte no evento ou serem testemunhas de tal comportamento, deitaram no chão em cada oportunidade que lhe aparecia para salvarem a própria vida, pois eles temiam que se aparecessem em cena, eles pudessem ser linchados.

[39] A *Abordagem dos Campos Semânticos* (equivalente à Técnica de Análise Categorial), a qual pressupõe a escolha e recorte de palavras-tema, agrupando-as em categorias, funciona também como uma forma de categorização. A estratégia torna possível ao pesquisador investigar as redes de relações entre as palavras que podem ser relações de oposição, de associação e de identidade (Cardoso & Vainfas, 1997:381; Robin, 1977:153-172).

[40] Cf. Libânio, *Or*. LXII, 39.

A utilização do termo grego πολιτευόμενοι, por Libânio, como distinto de ἄρχοντος leva a historiografia a deduzir que a primeira terminologia se refira às magistraturas relacionadas aos serviços prestados no âmbito da cidade e a segunda terminologia utilizada para o âmbito do estado imperial (HEATHER E MONCUR, 2001:295 cf. n. 18; PETIT, 1956:72-74). Ao refletir sobre esse excerto, Albert Francis Norman (1977:289, n. b) sugere que embora, teoricamente, os membros da Boulé[41] fossem responsáveis pela ordem pública mediante a figura do *epimeletae*, seria necessário que a iniciativa viesse do *Governador de Província*. Talvez, inclusive, seja por essa razão que Libânio comente que eles foram obrigados a permanecerem imóveis uma vez que não apareceu nenhum magistrado (ἀρχῆς), ou seja, uma autoridade que estivesse vinculada diretamente ao estado imperial.

Na instância da estrutura administrativa imperial, temos um conjunto de autoridades imperiais que aparecem mencionados em nossa documentação. Sobre a participação direta na sedição, seja como responsáveis, seja como gerenciadores do conflito, a documentação destaca o Imperador, o *Comes Orientis*, a figura do Governador de Província (*Consulares Syriae*), o *Magister Militum per Orientem* e o *Magister Officiorum*. O Imperador, o *Magister Militum per Orientem* e o *Magister Officiorum* são personagens fáceis de ser reconhecidas dentro da documentação. Estas duas últimas, em particular, são ainda mais simples de determinar uma vez que ambas podem ser observadas, inclusive, a partir da identificação e menção direta dos nomes dos indivíduos que desempenham esses cargos que são, respectivamente, Elébico e Cesário e que discorreremos mais adiante sobre seu desempenho no levante e suas prerrogativas de ação.

Já para determinarmos o papel das duas primeiras, o *Comes Orientis* e o *Governador de Província* (*Consulares Syriae*), vários problemas de termos se impõem seja nas traduções disponíveis, seja no original grego que nos foi legado, seja em razão da variedade de termos utilizado pela historiografia que causam uma confusão terminológica. Neste, sentido, nós precisaremos realizar algumas reflexões acerca dos termos, palavras e conceitos empregados para se definir e se referenciar às autoridades imperiais do período da Antiguidade Tardia e do século IV d.C. Para tanto, faremos recurso, em primeiro lugar, de uma série de excertos da documentação de Libânio e de João Crisóstomo mediante os quais discorreremos acerca dessas personagens que estiveram envolvidas no Levante das Estátuas.

[41] A Boulé (cujo correspondente em latim é Curia).

Começaremos por destacar a seguir, uma primeira passagem da documentação de João Crisóstomo seguida das de Libânio, nas quais ambos relatam sobre o envolvimento de autoridades imperiais na sedição. Para os propósitos de nosso debate também iremos expor a maneira como se encontram as versões traduzidas para o inglês e francês quando disponíveis.

Na Homilia XVI, 1, João Crisóstomo relata sobre a visita de um assim chamado *Consulares Syria*e (?) à Eclésia: "Eu solicitei a consideração do ***Consulares Syriae*** [ἄρχοντος], pois já que a cidade estava agitada e todos considerando se evadir, ele vem aqui para lhes fornecer consolo e para conferir esperanças. [grifo nosso]".

Na versão em inglês, assim aparece composto o texto: "I commend the **Prefect**'s consideration, that seeing the city agitated, and very one purposing a flight, he hath come here and afforded you consolation, and hath led you to entertain favourable hopes." [grifo nosso].

Na versão proposta pela tradução em francês, M. Jeannin optou pela utilização do termo *governador*: "Je loue la prudance du **gouverneur** qui voyant la ville pleine de trouble, et apprenant que tous les habitants voulaient s'enfuir, est accouru ici, a dissipe vos craintes et ranimé vos bonnes esperances."[42] [grifo nosso]

Na Patrologia Graeca, Jacques-Paul Migne agregou juntou ao texto grego, uma versão em Latim, na qual aparece o termo *praefecti*: "**Praefecti** quidem providentiam laudavi, quoniam tumultuantem conspicatus civitatem, et omnes de fuga deliberantes, ingressus, vos consolatus est et in bonam spem adduxit;" [grifo nosso].

Nesses excertos, vemos disponíveis três termos a partir do latim e da tradução em francês e inglês que nos são disponíveis, ἄρχοντος, *'praefecti', 'prefect', 'gouverneur'*. Ou nós podemos optar pelo termo '*Consularis Syriae*' como o fez, por exemplo, a historiografia? Como podemos observar, uma variedade de termos nos é apresentada pela documentação de João Crisóstomo para a designação de uma autoridade evocada por este autor. Observamos essa variedade mediante as versões e traduções subsequentes da documentação, bem como pela historiografia recorrente ao tema. Essa confusão conceitual, entretanto interessante, parece apontar para várias possibilidades: em primeiro lugar, essa variedade de termos pode significar uma pluralidade de palavras que designam indivíduos de uma mesma categoria social, mas com *status* diferenciados; em segundo lugar, que a escolha dos autores antigos por determinado vocábulo pode estar relacionado com a maneira como cada um pode representar o *status* e o prestígio da personagem evocada. Em outras palavras, podem querer destacar, ao utilizar um termo específico, responsabilidades determinadas. Mas esse problema não está

[42] N.T.: Cf. JEANNIN, M. Traduction Française des ouvres completes de Jean Chrysostome. T. III, 1887, p. 80.

restrito apenas ao caso de João Crisóstomo. Essas questões também parecem estar presentes na documentação e traduções de Libânio. Assim aparece descrito, na passagem da *Oração* XIX, 36 de Libânio:

> No entanto, quando o ***comes Orientis*** [ἄρχων] ouviu que os arqueiros haviam se envolvido com os incendiários, ele visitou o cenário do conflito em pessoa, e trouxe tropas de reforços, e deixou bastante claro que poderia ter feito o mesmo com a mesma tropa em momentos anteriores também. [grifo nosso]
> However, when the **Count of the East** heard that archers had engaged the incendiaries, he visited the scene in person, and brought in troop reinforcements, and so made it abundantly clear that with the same force he could have done the same in the previous stages too. [grifo nosso]

Aqui, novamente, temos a nossa disposição uma variedade de palavras: ἄρχων, '*comes orientis*' ou '*Count of the East'* e, pela historiografia[43], '*governador*' também é uma possibilidade. Nessa passagem, Libânio relata-nos sobre o envolvimento de arqueiros e de uma autoridade que podemos pressupor que seja de dimensão imperial pelo recurso ao uso que faz do termo ἄρχων. Este termo grego, utilizado por Libânio, se considerado sozinho não define precisamente que autoridade imperial seria essa. No entanto, talvez nos seja possível identificá-la pelo elemento distintivo que é mencionado na passagem citada: o tema da presença de arqueiros e tropas que acompanham essa autoridade imperial.

Na historiografia, detectamos algumas dificuldades para a definição dessa autoridade. Libânio parecer fazer uma diferenciação entre um grupo de arqueiros e a tropa que acompanhou a autoridade imperial mencionada. Para Liebeschuetz (1972:124), os arqueiros se constituem numa unidade armada distinta do exército. Nippel (1995:110, n. 39) argumenta, confirmando a posição de Paul Petit (1955:187), que seja mais provável se tratar de uma força militar de pequenas proporções que esteja à disposição do *Governador de Província*. Nippel (1995:110, n. 39) parece sugerir, portanto, que seja o Governador de Província da qual trata Libânio. Nigel Pollard (2000:302) afirma que o *comes orientis* era um outro oficial que comandava tropas e que seria essa autoridade imperial que teria comandado as tropas na supressão do Levante das Estátuas. Tanto uma interpretação como a outra é possível e o uso de arqueiros na supressão de levantes urbanos não parece ter sido uma particularidade antioquena, embora a Síria parecesse ser concebida como um centro de fornecimento de

[43] Na obra *The Cambridge Medieval History* (1911:241), a menção à interferência de uma autoridade é assim descrita: "Uma casa já estava em chama e já [eles] já estavam indo em direção ao palácio quando as autoridades tomaram providências, o governador (ou *comes orientis*) interferiu e a multidão foi dispersada". No original: "One house was already in flames when at length the authorities took action, the governor (or *comes orientis*) interfered and the crowd was dispersed." Nessa obra, houve pelo menos a menção do termo *comes orientis* o que pode fornecer uma precisão maior, fornecer, pelo menos, uma possiblidade.

arqueiros aos contingentes romanos (CHEESMAN, 1914:84). Mas, no que se refere ao termo ἄρχων, Libânio volta a utilizá-lo em outras ocasiões.

Na *Oração* XIX, 59, a partir da temática da migração de povos, de uma evasão e êxodo populacional em razão do medo acerca da resposta imperial aos acontecimentos ocorridos no levante, Libânio relata e fornece alguns dados acerca, talvez, das responsabilidades associadas a essa autoridade:

> Os governadores [ἄρχοντες] se ressentem da migração, mas pelas incertezas quanto ao futuro, eles não podem impedi-los. Eles não podem garantir que nenhum mal recaia sob os cidadãos em pânico. Assim, nem de uma forma nem de outra, eles ficando ou indo, estarão isentos de medo.

Na Oração XXII, 5, ao descrever sobre a maneira como deveriam se portar acerca do imposto decretado, Libânio novamente evoca a figura de uma autoridade que estava presente no recinto do dicastério e, mais uma vez, recorre ao termo ἄρχοντος para designá-lo: "Antes de tudo, perto do trono e sob os olhares do governador [ἄρχοντος], eles se derramaram em lágrimas. Ostensivamente, era lágrimas de súplicas, mas, na realidade, lágrimas de desobediência."

Nesses excertos, Libânio faz menção ao tema da migração de pessoas no espaço da cidade de Antioquia e sobre o ressentimento disso por autoridades que ele classificou como ἄρχοντες. Aqui, nesse excerto, a personagem é identificada como sendo o *consularis*, se nos apoiarmos na tradução e nota proposta por A. F. Norman (1977:377, conferir nota b). Tradução esta que resguarda o termo inglês '*governor*' como sinônimo do termo latino '*consulares*' fornecendo ainda mais um dado: a espacialidade no qual essa autoridade se encontra, ou seja, no dicastério. E, mais uma vez, parece-nos posto o intercâmbio e alternância de termos que se, por um lado, confunde, por outro, instrui. No concernente ao tema da migração populacional associada a essa personagem como algo que parece uma preocupação como parte de suas obrigações oficiais, um problema é posto.

A migração de pessoas dentro do Império parece ser frequente e permitida sem que haja um controle, ou restrição. Prova disso, são os constantes relatos de viagens de várias personalidades da sociedade romana. Assim, qualquer ideia acerca de um grupo que tivesse entre suas obrigações o controle da migração populacional parece aqui sem lugar. Acerca desse tipo de controle apenas podemos citar os assentamentos e negociações sobre a entrada de bárbaros no Império. Logo, Ainda não nos foi possível determinar, com grau de precisão, de quem trata a autoridade mencionada por Libânio ou por João Crisóstomo em cada uma das

passagens da documentação citada anteriormente. Mas qualquer tentativa de definição de uma personagem dentro de um determinado texto não pode ocorrer sem a consideração do contexto e da historiografia pertinente ao tema. Por isso, parece-nos igualmente necessário discorrermos sobre as particularidades de cada um desses ofícios, para então definirmos qualquer uma dessas personagens no contexto do Levante das Estátuas.

A estrutura básica da posição de magistrados imperiais que atuam também no âmbito da província (ou mesmo da cidade, no caso de Antioquia), como o *comes Orientis*, *Magister Militum per Orientem*, *Magister Officiorum* e o Governador de Província (*Consulares Syriae*), deve ser definida, inicialmente, por seu contexto administrativo romano provincial, ou seja, pela sua unidade administrativa, a província, uma vez que eles eram parte de uma estrutura hierárquica que estavam sob o controle direto do imperador (SLOOTJES, 2006:17). Mas antes vejamos a estrutura da hierarquia administrativa em termos espaciais para contextualizar o espaço da província em finais do século IV, no qual o império estava organizado em Prefeituras do Pretório, Dioceses, províncias e as cidades sendo as unidades administrativas menores (*op. cit*. Cf. ANEXO H).

As Prefeituras do Pretório eram, podendo variar no tempo e no espaço, num total de quatro: Prefeitura das Gálias, Prefeitura da Itália, Prefeitura da Ilíria e Prefeitura do Oriente e cada uma dessas prefeituras eram de responsabilidade de um prefeito do pretório (HALDON, 2005:44; ERRINGTON, 2006:80-87). O prefeito do pretório era um dos oficiais civis mais influentes e importantes na administração imperial cujos encargos incluíam uma responsabilidade geral sobre a administração imperial, inclusive, em questões judiciais, sendo a última instância de apelação bem como chefiavam departamentos importantes como a supervisão da cobrança de impostos para o financiamento de construção pública, da administração e do exército buscando garantir também o suprimento de grãos às capitais do Império (KELLY, 2000:177-178).

As Prefeituras do Pretório eram subdivididas em Dioceses (HALDON, 2005:44). As dioceses eram numerosas, mais ou menos, quatorze dentro do espaço territorial romano do ocidente e do oriente e eram de responsabilidade do *vicário* que desempenhava um papel de supervisão geral e, em alguns casos, julgavam apelações provenientes das cortes provinciais (JONES, 1992:47; KELLY, 1998:166; Cf. ANEXO H). Para o nosso caso em especial, nos é importante a chamada Diocese do Oriente. De acordo com Downey (1939:7), a Diocese do Oriente, cuja capital é Antioquia, era única na medida em que, após o reinado de Constantino, esta passou a ser da responsabilidade do *Comes Orientis* e não mais de um *vicário*. O *Comes Orientis* se diferenciava do vicário porque o primeiro além de atribuições relativas ao segundo

também estava imbuído de uma dimensão militar na medida em que chefiava uma área estratégica e uma região conflituosa em termos de guerra (BRADBURY, 2004:17). Em relação às funções originais do *comes Orientis,* possivelmente poderiam estar relacionadas com a organização da logística para campanhas de guerra, inclusive, no que se refere ao suprimento e transporte de armas via rede marítima (POLLARD, 2000:224 e 302). E a historiografia, recorrentemente, destaca e explora com mais frequência as prerrogativas militares dessa posição. Mas a posição de *comes Orientis* também exerce funções judiciais além de militares (LIEBESCHUETZ, 1975:110-111). O *comes Orientis* administra a *diocese do Oriente* o que significa estar responsável por um número significativo de províncias.

Por fim, as Dioceses eram subdivididas em províncias, as quais eram de responsabilidades dos governadores que poderiam ser de vários *ranks* e títulos, procônsulares e consulares, *correctores* e *praesides* (JONES, 1992:373; Cf. ANEXO M – Quadro 2). No decorrer do império, muitas províncias foram nomeadas e destituídas num movimento que poderia significar que algumas cidades poderiam não permanecer províncias por todo o período da história romana (BUTCHER, 2003:101).

A Síria se tornou província muito cedo no contexto da época republicana durante as conquistas de Pompeu em 64 a.C. (ADKINS & ADKINS, 2004:129), mas o *status* de Antioquia como capital da Província da Síria sempre foi desafiado por outras cidades da região, sua oponente direta era a cidade da Laodicéia. A província da Síria foi subdividida e outras cidades emergiram dentro das suas respectivas províncias como, por exemplo, a cidade de Tiro, na Síria Fenícia; a cidade de Cesaréia, na Síria Palestina; a cidade de Damasco, na Síria Libanense; a cidade de Apaméia, na Síria Segunda, mas, apesar disso, Antioquia ainda permaneceu líder ao adotar um novo papel como capital imperial, residência do Imperador e quartel-general nas campanhas contra a Pérsia (BUTCHER, 2003:101).

Sendo *locus* para operações militares, capital da Síria e centro administrativo da diocese do Oriente, Antioquia recebia visitas significativas de imperadores, oficiais e suas comitivas, unidades militares e seus generais, governadores provinciais e magistrados, vasto número de atletas e artistas de toda sorte e, além disso, o *Magister Militum per Orientem*, o *comes Orientis* e o *Consulares Syriae* mantinham suas residências e seus gabinetes em Antioquia, onde poderiam estar, mais ou menos, instalados e com residência fixa (MAYER & ALLEN, 2000:9 e 75). Esse critério de visitas era tão determinante para classificar a cidade dentro da hierarquia de cidades que Libânio (*Or.* XXII, 41-42), ele próprio, não fortuitamente, sugere e destaca que Elébico, o *Magister Militum per Orientem*, possa fazer visitas constantes à Antioquia:

> Então, nós rezamos para que possamos manter a pessoa dele [Elébico], sua companhia, mas o imperador repentinamente requereu a presença dele, do homem que ele tinha concedido a nós. Honrando-o e desejando compartilhar com ele assuntos de estado, ele agradou à nossa cidade, mas também nos afligiu por nos privar do objeto de nossa afeição. Alguns de nós já o visitamos para fortalecer suas petições legais, alguns apenas pensaram em visita-lo para vê-lo, muitos também, que não o viram, acham suficientemente capazes de encontrá-lo a qualquer hora que quiserem. Assim, deixe o imperador devolver ele a nós, nosso constante benfeitor...

E, assim, embora Antioquia, em alguns momentos de sua história tenha sido destituída de sua posição líder na região, parece visível que esta cidade permaneceu distinta e principal dentre as cidades dessa região desde sua anexação ao Império. Antioquia perde o título de metrópole, mas não parece perder seu *status*. A presença permanente de um alto oficialato e magistrados imperiais tornam essa cidade uma cidade distinta e privilegiada dentre outras cidades do Império.

Quanto ao *Magister Officiorum*, parece ter sido um ofício novo criado na época de Constantino e que aquele que estivesse ocupando o cargo estaria bem informado sobre o estado geral do império uma vez que sua função estava relacionada ao controle da administração geral da correspondência imperial, dos comentários imperiais a solicitações e respostas do imperador a petições, podendo ainda exercer funções que excedessem a esfera civil e desempenhando funções como militares, como por exemplo, comandar a guarda palacial (AUSTIN & RANKOV, 1998:218). Como membro do *consistorium*, que pode significar, *grosso modo*, um 'corpo de conselheiros' ou um 'ministério', o *Magister officiorum* ainda exerce certas funções também judiciais e pode aparecer como mediador na relação entre Imperador e os membros da Eclésia em conflitos e querelas religiosas (AUSTIN & RANKOV, 1998:222; FAILLER, 1982:249). Assim, o *magister officiorum* parece ter sido uma magistratura vinculada à corte imperial cujas funções recaíam sob a esfera administrativa civil, militar e judiciária (Cf. ANEXO L).

Cesário foi *Magister Officiorum* nos anos 386 e 387 (*PLRE I*, pp. 171). A sua atuação no Levante das Estátuas é louvada por Libânio em oração própria em forma de panegírico, *Oração XXI – À Cesário*, '*magister officiorum*' (ΠΡΟΣ ΚΑΙΣΑΡΙΟΝ ΜΑΓΙΣΤΡΟΝ). O objetivo de Libânio (XXI, 1) com esse panegírico à Cesário é informar a posteridade sobre os serviços prestados por este magistrado num momento de precisão. No testemunho de Libânio, Cesário aparece como um juiz que está em Antioquia para fazer inquirições e investigar os acontecimentos acerca do levante. O veredito final desse julgamento seria, no entanto, de responsabilidade imperial. Cesário parece ter a autoridade de realizar investigações e

julgamentos (*Or*. XXI, 6); efetuar prisões (*Or*. XXI, 7); fazer relatórios orais em audiência direta com o Imperador o que significa proximidade com a casa imperial e, portanto, prestígio e alto posto (*Or*. XXI, 10 e 16).

O *Magister Militum per Orientem* (στρατηγος) parece estar responsável por toda a parte Oriental do Império desde a Armênia até o Egito e, além disso, é possível que também tenha funções militares (WEELER, 2010:255; Cf. ANEXO L – Quadro 3). No Levante das Estátuas, esta personagem é nomeada, Elébico, o *Magister Militum per Orientem,* que acompanhou Cesário na empreitada de investigar e julgar os amotinados. Elébico exerceu as funções como *Magister Militum per Orientem* entre os anos 383 e 388 e parece ter sido muito próximo a Libânio (*PLRE I*, pp. 277-8). Várias passagens do panegírico destinado a Elébico em razão do Levante das Estátuas atestam essa amizade entre esses dois.

A *Oração XXII – À Elébico* (ΠΡΟΣ ΕΛΛΕΒΙΧΟΝ) evidencia, de certa maneira, alguns aspectos desse ofício. Libânio (*Or*. XXII, 19) afirma que Elébico tinha autoridade para determinar qualquer punição se assim ele o desejasse, mas os serviços que foram prestados foram apenas o de inquirição (*Or*. XXII, 25). Além disso, Libânio (*Or*. XII, 29-30) ainda discorre acerca da decisão de Elébico em fornecer melhores instalações para aqueles que estavam aprisionados e comenta que essa decisão de remoção dos presos para a *Boulé* somente poderia vir dele uma vez que aquele que efetuou as prisões não teriam autoridade para utilizar a Assembleia como prisão. João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XII, 6) afirma que eles foram investidos com o "poder de julgar os criminosos". O relato de Libânio é rico em informações sobre a administração cívica de Antioquia. João Crisóstomo, por sua vez, nos fornece mais dados acerca de uma organização e hierarquia eclesiástica. Não obstante, esse autor não deixa de destacar que as magistraturas são importantes. Que a sua existência é necessária. Para João Crisóstomo, não poderia haver um mundo sem a presença dos magistrados. No pensamento de João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom.* VI, 1), a existência dos magistrados é benéfica, uma vez que: "Ele [*Deus*] mesmo armou os magistrados com poder para que eles pudessem incutir medos nos libertinos; e ordenou Seus sacerdotes para que eles pudessem consolar aqueles que estivessem lamentando...".

De acordo com João Crisóstomo (*Hom*. VI, 2), o exercício do poder dos magistrados era também um poder que é proveniente de Deus:

> [...] 'Não existe poder, senão de Deus, os poderes que existem são estabelecidos por Deus' (Rm. 13, 1). Pois, o que a vigas são nas casas, assim também os magistrados são na cidade; e da mesma maneira como se você retirasse o primeiro, as paredes, não estando mais unidas, cairiam uma sobre as outras pela própria iniciativa; assim

> se você fosse privar o mundo dos magistrados e do medo que vem com eles, as casas, de uma única vez, e cidades e povos cairiam umas sobre as outras numa confusão ilimitada, não havendo ninguém para conter, ou rechaçar ou persuadi-los a ficarem calmos pelo medo da punição!

Na província da Síria, as funções da figura do *Governador de Província* (*Consulares Syriae*) inserem-se em variadas esferas: administrativa, judicial, policial, militar, político-cultural. Como argumenta Christopher J. Fuhrmann (2011:171), "a posição do governador de província é paradoxal". O ofício de governador de província implicava variadas funções e relações, às quais implicava a pertença numa rede de relações sociais e políticas com outras personagens da administração municipal e imperial. O governador de província tinha poder e influência e sua autoridade variava entre a arbitragem de disputas judiciais ao direito de infligir a pena capital (cujo termo latino correspondente é *ius gladii*), podendo ainda comandar tropas que tinha a seu dispor, também desempenhava o papel de juiz (*op. cit*.).

Os *Governadores de Província* possuíam um *status* de elite e não podiam ser resguardados, como qualquer outro segmento social da sociedade romana, como um grupo uniforme em termos de *status*, posições e privilégios (SLOOTJES, 2006:19). Daniëlle Slootjes (2006:19) demonstra o complexo e hierárquico sistema de títulos e *ranks* que se desenvolveu a partir da época dos imperadores Diocleciano e Constantino (Cf. ANEXO L – Quadro 2). Existe uma variedade de termos para designar o governador de província: em latim, *proconsul*, *consulares*, *praeses*, *corrector* e *comes* e, em grego: ὁ ἀνθύπατος, ὁ ἀντιστράτηγος, ὁ ὑπατικός, ὁ πρεσβευτής, como nos demonstra essa autora. E mesmo, na historiografia, é possível vermos a expressão '*Consulares syriae*' como sinônimo de 'governador de província' (CAMERON, 1993:174; POLLARD, 2000:301; MAYER, 2009:72). *Consularis* estaria então fazendo menção à titulação e, consequentemente, à natureza específica do *status* e *rank* do governador da província da Síria.

O *Consularis Syriae* ocuparia, assim, uma posição social de prestígio como *clarissimus* na hierarquia social romana (Cf. ANEXO J – Organograma 1; ANEXO L – Quadro 1 e 2). Variadas e importantes poderiam ser as funções desse ofício como, por exemplo, emitir relatórios ao Imperador sobre problemas na província mediante correspondência; tomar decisões imediatas no controle e administração da área provincial o que talvez pudesse contrariar a posição imperial; supervisionar as cidades; autorizar embaixadas, bem como exercer funções também judiciais (BUTCHER, 2003:81).

Dado esse panorama, em nossa opinião, um cenário parece se impor: todas essas personagens participaram da sedição ou estavam envolvidas na resolução do levante. As prerrogativas de cada uma dessas autoridades imperiais e municipais estavam em constante transformação, são dinâmicas e suas instâncias de atuação variavam conforme cada caso, cada contexto apesar de se haver uma expectativa de atuação associada a cada ofício.

No caso do Levante das Estátuas, parece-nos que a atuação dos *bouleutários*, do *comes Orientis*, do *Magister Militum per Orientem*, *Magister Officiorum* e do Governador de Província e, certamente, do próprio Imperador configurou-se como uma ação conjunta dentro de um acontecimento que também se resguardou com características mistas de âmbitos municipais, imperiais e 'mundiais', se considerarmos a posição de ambos os autores antigos, João Crisóstomo e Libânio. De fato, não seria plausível conceber como legítima a declaração de João Crisóstomo (*De Statui Hom*. XVII, 10) ao sugerir que Antioquia deveria ser uma *Metrópole Celeste*? E o que dizer acerca da afirmativa de Libânio (Αντιοχικος, 130 e 187) que Antioquia permanecia sendo a *Metrópole da Ásia*?

Antioquia apresenta-se, mediante porta-vozes de sua população, como ocupando uma posição de liderança dentro da hierarquia das cidades. Como *Merópole Celeste* ou *Metrópole da Ásia*, sendo isto apenas expressões ou uma posição ocupada de fato, o que nos parece importante destacar é que Antioquia ainda requeria a presença dessas múltiplas instâncias de poder e chamava a atenção para os acontecimentos que ocorriam no espaço de sua *urbs*. Neste sentido, como um evento considerado 'universal', o Levante das Estátuas, trouxe à cena também outras personagens importantes que estavam igualmente envolvidas e que participaram ativamente na sedição: o próprio João Crisóstomo e o Libânio. Passemos, portanto, para a compreensão do lugar social e político dessas personagens para compreender a participação destes no conflito bem como a maneira como discorrerão sobre a destruição das estátuas e interpretarão essa ofensa cometida[44].

3.2. O poder e a influência de João Crisóstomo e Libânio em Antioquia

Bispos, presbíteros e sofistas são três personagens importantes dentro do cenário político do contexto do século IV d.C. Na historiografia, é recorrente o argumento de que os bispos desse contexto e, por consequência, toda uma hierarquia eclesiástica subsequente

[44] Tema este que será debatido no Capítulo Quinto da presente Tese.

como, presbíteros, monges, estão em franca expansão conquistando espaços e domínios que eram também exercidos por um outro grupo hierárquico, a saber, sofistas, autoridades romanas militares e civis (BAJO 1981:204; PIETRI, 1995:399-434). Essa expansão não significa, contudo, que possa ter havido uma monopolização desses espaços por uma elite eclesiástica ou a substituição de uma hierarquia considerada 'pagã' que antes ocupavam esses espaços de poder por uma outra chamada de 'cristã'.

O monacato, o diaconato, o presbiterato e o episcopado eram elementos bastante presentes na vida quotidiana da população das cidades romanas do século IV d.C. Os presbíteros e bispos, por exemplo, interferiram em diversos campos da vida social romana durante o século IV d.C. Mas também todo um conjunto de oficiais e magistrados imperiais e uma hierarquia civil citadina e, até mesmo, os sofistas foram personagens importantes no século IV d.C. A atuação destes últimos, inclusive, nesse período, ainda exercia influência e tinha prestígio. Não fortuitamente, João Crisóstomo declararia "o sofista oficial da cidade" fazendo qualquer alusão ao sofista (Cf. *On St Babylas*) ou, ainda mais, revelasse qualquer relação que o vinculasse a um sofista (Cf. *Carta à uma jovem viúva*, "um sofista que me ensinou"). Em nossa opinião, consideramos o século IV, mais especificamente, o contexto da cidade de Antioquia, e no evento do Levante das Estátuas, um cenário muito mais fluído e amalgamado em termos de atuações no qual a tríade, Libânio, João Crisóstomo e Flaviano, exerciam papéis equivalentes e igualmente influentes em detrimento de uma interpretação de uma atuação tenha se sobreposto à outra.

Libânio de Antioquia é sofista. Segundo Quiroga Puertas (2005:175-78), primariamente, o termo *sofista* refere-se ao ensino da retórica, mas o sofista, além de ser professor de retórica, *"se converteu em um dos tentáculos da política"* contribuindo, mediante seu poder de persuasão, *"para conseguir compensações ou prerrogativas econômicas na obtenção de recursos para a construção de pórticos, aquedutos"*. De acordo com Raffaella Cribiore (2007:1), Libânio é considerado um *"expoente do renascimento da literatura grega que se inicia com a Segunda Sofística, ensinada em Antioquia na Síria do século IV d.C."*. Ademais, como Quiroga Puertas argumenta, *"grande parte dos sofistas pertenciam a estamentos poderosos da alta sociedade provincial romana"*. Assim, como sofista, Libânio partilha com os membros de uma elite os privilégios e uma situação abastada desfrutando ainda de uma posição que lhe permite exercer bastante influência.

Durante o século IV d.C., de acordo com Hidalgo de La Vega (1995:58), os sofistas podiam atuar, *grosso modo*, em vários níveis e esferas como, por exemplo, podiam interferir culturalmente, construindo justificativas ou oposições ao poder monárquico no sentido de

uma produção de uma teoria política; podiam ainda nas suas relações com a comunidade, ocupar cargos públicos, servirem como mediadores em conflitos internos às cidades onde estavam locados ou em conflitos entre cidades rivais, podiam atuar como *evergetas* e, por isso, serem objetos de honras públicas e, por fim, o sofista, compreendido como um intelectual pode atuar como mediador entre sua cidade e o *basileus*. Na *Oração 55*, Libânio ainda declararia a um estudante:

> Como é ótimo ensinar jovens homens bem-nascidos e vê-los aprimorarem-se em retórica e conseguirem várias oportunidades na vida! E o que dizer acerca das honras que recebem deles e de seus pais, de cidadãos e estrangeiros? Os sofistas são respeitados por todos os governadores, de grande prestígio e pouco, e até mesmo por imperadores.

Toda essa posição era desafiada pela posição episcopal, mas isso não significa pensar que os sofistas estavam em 'declínio' ou exerciam pouca influência. Libânio pode ter exagerado e destacado sua interferência na sedição, mas também o fez João Crisóstomo em relação a toda uma interferência cristã. Libâno descreve a própria participação no levante de maneira bastante diferenciada da de João Crisóstomo, mas, a nosso entender, também bastante elucidativa e plausível. Libânio aparece sempre em contato com os enviados imperiais, fazendo sua interferência junto a membros da administração citadina e imperial tendo, inclusive, anunciado – mesmo que de maneira forjada – de que participaria de uma embaixada para em audiência falar diretamente com o imperador em favor da cidade e da população antioquena.

João Crisóstomo, por sua vez, era presbítero em Antioquia quando da irrupção do Levante das Estátuas. Em Antioquia, João Crisóstomo celebrava com Flaviano a missa, assistindo este último, ou, em caso de ausência dele, responsabilizando-se pela celebração; colaborava com o bispo na administração dos bens materiais da sé; pregava frequentemente e também se responsabilizava pela preparação daqueles que iam batizar-se, ministrando cursos; e auxiliava o bispo na realização desse sacramento ou ele mesmo sozinho estava autorizado a realizá-lo (KELLY, 1998:56-7). Supõe-se também que João Crisóstomo fazia confissões e aconselhamentos em caráter privado, o que explicaria o prestígio e os relacionamentos influentes que manteria entre o círculo aristocrático (MAYER, 2001:66-7).

João Crisóstomo era presbítero havia, mais ou menos, um ano quando, no período da Quaresma, aconteceu o levante, durante o qual pronunciou as homilias concernentes ao Levante das Estátuas (CARTER, 1962:361; KELLY, 1998:55). Kelly (1998:55) argumenta que ele tanto desempenhava responsabilidades que condiziam com seu ofício, como também

realizava outras que lhe foram agregadas e que iam além do que era previsto para a posição de presbítero. Desse modo, conforme esse autor, o presbiterato de João Crisóstomo era composto, simultaneamente, por responsabilidades regulares ao exercício da sua posição e pela recorrente realização de funções que estavam além do expediente e das atribuições de um presbítero de sua época. Ao contrário do que propôs Kelly, Mayer (2001:61 e 63) considera que a excepcionalidade das obrigações de João Crisóstomo sob o presbiterado deve se compreendida considerando que o seu presbiterado seria também diferente do modelo de presbiterato dos seus contemporâneos, em parte, pelo estilo de orientação que recebera e, em parte, devido ao modelo diferenciado de episcopado sob o qual teve sua formação e experiência. A maneira como exerce a função de presbítero também difere sobre a maneira como conceberá também o exercício do episcopado o qual ele se considerava um candidato inadequado e, portanto, achava que deveria se recusar a ser promovido a bispo quando a oportunidade se apresentou.

Mais interessante ainda é a metáfora militar para descrever o exercício do sacerdócio. No *Tratado sobre o Sacerdócio*, João Crisóstomo (Livro VI, seção 12-13) descreve uma imagem do exército e das batalhas a que enfrentará de forma vívida para justificar sua recusa inicial ao episcopado. Para João Crisóstomo, o bispo precisa de certos atributos e virtudes as quais acreditava não possuir. Vejamos, primeiro, a passagem descrita no Livro VI, seção 12 desse tratado. João Crisóstomo inicia dizendo que quer apresentar a Basílio de Cesárea, seu interlocutor, "uma imagem fantástica":

> ... quero apresentar-te uma imagem fantástica. Imagina um exército composto de infantaria, cavalaria e marinha. As naus com os marinheiros ao lado, numa baía do mar; em frente a largos campos, as colinas e as encostas ocupados por infantaria e cavalaria em linhas de combate. O metal das armas reluz ao brilho do sol, cujos raios se refletem nos capacetes e escudos. O quebrar dos dardos, o relinchar dos cavalos se elevam até o céu. De tanto bronze e aço não se consegue enxergar o chão da terra, nem a água do mar.

Depois, João Crisóstomo descreve o cenário bélico do campo de batalha, com seus contingentes, toda a frota e os homens que estariam envolvidos na luta:

> Contra este exército vem marchando os inimigos. Homens rudes e fortes. O momento do combate é iminente. Eis que de repente apoderam-se de um moço de origem campestre que não conhece outros instrumentos senão bastão e flauta de pastor. Põem-lhe uma armadura de aço e, conduzindo-o através de todo o acampamento bélico, mostram-lhe os diversos contingentes junto com seus respectivos chefes: os arqueiros, os atiradores, os capitães, os generais, as falanges, os cavaleiros, os lanceiros. Em seguida, lhe mostram as galeras com seus comandantes, os marinheiros equipados nos próprios navios e o grande número de máquinas bélicas; depois

> chamam-lhe a atenção para a linha de combate inimiga, e, nela, gigantes de provocar medo, suas armas inusitadas, seu número imenso, as profundas fossas, as encostas íngremes e todo o terreno irregular e difícil; e, por fim, mostram como, do lado inimigo, como que por forças mágicas, vêm voando pelos ares cavalos e cavaleiros fortemente armados.

João Crisóstomo ainda descreve a imagem e as consequências da batalha. A descrição é detalhada, por isso, mais uma vez, optamos aqui em inserir a passagem pela riqueza e nuances da linguagem utilizada. Vejamos:

> Depois de terem mostrado tudo, começam a descrever-lhe o ardor da luta e suas consequências: as nuvens de dardos, as massas compactas de flechas, a escuridão que não permite ver mais nada, a noite totalmente escura que segue, provocada pela massa das flechas que são tão densas que os raios do sol não conseguem mais penetrá-la; as nuvens de poeira que aumentam ainda mais a escuridão; depois, os rios de sangue, os gritos dos feridos, o berreiro dos combatentes, os montões dos que tombaram, os carros de combate respingados de sangue, os cavalos e cavaleiros caindo por cima dos cadáveres. E, finalmente, depois da batalha, o próprio campo de batalha: o chão cheio de poças de sangue e, nelas, arcos e flechas, pernas de cavalos, cabeças de homens, umas ao lado das outras, braços de homens ao lado de rodas de carros, pedaços de armaduras, partes de corpos humanos perfuradas, espadas com restos de sangue e massa cerebral e ainda uma ponta de lança quebrada com um olho humano espetado. Descrevem-lhe ainda os horrores da luta marítima: os navios ardendo e soçobrando com toda a tripulação; como bramem as águas, berram os marinheiros, como ondas de espuma e sangue se jogam contra os navios, os montes de cadáveres no convés que em parte afundam junto com o navio e em parte vão boiando até a praia. Depois de ter mostrado tudo isso ao jovem, descrevem ainda a dureza da prisão de guerra e a escravatura, piores do que a própria morte na batalha.

E, por fim, para finalizar essa passagem, João Crisóstomo afirma: “Acabada a descrição, mandem-no [o jovem] montar e assumir o comando supremo sobre o conjunto do exército. Achas, por acaso, que aquele moço, depois do que foi mostrado em imagens, ainda vai aceitar?”.

Conforme a metáfora, João Crisóstomo (*De Sacerdotio*, VI, 13) afirma não estar preparado para o episcopado por pensar-se “inexperiente”, “fraco” e “incapaz” para enfrentar aquele “campo de batalha”. As metáforas militares em *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia* compõem as virtudes e atributos esperados de um bispo. O bispo precisa estar imbuído de uma vestimenta simbólica particular. De acordo com João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. III, 6), o bispo possui também uma “armadura” que se constitui de “cinto”, “sandálias”, “espada”, uma “coroa” que repousa sob sua cabeça num todo que compõe a “panóplia” mais “esplêndida”.

Na sequencia, vejamos agora a passagem descrita no Livro VI, seção 13, na qual João Crisóstomo finaliza a descrição da imagem, destacando metaforicamente a batalha dos cristãos contra seus inimigos:

> ... Verias luta mais pesada e terrível do que a descrita, se tivesse ocasião de lançar um olhar sobre a terrível linha de combate do demônio e seus ataques furiosos. Ele não tem aço nem ferro, nem cavalos, nem carros de combate, nem fogo, nem flechas, nem dardos nem quaisquer outros instrumentos materiais; as armas desse adversário são outras muito mais perigosas. Eles não necessitam de armadura, nem de escudo, nem de espada, nem de lança. Basta o seu simples aspecto para derrubar a alma, a não ser que esteja preparada, exercitada na virtude e, além disso, goze de graça divina mais forte do que a própria virtude. E, se fosse possível desfazer-te deste corpo ou, mesmo com o corpo, mas sem impedimentos e sem medo, e ver com teus olhos abertos essa linha de combate do demônio e sua luta contra nós, perceberias, não rios de sangue, nem cadáveres, mas tantas almas feridas e caídas, que, comparada a isso, acharias a imagem bélica que te pintei uma simples brincadeira. Tamanho é o número dos que diariamente são derrotados (pelo demônio).

Na comparação, João Crisóstomo (*De Sacerdotio*, VI, 13) destaca os perigos e consequências das batalhas contra o que é malévolo:

> As feridas recebidas nessa luta não levam à mesma morte; tanta a diferença entre corpo e alma, quanta a diferença entre as duas mortes. A alma, ao receber o golpe mortal, não se torna insensível como o corpo, mas sentirá a punição.
> (...)
> Ainda outras diferenças entre as lutas desta terra e as das almas poderão ser mencionadas: o tempo do combate aqui é breve e, ainda assim, interrompido por armistícios. A noite a fadiga, a fome e muitas outras circunstâncias são motivos para os soldados descansarem. Aí podem depor armaduras, refazer as forças, refrigerar-se com comidas e bebidas e, por estes e outros meios, recuperar as forças perdidas. Na luta com aquele maligno, porém, nunca haverá pausa; nunca poderás despojar-se das armas, nunca poderás entregar-te ao descanso, caso quiseres ficar ileso. Necessariamente acontecerá uma das duas: perecer depois de ter perdido as armas ou continuar firme, armado e vigilante. Aquele adversário infame mantém sempre sua linha de combate perto de nós, pronta para nos perder tão logo note algum relaxamento em nossa vigilância. Podes estar certo: mais zelo emprega ele para a nossa perdição do que nós para a nossa salvação! Finalmente, a circunstância de ele ser invisível para nós é prova de que esta luta é muito mais perigosa do que aquela que descrevi: pois assim pode encontrar-nos despercebidos a não ser que nossa vigilância seja constante.

Sobre o papel da Éclésia, João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. VI, 1) argumenta que é "apaziguar":

> [...] se não fôssemos para lhe confortar, onde mais vós obteríeis consolação? Os juízes assustam, os padres, por conseguinte, devem consolar! Os magistrados são ameaçados; por essa razão, a Eclésia apazigua! Dessa mesma maneira acontece com respeito às crianças pequenas. Os professores as assustam e as mandam chorando de volta para as suas mães, mas suas mães as recebem de volta nos seus seios, as mantêm lá, as abraçam e as beijam enquanto elas enxugam suas lágrimas, e aliviam seus espíritos tristes, elas as persuadem por meio do que falam que é proveitoso para elas [as crianças] temerem seus professores. Desde, então, que os magistrados

> também os afligem e os deixam ansiosos, a Eclésia, que é o que se esperar da mãe de todos, oferece o seu seio e nos embala em seus braços, consolando diariamente, nos dizendo que o medo aos magistrados, e proveitoso também é o consolo que vem de lá. Pois, o medo ao primeiro não nos permite que relaxemos por causa de nossa condição de pequenos, mas o consolo do último não nos deixa sucumbir ao peso da tristeza; e por intermédio desses dois caminhos Deus nos proporciona nossa segurança. Ele mesmo armou os magistrados com poder para que eles possam incutir medo nos libertinos, e ordenou Seus sacerdotes para que eles possam consolar aqueles que estão lamentando.

Essa imagem de uma Eclésia apaziguadora na percepção de João Crisóstomo parece diferir daquela de Agostinho de Hipona, cuja representação é de uma Eclésia zelosa e obediente, mas também combatente em algum nível sem ser interpretado, por vezes, como algo negativo (OLIVEIRA, 2006:245-262). A Eclésia e seus membros desempenham um papel amplo na sociedade romana do século IV d.C. Contudo, embora João Crisóstomo queira evidenciar que o bispo tenha tamanha autoridade nesse mundo, em nossa opinião, parece mais um investimento maciço em reivindicar e afirmar para o *episcopos* esse espaço de poder. Os bispos exerciam certa autoridade e requereriam papéis específicos dentro da sociedade romana, mas esta autoridade, por outro lado, também significava mais obrigações. Júlio César Magalhães de Oliveira[45], por exemplo, destacou, a partir do exemplo de Agostinho no norte da África, as dificuldades enfrentadas por bispos que tiveram que lidar com várias demandas populares tornando aquelas personagens 'vítimas' da responsabilidade que agregavam ao reclamarem para si o assistencialismo ao considerado 'pobre'.

Na Homilia III, João Crisóstomo discorre sobre a embaixada do bispo Flaviano em direção à Constantinopla, "numa jornada" para, em uma audiência com o Imperador, falar em prol da cidade e em favor da "preservação" dos habitantes da cidade. Para, nas palavras do presbítero, "arrebatar a tão grande multidão da ira do Imperador". Flaviano é retratado como o sacerdote ideal que segue os exemplos do próprio Jesus, de Jacó, Moisés e Pedro.

João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom.* III, 1) começa discorrendo sobre as dificuldades impostas à Flaviano e destacando que mesmo assim, o bispo se disponibiliza ao exercício do ofício:

---

[45] Anotações realizadas a partir da apresentação desse autor de um trabalho intitulado "O 'clamor do pobre' e o 'poder do povo': Pobreza, cidadania e ação coletiva na Antiguidade Tardia" parte integrante da Mesa Redonda "Novas percepções da Antiguidade Tardia: escritas e imagens" coordenada pela Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho em razão do *IV Ciclo Internacional de Estudos Antigos e Medievais e do XII Ciclo de Estudos Antigos e Medievais* "*Antiguidade e Medievalidade: Imagens, Símbolos e ressignificações*" ocorrido entre os dias 22 a 25 de agosto de 2011, na UNESP/*Campus* de Assis cuja programação e caderno de resumos se encontram disponíveis no seguinte site: http://www.assis.unesp.br/neam/int_conteudo_imgcentro.php?conteudo=768

> Por ter aprendido que o "bom pastor sacrifica sua vida em favor da ovelha (João 10,2), ele aceitou sua partida; arriscando a própria vida por todos nós, não obstante havia muitas coisas que impedia seu afastamento e o forçava a ficar. Em primeiro lugar, seu tempo de vida, estendido como já estava ao máximo limite da idade; depois, as enfermidades de seu corpo e a estação do ano bem como a necessidade de sua presença nas festividades sagradas. E além dessas razões, sua única irmã que está agora mesmo nas últimas respirações! Ele desconsiderou, no entanto, os laços de parentesco, a idade avançada, as enfermidades e a severidade da estação e as dificuldades da jornada e preferindo vós e vossa segurança acima de todas as coisas, ele desconsiderou completamente todas essas limitações. E mesmo como um jovem, o homem idoso está agora ávido para agir rapidamente, nascido das azas do zelo! Pois se Cristo (diz ele) Se sacrificou por nós, qual desculpa ou indulto nós merecemos tendo nos encarregado do cuidado da tão numerosa quantidade de pessoas se nós não estamos preparados para fazer ou sofrer nada para a segurança daqueles que estão sob nossa responsabilidade.

A responsabilidade de Flaviano a partir da posição que ocupa e com as pessoas em nome das quais fala é caracterizada mediante uma comparação à história de Jacó (*De Statui*, *Hom*. III,1):

> Pois se (continua ele) o patriarca Jacó, quando encarregado do rebanho e alimentando as ovelhas e tendo que prestar contas ao homem, ele passou noites acordado e tolerou calor e frio e toda a inclemência dos elementos para o fim de que nenhuns daqueles animais pudessem perecer, muito menos tornarem-se como nós que presidimos sobre estes, que não são irracionais, mas ovelhas espirituais que estão prestes a dar conta desse compromisso, não para o homem mas para Deus, para ser descuidado em nenhum aspecto ou recuar diante de nada que possa beneficiar o rebanho. Além disso, proporcionalmente o último rebanho é superior ao primeiro, os homens aos animais e Deus aos homens; assim é conveniente para nós manifestar uma grandeza maior e uma ansiedade e diligência mais intensa.

João Crisóstomo ainda fornece alguns outros indícios que contribuem para termos uma representação do ofício sacerdotal ou, pelo menos, compreendermos a maneira como esse presbítero concebe o exercício do episcopado. João Crisóstomo discorre sobre os atributos simbólicos e algumas características bem específicas de Flaviano e, por conseguinte, revela as expectativas acerca da posição sacerdotal. Na Homilia III, 2, Flaviano é descrito como alguém imbuído de "graça" e cujo semblante pode ser um instrumento de persuasão e como detentor de um conhecimento determinado "nas leis divinas":

> Eu sei que ele [Flaviano] somente em ver o nosso pio Imperador e ser visto por ele [Teodósio], ele [Flaviano] será capaz imediatamente por causa de seu semblante de aplacar a ira dele. Pois não somente as palavras dos santos, mas seus semblantes estão plenos de graça. E ele [Flaviano] é uma pessoa dotada de sabedoria em abundância e sendo habilitado nas leis divinas, ele dirá para ele [o Imperador] assim como Moisés disse a Deus, "Ainda agora, neste caso perdoarás o pecado deles; e se não o fizer, mata-me juntamente com eles (Êxodo, 32, 31, 32). Pois tamanhas são as entranhas dos santos, que eles pensam que a morte com seus filhos era mais doce que a vida sem elas.

A graça de Flaviano e suas virtudes capazes de persuadir a Teodósio são sempre aspectos e elementos provenientes de Deus, concedidos por Ele ao sacerdote. Ainda podemos extrair das homilias alguns aspectos simbólicos do poder dos bispos. Segundo João Crisóstomo, o bispo tinha autoridade reconhecida por Deus "para livrar pecados cometidos contra Ele" e se tem essa capacidade "muito mais será ele capaz de afastar e apagar aqueles [pecados] que têm sido cometidos contra o homem". E nas palavras de João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. III, 6):

> Ele é também ele próprio um soberano e um soberano com mais dignidade que outro. Pois as leis sagradas estão sob suas mãos certamente a cabeça real. E quando existe necessidade de alguma coisa boa de cima, o imperador é habituado a recorrer ao sacerdote; mas não o sacerdote ao imperador. Ele também tem sua armadura, aquela da probidade. Ele também tem seu cinto, aquele da verdade e sandálias de tão grande dignidade aquelas do Evangelho da paz. Ele também tem uma espada, não de ferro, mas do Espírito, ele também tem uma coroa deitada sob sua cabeça. Esta panóplia é a mais esplêndida. As armas são mais grandiosas, a liberdade para o discurso é maior, e mais poderoso em força.

A descrição da chegada e atuação dos monges junto aos magistrados no dia do segundo tribunal na cidade de Antioquia é igualmente significativa para compor o cenário da interferência cristã no levante (João Crisóstomo, *De Statui*, *Hom.* XVII, 3):

> Quando aqueles que foram enviados pelo Imperador erigiram aquele tribunal terrível para fazer a inquisição sobre os eventos que aconteceram, e convocaram cada um para fornecer um relato das coisas que eles perpetraram, e diversas expectativas de morte impregnaram a mente de todos, então, os monges que habitavam no ponto mais alto das montanhas mostraram a verdadeira filosofia deles. Pois, embora eles tenham ficado em silêncio por tantos anos em seus eremitérios, ainda sem que ninguém suplicasse, sem que ninguém aconselhasse, quando eles notaram uma nuvem pesando sobre a cidade, eles saíram de suas cavernas e cabanas, e congregaram-se correndo conjuntamente em todas as direções, como se eles fossem inúmeros anjos vindos do céu. Então, pôde-se ver a cidade unida ao céu, enquanto esses santos apareciam por todo lugar; pelo simples aspecto deles consolavam os que estavam em lamento e os levavam a menosprezar completamente a calamidade. Pois aquele que, observando essas coisas, não poderia zombar da morte, não poderia desprezar a vida.

O argumento recorrente de que os membros de uma hierarquia eclesiástica tivessem em condições mais favoráveis de realizar petições junto ao Imperador e, por consequência, ser mais plausível a interferência de Flaviano do que a de Libânio coloca problemas importantes na interpretação do Levante das Estátuas e na própria concepção acerca da relação entre ambos os autores antigos, a compreensão do papel social desempenhado pelos dois, suas influências e prestígios. O bispo não prefigura como uma autoridade suprema e nem o sofista estaria em posição de desvantagem.

João Crisóstomo e Libânio atuavam e exerciam autoridades equivalentes, diferentes, mas correspondentes em grau e intensidade. Enquanto Libânio (*Or*. XXII e *Or.* XXI) faz sua interferência mediante audiência com as autoridades imperiais, João Crisóstomo atua junto à população, excetuando-se os dois momentos de contato direto como o Imperador mediante embaixada do bispo Flaviano e a visita do *Consularis Syrie* na Eclésia a pedido de João Crisóstomo. Em nossa opinião, não poderíamos desconsiderar a possibilidade dessas duas formas de ações e interferências em prol de uma cidade em perigo serem compatíveis e igualmente possíveis de serem realizadas efetivamente.

A relação entre João Crisóstomo e Libânio talvez seja ainda mais complexa do que imaginamos. Ambos argumentam em prol de uma coexistência. E, talvez até mais, uma irmandade, se optarmos pela posição do sofista. Não arbitrariamente, João Crisóstomo discorre sobre os elementos componentes do corpo e sua perfeita harmonia na Homilia X, 4:

> Hoje, eu gostaria de pensar um pouco mais sobre este assunto. Despertar-vos e dar atenção a nós! E eu penso de maneira que fique mais claro, eu falarei sobre as coisas de nosso corpo, tão baixo e pequeno, e que consiste em quatro elementos, a saber, aquele que é quente, o sangue, aquele que é seco, a bílis amarela, aquele que é úmido, o catarro, aquele que é frio, a bílis negra. E que ninguém pense que esse assunto é estranho àquele que o qual temos nos ocupado. 'Pois Ele que é espiritual julga todas as coisas; ainda assim Ele mesmo não é julgado por ninguém'. Assim também Paulo dissertou sobre princípios da agricultura, enquanto debatia sobre a Ressurreição, e disse: Tu, tolo, o que tu semeias não é vivificado, se morre', Mas se aquele homem abençoado trouxe questões acerca da agricultura, assim ninguém pode nos culpar se nós selecionamos assuntos pertinentes à medicina. Pois nosso discurso está respeitando a criação de Deus e este trabalho de base de ideias será necessário para o nosso propósito. E como eu disse anteriormente, este nosso corpo consiste de quatro elementos, e se revoltas contra o todo, a morte é resultado dessa revolta. Como, por exemplo, a superabundância da 'bile' produz febre e se isso perdura para além de um certo tempo ocorre uma rápida dissolução. E novamente, se ocorre um excesso do elemento frio, paralisias, febres, apoplexias e uma infinidade de outras doenças são geradas. E cada forma de doença é o efeito do excesso desses elementos quando qualquer um deles ultrapassa seus próprios limites e atua a parte como um tirano contra o resto e deteriora a simetria de todo o conjunto.

No pensamento de João Crisóstomo, se nós analisarmos a ideia desse autor sobre essa temática desenvolvida na Homilia X, seção 4, sobre os componentes do corpo humano como um sistema, organizado e ideal fazendo um paralelo com a organização social, o que emerge é algo instigante. A estabilidade do sistema reconhece a existência da concorrência, mas uma concorrência por lugares de poder, mas não uma oposição estrita e não fluída entre cristãos e não cristãos. É possível a convivência, desde que não haja a ultrapassagem dos limites de cada atuação. Em outras palavras, a disputa é a da busca de um espaço discursivo e de uma atuação efetiva de autoridade sem que isso remeta a uma oposição entre cristãos e não cristãos. As posições e atuações e previsão das funções de um ofício no contexto do século IV d.C. são

muito mais fluídas implicando, por vezes, a convergência de ações mais que a divergência. Muito menos contraria Libânio (*Or*. XX, 49), como podemos argumentar, se concebermos a passagem sobre o tema da irmandade das cidades nesse autor da mesma maneira que interpretamos a de João Crisóstomo anteriormente:

> Os laços da irmandade, tenha certeza, também existem entre as cidades, e elas se simpatizam umas com as outras nas suas aflições e se alegram umas com as outras na suas prosperidades. Ele que ofende uma parte da cidade, afronta também aquela outra que nem foi tocada, similarmente, quem quer que insulte uma cidade, ofende a todas.

E a cooperação, características que parecem também próprias à população antioquena, estaria expressa, nesse momento, dentro das circunstâncias do levante, no qual tanto Libânio quanto João Crisóstomo, apesar das diferenças, buscam agir em prol da população e da cidade.

3.3. A violência e os conflitos sociais em Antioquia e o 'Levante das Estátuas' em 387 d.C.

Em 2006, em uma coletânea de artigos organizados e reunidos sob o título *Violence in Late Antiquity*, Harold Drake (2006:1) indagava-se sob a natureza da violência na Antiguidade Tardia. A violência é um aspecto que distingue esse contexto? Antioquia seria uma cidade violenta? Quando se fala em violência na Antiguidade Tardia, duas imagens são evocadas: a da entrada selvagem de bárbaros no Império Romano e as querelas religiosas que faziam recurso ao uso da violência em atos de iconoclastia e 'destruição de ídolos'.

Essas duas imagens têm sido debatidas recorrentemente na historiografia contemporânea e muito tem sido matizado e contextualizado. A Antiguidade Tardia não é nem menos nem mais violenta do que outro período da história romana. A violência praticada nos períodos da *República*, do *Principado*, do período a que chamamos de *Anarquia Militar* e do *Dominato*, constitui-se como violências distintas que se caracterizam particularmente a partir das especificidades próprias a cada espaço temporal.

Na obra intitulada *Ordo Urbium Nobilium*, no Livro XI, 4, 5,[46], ao discorrer sobre o *ranking* das cidades do Império Romano, Décimo Magno Ausônio declara que a rivalidade

[46] N.T.: Nossa tradução é proposta a partir do texto em latim presente na Loeb Classical Library que se segue após nossa versão em português: "*Antioquia, lugar do glorioso Febo, está em terceiro lugar, se a colônia de Alexandre, que ocupa o quarto lugar, permitir. Ambas ocupam o mesmo rank, estas na fúria da ambição são impelidas à rivalidade de vícios: cada uma* . "*Tercia Phoebeae lauri domus Antiochia, vellet Alexandri si quarta*

entre Antioquia e Alexandria era tão presente entre a população que poderia causar conflitos em cada uma das cidades que, em razão da "ambição frenética", poderia impulsionar a população à revolta. Ausônio destaca a 'natureza' de ambas as cidades a uma tendência de um comportamento sedicioso e da existência de conflitos em cada uma das duas cidades.

Na perspectiva de João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. III, 3), Antioquia não tem histórico de sedições contra Imperadores, sendo o Levante das Estátuas "o primeiro e único exemplo de insurreição contra seus soberanos". De acordo com o presbítero, "a ofensa não era comum à cidade". Todavia, algumas evidências encontradas em contemporâneos de João Crisóstomo contradizem essa posição declarada pelo presbítero de Antioquia. Além disso, a história de Antioquia é permeada de conflitos sociais muitas das vezes relacionados à interrupção de suprimentos ou fornecimento de vinho e víveres. Para apenas citar um que foi igualmente grave como o do levante, em 354 d.C., Antioquia novamente é palco de mais um conflito importante. Amiano Marcelino (*Res Gestarum*, XIV, 7, 5) é quem nos fornece o relato e maiores informações sobre esse episódio:

> Quando [Constâncio Galo] estava para partir em direção a Hierápolis, para aparentemente tomar parte em uma expedição, a população de Antioquia suplicou a ele para que removesse o medo da fome que preocupava a população [...] mas ele não o fez e, recusando-se a seguir o costume dos príncipes, que estendia amplamente seu poder curando problemas locais, tomando as medidas necessárias ou comandando o suprimento das províncias vizinhas, mas para a multidão, que estava com medo da mais terrível ausência de abastecimento, ele delegou a responsabilidade a Teófilo, Consulares Syriae, que estava por perto, sempre repetindo a declaração, que ninguém poderia sentir a falta de alimentos se o governador assim o quisesse. Estas palavras inflamaram os estamentos mais populares da sociedade e quando a falta de abastecimento se tornou mais aguda, enlouquecidos pela raiva e pela fome, eles colocaram fogo na casa de um certo Eubulo, um homem nobre entre eles, e como se o Consulares tivesse sido entregue nas mãos deles por edito imperial, eles o atacaram com socos e chutes, e pisando-o quando ele estava quase morto, numa mutilação horrível, reduziu-o a pedaços.

Esse conflito foi grave e também. Significou um ataque ao Estado imperial uma vez que foi contra um magistrado imperial, contra o *consularis Syriae* Teófilo. Amiano Marcelino (*Res Gestarum*, XIV, 7, 6-8) especifica a natureza e gravidade da ação:

> Depois dessa morte, cada homem viu na face do outro a imagem do próprio perigo e do destino fatal como este que eles acabaram de testemunhar. Ao mesmo tempo, Sereniano, um ex-general, cuja ineficiência permitiu que Celso na Fenícia tivesse sido pilhado [...] foi legalmente julgado pelo crime de alta traição [*crimen maiestatis*] e era duvidoso que ele poderia ser absolvido já que ficou provado que ele havia feito uso de artes proibidas no elmo que costumava usar e pediu para um

---

colonia poni: ambarum locus unus. Et has furor ambitionis in certamen agit vitiorum: turbina vulgo utraque et amentis populi male sana tumultu." (Ausônio, *Ordo Urbium Nobilium*, XI, IV, V).

> amigo levar este elmo a um santuário a fim de que pudesse buscar presságios acerca de seu poder imperial, se seria firme e seguro como ele desejava. No mesmo tempo, dois males se abateram sobre eles, aquele terrível destino de Teófilo que era inocente e Sereniano que merecia execração universal e saiu ileso quase sem qualquer protesto público forte.

Benjamin Isaac (1990:272) propõe concebermos a importância de Antioquia utilizando evidências que demonstram essa cidade como foco recorrente de conflitos. Conforme esse autor, os séculos IV e V d.C. estão permeados de conflitos. De fato, Antioquia apresenta conflitos múltiplos por toda a sua história e se considerarmos apenas o século IV d.C., é possível contabilizar, no mínimo, seis sedições especificamente urbanas de dimensões religiosas, econômicas e sociais, como são comumente classificadas, sem contar outros tipos de conflitos[47]. Apenas para citar exemplos, vejamos três casos de sedições contra o poder imperial. João Malalas (*Crônicas*, XII, 49) relata acerca de uma sedição contra um recém-proclamado imperador em 313:

> Após o reinado de Constâncio, o exército no Oriente (314) proclamou imperador Maximo Liciniano. Ele deixou Festiano como exarca no Oriente com forças para proteger o Oriente e partiu para Roma. Quando ele estava a ponto de deixar Antioquia viu corridas de bigas, e as pessoas da cidade o insultaram, porque ele não sido generoso para com a cidade apesar de ter sido proclamado imperador lá. Ele ficou furioso e enviou as tropas contra eles. Os soldados dispararam contra eles no hipódromo e dois mil morreram. O imperador Maximo foi para Roma e reinou por sete anos.

Em 354, outro conflito se irrompeu e desta vez contra o *Consulares Syriae* Teófilo, mas que pode ser interpretado como uma ação contra o estado imperial romano. Essa sedição foi difundida e relatada por diferentes vozes: Amiano Marcelino (*Res Gestae*, XIV, 7, 5) e também Libânio (*Or*. I, 96-97 e 103; *Or*. XIX, 47-49) oferecem testemunhos acerca do linchamento e morte de Teófilo. Assim relata Amiano Marcelino (*Res Gestae*, XIV, 7, 5), que nos fornece maiores detalhes acerca do ocorrido, embora possa oferecer, como argumenta Aja Sánchez (1997:65), toda uma 'carta de intenções' de como esse autor antigo concebe esta sedição:

> Quando [Constâncio Galo] estava para partir em direção a Hierápolis, para aparentemente tomar parte em uma expedição, a população de Antioquia suplicou a ele para que removesse o medo da fome que preocupava a população [...] mas ele não o fez e, recusando-se a seguir o costume dos príncipes, que estendia amplamente seu poder curando problemas locais, tomando as medidas necessárias ou comandando o suprimento das províncias vizinhas, mas para a multidão, que estava com medo da mais terrível ausência de abastecimento, ele delegou a responsabilidade a Teófilo, Consulares Syriae, que estava por perto, sempre

[47] Para uma lista de sedições para o caso de Antioquia, em especial, para o século IV d.C. em várias cidades imperiais, cf. Aja Sánchez (1998:24-26).

> repetindo a declaração, que ninguém poderia sentir a falta de alimentos se o governador assim o quisesse. Estas palavras inflamaram os estamentos mais populares da sociedade e quando a falta de abastecimento se tornou mais aguda, enlouquecidos pela raiva e pela fome, eles colocaram fogo na casa de um certo Eubulo, um homem nobre entre eles, e como se o Consulares tivesse sido entregue nas mãos deles por edito imperial, eles o atacaram com socos e chutes, e pisando-o quando ele estava quase morto, numa mutilação horrível, reduziu-o a pedaços.

Em 375, outro conflito acontece em Antioquia e novamente é Amiano Marcelino (*Res Gestae*, XXXI, 1, 1-2) quem nos fornece as evidências dos acontecimentos:

> 1. Enquanto isso, a rápida roda da Fortuna que está sempre alternando adversidade com prosperidade, a Belona armada em companhia de seu assistente Fúrias, e eventos melancólicos transferidos para o Oriente, a vinda daquilo que foi prenunciado pelo testemunho claro de presságios e potestades. 2. Para depois de muitas previsões sombrias de videntes e adivinhos, os cachorros pularam para trás quando os lobos uivaram, pássaros noturnos entoaram um tipo de lamento triste, o sol surgiu na escuridão e esmaecida a luz da manhã clara, em Antioquia, em brigas e sedições das pessoas do povo, era comum se ouvir os gritos sem restrição de quem quer que pensem que ele estava sofrendo: "Deixem Valente ser queimado vivo!" e as palavras dos gritos públicos eram continuamente ouvidas, orientando as pessoas a recolherem madeiras para incendiar as termas de Valente, na construção a qual o próprio imperador investiu tanto interesse.

Desse modo, Antioquia foi palco de várias sedições urbanas, inclusive, contra o estado imperial romano e não podemos deixar de mencionar também que houve disputas e querelas religiosas, como também foi espaço de diversas tentativas de usurpações imperiais. Assim, o Levante das Estátuas, em 387 d.C., constitui-se como um dentre uma série de conflitos que tiveram lugar nessa cidade. Conforme Isaac (*op.cit*), os conflitos são uma clara evidência da importância de Antioquia como uma das capitais do Império Romano do Oriente e, em todos os casos, é seguro afirmar que existiu unidades armadas na cidade ou nas suas proximidades para garantir o controle e a ordem. A figura do Imperador também é bastante importante, seja em razão da sua resposta a este tipo de acontecimento, seja na promoção de uma imagem específica a que se deseja difundir. João Crisóstomo e Libânio também discorreram sobre a imagem imperial e como Teodósio deveria ou não agir no caso do Levante das Estátuas. Por isso, passemos agora, no Capítulo Quarto, à compreensão da representação de ambos os autores no que se refere à interferência imperial e a atuação de Teodósio no Levante das Estátuas.

4 O MODELO DE IMPERADOR ROMANO EM SITUAÇÕES DE CONFLITOS:

A representação de Teodósio I em 'As Homilias sobre as Estátuas', de João Crisóstomo, & 'As Orações sobre o Levante das Estátuas', de Libânio de Antioquia

Durante mais de 800 anos de história do Império Romano, existiram aproximadamente 206 imperadores romanos[1]. Contudo, apenas alguns dentre esses imperadores são imediatamente lembrados ou suas histórias bem conhecidas seja por estudiosos e especialistas da área, seja pelos leitores em geral. Augusto é talvez o mais famoso dentre os imperadores romanos. Jás Elsner e Jamie Masters (1994:1) argumentam que "Augusto domina nossa perspectiva acerca do *Principado Romano*" e que imperadores como Nero, Tibério, Domiciano ou Adriano, bem como muitos outros igualmente interessantes, se tornaram vítimas do infortúnio de não serem Augusto[2]. Mesmo na época posterior, na *Antiguidade Tardia*, Augusto e seu governo são mencionados como um imperador e um

[1] Adotamos aqui uma estimativa com base na lista de Imperadores Romanos disponível no site: *http://www.roman-emperors.org/impindex.htm*. Acesso 6 jul 2011. A quantidade total de cerca de 270 imperadores presentes nessa lista considera todo o período da *História do Império Romano* iniciado com Augusto, incluindo até uma *História Bizantina* que se estende até o governo de *Constantino XI Palailogos*, considerado último imperador de Constantinopla no Império Bizantino, cujo governo está compreendido entre os anos 1449 e 1453. A periodização a que nos referimos no texto acima é relativa ao período do Império Romano, iniciado com o *Principado* e a partir do governo de Augusto, compreendendo o contexto da *Antiguidade Tardia*, até o governo de Irene (797-802). E se pensarmos ainda em contabilizar somente o período coberto pela *Antiguidade Tardia* (250-800 d.C.), entre os governos de Décio (249-251) e Irene (797-802), seriam cerca de 115 imperadores. Todavia, a definição ou estabelecimento de qualquer estatística não é algo simples ou fácil de realizar. Seria necessário um estudo mais aprofundado sobre a lista de Imperadores e os critérios de seleção para determinar a inclusão e exclusão de qualquer um dos imperadores listados. A categoria de *Imperador Romano*, por exemplo, implica em algumas complexidades. O número de imperadores romanos pode ser ampliado ou diminuído conforme os parâmetros adotados para definir e garantir a legitimidade de imperadores romanos ou não. Por exemplo, se verificarmos na obra *Encyclopedia of the Roman Empire* (BUNSON, 2002:96), *Marco Aurelio Mauseo Carausio* que governou a Britânia por um tempo curto e que poderia ser classificado como Imperador Romano é definido como "o maior usurpador do século III d.C. que controlou a Britânia e parte da Gália moderna". As diferenças categoriais entre "usurpador" e "imperador" remetem à perspectiva a que se adota e aos critérios de legitimidade da posição de poder no contexto histórico particular. Nesse sentido, a definição e determinação de uma lista de imperadores é flutuante e relacionada a critérios específicos. Para saber mais sobre o debate acerca das categorias "imperadores" e "usurpadores", cf. "A escalada dos imperadores proscritos: Estado, conflito social e usurpação no IV século d.C.", de Gilvan Ventura da Silva.

[2] Tradicionalmente e, por muito tempo, Nero (54-68) foi descrito como um imoral, um louco, um incompetente, um tirano num conjunto de vícios que o exclui de um modelo de governante romano ideal (ELSNER & MASTERS, 1994:1-2). Essa visão sobre os imperadores pós-Augusto é perceptível em outras publicações. Conferir, por exemplo, Lawrence S. Cunningham, John J. Reich (2009:96): "*Nem todos os imperadores foram diligentes ou foram bem sucedido como Augusto. Calígula, Nero, e alguns outros imperadores se tornaram notórios como monstros depravados. Enquanto o sistema imperial que Augusto fundou durou por mais de quinhentos anos*". Não obstante, embora a data de publicação dessa obra conste de 2009, essa é a 7ª edição revisada da obra. A 1ª edição foi publicada, originalmente, em 1982. Dado importante na medida em que contextualiza a obra num dado tempo. O interesse em revisitar as imagens de imperadores e reconsiderar as suas representações é uma preocupação recente.

período distintos na história romana. A vida desse *princeps* e suas conquistas são representadas de maneira positiva e exemplar. Por um lado, o que se destaca, especialmente, é o esforço de Augusto em manter o que ficou conhecido como *pax Augusta*, mesmo que isso implicasse em guerra, sendo suas capacidades militares igualmente aspecto de destaque e, por outro lado, se enfatiza algumas características que lhe foram atribuídas como ser reconhecido como um ser divino, ou como um senhor, mesmo a sua revelia.

No século IV d.C, por exemplo, no *Breviarum ad urbe condita*[3], Livro VII, 8, o historiador latino Eutrópio[4] (BIRD, 1993:vii) declararia:

> [...] Portanto, do início ao fim, seu governo [o de Augusto] teve a duração de 56 anos. Ele morreu de morte natural aos 76 anos em Atella, uma cidade da Campânia. Ele foi enterrado em Roma, no Campo de Marte, e foi considerando, não sem razão, dentre muitos aspectos, como um deus, pois não é fácil encontrar alguém mais bem sucedido em tempos de guerra que ele ou mais prudente em época de paz. Durante os quarenta e quatro anos durante os quais governou sozinho, ele se comportou graciosamente, sendo generoso com todos e excepcionalmente leal aos seus amigos pelos quais ele tinha tamanho apreço que quase os consideravam como que se fossem semelhantes a ele.[5]

[3] O *Breviarum ad urbe condita* de Eutrópio é uma obra composta por dez livros. E, embora, esse *Breviarium* não trate do período de governo de Valente, foi uma obra escrita por volta de 370 d.C. em favor desse imperador, com caráter laudatório (LENSKI, 2002:6; 185-196). Noel Lenski (2002:187) afirma que, no *Breviarium*, "Eutrópio dedica grande atenção para a importância das atividades militares e para a expansão do território durante o período da História romana" e "cataloga especialmente acontecimento da fronteira oriental". Willem Boer destaca alguns dos temas tratados e ausentes na obra de Eutrópio. Boer (1972:163-166) destaca que a guerra é um aspecto presente por toda a obra sendo os tempos de guerras melhor que o tempo de paz, a mulher é ignorada como tema e os escravos são ocasionalmente mencionados, há ainda comentários sobre aspectos administrativos e os aspectos econômicos são raramente tratados. O *Breviarum* de Eutrópio se tornou muito popular durante o período bizantino e medieval se tornando o texto base para o estudo da história da Roma Repulicana e Imperial (BIRD, 1993:LVII; BOER, 1972:170).

[4] A história da vida de Eutrópio é ainda assunto controverso. As informações acerca de quem foi Eutrópio requer várias considerações, especialmente, porque o nome Eutrópio parece ser comum no contexto histórico desse autor . Na *PLRE* (1971:316-318), por exemplo, há seis entradas acerca do nome Eutrópio. Para saber mais, cf. A introdução de W.H. Bird (1993:vii-lvii) sobre a vida, obra e carreira de Eutrópio; ver ainda o capítulo 4 da obra *Some minor Roman Historians* de Willem Boer (1972:114-172) onde esse autor discorre, entre outros temas, sobre os problemas acerca das informações e evidências disponíveis sobre a vida de Eutropius; conferir ainda R. W. Burgess (2001: 76-81) que reflete sobre a posição de *magister memoriae* possivelmente ocupada e desempenhada por Eutrópio.

[5] N.T.: A tradução em português foi realizada com base na versão em inglês sugerida por W.H Bird presente na coleção *Translated Texts for Historias* da Liverpool University Press, volume 14, intitulado *The Breviarum ab urbe condita of Eutropius: the right honourable secretary of state for general petitions*. A referência completa da obra se encontra na lista bibliográfica. Mas, na obra intitulada *Eutropi Breviarium ad urbe condita cum versionibus graecis et Pauli Landolfique additamentis recensuit adnotavit H. Droysen*, o original em latim pode ser conferido. A seguir o texto referente ao excerto: "[...] *ita ab initio principatus eius usque ad finem quinquaginta et sex anni fuerunt. Obiit autem septuagésimo sexto anno morte communi in oppido Campaniae Atella. Romae in campo Martio sepultus, vir qui non inmerito ex máxima parte deo similis est putatus; neque enim facile ullus eo aut in bellis felicior fuit aut in pace moderatior. Quadraginta et quattuor annis quibus solus gessit imperium civilissime vixit, in cunctos liberalissimus, in amicos fidissimus, quos tantis evexit honoribus ut paene aequaret fastígio suo.*"

A representação de Augusto na obra de Eutrópio segue, entretanto, um *topos*. Nos Livros VII, VIII, IX e X do *Breviarum*, Eutrópio compõe e caracteriza cada um dos imperadores que sucederam Augusto oscilando entre visões negativas e positivas de imperadores. Entre as virtudes dos imperadores está, por um lado, a capacidade militar e se o soberano em questão expandiu ou retraiu o território romano[6], incluindo ainda, por outro, a relação daqueles para com os seus súditos e, especialmente, como um aspecto definidor do caráter do soberano, as relações do imperador para com os familiares e amigos[7].

Paulo Orósio, cristão cujo preceptor era Agostinho de Hipona[8], escreveu *Historiarum Adversum Paganos Libri VII*[9] e, no Livro VI, 22, 1, Paulo Orósio apresenta, de maneira diferenciada, a singularidade da época de Augusto se comparado a outros governos e épocas.

---

[6] Augusto aparecerá como o "mais bem sucedido nas guerras" e o que mais "expandiu o território romano" (Eutrópio, *Breviarium*, VII,8-9). Entre os imperadores que apresentam como *modelos*, nessa estrutura categórica fundamental, tem-se Vespasiano que, nas palavras de Eutrópio (*Breviarium*, VII, 19), foi um "*princeps* cujo nascimento é obscuro, mas digno de ser comparado com os melhores imperadores" sendo também um imperador que expandiu o Império conquistando "duas nações poderosas" e foi um soberano que demonstrou disposição mais leve e amigável". Conferir ainda a representação de Eutrópio dos imperadores contra-modelos como Tibério (*Breviarium*, VII, 11), Calígula (*Breviarium*, VII,12), Nero (*Breviarium*, VII, 14), cujos reinados foram descritos negativamente. Segundo Eutrópio, Tibério "não guerreou pessoalmente em nenhuma ocasião sendo as guerras feitas por seus generais". Calígula empreendeu uma campanha contra os germânicos mas depois [...] não fez nenhum esforço". E, por fim, Nero, "na esfera militar, ele não ousou nada, a Britânia ele quase a perdeu...".

[7] Augusto também será nesse item um modelo incomparável, pois, segundo Eutrópio (*Breviarium*, VII, 8), "ele se comportou graciosamente, sendo generoso com todos e excepcionalmente leal aos seus amigos pelos quais ele tinha tamanho apreço que quase os consideravam como que se fossem semelhantes a ele". Trajano segue também como exemplo neste caso. Eutrópio (*Breviarium*, VIII, IV) declara que "ele agia como um igual entre todos, indo inclusive sempre visitar seus amigos quando eles estavam doentes, ou apenas para celebrar em dias festivos". Como contra-modelo, acerca desse aspecto, Eutrópio (*Breviarium*, X, 6-7) destaca Constantino, ao afirmar que "ele era cauteloso, devido ao caráter desconfiado, em servir os amigos" e que ele "fracassou com os próprios parentes". Novamente, Nero aparece como contra-modelo, Eutrópio (*Breviarium*, VII, 14) afirma "ele era um inimigo para todos os homens bons". No que se refere à questão das amizades e a proximidade com imperadores, esse era um dos aspectos importantes da realidade romana imperial. O mapeamento das redes de sociabilidade pode ser considerado como um item de medição da influência de um determinado indivíduo dentro da sociedade. Para uma melhor compreensão desses aspectos, conferir o Capítulo Terceiro desta Tese onde está alocada uma bibliografia especializada sobre o assunto e uma reflexão acerca dos casos específicos de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia.

[8] As evidências sobre a vida de Paulo Orósio parecem, significativamente, escassas e algumas das informações são quase inexistentes e imprecisas, pelo menos, no que diz respeito ao seu nome e data de nascimento ou mesmo sobre sua juventude e criação (FEAR, 2010:1). Sabemos que Paulo Orósio era proveniente da *Hispânia* e pode ter nascido, mais especificamente, em *Bracara Augusta*, região que hoje se localiza a cidade de Braga, em Portugal, mas que no *Mundo Antigo* se localizava dentro de um espaço geográfico denominado por *Hispânia*; apresentava um conhecimento específico típico de uma educação distinta que era acessível a uma elite particular, portanto, pode se inferir que, possivelmente, pertencia a ordem dos *curiales* e teve por mestre Agostinho de Hipona (FEAR, 2010:1-25; MERRILS, 2005:35; DEFERRARI, 2002:XV).

[9] A obra *Historiarum Adversum Paganos Libri* foi escrita, provavelmente, em finais do século V d.C. e planejada, originalmente, para ser um adendo à *Cidade de Deus* (*De civitate Dei*) de Agostinho de Hipona e ambas as obras foram produzidas como respostas às acusações feitas contra a fé cristã de que havia falhado em proteger Roma por negligenciar os rituais cívicos e que por causa disso aconteceu o que ficou conhecido como o saque de Roma por Alarico em 410 d.C. (MERRILS, 2005:37-38). Todavia, de acordo com Andrew H. Merrils (2005:39), a afeição de Agostinho por Paulo Orósio não teria sobrevivido à produção da *Historiarum* e, em seus últimos livros da *Cidade de Deus*, Agostinho teria escrito sem qualquer menção ao presbítero e, parece ainda que os argumentos de seu pupilo foram contraditos em várias ocasiões.

Este historiador da Hispânia ressalta elementos específicos do governo e da personalidade de Augusto como veremos no excerto a seguir:

> Assim, no ano setecentos e cinquenta e dois após a fundação da Cidade, César Augusto, desde o Oriente ao Ocidente, de Norte a Sul e por todos os arredores do Oceano todas as nações viviam sob uma única paz, então, pela terceira vez, os portões de Jano foram fechados. Por quase doze anos, esses portões desde aquele tempo foram parafusados constantemente no mais completo silêncio e mostravam ainda sinais de ferrugem e eles nunca foram abertos exceto nos últimos anos de vida de Augusto quando eles foram perturbados pela revolta dos Atenienses e pela confusão dos Dácios. Assim, depois de fechar os portões de Jano, esforçando-se para nutrir e expandir a paz do Estado que ele tinha conquistado por meio da guerra, ele estabeleceu muitas leis mediante as quais os homens por desejar reverência exercerão o hábito da disciplina. E como homem, ele recusou o título de Senhor. Certa vez, enquanto ele assistia a uma peça, a seguinte frase foi dita na mímica: 'Um Senhor gracioso e bom certamente', e como se isto tivesse sido dito para ele, todos aprovaram com brados altos, imediatamente com um gesto e um olhar, ele verificou a lisonja inconveniente e, no dia seguinte, os repreenderam com um edito muito severo e, posteriormente, ele não permitiu ser chamado de Senhor por seus próprios filhos e netos, fosse dito a sério ou de brincadeira.[10]

A. H. Merrills (2005:57) argumenta que a representação do reinado de Augusto está diretamente relacionada com a *Encarnação* de Cristo e a confirmação da existência de uma *pax Augusta* significa um destaque à existência de um contexto ideal para o nascimento do "Salvador". De uma maneira ou de outra, dada as motivações específicas do contexto da obra ou os interesses de cada autor para se positivar o governo de Augusto ou construir uma imagem ideal desse imperador, esse imperador é, frequentemente, representado de maneira laudatória e como portador de uma representação ideal romana, a qual define os parâmetros do que viria a ser um *Imperador Romano* e o seu governo bem como a sua época vieram a ser concebidos como um contexto à parte, sacralizado e distinto dentro da história romana.

---

[10] N.T.: Temos conhecimento de que a obra *Historiarum Adversum Paganos Libri*, numa tradução livre: *Os sete livros de História contra os Pagãos*, tem uma versão disponível em português pela Universidade do Minho, publicada em 1986, versão sugerida por José Cardoso, cujo título é *História Contra os Pagãos*. No entanto, não tivemos acesso a essa obra. Nossa tradução em português foi baseada na versão em inglês presente no volume 50 da Coleção *Fathers of the Church* da Catholic University Press e editada por Roy J. Deferrari e mediante a versão encontrada na Coleção *Translated Texts for Historians*, volume 54, intitulado *Orosius: Seven Books Against the Pagans* proposta por A.T. Fear. A versão em Latim pode ser conferida mediante a obra "*Pavli Orosii Historiarvm adversvm paganos libri VII ex recognitione Caroli Zangemeister*". Disponibilizamos o referente excerto no original a seguir: "*Itaque anno ab urbe condita DCCLII Caesar Augustus ab oriente in occidentem, a septentrione in meridiem ac per totum Oceani circulum cunctis gentibus uma pace conpositis, Iani portas tertio ipse tunc clausit. Quas ex eo per duodecim fere anos quietíssimo semper obseratas otio ipsa etiam robigo signauit, nec prius umquam nisi sub extrema senectute Augusti pulsatae Atheniensium seditione et Dacorum commotione patuerunt. Clausis igitur Iani portis rempublicam, quam bello quaesiuerat, pace enutrire atque amplificare studens leges plurimas statuit, per quas humanum genus libera reuerentia disciplinae morem gereret. Domini appellationem ut homo declinauit. Nam cum eodem spectante ludos pronuntiatum esset in mimo O dominum aequum et bonum uniuersique, quase de ipso dictum esset, exultantes adprobauissent, et statim quidem manu uultuque indecoras adulationes repressit et insequenti die grauissimo corripuit edicto dominumque se posthac appellari ne a liberis quidem aut nepotibus suis uel serio uel ioco passus est*.".

Contrariamente ao que se possa imaginar, Augusto não esteve sozinho no curso da história de um Império denominado de Romano como, por exemplo, a existência de várias instituições, em especial, o Senado e o exército romano que atuavam lado a lado do imperador (MACHADO,1998: 11-30). Existiram também outros Imperadores que se mostraram também igualmente importantes e distintos. Logo, como argumenta Robert Malcolm Errington (2006:1), não poderíamos subestimar a importância de tantos outros imperadores que conseguiram manter a estrutura de um vasto Império ao serem desafiados pelas dificuldades internas e externas impostas pela realidade romana imperial. Não obstante, não podemos também deixar de observar e inferir sobre as representações imperiais já construídas e presentes na historiografia contemporânea de imperadores conhecidos. É igualmente importante reparar, retificar ou apresentar um cenário mais completo possível da imagem de um soberano, considerando as particularidades de cada contexto[11]. E inferir sobre a maneira como os imperadores se portaram diante dos conflitos sociais e as intempéries internas e externas parece ser um espaço importante de compreensão histórica mediante a qual podemos avaliar como os antigos compreendiam as ações imperiais e descreviam o soberano.

Nas *Homilias sobre as Estátuas* bem como nas *Orações sobre o Levante das Estátuas*, Teodósio aparece como um dos temas recorrentes em partes significativas de todo o conjunto de prédicas de ambos os autores. Em particular, o escopo das *Orações XIX* e *XX* de Libânio se relaciona à pessoa de Teodósio. Na Homilia XXI, mediante a narrativa sobre o encontro entre

[11] Atualmente, é possível verificar uma literatura voltada para o revisionismo das representações imperiais ou até para contribuir para uma melhor visão dos Imperadores devolvendo-os ao contexto no qual estão inseridos e mediante o qual fez escolhas que determinaram seus destinos e fixaram suas imagens em uma determinada historiografia. Por exemplo, o imperador Juliano, uma das personagens mais polêmicas, recebeu novo tratamento e abordagem. Em *Paideia e Retórica no séc. IV d.C.: a construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*, Margarida Maria de Carvalho perscruta minuciosamente a história da imagem do Imperador Juliano e constrói, a partir da retórica de Gregório de Nazianzo presente na obra *Contra Juliano* e conforme o manual de retórica de Hermógenes denominado *Sobre os Resultados*, um cenário muito mais amplo considerando o contexto das disputas "politico-culturais", no qual emerge a imagem de Juliano. O imperador Constâncio II também recebeu um novo olhar historiográfico. Em *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da 'basileia'* (337-361), Gilvan Ventura da Silva (2003:39) constata que é possível observar "[...] uma incômoda falta de estudos acerca de seu governo [de Constâncio II]" e que essa falta "não poderia ser atribuída à exigüidade do reinado nem à carência de documentação, haja vista o fato de que a quantidade de textos literários, inscrições, papiros e moedas produzida durante o seu período, se não é abundante, tampouco se poderia dizer irrisória". Em *Failure of Empire: Valens and the Roman State in Fourth Century A.D.*, Noel Lenki (2002:I) atestaria que Valente "não era nem um herói ou um monstro, mas um homem ordinário enfrentando uma realidade sobre-humana". A pesquisa de Lenski sobre Valente tinha como proposta estudar esse imperador e seu império, "devolvendo-o ao seu contexto e mostrar como um indivíduo de qualidades notáveis enfrentou as demandas de um complexo mundo extraordinário" sem denegrir a imagem desse imperador, uma vez que as "fontes antigas foram longe o suficiente para denegrir a reputação" de Valente. Um outro aspecto digno de nota é que o tema de pesquisa é uma escolha subjetiva mas também é, por outro lado, uma escolha guiada pelo nosso tempo. Nesse sentido, podemos compreender também que esse movimento de retomada dos estudos dos imperadores esteja de alguma forma relacionado ao retorno do estudo das biografias. Para maiores informações acerca dessa relação entre presente e passado, conferir o Capítulo Segundo desta Tese no qual discorremos sobre essa temática em particular.

Teodósio e Flaviano, João Crisóstomo oferece também um espaço significativo, no qual discorre sobre imperador. Por isso, parece-nos oportuno e importante compreender a imagem do imperador Teodósio I considerando a sua atuação no Levante das Estátuas conforme está descrito nas perspectivas de João Crisóstomo e de Libânio de Antioquia, a fim de refletirmos acerca dos paralelos existentes ou não entre ambos os autores e suas perspectivas.

4.1. O Imperador Romano na Antiguidade Tardia: A imagem imperial de Teodósio e de seu governo na literatura antiga

O imperador romano não é representado unicamente mediante a presença de uma administração constituída de membros de um governo imperial e municipal, a representação também pode ocorrer de uma forma menos direta por intermédio de um programa de representação visual desenvolvido para o imperador como, por exemplo, as imagens imperiais difundidas por meio de moedas, estátuas, pinturas e outros artefatos[12], seja também mediante outro recurso importante de representação imperial que pode ser observado mediante as *titulaturas imperiais*[13] que representam o imperador via palavras (JONG, 2007:311). E, como destaca Neil Mclynn (2010:215), "os imperadores nunca foram julgados arbitrariamente [...]". De fato, não é fortuitamente que imperadores tanto podem portar epítetos como *O Grande*, por um lado, ou como o de *Tirano*, por outro, dependendo da perspectiva que se adota. Na historiografia e na literatura referente ao tema da representação imperial, encontramos quatro categorias que são relativas aos soberanos e que parece um lugar de debate interessante por meio do qual podemos acessar e compreender a maneira como os autores antigos descreviam e retratavam os imperadores e seus governos construindo imagens positivas ou negativas, dependendo do contexto histórico e dos interesses político-culturais em jogo. Os conceitos de *imperador romano*, *mau imperador*, *tirano* e *usurpador* fizeram parte do cotidiano romano tardo-imperial e estavam presentes em vários escritos antigos.

[12] Sobre essa forma de representação imperial, conferir o Capítulo Quinto da presente Tese, onde essa temática foi de alguma forma abordada na medida em que o levante implicou também na destruição de imagens e desse tipo de representação imperial.

[13] Janneke de Jong (2007:311) define *titulaturas imperiais* como sendo "uma informação acerca da representação imperial desde que as partes constituintes da titulatura iluminem aspectos diferentes da legitimação imperial (informações dinásticas, militares ou religiosas). Assim, por meio das *titulaturas imperiais,* um imperador comunica virtudes e qualidades específicas, demonstrando que ele é o homem certo para preencher o lugar de imperador".

O conceito de *imperador romano*, que pode ser equivalente ao termo grego βασιλευς ou correspondente da palavra latina *imperator*[14], geralmente, é associado a idéia de legitimidade e legalidade do poder e relacionado a um conjunto de valores positivados e virtudes tradicionais forjadas que serão considerados sagrados dentro de um determinado contexto romano num dado momento, num dado lugar (CARTER, 1958:368; MALOSSE, 2003:168-9; SIVAN, 1996:201).

Os conceitos de *mau imperador, tirano* e usurpador são intercambiáveis. De acordo com Louis-Pierre Malosse (2006:157) a categoria de *tirano* "foi utilizada para nomear e caracterizar os 'usurpadores' do Império Romano Tardio". Alan E. Wardman (1984:220) também argumenta que o termo '*usurpador*' é comumente utilizado para descrever aqueles que, geralmente, é categorizado pelos gregos e romanos como '*tiranos*'[15]. Em seu artigo "*The Roman Concept Robber-Pretender*", Ramsay MacMullen (1963:221) oferece, particularmente, o vocabulário mais usual na literatura grega e latina antiga que equivale ao termo e uso moderno corrente de *usurpador*, a saber, "*perduellis, hostis, defector, rebellis, usurpator,* τύραννος*, grassator, latro e pirata*".

João Crisóstomo e Libânio de Antioquia fazem uso corrente do temo βασιλευς[16] para designar o imperador romano. No caso do termo τύραννος[17] é possível compreender como em sentido de contramodelo, considerado, em termos modernos, como usurpador, um soberano exercendo um poder imperial ilegítimo e, consequentemente, como alguém portador de vícios e não de virtudes.

A larga utilização de epítetos, classificações, atributos e categorias negativas para mencionar imperadores é uma prática retórica comum e pode ser encontrada em vários autores da Antiguidade Tardia (LUNN-ROCKLIFFE, 2007:127-174). Ramsay MacMullen (1963:221) argumenta que na "retórica romana havia duas regras" que eram fundamentais: "evitar repetições" e "não mencionar nomes próprios". E, conforme MacMullen, esta última ainda pode ser desdobrada em uma terceira regra que sugere aos panegiristas na presença de imperadores que evitassem especificar, estrategicamente, os opositores do trono, especialmente aqueles bem sucedidos ou que sobreviveram ao confronto político.

---

[14] Note que Agostinho de Hipona utiliza a palavra *imperator* (*Ep*. XXI, 7, 1) em relação a Deus e não em referência ao imperador romano. Não obstante, Ausônio (*Gratiarum actio dicta domino Gratiano Augusto*, XX, 1) dirige-se a Graciano como imperador (*imperator Auguste*).

[15] A categoria de 'usurpador', amplamente utilizado na literatura contemporânea, tem como alternativa para a compreensão dessa identidade construída e cristalizada na historiografia, o conceito de 'imperadores proscritos' de Gilvan Ventura da Silva. Cf. "*A escalada dos imperadores proscritos*" de Gilvan Ventura da Silva.

[16] Em Libânio (*Or*. *XIX*, 1, 9,11, 14, 63; *Or*. *XX*, 20, 45, 44; *Or*. *XXI*, 20, 21, 29; *Or*. *XXII*, 4, 18, 23, 32) e, em João Crisóstomo, (*Hom*. II, 2, 4).

[17] Em Libânio, conferir *Or*. *XIX*, 14 e 15.

No caso do recurso à utilização do modelo de *mau imperador* e, especificamente, na obra de Libânio, Malosse (2003:167) lembra-nos que nas referências do tipo alusivas[18], a menção pode ser ditada pela prudência ou que, provavelmente, seja um recurso para assegurar a conivência com a audiência, uma vez que seria uma comunicação entre pessoas que tinham compreensão acerca do conteúdo do discurso pronunciado. De uma forma ou de outra, todas aquelas categorias mencionadas acima podem ser, portanto, de alguma forma, uma substituição, um recurso mediante o qual os escritores antigos silenciavam e difundiam uma determinada visão sobre os imperadores e seus governos e são classificações intercambiáveis e, num certo grau, equivalentes dependendo da perspectiva adotada bem como da historiografia selecionada para a definição de cada uma delas.

Essa tipologia imperial ainda acompanha virtudes e vícios que caracterizam e definem o epíteto, lhe fornece um conteúdo que se enraíza no tempo e no espaço. Desde o *Principado*, há um cânon de virtudes e vícios disponíveis e tradicionais na história romana mediante os quais os escritores antigos podem recorrer para atribuí-las aos imperadores seja com a finalidade de forjar uma imagem, seja para difundir uma propaganda específica. Os imperadores, eles próprios, podem fazer uso e alusão àquele cânon, reclamando para si o direito de portar uma ou outra virtude ou manipular os atributos negativos contra outrem como um recurso estratégico de legitimação e institucionalização do poder imperial[19].

As representações dos imperadores da Antiguidade Tardia eram cercadas também de símbolos e epítetos. Os imperadores eram reconhecidos não somente, mas também por ações e feitos que eram propagados mediante uma *cultura material*[20] ou por intermédio de uma *literatura escrita*[21]. Comportamentos e atitudes da pessoa do Imperador que poderiam ser interpretados de diversas maneiras pelos escritores antigos. E, certamente, havia várias perspectivas, várias imagens concomitantes sobre os imperadores romanos. Perspectivas e imagens alternativas que, por vezes, são difíceis ou impossíveis de serem apreendidas seja devido à ausência de documentação, seja em razão do simples silêncio imposto por uma tradição historiográfica específica que difundiu mais eficazmente uma determinada representação imperial em detrimento de outras imagens possíveis. Esta última possibilidade

[18] Como, por exemplo, na passagem da *Oração XIX*, 14, de Libânio citada em parágrafo anterior.
[19] Andrew Wallace-Hadrill (1981:298-323) discorre sobre o escopo de virtudes disponíveis na história romana.
[20] Podemos recordar aqui o esforço de Augusto na propagação de uma ideia específica de Império e uma imagem imperial particular mediante um investimento maciço que incluía não só, mas também a disseminação e distribuição de imagens imperiais, construção de prédios públicos, ou ressignificação de uma herança clássica romana (ZANKER, 2002:128-200).
[21] Os panegíricos, as homilias, as orações, as histórias e toda uma sorte de escritos contribuíam para a difusão de imagens imperiais bem com as várias representações e destaques esparsos presentes em diferentes obras hagiográficas.

seria o caso, por exemplo, de Flávio Teodósio Augusto, frequentemente referido como Teodósio I ou Teodósio, o Grande, que governou o Império Romano entre os anos 379 e 395 d.C. e que tem sua imagem e seu governo associado à história do Cristianismo e de uma ação pró-cristã em detrimento de um favorecimento não cristão. Essa representação de Teodósio não condiz completamente com as ações reais desse imperador. Na realidade, de acordo com Errington (1997b:398-443), a política religiosa de Teodósio, especificamente suas ações legislativas, como ela foi apreendida por autores como Ambrósio de Milão, Agostinho de Hipona, Orósio, Rufino, deve ser compreendida com ressalvas e a partir dos interesses específicos em jogo em cada um dos contextos nos quais esses autores antigos escrevem. Errington (op.cit.:435) conclui que os escritores cristãos apresentavam um "tendencioso interesse em apresentar as leis do Código em favor da ortodoxia".

Desse modo, parece-nos plausível iniciar a inferência acerca do governo de Teodósio e da sua própria ação imperial como uma ação multifacetada, rica em nuances e características pouco conhecidas como, por exemplo, essa atuação legislativa imprecisa que podia tanto favorecer cristão como não cristão dentro do Império. Particularidades estas que podem contribuir para uma melhor compreensão da imagem presente nas orações de Libânio e nas homilias de João Crisóstomo que trataremos mais adiante, uma representação imperial contextualizada mediante as várias versões apresentadas por documentações e escritores antigos, bem como por meio de acontecimentos históricos que definiram e contribuíram para uma representação determinada de Teodósio. Primeiramente, buscaremos discorrer sobre Teodósio e alguns eventos importantes na história de seu governo para depois refletirmos sobre a maneira como João Crisóstomo e Libânio descrevem e representam esse imperador.

Teodósio era proveniente de uma família nobre aristocrática influente da *Hispania*[22], nasceu em Cauca – atual município chamado Coca na província de Segóvia, na Espanha – e seus pais eram Termantia e Teodósio, o Velho (WOODS, 2011:1; WILLIAMS & FRIELL, 1998:23, MATTEWS, 1990:93). O pai de Teodósio, Teodósio, o Velho, era reconhecido general de exército, cuja reputação foi celebrada nas páginas da *História Romana* de Amiano Marcelino (*Res Gestae*, XXVII, 8, 3; XXVIII, 2, 1) como "um homem famoso pela suas

[22] Sobre a Hispânia e as particularidades desse território, no contexto da Antiguidade Tardia, existe uma produção historiográfica bastante instigante. Conferir: *Hispania in Late Antiquity*, coletânea editada por Kimberly Diane Bowes e Michael Kulikowski e, no âmbito nacional, conferir também a obra, recentemente lançada, *A Antiguidade Tardia. Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VIII)* (2012), bem como também o artigo *Historiografia e poder: o valor da história, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha e de Valério do Bierzo (Hispania, século VII), A relação entre cultura e poder na Antiguidade Tardia: o exemplo da Hispânia Visigoda*, o capítulo de livro *Estruturas sociais na Antiguidade Tardia Ocidental (séculos IV/VIII)* e *Cultura e poder na Antiguidade Tardia Ocidental*, obras de autoria de Renan Frighetto.

conquistas na guerra" ou "aquele líder cujo nome é célebre". As expectativas quanto ao desempenho militar de Teodósio I eram significativas e sua imagem está vinculada também às suas capacidades militares, como se poderá observar mediante as evidências da literatura escrita antiga.

As pressões provenientes das fronteiras do Danúbio por grupos germânicos específicos, os Visigodos e Ostrogodos, e que resultaram no que ficou conhecido como a *Batalha de Adrianópolis* e todo contexto posterior disso resultante, implicou em duas decisões imediatas: 1) o imperador Graciano convocar alguém para gerenciar a parte Oriental do Império neste estado de emergência e 2) a decisão de Graciano em escolher Teodósio como o candidato ideal para gerenciar a crise instalada no Oriente e, posteriormente, nomeá-lo para assumir a púrpura imperial em razão de seu sucesso no gerenciamento desses conflitos (SIVAN, 1996:198; WILLIAMS & FRIELL, 1998:13-22; MATTEWS, 1990: 88-100). Para John Matthews (1990:95), a nomeação de Teodósio, foi "uma expressão de uma mudança visível na política imperial da corte", mas, sobretudo, foi resultado de um contexto marcadamente crítico associado com a existência de um amplo grupo de apoio a Teodósio dentro do ambiente da corte, sobretudo, no interior do exército romano[23].

Um outro evento bastante significativo que marca, de alguma forma, o curso da representação imperial de Teodósio e que, já foi destacado por Carlos Augusto Ribeiro Machado (1998:61), é a morte de Graciano. De acordo com Carlos Machado (*op. cit*), após a morte de Graciano, as cunhagens de Teodósio ofereciam, de forma mais enfática, uma representação desse imperador sozinho "como se sua legitimidade não dependesse de nenhum co-imperador mais antigo".

O que veremos se delinear a partir desses dois contextos é a passagem de um Teodósio considerado general, um comandante de tropas e possuidor de excelentes qualidades militares no gerenciamento de conflitos de guerra e batalhas para um outro Teodósio, um imperador virtuoso capaz de, com justiça, gerenciar os conflitos civis que envolviam seus próprios súditos. Temístio parece ser o ponto de partida desse movimento de mudança, de acordo com Sivan (1996:203) que nos informa acerca dessa mudança de enfoque mediante a reflexão das várias versões construídas por Temístio sobre a ascensão de Teodósio descrevendo,

[23] De fato, Teodósio parece ter uma base de apoio político significativo no seio da corte imperial no Ocidente (MACHADO, 1998:61; MATHEWS, 1990:95). Cf. também Sivan (1996:208-10), que argumenta que o exército tenha tomado parte da decisão a partir das personagens Victor, Saturnino e Flávio Richomer, militares que sobreviveram à Batalha de Adrianópolis que estavam em posição de exercer pressão sobre a decisão de Graciano.

particularmente, sobre a *Oração 15* de Temístio[24]. A partir desse argumento proposto por Sivan, tentaremos seguir um passo adiante e acrescentar que a imagem forjada de Teodósio além de passar a ser vinculada a um gerenciamento de conflitos internos, foi, significativamente, também construída de modo que as ações desse imperador nesses conflitos internos fosse, posteriormente, interpretada como em prol do cristianismo. Imagem esta que parece ter sido reforçada posteriormente pela historiografia, deixando pouco espaço para uma compreensão acerca das ações de Teodósio como não, necessariamente, uma política considerada pró-cristã.

A historiografia e a documentação escrita antiga evidenciam essas duas representações da imagem imperial de Teodósio. Ambas, a historiografia e a documentação, expõem as complexidades destes dois contextos históricos. R. Malcom Errington (1996a:438-40) destaca, dentre vários escritores antigos que reportaram sobre a ascensão de Teodósio ao trono,[25] Teodoreto (*HE*, V, 5), que parece ter sido aquele que ofereceu uma narrativa "atrativa e dramática do curso da história" mas que apresenta uma quantidade incrível de "irregularidades, impossibilidades e improbabilidades (mesmo rejeitando as partes obviamente hagiográficas e ficcionais)":

> 5. Agora, no presente momento, Teodósio é renomado, possuidor de uma valorosa reputação, devido aos feitos de seus ancestrais e em razão de sua própria bravura. Por esta razão, de tempos em tempos, ele é surpreendido pela inveja de seus rivais, ele vivia na Hispânia, onde nasceu e foi criado. Desde que os bárbaros foram inflados pela própria vitória e parecia difícil derrotá-los, o imperador [Graciano] não estava confuso quanto ao que deveria fazer e decidiu em favor da nomeação de Teodósio ao comando supremo como uma saída para as suas dificuldades. Ele, portanto, não perdeu tempo em chamar Teodósio que estava na Hispânia e, imediatamente, nomeá-lo comandante e enviá-lo juntamente com um exército selecionado. Armado com sua fé, Teodósio marchou confiantemente adiante. Ao entrar na Trácia, e vendo os bárbaros avançando em sua direção, ele organizou seu exército em posição de batalha. As duas linhas de ataque se encontram, e uma vez que os inimigos não conseguiram suportar o ataque romano, eles abandonaram a batalha. O ataque romano se seguiu, o inimigo fugindo e os romanos os perseguiam vigorosamente. Houve uma grande matança de bárbaros que foram mortos não somente pelos romanos, mas foram mortos até mesmo por eles próprios, uns matando os outros. Desse modo, muitos deles foram aniquilados e aqueles que

[24] "No início do ano de 381, na segunda oração a Teodósio, a ênfase nas virtudes imperiais de excelência militar passa a ser nas virtudes cívicas, especialmente, em seu senso de justiça. Um imperador, reivindica o retor, governa melhor ao distribuir justiça aos seus súditos e não apenas ao elaborar formas de eliminar os bárbaros." Essas versões de Temístio de que trata Sivan estão presentes nas *Orações 14*, *15* e *16* dirigidas a Teodósio. Cf. o comentários de Sivan (1996:202-3, n 33 da p. 202).

[25] Sozomeno (*HE*, VII, 2); Sócrates Escolástico (*HE*, V, 2); Filóstrato (IX, 17); Rufino (*HE*, II, 14); Zósimo (*HN*, IV, 24) e Eunápio de Sardes (*Fragm*. II, 42) também escreveram sobre a temática da ascensão de Teodósio ao trono. Essas outras passagens são igualmente interessantes e informativas. Rufino, por exemplo, mesmo sendo breve, destaca a personalidade de Graciano, guiado pelos ensinamentos da *Sagrada Escritura*, como sendo personagem principal desse episódio. Cada uma dessas perspectivas apresentaram sua descrição a partir do contexto no qual foram produzidas, por isso, destacam ou selecionam aqueles aspectos que consideraram relevantes e significativos para o ponto de vista que cada um desses autores queriam argumentar ou afirmar.

> conseguiram escapar à perseguição cruzaram o Danúbio. O admirável general, então, dispersou sua tropa nas cidades vizinhas e logo, em seguida, rumou em grande velocidade para se encontrar com o imperador Graciano para ser o mensageiro de seu próprio triunfo. Até mesmo para o imperador, impressionado com o feito, a notícia que ele transmitia parecia incrível, enquanto outros, imbuídos de inveja, espalharam a notícia de que Teodósio havia fugido e que seu exército havia sido destruído. A sua única resposta foi pedir aos seus opositores que se certificassem e verificassem o número de bárbaros mortos: "Pois", disse ele, "mesmo por meio dos despojos é fácil estabelecer uma quantidade de mortos". Ao ouvir essas palavras, o imperador nomeou algumas pessoas para relatar sobre a batalha e investigar quantos bárbaros tinham sido mortos.[26]

No capítulo VI, Teodoreto ainda continua o relato acerca dos acontecimentos relacionados à nomeação de Teodósio como imperador, discorrendo sobre o desfecho das investigações realizadas pelos comissários enviados por Graciano:

> Enquanto eles estavam longe, o grande general ficou e, depois, teve uma visão com Melécio, bispo da cidade de Antioquia, que o investia com a púrpura imperial e cobria sua cabeça com a coroa imperial. Na manhã seguinte que ele teve a visão, ele contou para um amigo íntimo que destacou que o sonho era claro e não tinha nada de obscuro ou ambíguo. Alguns dias depois, os comissários que foram enviados para investigar a batalha retornaram e relataram que uma quantidade inumerável de bárbaros foi morta. Então, o imperador estava convencido que tinha feito a melhor escolha ao preferir Teodósio para ser o general e o nomeou imperador e lhe entregou a soberania da parte do Império que era de Valente para ele governar. Graciano, então, partiu para Itália e deixou a cargo de Teodósio, o comando da parte que lhe foi incumbida. Tão logo Teodósio ter assumido a dignidade imperial e, antes de tudo, ele deu atenção à harmonia das igrejas e ordenou que os bispos de seu próprio reino resolvessem, com urgência, os problemas de Constantinopla. Aquela parte do Império era a única região infectada com a praga ariana, pois, o ocidente tinha se livrado dessa mancha. Isto devido ao fato de que Constantino, o filho mais velho de Constantino e Constâncio, o mais novo, preservaram a religião de seu pai na sua integridade e que Valentiniano, imperador do Ocidente, manteve a verdadeira religião unificada.[27]

A indicação de Teodósio ao trono para substituir Valente que foi morto em batalha é cercada de controvérsias. Segundo R. M. Errington (1996a:438), essa narrativa de Teodoreto impõe, no mínimo, algumas dificuldades. Errington (1996a:439) argumenta que toda a história da vitória de Teodósio contra os Godos parece ter sido uma ficção, já que testemunhos cronologicamente mais próximos da época dos acontecimentos não fazem menção sobre nenhuma grande vitória de Teodósio contra os Godos e destaca ainda as dificuldades práticas como, por exemplo, a questão do tempo para deslocamento de Teodósio até o local da batalha. Com base no mesmo texto de Teodoreto, Hagith Sivan (1996:199)

[26] N.T.: A tradução desse excerto foi com base no texto, em inglês, disponível na coleção *A Select Library of the Nicene and Pos-Nicene Fathers of the Christian Church*. *The Second Series* editada por Philip Schaff. Ainda consideramos a versão narrada por R. Malcolm Errington no artigo *The Acession of Theodosius I*. Para maiores detalhes acerca da referência completa, verificar a lista bibliográfica.

[27] N.T.:

apresenta outras questões. Conforme Sivan (*op.cit*), a versão de Teodoreto sobre a ascensão de Teodósio ao trono revela: em primeiro lugar, dois estágios do processo, o retorno de Teodósio ao exercício militar depois de ter sido posto na reserva[28] e a sua nomeação como imperador; em segundo lugar, fornece os dois elementos que legitimaram a ascensão, o consentimento divino e a aprovação de um Augusto legitimado. E, por fim, em terceiro lugar, a narrativa de Teodoreto não faz qualquer menção à posição do exército acerca dessa escolha e nem comenta se existiu unanimidade na escolha de Teodósio, fosse para comandar a tropa ocupando o posto de general nos conflitos, fosse para se tornar imperador (Sivan, *op. cit*.)[29].

Teodósio pode ser considerado "imperador romano" possuindo atributos e qualidades que o classificam entre os "imperadores" ou também pode ser descrito como *mau imperador*, *tirano* e, até mesmo, *usurpador*, dependendo dos critérios seguidos e das perspectivas adotadas (LOMAS SALMONTE; PASCHOUD; ESCRIBANO; BORN; SIVAN; SANTOS YANGUA)[30]. Por exemplo, ao analisar uma historiografia não cristã específica, Paschoud (1997:193) argumenta que Teodósio é largamente julgado negativamente segundo a tradição historiográfica representada pelo Eunápio de Sardes e Zósimo. De acordo com Paschoud, as críticas se referem à defesa do império e à política em relação aos povos "bárbaros", em especial, à autorização de Teodósio que permite a entrada de um número muito grande de

[28] John Mattews (1990:93) considera mais apropriado a condição de reservista de Teodósio do que considerá-lo como exilado.

[29] Pacato Drepânio, um panegirista latino, é outro autor antigo que apresenta aspectos da ascensão de Teodósio ao trono no *Panegírico a Teodósio* no qual podemos também extrair uma série de elementos laudatórios ao imperador. Para maiores informações acerca desse autor e da obra bem como para uma compreensão acerca da construção da imagem de Teodósio numa relação de identidade-alteridade, conferir: *Usurpação, identidade e poder no século IV d.C: A construção da imagem imperial de Teodósio no confronto com máximo e Eugênio* de Thiago Brandão Zardini.

[30] Voltaire, por exemplo, em 1752, em seu *Dicionário Filosófico*, no verbete de *Tirano*, inclui o imperador Teodósio e o descreve da seguinte maneira: "*O grande Teodósio era o mais abominável dos tiranos, quando, sob a falsa alegação de que faria uma festa, ele causou a morte de quinze mil cidadãos romanos no circo, com suas esposas e filhos e, além disso, ele ainda freqüentou alguns meses sem se cansar da missa. Esse Teodósio foi quase considerado abençoado; mas eu deveria lamentar se ele fosse feliz na terra. Em todos os casos, seria melhor assegurar que os tiranos não fossem felizes nesse mundo, assim como é bom fazer nossos serviçais e cozinheiros acreditarem que eles serão condenados eternamente se eles nos roubarem*." (VOLTAIRE, 1824:300). E em outra passagem, no verbete intitulado *Teodósio*, esse autor do Iluminismo ainda afirma: "*Teodósio foi um comandante da Hispânia, filho de um soldado hispânico da Fortuna. Tão logo ele se tornou imperador, ele perseguiu os anti-consubstancialistas. A julgar pelos aplausos, bênçãos e elogios pomposos por parte dos consubstancialistas, seus adversários mal subsistiram por mais tempo; as reclamações e os clamores deles contra a tirania de Teodósio pereceu com eles, e a facção predominante prodigaliza sobre esse príncipe os epítetos de piedoso, justo, clemente, sábio e grande.*" (VOLTAIRE, 1824:263). Digno de nota também é a descrição de Maria E. Halsey Budden (1837:292), uma romancista britânica do século XIX (Cf. SHATTOCK, 2000:1760), na sua obra "*True stories from ancient history: chronologically arranged from the creation of the world to the death of Charlemagn*e" na qual faz a seguinte descrição de Teodósio: "*O benefício incalculável que Teodósio legou para toda a humanidade, pela extinção da falsa religião e estabelecimento da verdadeira, tem sido o único mérito dele que o poderia intitulá-lo como o epiteto de O Grande. Mas Teodósio tem outra reivindicação à fama. Ele era sábio, corajoso, e generoso; ele amou e praticou virtudes domésticas: ele era carinhoso com seus parentes, fiel aos amigos, um marido afetuoso, e amável pai*."

bárbaros que, segundo a fonte de Zózimo, isto é considerado muito perigoso uma vez que desequilibra a composição étnica.

Em um pequeno artigo no qual analisa a *História Nova* de Zózimo, Escribano (1997:51) argumenta que sendo a obra de tendência anticristã, Teodósio, considerado *fidellissimos imperator*, deveria ser denegrido e o paradigma convencional de insultos político e moral disponível relativa ao príncipe transmitido e reelaborado pela tradição historiográfica e vigente na Antiguidade Tardia, era o de tirano. Segundo Escribano, Zózimo conhece e aplica em seu relato a dupla acepção que o termo *tirannus* havia adquirido, o que nomeia o imperador que exerce seu poder de maneira absoluta e o que o designa como usurpador. Essa autora completa ainda que, no caso de Teodósio, não cabia a desqualificação política posto que era a política designada por Graciano e, além disso, havia combatido e vencido dois usurpadores (Máximo e Eugênio). Assim, conclui Escribano que, a hostilidade anticristã devia ser expressada em termos de caráter que pudesse explicar o mal governo e, além disso, havia ainda que dar forma à ideia de que um príncipe cristão no trono somente poderia atuar como um mal príncipe. Ou, "um príncipe que se tornou tirano devido à transgressão da ordem político-tradicional, por causa da cumplicidade com a desmedida, a injustiça e a escravidão dos súditos" (ESCRIBANO, 1997:51). A posição de Escribano suscita questões importantes. Em primeiro lugar, a questão da oposição entre pagãos e cristãos que novamente impõe uma interpretação polarizada que pouco revela as nuances dos contextos e das particularidades da posição de cada autor antigo. Em segundo lugar, a própria interpretação de Zósimo que precisa ser matizada, como já propôs uma historiografia contemporânea[31]. Zósimo não pode ser considerado como um autor completamente 'anticristão' como se o conjunto de sua obra fosse fixa e irreversivelmente inflexível. Como propôs Errington (1997b:398), para uma avaliação apropriada das documentações, é essencial saber o que esperar de cada tipo de evidência e de cada autor antigo em específico dentro do contexto particularizado.

No Livro V, Capítulo 24 da *Cidade de Deus*, Agostinho faz uma digressão acerca das virtudes de um imperador cristão ideal, ao discorrer sobre o que viria a ser a "felicidade do imperador cristão" e se essa felicidade poderia ser considerada uma "felicidade verdadeira". Dentre as virtudes, está o agir com justiça. Depois da digressão de virtudes, parece-nos significativa a menção de Agostinho de Hipona acerca de Teodósio dois capítulos adiante, numa composição ímpar na qual emerge uma imagem elogiosa e laudatória desse imperador. Na *Cidade de Deus*, Agostinho (*Civitate Dei*, V, 26, 1) descreve Teodósio da seguinte forma:

[31] Conferir, por exemplo, *Count Zozimus, The Historian* de Jason Almeida, no qual esse autor faz uma reavaliação da obra História Nova.

> Que houve mais admirável que sua religiosa humildade, quando, depois de já haver prometido, a rogo dos bispos, o perdão dos tessalonicenses e de ver-se obrigado a vingar o gravíssimo crime de alguns de sua corte, o castigou a autoridade eclesiástica e fez tamanha penitência, que o povo, orando por ele, chorava mais que a celsitude imperial prostrada que a temera, irada, em seu pecado? Essas boas obras e outras assim, que seria prolixo enumerar, levou-as o imperador consigo; de toda essa glória, de toda essa grandeza humana desaparecida como tênue vapor restam apenas suas obras; sua recompensa é a eterna felicidade que Deus apenas concede às almas verdadeiramente piedosas. O resto, fastígios ou subsídios dessa vida, como o mundo, a luz, as auras, as terras, as águas, os frutos e a alma, corpo, sentidos, mente e a vida do homem, concede-os a bons e maus. Entre essas, enumera-se também certa grandeza de império, que a Providência dispensa para o governo dos tempos.[32]

Podemos citar ainda Ambrósio de Milão que escreveu cartas a Teodósio e um panegírico fúnebre em sua homenagem. A Oração *De obitu Theodosii* produzida em ocasião da morte de Teodósio foi pronunciada em 395, quarenta dias após a sua morte, em uma cerimônia em memória do imperador, cujos restos mortais seriam transladados à Constantinopla (LIEBESCHUETZ 2005:175; DEFERRARI, 1953:303). A partir da seção XII da Oração *De obitu Theodosii* (*Sobre a morte de Teodósio*), Ambrósio oferece uma descrição do imperador cristão exemplar discorrendo, especialmente, acerca de duas principais virtudes, a piedade e a justiça:

> 12. [...] 'Que imperador!' Que imperador piedoso, um imperador misericordioso, um imperador fiel a respeito do qual as Escrituras mencionam de maneira extraordinária dizendo, 'Grande e cheio de honra é o homem misericordioso, mas encontrar um homem fiel é difícil.' É uma grande conquista encontrar alguém que é misericordioso e fiel, mais difícil ainda é encontrar um imperador que o poder o impulsiona para a vingança, quem, no entanto, lembra da vingança se tem compaixão? O que é mais nobre do que a fé de um imperador que o poder não engrandece, que o orgulho não eleva, mas a piedade faz reverenciar? Dele, Salomão diz admiravelmente: 'A ameaça de um rei injusto é como o bramido de um leão, mas a alegria dele é como o orvalho sobre a grama.' Logo, abandonar o terror do poder e preferir a doçura de se perdoar!
>
> 13. Teodósio de memória augusta pensou que tinha recebido

Ao analisar essas duas últimas obras, dentre outras, sob o ponto de vista do conhecimento das atividades legislativas de Teodósio presentes nessas obras e nesses autores, Errington (1997b:398-402) destaca, por exemplo, as tendências de Agostinho e Ambrósio em promover mais a ortodoxia do que propriamente discorrer sobre o conteúdo das leis teodosianas e da própria natureza delas. Assim, Errignton abre espaço para questionarmos até que ponto Teodósio poderia efetivamente ser considerado um imperador favorável apenas aos cristãos. Na realidade, em nossa opinião, Teodósio foi um imperador romano governando sob

[32] N.T.

condições e contextos específicos para manter seu Império. E nisso, parece ter sido laudado tanto por João Crisóstomo como por Libânio, por cristãos e não cristãos.

O que toda essa literatura antiga acerca do tema da imagem de Teodósio e da história de sua ascensão ao trono nos revela é uma transformação sutil, mas significativa da imagem de Teodósio, que passou de um imperador virtuoso militarmente para um imperador portador de virtudes cívicas destacando, especialmente, o senso de justiça. E é nesse sentido que consideramos que todos esses acontecimentos e testemunhos acerca de Teodósio estão relacionados entre si e, particularmente, com as representações desse imperador seja no pensamento daqueles que o legitimam, seja nas descrições daqueles que se opõem a ele em algum nível. Assim, por meio dessa documentação antiga escrita, observamos que é possível um imperador ser descrito e classificado em diferentes categorias, ou seja, possuir diferentes imagens dependendo, em grande medida, de quem escreve, quais os interesses daquele que escreve, quais as características do tempo no qual escreve e as circunstâncias em que se encontra o Imperador descrito.

Dentro destas classificações, e segundo nossas testemunhas oculares em particular, Libânio e João Crisóstomo, Teodósio parece ser um modelo de um imperador romano tanto para os cristãos[33] quanto para os não-cristãos seguindo, em nossa opinião, aquele movimento de positivação da imagem de Teodósio em favor de uma imagem particular voltada para um gerenciamento de conflitos internos e civis, evocando virtudes e atuações imperiais determinadas em detrimento de qualquer possível existência de uma tendência opositora que construísse uma representação em negativo e voltadas ainda para a ênfase de uma imagem imperial centrada na atuação de Teodósio no gerenciamento de conflitos externos.

João Crisóstomo e Libânio de Antioquia construíram imagens análogas acerca do imperador Teodósio e, considerando que Libânio era um não-cristão e João Crisóstomo, um

[33] Uma outra questão interessante e significativa também é a representação da imagem dos herdeiros de Teodósio I, em especial, de Teodósio, o Jovem, também conhecido Teodósio II, filho de Arcádio, que aparece em determinadas obras como o príncipe cristão por excelência. Na *História Eclesiástica* de Sócrates Escolástico (*HE*, VII, 42), Teodósio II é descrito como um exemplo extraordinário a ser seguido, inclusive e, sobretudo, por membros da elite eclesiástica, uma vez que apresenta atributos que os excedem em excelência a todos os "verdadeiros clérigos": *"Por todas essas razões o imperador [Teodósio] tinha grande estima por Próculo. Na realidade, ele próprio [o imperador] era um exemplo para todos os verdadeiros clérigos, e ele nunca aprovou aqueles que tentaram perseguir outros. Não somente isso, mas até me aventuro a afirmar que, com humildade, ele superou todos aqueles que, fielmente, exerceram o ofício de sacerdote. E o que é registrado sobre Moisés no Livro dos Números, "Ora, Moisés era um homem muito humilde, o mais humilde dos homens, o mais humilde dos homens que havia na terra" – pode ser aplicado com justiça neste dia, pois o Imperador Teodósio é "o mais humilde dos homens que havia na terra." É por causa dessa humildade que Deus subjugou seus inimigos sem conflitos belicosos, como a captura do usurpador João e as subseqüentes derrotas dos bárbaros demonstram claramente. Pois o Deus do universo concedeu a este mais devoto dos imperadores de nossa época, um auxílio sobrenatural de um tipo semelhante ao que foi outorgado ao mais justo de outrora. Eu não escrevo esses elogios por bajulação, mas a verdade mediante a narrativa de fatos que qualquer pessoa pode certificar."*

cristão, é o que torna essa convergência mais interessante em nosso ponto de vista. Logo, vejamos, mais detidamente, como cada um deles representam Teodósio e seu governo.

4.2. A imagem do bom governante em situações de conflito: A imagem e as virtudes de Teodósio nas Homilias de João Crisóstomo e nas Orações de Libânio

João Crisóstomo refletiu e ponderou sobre sua realidade político-cultural, apresentou sua concepção do que seria o episcopado e o exercício do sacerdócio[34], sugeriu ideias sobre como o poder deveria ser exercido[35], acompanhando e interferindo na vida política de sua cidade e até do Império[36], debateu sobre problemas sociais de sua época[37], ao mesmo tempo em que propagava sua fé cristã de característica nicena. Considerando tudo isso, seria estranho se não pudéssemos extrair dentre sua vasta obra, a opinião desse autor antigo sobre o Império Romano e seus imperadores. Aqui nos ateremos sobre a opinião desse presbítero acerca de como Teodósio deveria agir no contexto do levante e como isto estava relacionado a seu governo e ao Império.

Em *As Homilias sobre as Estátuas*, João Crisóstomo discorre acerca de vários aspectos relativos ao Império e ao imperador. As Homilias VI, XIX e XX apresentam mais dados sobre essas temáticas mediantes os quais podemos inferir sobre a maneira como o presbítero concebe o governo imperial a partir da interpretação acerca das magistraturas e como representa Teodósio e seu governo segundo a descrição das imagens evocadas e virtudes mencionadas de duas importantes personagens na história do Cristianismo, no plano celestial, Deus e, no plano terreno, Constantino como modelos para Teodósio.

---

[34] Em *Sobre o sacerdócio*, João Crisóstomo apresenta uma imagem bastante significativa e metafórica de como concebe o sacerdócio. Sobre o exercício e o desempenho desse ofício, conferir o Capítulo Terceiro da presente Tese. no qual discorreremos sobre o exercício do presbiterado a partir do caso de João Crisóstomo.

[35] Nas homilias que ora estudamos, podemos depreender vários exemplos retirados das Sagradas Escrituras como, por exemplo, o caso de Jó que ensina a virtude da obediência e da paciência. Nesse sentido, os exemplos citados por João Crisóstomo sempre apareceram como um ensinamento e um exemplo a ser seguido.

[36] Em Antioquia, João Crisóstomo atuava ativamente em nome da população antioquena por meio de prédicas seja por meio de sua atuação ativa junto à elite municipal em favor dos segmentos que este autor definiria como um todo indistinto de *pobre*. Sobre o conceito de pobreza em na Antiguidade, conferir, especialmente, Patlagean (1977). Em Constantinopla, as querelas nas quais se envolveu, por exemplo, o confronto com a imperatriz Eudóxia, podem servir como evidências de sua interferência e atuação política. Para maiores informações acerca dessas querelas, conferir: Liebeschuetz, *The fall of John Chrysostom* (1985).

[37] João Crisóstomo refletiu sobre muitos aspectos da pobreza de sua época. Não é arbitrariamente que sua obra ficou legada, por muito tempo, ao campo das pesquisas sobre aspectos sociais e pastorais (Cf. FERNÁNDEZ ARDANAZ, 1995:378-380). Em *Por Amor aos Pobres*, por exemplo, João Crisóstomo corre em defesa de uma categoria excluída do convívio social, os leprosos. Em outra homilia, João Crisóstomo defende os judeus indigentes. Apesar dessas temáticas da pobreza e caridade terem sido tratadas por muito tempo como pertencentes à esfera do social, não podemos deixar de destacar que também implica num posicionamento político e, portanto, concernente também à esfera do político.

João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom.* XXI, 11) evoca a 'história' para relatar o exemplo de Constantino e da sua postura diante de acontecimento similar ao que enfrenta Teodósio, a destruição de suas imagens:

> [...] eu relatarei para ti um pedaço antigo da história, para que tu entendas que nenhum dos exércitos, nem armas militares, nem dinheiro, nem multidões de súditos, nem qualquer outra coisa costumam fazer soberanos tão nobres quanto a sabedoria da alma e da bondade. Isso está relacionado ao abençoado Constantino, que, em uma ocasião, quando uma estátua dele foi golpeada com pedras, e muitos o instigaram a agir contra os autores do ultraje; dizendo que eles desfiguraram toda a face dele mediante o apedrejamento, ele afagou sua face com as mãos e rindo docilmente, disse: "Eu sou completamente incapaz de perceber qualquer ferimento infligido em minha face. A cabeça mostra-se intacta, e a face também completamente sem defeitos".

Mas Teodósio, ele próprio, é também apresentado como um exemplo quando João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XXI, 12) afirma:

> E porque eu preciso falar de Constantino, e de outros homens exemplares, quando seria mais apropriado que eu te exortasse pelas considerações familiares mais próximas, e retiradas de tuas próprias ações louváveis. Tu te lembras como, mas tardiamente, quando esta festividade estava próxima, enviaste uma epístola para toda parte do mundo; dando ordens de que os reclusos das prisões fossem postos em liberdade, e seus crimes perdoados. E, como se isso não fosse suficiente para dar provas de sua generosidade, tu disseste em suas cartas, "Ah! Se fosse possível para mim, eu chamaria de volta e restituiria aqueles que estavam mortos, e os traria de volta ao seu estado inicial de vida!" Lembra-te agora dessas palavras.

No Levante das Estátuas, Teodósio estaria mais uma vez exercitando a sua virtude de um imperador agraciado de Deus se e somente se agisse de acordo para revelar a natureza e nobreza de sua soberania. Para isso, seria necessário de acordo com João Crisóstomo (*Hom*. XXI, 12):

> É necessário apenas que tu abras teus lábios, e tu restituirás a vida à cidade, que se encontra no presente momento na escuridão. Considera agora que, daqui por diante isso possa dar testemunho de tua filantropia; pois isso não ficará em dívida com a bondade dele que primeiro a instituiu, assim como será tua sentença. E isso é excessivamente justo [...] tu, quando esta [*a cidade*] cresceu e se tornou grande; e quando foi arruinada, depois de toda aquela prosperidade; serás seu restaurador. Não haveria nada mais tão maravilhoso que tu livrá-la do perigo, quando inimigos a tomaram de assalto e bárbaros a assolaram, como que é admirável que agora tu a protejas.

Um outro exemplo a ser seguido e mais recorrente nas homilias é Deus. João Crisóstomo apresenta uma série de passagens que o configura como exemplo máximo. A justiça divina é um dos elementos mais importantes. Na comparação das atitudes entre o

Imperador e Deus, João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XII, 10) fornece uma história retirada das *Escrituras* bastante significativa para reforçar o exemplo divino a ser seguido:

> Adão pecou, o pecado original, e depois de cometer o pecado ele se escondeu. Se ele não sabia que estava fazendo algo errado porque ele se escondeu? Pois, então, não havia cartas, nem leis, nem Moisés. Por qual motivo ele se escondeu? Ele reconheceu o pecado por si só? E, além disso, quando ele foi chamado a prestar contas, ele se esforça para colocar a culpa em outro, dizendo: "A mulher, a quem Tu me deste, ela me deu da árvore, e eu comi." E aquela mulher novamente transfere a acusação para o outro, a serpente. Observe também a sabedoria de Deus, quando Adão disse: "Ouvi a Tua voz, e eu estava com medo, pois eu estava nu, e eu me escondi", Deus não condenou imediatamente pelo que ele tinha feito, nem disse: "Por que tu comeste da árvore?" Mas como? "Quem te disse," Ele pergunta, "que tu estavas nu, tu só percebestes porque comestes dessa árvore da qual Eu te ordenei não comer?" Ele não manteve o silêncio, nem Ele o condenou abertamente. Ele não manteve o silêncio para que pudesse chamá-lo à Sua presença para a confissão de seu crime. Ele não o condenou abertamente, para que o tudo podesse vir de Si mesmo, e assim o homem deve ser privado do perdão que foi concedido a partir da confissão. Assim, Ele não declarou abertamente de onde este conhecimento surgiu, mas Ele continuou o discurso na forma de interrogatório, deixando que o próprio homem chegasse à confissão.

Com esse exemplo bíblico, João Crisóstomo estabelece o exemplo para Teodósio. O reconhecimento da Lei, nesse caso específico, mesmo quando não é escrita ou evidente, é adquirida mediante autoconsciência, a confissão tornou possível a sentença. A justiça romana devia seguir o exemplo da Justiça divina. Mas isso não significa que sempre tenha sido assim. João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom.* III, 17) relata a diferença entre a prática de ambas as leis:

> Mas Deus, todo dia, sabe dos insultos dirigidos a Ele, e ninguém dá atenção a isso, embora Deus seja assim tão misericordioso e amável para com os homens. Para Deus, é suficiente somente admitir o pecado e, assim, cancelar a acusação. Mas, para o homem, é completamente o inverso. Quando aqueles que pecaram confessam, então, eles são punidos mais ainda; o que, de fato, ocorreu na presente ocasião.

Mas, no caso do Levante das Estátuas, João Crisóstomo parece aceitar as primeiras medidas[38] tomadas pelas autoridades romanas responsáveis pelo gerenciamento do conflito, considerando que toda a sedição tenha sido um espaço de expiação dos pecados e para tornar o homem mais nobre. O que parece acontecer é que João Crisóstomo argumenta em razão da ainda ausência da reação imperial. O exemplo estabelecido seria então diretamente para Teodósio e para a maneira como deveria este imperador reagir.

Libânio também fornece parâmetros e modelos de ação imperiais para sugerir e comparar com a atitude de Teodósio em relação ao Levante das Estátuas. Em Libânio, os

[38] Conferir Capítulo Quinto da presente Tese sobre a posição de João Crisóstomo acerca do fechamento das Termas, do Hipódromo e do Teatro.

modelos são múltiplos e diversificados cada um apresentando aspectos que mereces louvores e outros que são reprováveis. Passemos a partir de agora para os modelos e contramodelos apresentados pelo sofista.

Nas orações referentes ao Levante das Estátuas, Libânio apresenta de modo distinto a imagem imperial. O sofista apresenta modelos e contramodelo múltiplos de ações imperiais mediante as quais podemos extrair uma imagem de Teodósio nesse contexto do levante.

A representação imperial da qual trataremos aqui é incompleta[39], mas fornece alguns elementos mediante os quais podemos construir uma imagem de Teodósio e as expectativas mediante sua atuação nesse conflito em particular. A imagem desse Imperador é composta a partir de vários exemplos de outros imperadores romanos. Os modelos e contramodelos imperiais apresentados nas orações são provenientes de Felipe da Macedônia (Libânio, *Or*. XX, 23); Máximo, chamado Usurpador (Libânio, *Or* XIX, 14-15); Juliano (Libânio, *Or*. XIX, 19-20), Constantino (Libânio, *Or*. XX, 24), Valente (Libânio, *Or*. XX, 25-26), Diocleciano (Libanius, *Or*. XIX, 45-46; XX, 17-20), Constâncio (Libânius, XX, 27-29), Eugênio (Libânio, *Or*. XIX, 45-46; XX, 17-20).

Em Libânio, podemos encontrar uma lista de vícios e virtudes que definem o mau comportamento imperial. Dentre as quais podemos listar as mais destacadas: a violência de temperamento como vício e a falta de capacidade militar ou a incapacidade de defender o território romano frente à ameaça denominada "bárbara", e por inferência, em oposição às virtudes são o autocontrole, a justeza de julgamento, a clemência que Teodósio excederá nesta virtude em particular se comparado aos seus antecessores como veremos mais adiante. A clemência é um aspecto destacado no exemplo de Constâncio (*Or*. XIX, 49):

> Quando Constâncio soube desses acontecimentos [destruição das imagens de Constâncio em Edessa], ele não ficou furioso, ele não impôs punição alguma, nem humilhou a cidade de nenhuma maneira. Ele se recusou a punir [...]. Este e comportamentos similares parecem tão nobres e alvo de louvores que pela sua moderação, a falta de habilidade em assuntos militares foi disfarçada.

Em Diocleciano, Libânio (*Or*. XIX, 45) oferece algumas indicações sobre como não agir, apesar de reconhecer uma habilidade excepcional nesse imperador como governante:

[39] Uma imagem mais completa da imagem imperial no pensamento de Libânio e, particularmente, o modelo negativo de monarca pode ser conferido mediante o artigo de Malosse intitulado *Le modèle du mauvais empereur chez Libanios*. Neste artigo, Malosse trabalha com um conjunto documental mais amplo. Aqui buscaremos apenas delinear como o sofista representou Teodósio a partir de modelos e contramodelos imperiais citados nas orações de modo a compreender as relações dessas imagens com a atuação em conflitos, ou seja, elucidar quais atributos estão relacionados ao gerenciamento de conflitos.

> A indicação de tudo isso é que você [Teodósio] deve desistir de sua ira. Se qualquer um mencionar Diocleciano, Eugênio, o usurpador quer queira quer não, [...] meu avô e Brasida e como eles e alguns outros foram executados sem qualquer julgamento ou audiência porque eles eram alguns dos membros da elite citadina, então, ele é mencionado a você, comportamentos que você não deve copiar. Você não pode, eu repito, não pode comparar Teodósio com Diocleciano.

Todos esses modelos e contramodelos aparecem como sugestões e indicações do que se espera de um comportamento imperial. Teodósio aparecerá como o conjunto de virtudes e vícios em termos de imagem ideal do imperador romano. Com esses limites, tanto João Crisóstomo quanto Libânio conferem a Teodósio e oferecem a nós as expectativas com relação ao cargo imperial em momentos de conflitos definindo as formas de atuação, as virtudes desejadas a um soberano e os vícios a serem evitados.

Libânio considera Teodósio um imperador justo em seu julgamento dentro de uma concepção de justiça equivalente à justiça divina. E uma série de imagens são evocadas para reforçar a imagem de Teodósio como um imperador legítimo e apto à liderança pela sua capacidade de controle e gerenciamento de conflitos.

A imagem de Teodósio, de acordo com Libânio de Antioquia, que apresentamos aqui foi uma compilação (uma reunião) de dados e informações retiradas da apreciação de Libânio acerca das atitudes e comportamentos de Teodósio e das condutas e histórias de outros imperadores e personalidades citadas nas orações XIX e XX por este sofista. Assim, a imagem de Teodósio e de seu governo serão aqui destacados por intermédio dos modelos e contramodelos de imperadores e personalidades evocadas por Libânio sobre os quais discorremos brevemente antes. Para compreendermos a descrição da imagem e governo de Teodósio, tomemos como referência alguns critérios por meio dos quais é possível categorizá-lo: 1) A forma de ascensão ao trono; 2) Presença ou ausência de autocontrole; 3) Recurso à violência; 4) Capacidade militar; 5) Justiça (julgamento e penalidade atribuídos aos "criminosos"); 6) Atitudes frente aos prisioneiros; 7) Presença ou ausência de virtudes e vícios. Por meio destes elementos combinados ou não e mediante os exemplos citados nas orações, podemos observar que Teodósio é considerado por Libânio como um imperador que é reconhecidamente justo em seu julgamento, imbuído da virtude da *filantropia* e da *paidéia*.

Conforme Libânio, Teodósio também é conhecedor e hábil comandante de exército, possui plena capacidade militar e autocontrole e, quando necessário, faz uso adequado e preciso da violência. Na Homilia XXI, João Crisóstomo descreve Teodósio tendo como principal referência o exemplo de Constantino, bem como o seu próprio. Teodósio excede a benevolência de Constantino no que se refere à aplicação de penas. De acordo com João

Crisóstomo, Teodósio também está imbuído da virtude da filantropia, uma virtude equivalente à Filantropia divina (*De Statui, Hom*, XXI, 10). Mas, enquanto em João Crisóstomo, a filantropia de Teodósio é uma virtude proveniente da vivência cristã, é advinda da vida em Deus, em Libânio, a filantropia é resultado da cultura e *paidéia* helênica (HUNTER, 1989:119-138). Segundo Libânio, a filantropia de Teodósio é uma filantropia (virtude que o aproxima dos deuses) e não uma simples generosidade e benevolência porque o perdão concedido excede qualquer perdão no sentido humano. A filantropia exercida por Teodósio relaciona-se com a extensão da generosidade para com a cidade e que é medida pela dimensão do perdão concedido.

Libânio (*Or*. XX, 9) afirma que "a punição adequada seria a execução em massa e a morte, confiscação da propriedade, exílio da própria terra e o banimento mesmo dos mortos, retirando-os do convívio nas tumbas familiares, mas Teodósio perdoou. Este é o tamanho do perdão. João Crisóstomo descreve ainda Teodósio como um "benfeitor", um "pai indulgente", um imperador "benevolente", "sábio" e "o mais religioso dos Soberanos" (*De Statui*, *Hom*, XXI, 8-13; APÊNDICE E).

Como em Libânio, João Crisóstomo destaca como elemento significativo de bom caráter a "repressão da emoção violenta", a "supressão da ira" (*De Statui*, *Hom*, XXI, 5-6), bem como a falta do "medo" (*De Statui*, *Hom*. XXI, 14). Podemos compreender que as descrições tanto de Libânio quanto de João Crisóstomo possuem pontos de contato. Não obstante, para descreverem Teodósio, recorrem a exemplos diferentes. Libânio aproxima Teodósio àqueles imperadores que foram exemplos de conduta e comportamento para com a tradição helenística, exemplos, entre outros, como Juliano, Constâncio. Já João Crisóstomo recorre, principalmente, ao exemplo de Teodósio mesmo e Constantino e, mais frequentemente, ao exemplo de Jesus Cristo.

Nas orações de Libânio, Teodósio se destaca entre os imperadores. Nas homilias de João Crisóstomo, a ênfase recai sobre Deus, sendo Teodósio um instrumento para a concretização e difusão do cristianismo. Em João Crisóstomo, Teodósio fez o que nenhum outro imperador ousou fazer e, por isso, ganhará lugar na história do cristianismo. Assim, podemos inferir que o governo de Teodósio é considerado tanto por Libânio como por João Crisóstomo como um governo exemplar, aquele no qual se apresenta condições favoráveis para o gerenciamento de conflitos devido, não somente, mas também, à pessoa do imperador. Teodósio excede, em virtude e comportamento, os imperadores exemplos que o antecederam e pode se tornar, para a posteridade, o parâmetro para os outros que o sucederão, especialmente, dentro dos parâmetros daquilo que se é destacado, a característica marcante na

imagem de Teodósio e na representação de seu governo: a capacidade, por vezes, extraordinária de gerenciamento dos conflitos que enfrentou em seu tempo de governo.

A imagem de Teodósio estava tão associada ao gerenciamento de conflitos que até as condições de sua ascendência ao trono, como imperador[40], e a descrição de sua morte estão vinculados a esta marca característica. E especialmente digno de nota é a descrição da morte de Teodósio narrada por Sócrates Escolástico (*HE*, V, 26), que nos parece intrigante pela força e intensidade da imagética construída:

> O imperador Teodósio estava doente em consequência da ansiedade e da fadiga causadas por essa guerra; e acreditando que a doença que o afligia poderia ser fatal, ele ficou mais preocupado acerca das coisas públicas, mais do que com a própria vida, considerando o quão grandes podem ser as calamidades que frequentemente assolam a população após a morte do seu soberano. Então, ele chamou, às pressas, seu filho Honório que estava em Constantinopla, desejoso de que ele pudesse colocar as coisas de Estado em ordem na parte Ocidental do Império. Após a chegada de seu filho em Milão, ele pareceu estar um pouco mais recuperado e forneceu orientações para a celebração dos jogos do hipódromo em razão da sua vitória. Antes de jantar ele estava muito bem e assistia aos jogos, mas, após ele jantar, ele se sentiu muito mal para voltar aos jogos e enviou seu filho para presidir em seu lugar, quando anoiteceu, ele morreu, em dezessete de janeiro, durante o consulado de Olibrio e Probo. Este foi o primeiro ano da Olimpíada de duzentos e noventa e quatro. O imperador Teodósio viveu por sessenta anos e reinou dezesseis.

Na narrativa de Sócrates Escolástico, Teodósio aparece descrito como desprovido de qualquer sentimento privado, de sentimentos de caráter individual, uma vez que se preocupava "mais com as coisas públicas" que "com sua própria vida". A preocupação com as calamidades que, porventura, poderiam recair sobre o Império pela falta de seu soberano reforça a imagem do imperador, em geral, e a de Teodósio, em particular, como aquele imbuído de virtudes sagradas por meio das quais é capaz de manter ordem social.

João Crisóstomo e Libânio de Antioquia, ambos os autores, encontraram espaço para difundir uma imagem positiva de Teodósio, a qual foi tecida a partir e dentro de um acontecimento considerado por ambas as perspectivas como algo, predominantemente, considerado negativo (sendo positivo com algumas condições *sine qua non*) e cuja responsabilidade fora atribuída a agentes externos à sociedade antioquena.

---

[40] Rufino (*HE*, II, 14): "*Vendo que seria útil ter um homem mais velho para compartilhar as várias preocupações do governo e como ensina a Sagrada Escritura dois são melhores que um, ele se associou a Teodósio, o encarregando do governo do Oriente e ficando ele [Graciano] e seu irmão responsáveis pelo governo do Ocidente. No entanto, depois de muitos atos piedosos e bravos, ele foi morto em Lion por Máximo, um usurpador da Bretanha, que agiu mediante o oficial Andragácio: um ato de traição de seu próprio povo em vez de um golpe inimigo*". Ao dizer que Teodósio seria uma associação "útil" a Graciano, Rufino parece corroborar com a ideia corrente de que Teodósio poderia contribuir para os problemas enfrentados na época de governo de Graciano.

Teodósio apareceria, dentro do contexto do levante, como um imperador atribuído de virtudes específicas. Na Homilia XXI, 8, João Crisóstomo apresenta a imagem de *Benfeitor*:

> Nós não podemos negar! Sobre esse assunto, especialmente, nós lamentamos que a cidade, dessa maneira amada, tenha sido enfeitiçada por demônios e que nós parecêramos ingratos frente seu benfeitor [...] o que pode ser mais amargo que quando nós tivermos consciência de que tínhamos provocado injustamente nosso benfeitor!

Na Homilia XXI, 8, sobre a imagem de *Pai Indulgente*:

> Mas agora, privados de seus favores, e extinguido seu amor que era uma grande segurança para nós, maior que qualquer muro, a quem nós recorreremos? Onde mais podemos olhar, quando nós provocamos um senhor tão afável, um pai tão indulgente?

A imagem de *Pai* também ocorre em Libânio (*Or*. XIX, 18): "[...] considere que um imperador deve ser como um pai e o dever do pai é lidar [sabendo como] gentilmente com a obstinação de seus filhos."

João Crisóstomo (*Hom*. XXI, 10) ainda acrescenta que Teodósio seja *benevolente*, *sábio* e o *mais religioso dos soberanos*:

> Você diz agora que foi insultado e tolera agravos como nenhum imperador jamais tolerou. Mas se você desejar, oh! Benevolentíssimo, sapientíssimo e o mais religioso dos soberanos, essa ofensa lhe granjeará uma coroa, mais honrosa e esplêndida do que o diadema que você usa!

Na passagem da Homilia XXI, 15, Teodósio aparece associado à imagem de *educador*:

> [...] sua filantropia os educarão [os insolentes] em lugar de qualquer outro ensino e conselho; e eles enrubescerão e ficarão envergonhados por ter tamanho exemplo de filantropia, de parecerem inferiores. Assim, dessa maneira, você será um educador para toda a posteridade [...].

Teodósio como *restaurador da cidade* (*Hom*. XXI, 13):

> É necessário apenas que você abra seus lábios e você restituirá a vida à cidade que se encontra no presente momento na escuridão [...], quando esta cidade cresceu e se tornou grande quando foi arruinada depois de toda aquela prosperidade, você será seu restaurador.

Na Oração XX, 41-44, Libânio sugere a Teodósio que seja o *fundador da cidade*:

> Preservando-a [a cidade], vós [o imperador] se torna seu fundador [...] seu perdão faz com que a cidade existente se torne sua [...]. Portanto, ninguém poderia culpá-lo mesmo se vós mudares o nome da cidade e dá-la a alguém de sua família [...] Vós que por sua conduta tem se mostrado ser nosso fundador, deve resguardar nossa cidade [...] como uma criação sua e, além disso, não a destruir [...].

As imagens de Teodósio como *restaurador* e *fundador* da cidade são duas imagens importantes e significativas. Restaurar e fundar estão aqui em equivalência e não em oposição. O foco parece estar sobre a cidade e sobre a população e na defesa contra uma reação imperial que desfavoreça a cidade. A imagem de Teodósio é semelhante em ambos os autores antigos, a forma como escolhem os termos que diferem, mas na busca de tentar reforçar, cada um, seu espaço de atuação, como lideres que obtiveram uma mesma formação acadêmica, recorrendo a um *topos* comum. Essa diferença de atuação e escolha linguística não significa, necessariamente, uma oposição religiosa estrita e não fluída. João Crisóstomo e Libânio têm muitas similaridades e correspondências do que aparentemente se revela. A imagem de Teodósio construída por esses autores dentro do contexto do Levante das Estátuas não é fortuita, o destaque deste tema nas homilias de João Crisóstomo e nas orações de Libânio cumprem um papel importante dentro desses discursos: reforçam a autoridade imperial, constroem novas formas de interpretação da realidade político-cultural, fornecendo modos de como o cargo imperial deve ser ocupado e o poder exercido.

Ainda há uma outra imagem. Teodósio como um *soberano* supremo (*De Statui*, *Hom*. XXI, 13): "[...] um homem que não há semelhante em dignidade sobre a terra: um soberano poderoso o suficiente para destruir e devastar todas as coisas ...".

João Cristóstomo destacou que Teodósio é "um homem que não há" outra pessoa "semelhante em dignidade" a ele. Em Libânio (*Or*. XX, 11-13), Teodósio tem divindade por compartilhar e resguardar uma semelhança com os deuses:

> Como as coisas são, eles revelaram os seus atributos divinos devido ao simples fato de terem se recusado repetidas vezes em exercitar suas iras, mesmo quando elas eram justificadas. Nesse sentido, então, o imperador deve crer que ele se revelaria como um ser igual aos deuses, verdadeiramente imbuído de divindade.

Essa relação com os deuses ou a proximidade de Teodósio com o divino é tema recorrente quando da representação de Teodósio. Tanto Pacato Drepânio (*Panegírico*, 4,5) quanto no *Missorium de Teodósio* (Cf. ANEXO N), Teodósio é representando como imbuído de sacralidade (KILLERICH, 2000:273).

Em Libânio (*Or*. XX, 26), a imagem de *senhor*, *soberano* e *imperador* confirma o reconhecimento do poder legítimo de Teodósio: "Nossos cidadãos, contudo, no comportamento dirigido à vos, oh senhor, e soberano e o imperador [...]"

Uma importante virtude referida por ambos os autores e que se configura como a principal delas é a *filantropia*, que é reforçada e demonstrada em razão dos acontecimentos.

João Crisóstomo (*De Statui, Hom*. XVII, 3) indica-nos que a *filantropia* do imperador é grandiosa por conta da gravidade do crime. Em Libânio (*Or*. XIX, 20), a *filantropia* é descrita a partir da comparação entre Constantino e Teodósio:

> 20. Entretanto, no que diz respeito à filantropia, não existe comparação entre ele e você. Ele era clemente o bastante em algumas ocasiões como estas, mas ele era mais severo com aspirantes ao trono e membros de tais conspirações – e não somente frente a estes, mas também frente a qualquer um que estivesse associado com adivinhos para descobrir o curso dos seus destinos.

Na Oração XX, 16, Libânio ainda argumenta:

> Depois de perseguir tal curso da humanidade e respeito a si mesmo, tanto com a prática do mesmo, e daí se tornar renomado, você não era susceptível de acabar com o hábito ou provar o seu título falso. Em vez disso, mostre harmonia com seu tempo e mostre que suas ações agora não são inferiores às suas ações anteriores.

Todas essas virtudes distinguiriam Teodósio dentre outros imperadores. E, na perspectiva desses autores, o legado de Teodósio estava relacionado à sua atuação dentro do Levante das Estátuas, por isso a importância de se sugerir toda uma série de modelos e contramodelos de atuação imperial frente conflitos sociais. Ao se dedicar a proferir tantas palavras e prédicas acerca desse acontecimento, João Crisóstomo e Libânio buscam eternizar um acontecimento e suas personagens. Para além disso, parece-nos também pertinente destacar que Antioquia estaria também no centro das atenções como resguardada pela atenção, *filantropia*, benfeitoria de um imperador, o que significaria ainda o reforço do *status* de Antioquia como cidade líder e metrópole.

João Crisóstomo e Libânio não destacam a atuação do Imperador arbitrariamente. Num contexto no qual o imperador aparece como figura importante nas relações e dinâmicas de poder, inclusive, no que se refere à hierarquia das cidades, ambos os autores não poderiam perder também a oportunidade de consolidar a posição antioquena e sua população como um lugar e povos distintos dentro do Império.

As características do Levante das Estátuas são algo que o diferenciam do contexto de conflitos dessa natureza. A destruição de imagens imperiais e sua interpretação sob a ideia de crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) constitui-se num cerne importante de consideração e compreensão desse levante. Por isso, no próximo capítulo desta Tese, dedicar-nos-emos ao tema do crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) e a interpretação de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia acerca da zombaria e destruição de imagens imperiais.

5 A DESTRUIÇÃO DE IMAGENS IMPERIAIS COMO CRIME:

O gerenciamento do conflito e as perspectivas de João Crisóstomo & de Libânio

A destruição de imagens sempre foi algo ofensivo, embora seja também algo que aconteça em qualquer contexto e em qualquer sociedade[1]. Na *História do Império Romano*, a destruição e a zombaria contra imagens e, especificamente, contra as imagens imperiais, parecem ter sido um acontecimento comum e recorrente (STEWART, 1999:160-166, 2003:267-278). Libânio (*Or. XIX*, 6) argumenta que "não se pode negar que o tratamento dispensado às estátuas do imperador foi um choque" e que "aquele dia deveria ser chamado de dia sombrio"[2]. Todavia, para o sofista, acontecimentos dessa magnitude parecem ser possíveis de ocorrer em qualquer momento, a qualquer hora, uma vez que as cidades são propensas à "sedição", "contravenções", "violências" devido à existência de "espíritos" e "intervenção de forças malévolas" (Libânio, *Or. XIX*, 5-11; *Or. I*, 252)[3]. Ainda segundo Libânio (Or. XIX, 11), "se examinarmos a história do Império Romano", seríamos capazes de encontrar "essas epidemias de violência". Contudo, João Crisóstomo (*De Statui* III, 3) destaca de forma bastante enfática de que o que aconteceu em

---

[1] A reação dos antigos com relação a atos de destruição ou zombaria era, em alguma medida, caso de reprovação. Recentemente, em março de 2001, o *New York Times* noticiou que estátuas de Buda datadas do século XVII seriam destruídas por uma iniciativa do governo Taliban no Afeganistão. Toda a comunidade internacional se mobilizou para tentar salvaguardar essas obras. Sobre a importância e o significado simbólico desses objetos de maneira geral, conferir o Capítulo Segundo da presente Tese. Sobre esse caso em especial, conferir os seguintes sites: *http://www.nytimes.com/2001/03/03/world/un-pleads-with-taliban-not-to-destroy-buddha-statues.html* bem como *http://www.nytimes.com/2001/03/19/world/19TALI.html?searchpv=nytToday*. Interessante recordar aqui também, dentro do contexto brasileiro, em 1995, o episódio de um pastor evangélico que chutou uma imagem de Nossa Senhora durante a transmissão de um programa televisivo tendo, inclusive, que responder criminalmente. Esse ato suscitou uma reação pública de repúdio com dimensões nacionais.

[2] N.T.: (O texto em grego foi retirado da edição da *Loeb Classical Library*, n. 452, p.272). O primeiro excerto segue da seguinte forma em grego: "Καὶ ὡς μὲν οὐ δεινὰ τὰ περὶ τὰς ὑμετέρας εἰκονας, τίς ἂν ἀντείποι; [...]" e a outra passagem, segue do seguinte modo: "πῖς δ᾽ οὐκ ἂν σκοτεινὴν ἐκείνην προσείποι τὴν ἡμέραν;".

[3] N.T.: (O texto em grego foi retirado da edição da *Loeb Classical Library*, n. 452, pp.270; 272; 286). A seguir, apresentamos todo o trecho referente às citações no texto acima: "νοσοῦσι καὶ πόλεις, ὦ βασιλεῦ, τὰ δ᾽ε νοσήματα τούτων ταραχαί, θόρυβος, ὀργῆς ἥττηθῆναι, τὰ τῶν ἡττημένων ἁμαρτεῖν, τὰ νόμῳ κεκωλυμένα πρᾶξαι. ιο. Τουτὶ γὰρ αἱ στάσεις, ἐν αἷς ἄλλα τε πολλὰ δεινὰ καὶ σφαγαὶ οὐ πολιτῶν μόνον ἀλλ᾽ ἤδη καὶ συγγενῶν, τῆς ἐκ τοῦ θυμοῦ βίας νικώσης τὰ παρὰ τῆς φύσεως. καὶ ἐν ταύταις. ιι. κἂν ἐξεπάζῃς τῆς Ῥωμαίων βασιλείας τὸν χρόνον, καὶ στάσεις ἐν ταῖς τηλικαύταις εὑρήσεις· O termo "δαίμονος" (p. 270, p. 286), o qual aparece frequentemente nas orações de Libânio e em várias outras passagens da documentação.

Antioquia foi algo singular e único na história dessa cidade, uma das mais importantes *urbs* do Império Romano da Antiguidade Tardia[4]:

> Ele [o bispo Flaviano] irá além do mais informá-lo [o Imperador Teodósio], que a ofensa não era comum para toda a cidade [...] E agora este é o primeiro e único exemplo de insurreição contra seus soberanos, e todo o passado testemunhará em favor da cidade.[5] (grifos nossos)

A destruição de imagens imperiais (quaisquer que sejam seus suportes: mármore, madeira, bronze, em forma de esculturas, estátuas ou pinturas) parece, de fato, algo ordinário e reincidente[6]. Todavia, parece-nos que acontecimentos dessa envergadura tenham sido compreendidos a partir de novas perspectivas e, no caso de estarem incluídos sob a rubrica de "crime"[7], os atos contra esses objetos poderiam apresentar motivações diversas, bem como poderiam receber penalidades particulares e específicas a cada caso e a cada contexto histórico.

O Levante das Estátuas permanece resguardado naquilo que poderíamos chamar de *História da Antiguidade Tardia*, no geral, ou de *História do Império Romano*, em particular, como uma sedição importante acontecida em uma das mais reputáveis cidades do Império Romano do século IV d.C., Antioquia de Orontes, que envolveu ofensas graves contra as

---

[4] Sobre a importância da cidade de Antioquia de Orontes dentro do Império Romano durante o contexto da Antiguidade Tardia, conferir o Capítulo Terceiro desta Tese no qual discorremos sobre a história da cidade com base tanto na historiografia disponível sobre o tema, como na imagem da cidade presente nos escritos de autores antigos.

[5] N.T.: (O texto em grego foi retirado da PG 49, p. 48-9): Διδάξει μετὰ τούτων ὅτι οὐ κοινὸν τῆς πόλεως γέγονε τὸ ἁμάρτημα [...] Νῦν τοῦτο πρῶτον καὶ μόνον τὸ τόλμημα γέγονε εἰς τοὺς κρατοῦντας, καὶ μαρτυρεῖ τῷ τῆς πόλεως ἤθει πᾶς ὁ παρελθὼν χρόνος.

[6] Conferir, por exemplo, o estudo de Peter Stewart sobre a maneira como aconteciam a destruição e ações contra estátuas. Stewart argumenta que há um *topoi* comum de destruição que pode ser identificado em vários casos de ações contra estátuas durante toda a história romana, o que poderia relacionar todos os casos dentro de "uma tradição romana de destruição de estátuas" inserida num padrão de desordem urbana. Por outro lado, podemos considerar também que, se conferirmos a documentação produzida em vários contextos do período da história romana, podemos extrair casos de destruição de imagens bem como de imagens imperiais. Como veremos adiante, casos sobre estátuas encontradas e reutilizadas são abundantes, casos de *damnatio memoriae* – uma medida oficial contra pessoas consideradas inimigas de Roma no qual suas imagens são destruídas da memória e história, e casos que nos interessa particularmente de zombaria e destruição de imagens numa ação deliberada e consciente que pode ser interpretada como crime de lesa-majestade.

[7] O termo "crime" é algo também muito significativo e passível de uma análise mais detalhada dentro do vocabulário grego e romano para compreendermos o termo legal apropriado e que designa uma ação determinada por lei [dentro do contexto da Lei Romana] como um ato de caráter criminoso e previsto no sistema legal romano e que pode ser sujeito a uma ação punitiva particular. Conforme Adolf Berger (1953:418-9), "crime" pode denotar o próprio crime ou o julgamento que se segue. Na definição dos delitos e penas, a terminologia clássica e pós-clássica é importante e, para o caso de *crimen maiestatis*, os termos mais comuns são: *imminutae*, *laesae*, *violatae*, "θειότης, σεμνότης, ἀξιοπρέπεια, μεγαλοπρέπεια, μεγαλοσύνη (Dumézil, 9-10, 14) e μεγαλειότες, δόξα, ἐξουσία (Gundel, 295)". Conferir também os subitens neste capítulo quinto, particularmente, aquele que tratará das perspectivas de João Crisóstomo e Libânio acerca das ações contra as imagens imperiais no qual discorremos também sobre a linguagem empregada na documentação na sua tradução em inglês e os termos correspondentes em grego.

imagens imperiais[8]. Nesse sentido, e mesmo que as ações contra imagens fossem algo recorrente e pertinente a "uma tradição romana de destruição de estátuas", como argumenta Peter Stewart (1999:164; 2003:272), aquele levante apresenta particularidades que o singulariza de alguma maneira como, por exemplo, a forma como podem ter sido interpretados os atos cometidos contra as estátuas e os painéis de madeira do imperador Teodósio e sua família. A interpretação e a importância desses atos foram fornecidas seja por Libânio, seja por João Crisóstomo.

No presente capítulo, exploraremos mais detalhadamente a maneira como João Crisóstomo e Libânio de Antioquia interpretam as ações contra as imagens imperiais empreendidas pelos amotinados de maneira que possamos compreender as ações desses insurgentes, a natureza das ofensas cometidas, a maneira como a legislação romana interpreta essas ações para, em seguida, discorrermos sobre as perspectivas daqueles autores. Para isso, recorreremos à nossa documentação direta, mas também utilizaremos uma documentação legislativa específica produzida na época do Império Romano e que nos foi legada mediante juristas, copistas, edições e publicações posteriores bem como a historiografia contemporânea e de referência acerca desse tema.

5.1. A destruição e zombaria de imagens imperiais no contexto do Império Romano

A destruição e a zombaria de imagens no contexto do Império Romano é um acontecimento comum. O valor e a importância desse tipo de destruição somente podem ser apreendidos se a localizarmos no tempo e no espaço e, quando possível, dentro de seu contexto histórico específico. R.R.R. Smith (2002:134) destacou que a interpretação de imagens antigas se relaciona com um todo que as definem, por exemplo, se estiverem compostas de seu busto, do corpo e ainda inseridas dentro do contexto no qual foram expostas e vivenciadas, a compreensão delas será muito mais completa, embora esse conjunto de informações nem sempre estejam disponíveis por falta de evidências. Assim também, consideramos que compreender a destruição e zombaria de imagens imperiais significa, numa relação direta, discorrer sobre o contexto do Império Romano no que se refere, especificamente, ao tema da estatuária e representações imperiais de modo que possamos reconhecer a trama na qual se insere as imagens imperiais. Para isso, discorreremos sobre a definição das imagens em termos de sua dimensão política e cultural, a fim de que possamos

[8] Sobre a maneira como o Levante das Estátuas é retratado na historiografia e resguardado na memória, conferir Capítulo Segundo desta Tese.

compreender a natureza e gravidade da destruição e zombaria infligida nas imagens de Teodósio e sua família no caso do Levante das Estátuas. E, embora no Capítulo Primeiro de nossa Tese nós discorremos sobre alguns desses aspectos: a imagem imperial e sua materialidade e importância, no presente capítulo, pretendemos refletir sobre essa temática de forma diferente, abordando alguns dos aspectos sob outro ângulo.

Discorreremos sobre alguns elementos acerca da distribuição das estátuas no espaço, sua espacialidade, quantidade numérica regional e proveniência – considerando se ocorreu fabricação local ou se foram provenientes de Roma. Refletiremos sobre o lugar e o significado das imagens imperiais como objetos de representação, memória e poder na Antiguidade Tardia. Visto isso, ocupar-nos-emos da exposição da forma específica de zombaria e destruição das estátuas proposta por Peter Stewart (1999:164-166; 2003:272-278), a fim de melhor compreendermos o caso do Levante das Estátuas e sua forma de destruição das imagens imperiais. Dado esse panorama, buscaremos compreender, em seguida, no seguinte subitem desse capítulo, a natureza do crime de *maiestas* cometido contra as imagens imperiais de Teodósio e sua família durante o levante.

Em Roma antiga e nas cidades do Império Romano, a disposição de estátuas era algo comum, importante para a representação do poder, sua recriação e manutenção de relações políticas específicas e era, além disso, uma prática recorrente erigir inúmeras quantidades e tipos de estátuas (MACHADO, 2006:120; STEWART, 2003:118; ZANKER, 2002:17-21; TANNER, 2000:25-6, SMITH, 1997:201-2). As estátuas[9] poderiam apresentar uma variedade de formas estando sentadas, em pé, sendo parte de um conjunto estatuário e ainda apresentar uma diversidade de tamanhos, podendo ser de corpo inteiro em tamanho natural ou de dimensões colossais, podendo ser ainda bustos (HØJTE, 2005:43; Plínio, *HN*, XXXV, 52). No que se refere à estátuas em honra a magistrados, Libânio (*Or*. XXII, 39), por exemplo, sugere que para honrar Elébico, *Magister Militum per Orientem*, em razão de sua participação positiva no 'Levante das Estátuas', seja erguida estátuas em seu nome: "Ele provou ser digno

[9] Como já havíamos destacado em nossa Dissertação de Mestrado, aqui também utilizaremos a diferenciação entre o termo 'estátua' e 'escultura', uma vez que, conforme Stewart (2003:8), *estátua* é um termo social e não estético. Segundo ele, em finais do século XIX e início do XX, a estátua era compreendida como arte pública que implicava funções sociais, como celebrar ou honrar, e o valor estético vinha em segundo plano. Assim, durante essa época, o termo estátua era associado sempre a obras públicas, memoriais. Já o termo *escultura*, colocado em oposição ao de estátua, possuía um valor predominantemente estético. Completamente descolada do contexto social, a escultura não é um artefato, mas uma obra de arte (STEWART, 2003:8). Num sentido mais estrito, as estátuas também são uma designação para aquelas imagens de figuras humanas associadas à ideia de semelhança, ou seja, são representações de figuras humanas completas e, geralmente, em tamanho natural ou maior (Stewart, *id*.:19). Desse modo, optamos pela utilização do termo 'estátua' segundo os dois sentidos acima definidos, ou seja, em primeiro lugar, para lhe imprimir um sentido social e público e, em segundo, para designar um tipo específico de objeto.

de muitas estátuas, que poderia ser vista por toda a cidade, atraindo para si os olhares dos transeuntes, cidadãos e da mesma forma também estrangeiros, por seus cabelos, por seus olhos, suas bochechas e coloração".

Para Libânio, Elébico 'mereceu' que essa honra fosse realizada em seu nome, o que significa que erigir estátuas também estava associado a pessoas a quem estava sendo agraciada com tal honra. Libânio (*Or*. XXI, 29) também fala sobre se erigir estátuas para Cesário, *Magister Officiorum*:

> Então, nós sugerimos que estátuas de bronze fossem erigidas em seu nome, pois nenhuma outra marca de estima maior pode ser solicitada ao Imperador, mas estas apenas mostram como um homem se parece fisicamente. A natureza de seu caráter é indicada pelas suas ações. Assim, qualquer homem que se mostre a si mesmo como um homem de excelência revela a melhor parte de si para gerações futuras também: as estátuas podem ser perturbadas por muitos percalços, mas isto, fundamentado em fundação certa, está acima de qualquer acidente.

A sugestão de Libânio ao Imperador já seria de outra natureza. A presença imperial não deveria ser apenas mediante estátuas e todo tipo de imagens imperiais, mas consistia numa presença mais efetiva por intermédio de construção de prédios e novos edifícios ou, especialmente, por meio de visitas e fixação de uma residência na cidade de Antioquia, como destaca o sofista na Oração XX, 44 e 46:

> 44. De fato, em todos os nossos muitos erros, nós estávamos certos nisso pelo menos, em conceber um discurso direcionado a você sobre a renomeação da cidade nos termos que você já ouviu falar. Você, que pela sua conduta nos mostrou ser nosso fundador, deve resguardar nossa agitada cidade como sua criação e, além disso, não a destruindo, você deve fazer alguns acréscimos a ela que seja digno de seu sítio, tais como aquelas que embelezaram a cidade de Dafne que com o eclipse do palácio antigo se construiu um novo. Assim, permita que a cidade também obtenha um edifício similar, se desejar, pode ser na ilha sob o rio Orontes ou no distrito de frente para ele. Eu o convido a investir nessa empreitada, Basileus, não somente por causa do tamanho e beleza da cidade, mas também para que saibamos se nós ainda temos nosso admirador de outrora, ou se ele cessou de sê-lo.
>
> [...]
>
> 46. Seria uma revelação divina se você nos concedesse mais um terceiro favor de colocar os pés em nossa terra e mais que isso, que você pudesse vir com o jovem príncipe. Então, de fato, você será obrigado a nos conceder a honra de renomear a cidade em favor de seu filho [...]. E assim devemos nos considerar felizes e, como resultado disso, se você estiver situado entre nós, exercendo seus pensamentos para nossa preservação, participando das estratégias de batalha na planície e ensinando seu exército, aprimorando a si mesmo e o exército [...].

Libânio reconta e reclama uma presença mais efetiva na cidade de Antioquia. Não obstante, parece-nos que a ideia de se construir um novo palácio na ilha (às margens do rio

Orontes) possa gerar um equívoco uma vez em que a construção do complexo palaciano imperial na ilha tenha ocorrido muito antes, provavelmente, iniciada durante o governo de Galieno, sendo terminada Diocleciano (NORMAN, 2000:48, cf. n. 109). A descrição desse novo palácio que Libânio sugere que Teodósio construa já apareceria na Oração XI intitulada *Αντιοχικος* 203-206, em 356 d.C.:

> A nova cidade está localizada na ilha formada pela divisão do rio. Na parte superior do rio, há apenas um fluxo de água e continua com essa forma na maior parte de seu curso. Mas aqui ele se divide, circulando a área, forma uma ilha. Um dos fluxos de água flui entre as duas cidades enquanto o outro flui do lado da nova cidade e depois de formar a ilha, os dois fluxos se reúnem e faz o rio ser um da mesma forma que era antes da divisão dos fluxos de água. 204. A forma dessa nova cidade é redonda e se situa completamente no solo e é cercada por uma ininterrupta muralha com quatro arcos que são unidas umas as outras na forma de um retângulo, quatro pares de stoa seguidos de um ônfalo estendidos a cada canto do céu como em uma estátua de Apolo. 205. Três desses pares de colunatas alcançam a circunferência da parede enquanto a quarta é menor, mas ele é o mais bonito na devida proporção, e segue em direção ao palácio e serve como um pórtico para ele. 206. O palácio ocupa uma área imensa da ilha que cobre um quarto de toda a área, alcança o centro da ilha e se estende até o lado externo do rio de modo que o muro tem colunas em lugar de ameias para proporcionar ao imperador uma visão adequada, com o rio fluindo aos seus pés e a visão dos subúrbios por todos os lados fornecendo um regozijo aos olhos.

Roger A. Pack (1935:120) afirma que havia uma atividade de construção de edifícios intensa durante a época de Libânio e que era possível observar várias construções e reconstruções em Antioquia, por vezes, em razão de acidentes naturais, como terremotos, por vezes, em razão de aprimoramentos concedidos por imperadores. Glanville Downey (1961:434, cf. n.132) argumenta que essa passagem pode se referir, de fato, a essa vívida atividade construtora como argumenta Pack, mas que Libânio poderia estar se esforçando para marcar uma posição e suas palavras talvez não pudessem ser levadas a sério. Em nossa opinião, é claro que há uma evidência dessa intensa construção de edifícios e reformas, mas, além disso, parece-nos que a sugestão dada por Libânio esteja mais relacionada a uma necessária e contínua revitalização da cidade como sinal de um favorecimento imperial. Também como um imperativo em se demonstrar que Antioquia ainda era resguardada como um cidade importante durante o século IV d.C., conforme também argumentamos que seja.

As palavras de Libânio são aqui muito significativas se pensarmos no contexto como um todo. Na época de Teodósio, a cidade continuava a receber novas edificações (DOWNEY, 2009:436-437). O que o sofista parece sugerir é que Teodósio estivesse presente em pessoa em Antioquia. Norman (1965:211) argumenta que os convites a Teodósio para visitar Antioquia, embora nunca tenham sido aceitos pelo imperador, são parte do corpo de elogios

provinciais do retor. No entanto, em nosso ponto de vista, esses convites são mais que apenas recursos discursivos, apresentam-se como um elemento que talvez sinalize uma particularidade do governo de Teodósio.

As visitas imperiais à Antioquia pareciam ser uma constante em épocas de vários imperadores. Em 324, Constantino esteve em Antioquia, embora tenha sido sua única visita à cidade, residindo em Constantinopla durante os últimos anos de seu governo; Juliano também, em passagem pela Capadócia, esteve em Antioquia, Valente chegou a residir na cidade, porém Teodósio parece não ter visitado Antioquia, chegando o mais longe no Oriente poucos quilômetros além de Constantinopla ao visitar o sudoeste da costa do Mar Negro, conforme afirma Raymond Van Dam (2002:2). Van Dam (2002:2) também argumenta que o fracasso de Teodósio em visitar as províncias Orientais, mesmo as mais próximas na Ásia Menor, tornou-se a regra e, assim, a partir desse momento, os imperadores do Oriente se estabeleceriam em Constantinopla. Em que pese a valiosa argumentação desse autor, não nos parece possível conceber a diminuição ou talvez cessão das visitas imperiais à Antioquia e províncias orientais, conforme argumenta Van Dam, como uma regra geral para todo o contexto da Antiguidade Tardia.

Essa ausência imperial em pessoa pode aludir que outros critérios de distinção poderiam também estar em jogo ou que talvez as visitas imperiais *in loco* tenham diminuído ou dependiam, significativamente, da particularidade de cada imperador, governo e contexto histórico. Muitos imperadores viajaram extensivamente pela Itália, províncias e, geralmente, em campanhas e, Adriano, por exemplo, talvez tenha sido o imperador que mais viajou por toda a extensão do Império (MILLAR & COTTON, 2004:305; CASSON, 1994:286). Embora Teodósio I tenha viajado pelas cidades do Império, parece não ter viajado muito ou percorrido muito da extensão do território romano. As viagens de Teodósio se resumem a algumas evidências que destacam, pelo menos, as seguintes cidades romanas: Roma, Milão, Constantinopla, Trier, Tessalônica, Sírmio (CAMERON, 1969:247-250; O'FLYNN, 1983:48; GIBBON, 2004:524; WOODS, 2011:2-5). Quando Teodósio ascendeu ao trono, ficou responsável pelas regiões da Panônia, Ilíria, e das Gálias (MCLYNN, 1994:311).

Outro elemento importante de ser destacado nesse conjunto de características do governo e da pessoa de Teodósio uma história em que a cidade de Antioquia aparece, necessariamente, vinculada a este Imperador. Alguns anos antes, o imperador Valente prosseguiu com uma série de julgamentos contra feitiçaria em Antioquia e o acusado, sob tortura, admitiu usar magia para descobrir quem sucederia Valente como imperador (WILLIAMS & FRIELL, 1998:24). E, segundo um procedimento mágico específico, um anel

seguro por uma linha, como num pêndulo, indicou algumas letras ΘΕΟΔ… (Teod... (?)) do futuro sucessor e, como resultado disso, um Teodoro, um notável, foi executado junto com muitos outros em Antioquia (*op.cit*.). Mesmo que num tom profético e imaginativo, a menção à cidade de Antioquia como lugar de onde surgiria o próximo imperador é algo significativo e simbolicamente importante. Antioquia ainda é considerada forte componente no jogo e nos arranjos político-culturais.

Nesse sentido, apesar de Teodósio não ter visitado ou, *à priori*, não parece ter vinculação com a cidade de Antioquia, não poderíamos supor que a ausência de visita imperial significaria, necessariamente, que a cidade não fosse importante dentro do contexto do século IV d.C. ou que Teodósio desfavorecia a cidade de Antioquia por não visitá-la. João Malalas (*Crônicas*, XIII, 37, 39 e 40) relata acerca de uma série de edificações, inclusive que uma muralha havia sido erguida para cercar a cidade sendo todas essas construções atribuídas a Teodósio. As visitas imperiais poderiam ser um critério importante, mas, também nos parece possível argumentar que as imagens de Teodósio e sua família, a constante presença de uma administração imperial na cidade e as frequentes construções e reformas da estrutura física citadina testemunham em favor de uma atenção dedicada à cidade e que definiam Antioquia ainda como uma área importante dentro do Império. E Teodósio fazia-se presente em pedras, bronze, edificações de toda sorte que são também evidências de uma distinção de Antioquia dentre as cidades do Oriente considerando o contexto e o imperador peculiar que possivelmente restringia suas viagens a locais e contextos especificamente críticos de guerras civis e fronteiriças da região do Danúbio.

As estátuas relacionadas à pessoa do imperador eram erigidas em muitas ocasiões. As mais comuns eram em razão de algum imperador ascender ao trono, ou em celebração de vitórias militares, em jubileus, por nomeação a alguma magistratura, casamentos e eventos importantes na vida de herdeiros ao trono (HØJTE, 2000:221; MACHADO, 2006:125). As imagens imperiais eram erigidas em qualquer lugar onde eram apropriadas para exposição (SETTON, 1941:196; MACHADO, 2006:126). Aquelas podiam ser encontradas tanto em esfera do espaço privado quanto do público, embora a tese mais recorrente na historiografia seja a de que as imagens imperiais fossem predominantemente um fenômeno urbano e público (NOREÑA, 2011:203).

A distribuição de estátuas por todo o território do Império Romano era desigual tendo algumas regiões uma concentração maior de estátuas que outras, se considerarmos as bases de estátuas como uma evidência da presença de um tipo específico de estatuária imperial nas

regiões[10]. Além disso, as estátuas imperiais poderiam ser tanto fabricadas nas províncias quanto terem sido importadas de Roma, mas sempre eram erigidas e autorizadas pelo imperador (STUART, 1939:611-612). Em Antioquia, as estátuas imperiais romanas eram comuns e marcavam presença constante no espaço da cidade na época de Tibério, Cômodo, Diocleciano, Teodósio (Malalas, Crônicas, Livro X, 7; Livro, XII, 6; Livro XII, 40; João Crisóstomo, *De Statui*; Libanio *Or*. XIX-XXIII).

As estátuas eram importantes como símbolos políticos e culturais, as quais tornavam visíveis as assimetrias sociais, econômicas e políticas dentro do espaço urbano, existentes entre os membros da sociedade romana (MACHADO, 2006:125-127). Como bem define Machado (2006:138), o hábito de se erigir estátuas se caracteriza como "uma representação física de uma relação política". Ou ainda podemos considerar que toda e quaisquer relações de poder também eram definidas, reelaboradas, construídas e/ou confirmadas mediante a relação instituída quando do ato de se erigir estátuas imperiais entre aquele(s) que oferece(m) a(s) estátua(s) e aquele(s) que aparece(m) como o objeto da representação estatuária. A relação entre estátuas e política também implica a reflexão acerca da memória. A memória também é um componente importante e intrínseco no ato de erigir estátuas imperiais (ou também, em nosso caso de estudo, a memória está igualmente relacionada à promoção pública dos retratos imperiais em madeira).

Nas Orações XXI, 30 e XXII, 39, Libânio fala em se erigir estátuas do *magister officiorum* Cesário e do *Magister Militum per Orientem* Elébico, os enviados do imperador para investigar os acontecimentos do Levante das Estátuas. A preocupação de Libânio, nesses dois casos, era a de legar para a posteridade o reconhecimento dos feitos desses dois magistrados no Levante das Estátuas que, na concepção do sofista, agiram em prol da cidade de Antioquia e seus habitantes na qualidade de enviados imperiais. Assim, erigir estátuas era algo honroso e Libânio faz-nos crer que parece ser uma prática excepcional, singular e que possa estar implícito, por isso, como uma honraria de difícil conquista. Machado (2006:126)

[10] O estudo de Jacob Munk Højte (2005:43, cf. especialmente as tabelas e mapas de distribuição de bases da pág. 591-658) acerca das bases de estátuas fornece-nos uma pequena porcentagem da quantidade de estátuas nas regiões do Império durante o contexto do Principado, de Augusto à Cômodo, a partir das bases de estátuas. Mas como destaca o autor, as imagens imperiais que eram acompanhadas por bases de inscrições são apenas uma pequena fração da quantidade desse tipo de imagens definidas como estátuas de tamanho natural ou aquelas cujas dimensões são maiores e podem ser de imagens cuja pessoa representada pode estar em pé, sentada ou montada a cavalo. Outra questão a ser considerada é compreender que há também que se pensar acerca do que pode ter sobrevivido até nós. Logo, mesmo que possamos estatisticamente determinar uma quantidade, nos parecerá sempre um desafio alcançar um número exato. De uma maneira ou de outra, nos parece plausível a observação de Stewart (2003:118) que nos informa que a sociedade romana produziu uma abundância de estátuas tão impressionante a ponto de gerações posteriores recorrerem, constantemente, ao se referirem a elas, a expressões como "uma segunda população" ou "uma floresta de esculturas", para definir o inumerável.

argumenta que as estátuas eram ainda uma marca distinta de honra e que incorporavam também os prestígios e o poder da pessoa representada. Em nosso caso, nos parece ainda que a relação estabelecida, e a qual sugere Libânio, é entre os magistrados imperiais e a cidade de Antioquia mediada pelo sofista, numa relação implicada, portanto, entre três componentes. Nesse cenário, três distinções estão em jogo nas relações de poder: a da distinção da cidade de Antioquia entre o conjunto de cidades imperiais, a vinculação do sofista com a corte imperial e a relação entre cada um dos magistrados e a cidade.

A maneira como Libânio discorre sobre o Levante das Estátuas e, aqui supomos também que incluam esses laços e relações de poder, são considerados, geralmente, por uma determinada historiografia, como uma interpretação tradicional na qual esses padrões de atuação estariam em 'declínio', ou então já não teriam força política e presença efetiva na dinâmica social. Carlos Machado (2006:120-148), pelo contrário, conseguiu argumentar mediante estudo do tema acerca da dedicação de estátuas que essas relações ainda estão vívidas e são ainda recorrentes, embora de maneira diferenciada no contexto da Antiguidade Tardia. A diminuição de dedicação de estátuas e mesmo de sua produção detectada por Bryan Ward-Perkins e Carlos Machado é um dado interessante e significativo, o que torna a destruição desses objetos e sua zombaria uma questão ainda mais problemática[11]. Se as estatuas continuavam a importar no século IV d.C. e sua presença ainda era significativa e comum em muitas regiões, a destruição de estátuas, a reutilização de material, a transformação e mutilação de imagens também eram ordinárias e aconteciam em todos os contextos da história imperial romana (VARNER, 2004:21-221). E é exatamente nesses momentos de conflitos que podemos avaliar a importância e o poder das imagens em cada contexto, conseguindo alcançar características e particularidades de uma dada época[12]. A destruição de imagens podia se dar por vários processos e motivos. Em especial, a *damnatio memoriae* é o mais citado e, talvez, o mais conhecido.

A *damnatio memoriae* é, geralmente, relacionada e definida como uma medida oficial e sistemática mediante a qual o imperador legitimado destrói a memoria do imperador proscrito ou de pessoas consideradas inimigas do estado imperial (STEWART, 1999:162; Cf. ANEXO C com a *damnatio memoriae* de Geta). Todavia, como Harriet I. Flower

[11] *The Last Statues of Antiquity Project* (*http://www.ocla.ox.ac.uk/statues/objectives.shtml*) e o Capítulo 4 intitulado *Statues and the Display of Power* da Tese de doutorado, *Urban Space and Power in Late Antique Rome*, unpublished, de Carlos Machado, fornecem dados muito significativos que revelam a diminuição na dedicação e produção de estátuas considerando as regiões e o contexto histórico específicos.

[12] A depredação ou destruição de estátuas coloca também, atualmente, o debate acerca da memória, da obliteração e da questão da salvaguarda desse patrimônio, bem como a disputa acerca dos direitos de pertencimento. Conferir a notícia acerca desse debate no site do periódico "Los Angeles Times" disponível no seguinte endereço: *http://articles.latimes.com/2001/mar/10/news/mn-35916*. Acesso em 4 jul 2011.

(2006:Prefácio) destaca, o termo latino *damnatio memoriae* não é um termo antigo e muito menos era usado pelos romanos para identificar qualquer conjunto de sanções. De acordo com essa autora, ao utilizar *damnatio memoriae*, podemos sugerir uma forma mais estática e formal de comportamento diferentemente do que poderíamos conceber do caso romano. O problema disso, segundo Flower, é o de concebermos esse fenômeno segundo parâmetros modernos do que nós concebemos o que memória deveria ser. A solução proposta por Flower (2006:xx [Prefácio]) é a de examinar a memória no contexto romano como esta era construída, desconstruída e reconstruída novamente a partir de várias circunstâncias e contextos em detrimento de identificar e discorrer sobre as 'categorias do esquecimento' ou criar uma terminologia que poderia descrever tais categorias. Ou ainda, em nossa opinião, parece importante também concebermos o significado da destruição de uma memória mediante a destruição da estrutura física das imagens imperiais dentro do espaço urbano antigo.

A destruição das imagens imperiais no caso do Levante das Estátuas parece ter causado surpresa aos antioquenos, como podemos perceber pela linguagem utilizada tanto por João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. II, 10), como por Libânio (*Or*. XIX, 8) ao mencionar o evento como "o presente terror", "um dia sombrio". Libânio ainda reforça que o tratamento direcionado às imagens imperiais foi ofensivo. As justificativas oferecidas tanto por João Crisóstomo quanto por Libânio no que se refere às imagens imperiais se concentram nas considerações acerca do comportamento daqueles que infligiram os atos contra os objetos o que, de alguma forma, nos fornece alguns dados sobre a importância das imagens. Tanto João Crisóstomo quanto Libânio repreendem as ações empreendidas contra as imagens, mas também retiram a responsabilidades daqueles que a empreenderam ao imputá-la a agentes externos à sociedade antioquena. Em Libânio (*Or*. XIX, 7), "a presente situação deve ser lembrada como resultado da ação e responsabilidade de certos 'demônios'". Para João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XV, 3): "O demônio estimulou certos homens sem lei a tratarem as estátuas do imperador com desdém de maneira que a fundação da cidade fosse demolida.".

Ambos os autores também consideram importante a reposição das imagens, mas de maneiras diferenciadas. João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XXI, 10) recomenda que as estátuas sejam substituídas por outras virtualmente erigidas nos corações de cada um dos homens o que multiplicaria amplamente o número de estátuas de Teodósio no mundo romano uma vez que muitos homens habitam o mundo e habitarão ainda. Um componente importante agregado à importância das estátuas é a questão da posteridade e da imortalidade vinculada a estes objetos. A partir dos exemplos citados por Libânio sobre erigir estátuas em nome de

Cesário e Elébico, podemos inferir que, para o sofista, outras estátuas deveriam ser recolocadas no lugar das que foram destruídas, mas também as atitudes imperiais são importantes para a posteridade. Assim, de uma maneira ou de outra, para ambos os autores antigos, a destruição das estátuas aparece como algo ofensivo e uma irrupção do curso da história pela extração dessas personagens 'principais' do cenário político-cultural da sociedade romana. Teodósio e sua família são personagens importantes seja na versão de João Crisóstomo, seja na versão de Libânio. Se por um lado, Teodósio é representado, por João Crisóstomo, como um homem exemplar junto com Constantino, por outro, ele é concebido como um imperador cujas virtudes o fazem superar em muito o rol de imperadores elencados por Libânio (João Crisóstomo, *De Statui*, *Hom.* XXI, 12; Libânio, *Or*. XX, 17-32)[13].

A maneira como as estátuas foram destruídas é algo de importância ímpar. Os aspectos simbólicos de cada uma das ações fornecem pistas específicas acerca da maneira como podemos interpretar o acontecimento como um todo e as reações dos envolvidos da forma como aparece relatado nos testemunhos de Libânio e João Crisóstomo. As Orações de Libânio são as que mais fornecem informações sobre esses aspectos e acerca do que, possivelmente, pode ter acontecido e como as imagens foram destruídas e zombadas. Já as homilias de João Crisóstomo fornecem outro tipo de evidências, mas se colocadas conjuntamente com os dados extraídos da documentação de Libânio, conseguimos ter uma imagem, mesmo que fragmentária[14], do cenário da sedição.

A destruição de imagens na *História do Império Romano* seguia uma ordem lógica, não arbitrária e sistemática (STEWART, 1999:164-166; 2003:272-278). Em sua obra *Statues in Roman Society: representation and Response*, Peter Stewart apresenta, de forma esquemática, a maneira como as estátuas poderiam ser destruídas e sob quais circunstâncias, fornecendo-nos um *topoi* específico em casos de destruição de estátuas. Numa primeira fase de prelúdio dos acontecimentos, a população ecoaria declarações repetidas como em um canto em coro ritualizado, em algumas ocasiões, podem ser seguidas por derrubadas de estátuas, como foi o caso do Levante das Estátuas, que podem ser mutiladas, arrastadas e, numa reversão da ordem como, por exemplo, este arrastamento das estátuas pode ser concebido como uma reversão do cerimonial de honrarias públicas (*op.cit*). Considerando todos esses

[13] No Capítulo Quarto da presente Tese, discorremos sobre a imagem de Teodósio nas obras de João Crisóstomo e Libânio referentes ao caso do Levante das Estátuas.
[14] Fragmentário porque consideramos que o trabalho do historiador é coletar as evidências, pistas dentro daquilo que consideramos "documentos", que estão dispersas e muitas das vezes podemos apenas ter uma visão parcial e incompleta pela falta de maiores informações e dados apresentados pelos autores que estudamos.

aspectos, recorremos à nossa documentação. Libânio (*Or*. XIX, 26) inicia descrevendo o curso dos acontecimentos da seguinte maneira:

> O *Dicastério* estava lotado de pessoas – ex-governadores, autoridades municipais, advogados, militares reservistas. Dentre esses os quais listei, alguns, como disse antes, começaram a fazer súplicas, outros choravam sem pronunciar uma palavra, embora eles possam ser classificados como suplicantes.

Numa outra passagem, Libânio (*Or*. XXII, 8) descreve o assalto às imagens imperiais em painéis de madeira e às estátuas imperiais:

> A adoção das técnicas habituais de comportamento sedicioso utilizados nas oficinas, eles consideram indigno da masculinidade deles. Em vez disso, eles se movimentaram em direção às várias imagens em painéis de madeira e vociferaram insultos depois lançaram pedras. Eles gargalharam daquilo que eles quebraram e perderam a paciência com aqueles que se eximiram de participar disso. 8. Então, eles imaginaram que as estátuas de bronze eram um alvo melhor, e essa conduta imprópria para com as estátuas foi ainda mais intolerável, mas eles partiram para cima delas. Eles penduraram cordas nos pescoços das estátuas, as rebocaram e começaram a arrastá-las por todos os lados, algumas sem mutilar, mas outras fazendo isso.

Nesse excerto, Libânio relata a maneira como as estátuas foram destruídas e as imagens em painéis de madeira foram zombadas e apedrejadas, seguindo o esquema explicativo proposto por Stewart citado anteriormente. Mas associado a esse comportamento, Libânio (*Or*. XXII, 9; *Or.* XIX, 32) ainda narra o ataque a algumas construções ateando-se fogo, informando que os amotinados ainda tinham planejado atacar o palácio também.

As estratégias e procedimentos utilizados em conflitos tem sido um elemento que contribui para definir o tipo de sedição e determinar as características do levante (SILVA, 1997: 157-168). Inclusive, é possível poder alcançar em certo grau as particularidades daqueles que participaram da sedição. Norman (1977:289, cf. c) questiona se atear fogo era considerado um sinal de distinção social e cita o exemplo da população ter utilizado o recurso ao incêndio contra a elite em 354 d.C., citado em Amiano Marcelino (*Res Gestae*, XIV, 7) e na própria obra de Libânio (*Or*. I, 103). Libânio (*Or*. XIX, 36) ainda comenta que as "feridas sustentadas pelos incendiários foram causadas pelo lançamento de telhas".

As telhas dos telhados, por exemplo, poderiam significar apenas o que lhes é esperado ser, ou seja, parte de uma estrutura que fornecia abrigo, no entanto, esses objetos recebiam uma nova dimensão quando utilizados como projéteis que poderiam funcionar como armamento em conflitos urbanos (BARRY, 1996:55). Plutarco (Ti. Gracc, 17) evidencia o uso de pedras em conflitos e sedições urbanas. No século IV d.C., Amiano Marcelino (*Res*

Gestae, 26.6.16) também indica o uso de telhas quebradas em conflitos urbanos. As estratégias de defesa, a disposição daqueles que estavam lançando as telhas são aspectos relevantes que nos fornecem evidências na compreensão de episódios dessa natureza (BARRY, *op.cit.*). Nesse sentido, as ações e as 'armas' utilizadas no levante podem revelar aspectos e dimensões significativas acerca do acontecimento. No estudo desenvolvido por William D. Barry acerca das telhas como armas em sedições e guerras urbanas, é possível perceber inclusive a participação de mulheres, escravos e a maneira como agiam estrategicamente em situações de conflito.

No Levante das Estátuas, tanto João Crisóstomo como Libânio pouco elucidam quem eram os participantes efetivos da sedição de Antioquia. João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. II, 3; *Hom*. II, 4; *Hom*. II, 10; *Hom*. II, 13; *Hom*. III, 1; *Hom*. III, 3; *Hom*. V, 3; *Hom*. VI, 1; *Hom*. XV, 1; *Hom*. XVII, 2) refere-se aos culpados ou àqueles que deveriam ser responsabilizados pelos atos contra as imagens como "certos estrangeiros e aventureiros", "estrangeiros", "homens das mais diversas raças", "pecadores incontroláveis", "blasfemantes". Na Oração XIX, 28, Libânio destaca:

> Eles começaram a empregar uma linguagem ofensiva e logo as palavras se transformação em ações as quais nem o mais respeitável elemento esperava que acontecesse. Quem eram essas pessoas, então? Por isso que se pensam mais dos dançarinos de pantomima do que do sol e da lua e das trevas!

No entanto, em uma outra passagem, Libânio (*Or*. XIX, 31) declara: "Quando os acontecimentos alcançaram o estágio de se abordar as estátuas, houve alguns infratores, mas os espectadores eram muito mais numerosos que os que cometeram esses ultrajes.".

Mais adiante, completa Libânio (*Or*. XIX, 33) ainda sobre a quantidade de pessoas que atacaram as estátuas imperiais: "[...] rumores exageraram o número daqueles que atacaram as estátuas [...]". Mas mesmo com essas parcas evidências e outros dados, Paverd (1991:27-33) consegue extrair pistas importantes dentro da documentação de João Crisóstomo e de Libânio em busca de uma identificação dos amotinados e daqueles que participaram efetivamente dos ataques às imagens imperiais. As conclusões a que chega esse autor é de que: 1) não há evidências de que a claque, como sugere Browning (1952:13-20), tenha desempenhado um papel especial dentro do levante, além disso, parece ser difícil compreender de maneira clara o papel desempenhado por essa categoria de artistas; 2) Libânio tenta salvar a reputação da cidade ao atribuir os atos de violência àqueles relacionados ao show de pantomimas e Crisóstomo tenta defender Antioquia mediante o argumento de que foram 'estrangeiros' os responsáveis pela destruição e zombaria das imagens e, na perspectiva de Paverd, ambas essas

atribuições de culpa e responsabilidades, a de Crisóstomo e Libânio, não pode ser confiável; 3) e, por fim, o cenário mais provável para Paverd é de que houve sim participação de antioquenos no levante, também é inquestionável que houve participação de pessoas do *demos*, mas embora tenha sido uma larga participação populacional, tanto Libânio quanto Crisóstomo alegam que o número de sediosos era pequeno. As conclusões de Paverd são plausíveis e compõem um cenário mais provável dentro de um contexto de conflitos sociais na Antiguidade Tardia.

Esse tipo de conflito social é nomeado pelos antigos como *staséis* e pode ser definido como um conflito urbano coletivo com contornos político-culturais e com ampla participação de vários setores da população citadina e que apresenta uma organização interna e lógica fundamentada no recurso a um repertório de ações violentas e sediciosas disponíveis na tradição romana[15]. Como um evento coletivo, a distribuição de culpa e responsabilidades também foi coletiva[16], pelo menos, é o que podemos perceber no caso do Levante das Estátuas. Libânio (*Or*. XXI, 5) mesmo confirma a dimensão coletiva dessa sedição:

> Em tais atos de sacrilégio e ofensa, toda a cidade resguarda alguma responsabilidade, mesmo que apenas alguns tenham perpetrado os atos, o resto não impediu que isso acontecesse e a atitude desses que permitiram fez com que fossem acusados da mesma pena daqueles malfeitores.

Os julgamentos e as investigações tinham como alvo não indivíduos, mas grupos de pessoas que foram responsabilizadas conforme seu grau de participação no levante:

> As feridas sustentadas pelos incendiários e que foram causadas pelo lançamento de telhas delataram estes amotinados que foram a julgamento e várias outras formas de identificação fez o mesmo com aqueles culpados pelo sacrilégio. Os cúmplices deles, aqueles que sabiam a identidade dos culpados e as ações que foram perpetradas pelos seus companheiros, tornaram-se evidência de estado e a condenação foi rápida, clara e fácil. 37. Os prisioneiros foram classificados de acordo com a seriedade de seus crimes. Então, isto foi feito. Em seguida, os procedimentos tinham que ser instituídos imediatamente para a punição daqueles que cometeram os crimes mais graves. Isto também foi realizado [...].

---

[15] Para a definição desse tipo de conflito social conferir Aja Sánchez (1991:359-376; 1998) e para a compreensão do termo *stasis* e *sediciones* dentro do contexto da Antiguidade Tardia. A contribuição desse estudo para a definição dos conflitos sociais dessa natureza nesse contexto é valiosa. No entanto, nos distanciamos da perspectiva desse autor em um ponto principal, consideramos esse tipo de sedição como um acontecimento 'organizado', 'não arbitrária' e 'sistemática' em lugar de compreendê-la, como argumenta o autor, como "um evento de expressão popular espontâneo", "não coordenado, premeditado ou manipulado", "não instrumentalizado política ou ideologicamente por nada" ou uma "ação desorganizada, espontânea e quase intuitiva", "uma forma de descarga emocional coletiva" em épocas de tensões (1991:369 e 373-374). Sobre os conflitos sociais como um conflito político organizado, conferir Ekkart Zimmermann (1980:195-271). Para o repertório de ação dentro de levantes urbanos, conferir Stewart (1999:164-166; 2003: 272-278).

[16] Para informações mais detalhadas da distribuição de culpa e penalidades aplicadas, conferir o subtitem 5.6 do presente capítulo.

Neste excerto, Libânio descreve as ações empreendidas para a supressão do levante e os procedimentos durante o primeiro julgamento. As ações foram tão graves que requereu uma ação conjunta de membros da localidade citadina e de autoridades municipais e imperiais. Os atos contra as imagens imperiais empreendidos pelos amotinados podem ser interpretados sob o crime de lesa-majestade, como um ato contra o imperador em pessoa e, por conseguinte, uma ação contra o Estado imperial romano. Passemos, a seguir, a compreensão da natureza desse crime e as penalidades possíveis dentro da lei romana para refletirmos, posteriormente, sobre o caso do Levante das Estátuas.

5.2. A natureza do crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις), as acusações e penalidades previstas na legislação criminal romana.

A característica mais marcante e, possivelmente, o ato mais grave cometido pelos sediciosos durante os acontecimentos do Levante das Estátuas, e presente em qualquer menção ou descrição que se faça desse conflito, é a destruição e zombaria das imagens imperiais[17]. J.N.D. Kelly (1998:74) argumenta que todo mundo sabia que insultar ou mostrar desrespeito para com as imagens de imperadores em governo era equivalente a insultá-lo pessoalmente e, por conseguinte, considerado como um ato de alta traição. Stephen Williams e Gerard Friell (1998:44-5) argumentam que as imagens eram "objetos políticos sagrados do Império" e que "todos sabiam que profaná-los era um gesto claro, não apenas grave, mas de alta traição e revolta...".

O sentido evocado pelo termo contemporâneo "traição" e, por vezes, por "lesa-majestade" não corresponde, no entanto, inteiramente, ao que os romanos entendiam por *crimen maiestatis*. Traição e lesa-majestade expressavam, imediatamente, definições como "uma ofensa à dignidade do soberano", ou "um crime contra a ordem permitida por Deus", ou "um ataque ao estado ou nação" e ainda "o crime mais doloso, hediondo e atroz" podendo ser previsto, como punição, a pena capital (RAYMOND, 1992:61 E 514; BAUMAN, 1974:2; KELLY, 1981:269). Estes conceitos não evocam, *a priori*, um sentido estrito, muito menos se pode dizer que seu significado tenha permanecido fixo por longos períodos de tempo, pois, as "ofensas" as quais são compreendidas sob a órbita desses conceitos e que definem o conteúdo e o escopo desse tipo de crime variam no tempo e espaço (HAZARD & STERN, 1938:77;

[17] Várias referências historiográficas específicas ou obras gerais referentes à História Romana na Antiguidade Tardia, ao mencionar o *Levante das Estátuas*, destacam de maneira enfática a destruição das imagens imperiais.

KELLY, 1981:269; ENZENSBERGER, 1982:79-93; BELLAMY, 1970:1-14 E 102-137; CUTTLER, 2002:4-54; STRECKFUSS, 2011:194-200).

O crime de alta traição ou de lesa-majestade é traduzido pelo conceito de *maiestas* no contexto do Império Romano, ou seja, contemporaneamente, o que alguns autores designam de *crime de alta traição* ou, por vezes, como *crime de lesa-majestade* é designado pelos romanos como *crimen maiestatis populi Romani imminutae* ou, simplesmente, *maiestas*, ou *crimen maiestatis* (BAUMAN, 1967:1, 1974:2; HARRIES, 2001:128; WILLIAMS & FRIELL, 1998:44-5; KELLY, 1998:74; GUÉRILLOT, 2008:45). O termo *maiestas*, segundo argumenta Richard Bauman (1967:1), foi um conceito romano peculiar e que autores gregos, na falta de um termo equivalente, recorreram a aproximações como, por exemplo, a expressão *τὴν ἀρχὴν καὶ τὴν δυναστείαν τοῦ δήμου τῶν Ῥωμαίων* proveniente de Políbio, que busca correspondência com a ideia declarada por Tito Lívio em '*imperium maiestatemque populi Romani*'. E, etimologicamente, *maiestas* é derivado de *maior* que expressa uma comparação, uma relação desigual na qual um dos participantes ocupa a posição superior e o outro de inferior (BAUMAN, 1967:1; LEAR, 1965:11).

Cícero (*De Oratore*, 30, 105; *De Inventiones*, 2, 53) parece ser o autor antigo que melhor esclarece e sistematiza esse sentido de *maiestas* durante o período da República Romana (CASTRO-CAMERO, 2000:26). Essa concepção de *maiestas* como uma relação de superioridade/inferioridade fundamenta a ideia de *maiestas* como relativo a determinado tipo de crime. Sendo *maiestas* compreendida como uma relação onde o conjunto do *populus romanus* ocupa a posição de superior, qualquer um ou qualquer coisa que prejudique a continuidade dessa posição e destitua os romanos da posição superior estaria sob o risco de acusação de *crimen maiestatis* (BAUMAN, 1967:4). Para o sentido estrito de crime de *maiestas*, os termos gregos mais recorrentes e que mais se aproximam da ideia evocada por esse termo latino são, conforme Bauman (1967:1; 1974:4), *ἀσέβεια* e, durante a época bizantina, o termo *καθοσίωσις*.

O conceito de *maiestas* (para o grego *ἀσέβεια* ou *καθοσίωσις*)[18], na sua concepção como crime, inclui uma série de ações e atitudes diversas e casos múltiplos (KEAVENEY & MADDEN, 1998:316-320; ROGERS, 1935:1-205; CHILTON, 1955:73-81). Bauman (1967:8) sintetiza alguns casos de crime de *maiestas*: "[...] conspirar contra a *res publica*", "contra o Estado ou ser conivente com o inimigo"; "perder uma batalha"; "ignorar

[18] A partir desse momento, utilizaremos a tríade de palavras *maiestas* (*ἀσέβεια* / *καθοσίωσις*) para designar *crimen maiestatis*, uma vez que estaremos fazendo referência à documentação latina e grega, em lugar de referirmo-nos ao termo como *crime de traição* e/ou *lesa-majestade*.

presságios"; "maltratar prisioneiros de guerra"; "deixar a província sem autoridade"; "usar violência contra um magistrado"; "interromper um tribuno"; "fornecer falso testemunho a um cidadão romano"; "visitar um prostíbulo investido de capacidades oficiais"; "ocupar a corte em estado de embriaguez", "vestir-se com roupas femininas"; "incitar desordens civis"; "falsificar documentos públicos"; "publicar panfletos difamatórios" e, por fim, "cometer adultério com a filha do imperador".

Jill Harries (2001:128) completa ainda que, mesmo que *maiestas* seja definida como "traição ou como qualquer outro crime cuja intenção seja atingir a majestade ou os interesses não só do imperador, mas também do Estado romano em geral", ainda se pode adicionar a isso uma série de outros crimes equivalentes à traição, como: "falsificação de documento imperial" e "práticas inefáveis (*nefanda dictu*), ou seja, práticas mágicas e feitiçaria, e práticas divinatórias por membros do *comitatus* imperial". E, Floyd Seyward Lear (1965:29) ainda argumenta que o conceito de crime de *maiestas* se traduz também pela "falta de respeito contra as imagens do imperador, incluindo atos inapropriados, reais ou declarados, cometidos na presença ou nas proximidades de uma imagem imperial; e o ato de desfigurar, derreter ou destruir uma estátua do monarca a qual foi consagrada" estava entre as ofensas ao imperador o que implicaria crime de lesa-majestade. Em contrapartida, Harries (2007:79) argumenta que as estátuas imperiais eram algo problemático, uma vez que é difícil definir em que medida esses objetos representavam o imperador e sob quais circunstâncias, o que implicaria também uma dificuldade de definição do que poderia ser considerado um caso de *crimen maiestatis* quando se fala em ações que envolveriam aquelas imagens.

O *crimen maiestatis* ou ἀσέβεια e, em alguns casos, καθοσίωσις configura-se, portanto, a partir de uma múltipla gama de 'ofensas' e, por conseguinte, implicará também uma diversidade de punições que estarão de acordo com as leis aplicadas e a gravidade das ações empreendidas pelos 'acusados' desse tipo de crime (Cf., por exemplo, o conceito de *maiestas* em Tácito, *Annales*, I, 72; Suetônio, *Tibério*, III, 58 que oferecem alguns casos). As ações que diminuíam a dignidade do *Populus Romanum* e, portanto, interpretados sob a rubrica de crimes, aparecem na forma de *res repetundae*, *perdulleio*, *vis* e a forma, especificamente, de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) que somente foi desenvolvida durante o II e I séculos a.C. (ROBINSON, 1995:74-75). A violência, na forma de *vis*, inclui violência política e comportamento sedicioso e essa concepção foi expandida tanto para as leis *de sicariis*[19] – esta

[19] Os casos vinculados à *Lex Cornelia de sicariis et veneficis*, por exemplo, são: 1) Uma ameaça de acusação pela morte de M. Ario em 81 a.C. e o julgamento teria sido feito, eventualmente, sob essa acusação se tivesse acontecido, mas essa lei ainda não tinha sido promulgada na época da ameaça; 2) Sabemos apenas que um caso

também inclui assassinato, envenenamento e outras violências – quanto para as de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) (ROBINSON, *op.cit*.). Originalmente, *repetundae* designa o montante recebido indevidamente por magistrado ou juízes em ofício em Roma, na Itália ou nas províncias e isso deu início a ações para a recuperação dos benefícios daqueles que o tinham dado (LÉCRIVAIN, s/d:837). Assim, *res repetundae* tem sido interpretado como casos de processos acerca de extorsão envolvendo magistrados ou qualquer pessoa que estivesse ocupando cargos públicos e no desempenho de seu ofício num sentido de violação do serviço público ao receber benefícios, qualquer tipo de enriquecimento ilícito sendo interpretado, inclusive, com a ampliação desse crime, sob a *Lex Iulia de vis* (ROBINSON, 2007:78-81). Nesse caso, pode constituir-se em uma forma de diminuição da dignidade do *Populus Romanus* e se aproximar, por conseguinte, das acusações de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις).

Primariamente, *perduellio* se refere a um 'inimigo' interno definido como um ato hostil contra o *Populus Romanus*, em particular, do ponto de vista militar e recaía sobre essa lei também acusações de líderes de sedições de cidades localizadas na península itálica contra Roma (BAUMAN, 1967:19-23; LÉCRIVAIN, s/d:388). Esta lei ainda existiu no contexto do Império foi incluída nas leis de *maiestas*, mas sua prática, por vezes, ainda concorria em paralelo com esta última (BAUMAN, *OP.CIT*.; LÉCRIVAIN, *op.cit*.). As leis romanas de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) também são múltiplas. Existiram, provavelmente, quatro leis referentes a este crime: a *Lex Appuleia de maiestate*; a *Lex Varia de maiestate*; a *Lex Cornelia de maiestate* ou *Lex Cornelia de Sila*; a *Lex Iulia de maiestate* (CASTRO-CAMERO, *op.cit*; SEAGER, 2004:144-153).

A *Lex Appuleia de maiestate minuta* parece ter sido a primeira lei referente a esse tipo de crime e data, aproximadamente, do ano de 103 a.C. (CASTRO-CAMERO, 2000:39; SEAGER, 2004:144; BAUMAN, 1967:16; FERRARY, 1983:556). Esta lei foi proposta pelo tribuno L. Apuleio Saturnino, um *popularis*, e a intenção era, de acordo com Seager (2004:144), "fazer valer os direitos da plebe de legislar, administrar assuntos públicos" e "controlar e punir oficiais nomeados" e fazer tudo isso sem a dependência do Senado. Alguns casos prováveis de terem sido julgados sob as penas dessa *Lex Appuleia* são: 1) o caso de Cecilio Metelo Numidico que foi acusado no ano 100 a.C. e teve como resultado o exílio em

---

ocorreu depois de 86 a.C., mas antes de finais de 81 e início de 80 a.C. e que o *iudex quaestionis* foi M. Fanio; 3) Em finais de 81 e início de 80 a.C., um outro caso, *Sex Rocio* foi acusado pela morte de seu pai mas foi absolvido; 4) Escamander foi acusado de tentar envenenar Cluencio em 74 a.C. e foi condenado mas a punição parece desconhecida; 5) C. Fabricio de Alatrio também foi acusado de envenenar Cluencio em 74 a.C. também condenado e punição também desconhecida; 6) Estalio Albio Opianico foi acusado de tentativas de envenenamento em 74 a.C., vítima desconhecida, veredito de culpado (ALEXANDER, 1990:64; 66; 74)

Rodes; 2) o caso de Sex Tito acusado de comportamento sedicioso e teve como resultado também o exílio; 3) o caso de C. Norbano, acusado não antes do ano 96 a.C., de comportamento sedicioso e foi absolvido; 4) o caso de Sevilio Cépio, acusado, no ano de 95 a.C., por má conduta durante seu mandato como *questor* no ano 100 a.C. (ALEXANDER, 1990:40; 42; 44; 45; BAUMAN, 1967:40-41). O conjunto de ofensas julgadas sob essa lei deveria dizer respeito, em teoria, à má conduta e à gestão de consulares e proconsulares, mas direciona-se a ações contra o alto escalão de magistrados e, conforme as acusações, parece ter servido como um importante instrumento político nos conflitos entre facções (SCULLARD, 2011:46-47; CASTRO-CAMERO, 2000:39; ROBINSON, 1995:75; SEAGER, 2004:144-145).

A *Lex Varia de maiestate* datada, aproximadamente, do ano de 90 a.C., dentro de um contexto de guerras sociais e lutas políticas internas, foi instituída pelo tribuno Vario Severo Hibrida que foi, inclusive, acusado sob essa lei (SEAGER, 1967:37-43; GRUEN, 1965:59-73). A *Lex Varia* referir-se-ia a uma forma de *maiestas* específica que não era prevista em leis anteriores, a saber, a ofensa de incitar, promover e ser cúmplices dos aliados em sedições contra Roma, incluindo assim ao escopo de leis de *maiestas* o elemento externo [aliados] (SEAGER, 1967:40; CASTRO-CAMERO, 2000:39; BAUMAN, 1967:59). Essa lei parece, contudo, ter sido utilizada como um instrumento político com a intenção de acusar membros da oligarquia de incitar aliados à sedição, tornando possível a tentativa de consolidação do controle do estado pela ordem equestre (SEAGER, 1967:38 E 40; GRUEN, 1965:59). Os casos que estão relacionados a essa lei *Lex Varia* são: 1) Em 90 a.C., Emilio Escauro é acusado de auxiliar aliados com comportamento sedicioso e o resultado parece ter sido a desistência de ser continuar com a acusação e o processo; 2) o caso de Pompeio Rufo acusado no ano 90 a.C. e foi absolvido; 3) Escribônio Curio foi ameaçado de acusação sob essa lei em 90 a.C., mas não houve julgamento ou processo; 3) Calpunio Bestia acusado em 90 a.C. se exilou antes do julgamento começar; 4) o caso de Aurélio Cota acusado em 90 a.C., se exilou antes que os jurados votassem o veredito; 5) O julgamento de Servilio Cépio é incerto mas, se ocorreu, foi provavelmente no ano de 90 a.C.; 6) o caso de M. Antonio aconteceu em, 90 ou 89 a.C., e talvez, como resultado, tenha sido absolvido; 7) Vario Severo Hibrida foi acusado em 89 a.C. e condenado e a punição, o exílio; 8) Cn. Pomponio foi acusado em 89 a.C. (ALEXANDER, 1990:53; 54; 55; 56; 57; 58).

A *Lex Cornelia de maiestate* (*Lex Cornelia de Sila*) foi estabelecida por volta do ano 80 ou 81 a.C. (SEAGER, 2004:148; CASTRO-CAMERO, 2000:40-41). Parece ter sido considerada como uma lei ampla de *maiestas* que poderia ter incluído uma série de casos e

ofensas, mas Bauman (1967:69-75) argumenta que as evidências apontam para uma interpretação estrita da lei e não ampla. Os casos vinculados à *Lex Cornelia* são: 1) C. Elio Peto Esteno foi acusado de revolta contra Emilio Lépido entre os anos 74 e 70 a.C. e foi condenado, punição desconhecida; 2) Também entre os anos 74 e 70 a.C., M. Atilio Bulbo é acusado de adulteração de legião na Ilíria e o veredito foi de culpado mas a pena desconhecida; 3) Em 70 a.C., Verro foi ameaçado de processo sob essa lei devido a acusação de má gestão militar durante seu governo na Sicília entre os anos 73-71 a.C.; 4) C Cornélio foi acusado em 66 e como resultado o pretor não apareceu no caso, houve violência 'popular' contra o Comitê que foi obrigado a desistir do processo abrindo margem para suspeitas de que tenha havido suborno para o caso ser esquecido; 5) C. Cornélio acusado de ações ilegais em 65 a.C., mas foi absolvido por uma margem significativa de votos; 6) Também em 65 a.C., Manilio (Crispo?) foi acusado e condenado, mas a punição é desconhecida; 7) Caso provável de acusação de *maiestas* por incompetência militar de C. Antônio em 59 a.C., foi condenando e exilado para a cidade de Cefalonia; 8) Ap. Claudio Pulcher é acusado no ano 50 a.C. devido a má conduta como governador da Cilicia durante seu mandato 53-51 a.C., mas foi absolvido (ALEXANDER, 1990:80; 91; 102; 105; 119; 166).

A *Lex Iulia de maiestate*, cuja atribuição ainda permanece controversa ora podendo remeter à César, ora sendo considerada como obra de Augusto, é a lei sobre a qual temos mais informações (CASTRO-CAMERO, 2000:41-44; BUNSON, 2002:319; BAUMAN, 1967:266-292; LEAR, 1929:78; LEVICK, 1979:358-379; CHILTON, 1955:73:81). Como destaca Bauman (1967:266), a *Lex Iulia de maiestate* tem sido, geralmente, reconhecida como um estatuto que incorporou todas as leis que regulavam os crimes de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) anteriores, e que teria também acréscimos e inovações, sendo considerada ainda como a única lei para casos dessa natureza à qual se recorreria. Entretanto, parece-nos mais provável (como assume Bauman e mais alguns estudiosos do tema) que o conjunto das leis de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) continuaram a coexistir, podendo-se recorrer a uma ou outra lei, podendo ainda ser conjugada com leis de outra natureza dependendo do caso, da ofensa cometida e das circunstâncias e contextos históricos implicados. Em nossa opinião, o Levante das Estátuas parece ter sido um caso no qual se pode observar que diversas leis de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) foram evocadas, como veremos no decorrer do presente capítulo na seção referente a esse caso em particular. Logo, consideramos apropriado pressupor que uma única lei não seria capaz de abarcar todas as dimensões de casos múltiplos e diferenciados de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις). O conteúdo da *Lex Iulia de maiestate* parece ser o maior dentre

as leis dessa natureza, como observa Castro-Camero (2000:41-44) ao discorrer sobre o elenco de ofensas consideradas sob esse estatuto e que está presente no *Corpus Iuris Civilis*, especialmente, na análise do excerto do Digesto de Justiniano 48, 4 que disserta sobre essa lei (*Ad Legem Iuliam Maiestatem*, ANEXO O e P).

O repertório de ofensas, segundo a sistematização realizada por essa autora, é muito útil e fornece uma ideia geral do conteúdo da *Lex Iulia de maiestate*, no entanto, parece-nos ainda carecer de outra informação muito significativa e também importante que faz parte do escopo da lei, a saber, a previsão de penalidades às condutas descritas (Cf. ANEXOS O e P) e que essa autora apenas discorre em capítulos à parte. Nesse sentido, passemos agora para a compreensão das penas previstas sob esse estatuto segundo o debate historiográfico disponível na contemporaneidade.

A historiografia sobre o tema propõe duas possibilidades de penas previstas sob essa *Lex Iulia de maiestate*: a execução [*Capitis Supplicia*, *Capitis Diminutio*] ou o exílio [*Aquae et Ignis Interdictio*][20] (LEVICK, 1979:358; CASTRO-CAMERO, 2000:53-58). Para a *Lex Iulia de maiestate*, Barbara M. Levick apresenta duas hipóteses interessantes: em primeiro lugar, segundo essa autora, as *leges maiestatis* não faziam diferença ou gradação de *maiestas*, o que implicaria pensar que havia uma única possibilidade de pena a ser aplicada nesses casos e, em segundo, que a pena possível e previsível sob a *Lex Iulia de Maiestate* seria a pena capital, no sentido que evoca morte e execução, e não o exílio.

A proposição de Levick é, no entanto, referente ao contexto do Principado. Mas mesmo que a pena para a *Lex Iulia de Maiestate* fosse apenas a pena capital, no sentido de execução, como sugere Levick, Castro-Camero (2000:53-58), demonstrou que mesmo essa pena capital apresentava várias formas e gradações dos tipos de morte sugeridas que incluíam crucificação, morte por fogueira e decapitação[21]. Neste sentido, parece-nos possível argumentar que havia sim também distinção e gradação de tipos de *maiestas*. De uma maneira ou de outra, para nós, a questão seria então se esta interpretação permanece a mesma para o contexto da Antiguidade Tardia.

A contribuição de Levick ao debate sobre o tema é importante, todavia, pensamos que a posição dessa autora é uma possibilidade, entre outras, para o contexto do Principado.

---

[20] Para a compreensão do exílio no contexto da República Romana, cf. Gordon P. Kelly (2006).

[21] Mortes com métodos diferentes que poderiam evocar uma série de significados também diversos. Donald G. Kyle (2001:128-154), por exemplo, argumenta que, em Roma, os indivíduos não eram igualmente tratados no modo como morriam ou eram mortos, bem como os seus restos mortais eram tratados e/ou se eram lembrados ou não. E cada tipo de morte, cada tipo de sepultura ou falta dela constituem mensagens específicas. Assim, se há uma variedade de significados e gradações de mortes, achamos possível também no caso dos crimes de *maiestas* haver diferenciações e nuances.

Entretanto, considerando as novas abordagens disponíveis no presente contexto historiográfico, outra via de compreensão parece também ser possível e até mais provável, em nossa opinião, para o contexto da Antiguidade Tardia, especialmente se observarmos esse tema a partir do caso específico do Levante das Estátuas, como buscaremos argumentar posteriormente ainda no presente capítulo.

Neste sentido, consideramos que, ao contrário da posição acima destacada, o crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) inclui uma série de ofensas, bem como penalidades e leis diversas, às quais podem ser conjugadas entre si e, pelo menos, para o contexto da Antiguidade Tardia, achamos presumível a existência de uma gradação do crime de *maiestas*. Passemos, a partir de agora, aos casos específicos que estavam relacionados às imagens imperiais no contexto da história da *República Romana* e do *Principado*, de modo que possamos inferir sobre o contexto e as possíveis penas aplicadas. E, considerando esse panorama descrito até o momento, buscaremos discorrer, no próximo subitem deste capítulo, sobre os casos de *maiestas* para o contexto da Antiguidade Tardia para podermos interpretar o caso do levante à luz desses precedentes numa compreensão contextual e de conjunto.

5.3. Os casos de crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) envolvendo estátuas no contexto da *Res publica* e do *Principado*

A imediata identidade entre os atos considerados indevidos contra as imagens imperiais com o crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) é algo que parece ter sido muito significativo no caso do Levante das Estátuas. Essa relação entre estátuas [ou quaisquer imagens que portassem a efigie imperial] e crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) não é fortuita e nem arbitrária. Durante a *História do Império Romano*, é possível mapear casos de acusação de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) relacionados a esses objetos que eram considerados ainda mais sagrados no contexto da Antiguidade Tardia (BONFANTE, 1964:408).

A associação entre estátuas (ou imagens imperiais) e *maiestas* teve procedência e recebendo amplo apoio já em finais do período Republicano. Logo, podemos considerar que a relação entre estátuas e o crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) pode ser remontada ao período da *República Romana*, tradicionalmente periodizada entre os anos 509 a.C. e 27

a.C.[22], e o caso de Gaio Verro pode ser aqui um exemplo a ser mencionado acerca das particularidades daquela relação.

Em 70 a.C., Gaio Verro foi acusado de ser responsável por um mau governo durante seu mandato como *praetor* na Sicília entre os anos 73-71 a.C. e, em razão disso, um tribunal foi instaurado para julgar os atos considerados ilegais daquele magistrado e Cícero, nomeado promotor do caso, escreve os discursos que ficaram conhecidos como *Verrines* (ou *In Verrem*), nos quais apresenta as acusações e o processo contra o acusado[23].

As denúncias contra Verro foram trazidas em nome da população da província da Sicília ao Tribunal de *Repeduntae* e o conjunto das acusações foi interpretado sob a conjugação de várias leis: a *Lex Cornelia de Repetundis*; a *Lex Cornelia de Peculatu*; a *Lex Cornelia de Maiestate* (COWLES, 1929:429; ALEXANDER, 1990:87, 88, 91).

As acusações contra Verro eram as mais diversas: má administração, corrupção, injustiça, roubo, extorsão, ineficiência, arbitrariedade, covardia (COWLES, 1929:431). Dentre essas acusações, consta a acusação de apropriação indevida de vários objetos sagrados pertencentes à província, a remoção de algumas estátuas, inclusive, objetos de propriedade privativa de indivíduos (FRAZEL, 2005:363)[24].

As apreensões ilegais realizadas por Verro, claramente, identificadas, dentre outros objetos, são: uma alegoria de Hímera em bronze; uma estátua de bronze do poeta Estesícoro; quatro estátuas da casa do ilustre Heios de Messana, a primeira, uma estátua de mármore do cupido Praxiteles, uma estátua de bronze de Hércules e mais duas estátuas de bronze do tipo Canéforas que não eram consagradas, mas apenas ornamentais; uma Diana de bronze da cidade de Segesta; uma estátua de Mercúrio de Tíndari, uma estátua de Apolo em Agrigento;

---

[22] Aqui adotamos a periodização tradicional uma vez que não poderíamos discorrer no espaço dessa Tese o debate implícito na temática das classificações e categorias de períodos históricos. Todavia, é digno de nota que a periodização de contextos históricos é fundamentada em elementos particulares que as definem e classificam-nas de uma determinada forma. As periodizações são compostas mediante motivações de caráter político e são, de qualquer maneira, questionáveis em seus parâmetros de escolhas. Não obstante, adotaremos a periodização tradicional na medida em que ainda consideramos uma periodização válida considerando as devidas ressalvas de que a mudança de sistema político não significa necessariamente uma mudança nos comportamentos e padrões culturais da sociedade.

[23] O caso de Gaio Verro pode ser conhecido mediante os escritos *In Verrem* de Cícero. D. H. Berry (2006:3-4) argumenta que os *Verrines* são constituídas de sete discursos relacionados a esse caso, a saber: um primeiro e preliminar discurso chamado *Divinatio in Caecilium* seguidos de mais seis discursos denominados *In Verrem I* e *In Verrem* II sendo este último composto de discursos numerados de 1 a 5.

[24] Sobre a acusação de remoção de estátuas, conferir, especialmente, o *In Verren II, 4*. A seguir, os excertos que tratam especificamente da acusação de Gaio Verro no que se refere à remoção de estátuas. "*Vnum hoc crimen videtur esse et a me pro uno ponitur, de Mercurio Tyndaritano; plura sunt, sed ea quo pacto distinguere ac separare possim nescio. est pecuniarum captarum, quod signum ab sociis pecuniae magnae sustulit; est peculatus, quod publicum populi Romani signum de praeda hostium captum, positum imperatoris nostri nomine, non dubitavit auferre; est maiestatis, quod imperi nostri, gloriae, rerum gestarum monumenta evertere atque asportare ausus est; est sceleris, quod religiones maximas violavit; est crudelitatis, quod in hominem innocentem, in socium vestrum atque amicum, novum et singulare supplici genus excogitavit* [...]".

entre outras estátuas (BERRENDONNER, 2007:205, CF. N.2; COWLES, 1917:95-135). Verro ainda foi acusado por Cicero de ter se apropriado de vinte e sete pinturas e portas entalhadas do templo da deusa Minerva (FRAZEL, 2005:368).

Essa espoliação do patrimônio da província da Sicília por Verro, conjugado com os outros atos, significou a possibilidade de uma acusação grave e, em última instância, a acusação de *maiestas* se necessário fosse (BAUMAN, 1967:30-31). No final do processo, Verro foi considerado culpado *in absentia* uma vez que se exilou voluntariamente antes do veredito ter sido promulgado e condenado a pagar uma indenização cuja quantia não é definida e a permanecer em exílio pelo resto da vida (COWLES, 1917:190).

No *Principado*, o primeiro caso de que temos notícia é a acusação de *crimen maiestatis* contra Faiano e Rúbrio, membros da ordem *equestre*, acusados de desrespeito à divindade de Augusto, em 15 d.C. (ROGERS, 1935:8). As acusações chegaram ao conhecimento de Tibério. Todavia, esse imperador, em carta aos cônsules, informa que os casos não precisavam ser julgados nem mesmo levados a sério.

Essas acusações não resultaram em julgamento ou processo e os indiciamentos foram anulados. Temos conhecimento desse e de alguns outros casos de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) mediante o relato de Tácito em seus *Annales*. Sobre esse caso, em particular, assim, relata Tácito (*Annales*, 1, 72-3):

> Eu não serei cansativo em recordar o caso de Faiano e Rubrio, membros humildes da ordem equestre, de maneira que se familiarize com as fases iniciais da existência de uma forma severa de aniquilamento, dado o grau de habilidade de Tibério, foi suprimida e depois, finalmente, foi reacendida e que abrangeu tudo. O acusador de Faiano lançou sobre ele a acusação que, entre os reverenciadores de Augusto (que foram mantidos em cada casa em forma de colegia), ele tinha se associado a um Cássio, um mímico de má fama devido ao indevido uso de seu corpo e que, ao vender o seu jardim, ele tinha descartado junto e, ao mesmo tempo, uma estátua de Augusto. A acusação de Rubrio foi que ele tinha violado a divindade de Augusto mediante perjúrio. Quando esses casos se tornaram conhecidos a Tibério, ele escreveu aos cônsules e disse que decretar um lugar nos céus para seu pai não pode significar que essa honra se tornaria a ruina de seus cidadãos: o ator Cássio, entre outros da mesma profissão, estava acostumado a assistir aos jogos que sua própria mãe havia consagrado à memória de Augsuto e que as representações de Augusto poderiam ser incluídas em vendas de jardins e casas, como tem acontecido com as de outras divindades. Quanto ao juramento, isso deve ser valorizado exatamente como se o homem tivesse jurado falsamente por Júpiter: as ofensas aos deuses são preocupação dos deuses.[25]

[25] N.T..: "*Haud pigebit referre in Falanio et Rubrio, modicis equitibus Romanis, praetemptata crimina, ut quibus initiis, quanta Tiberii arte gravissimum exitium inrepserit, dein repressum sit, postremo arserit cunctaque corripuerit, noscatur. Falanio obiciebat accusator, quod inter cultores Augusti, qui per omnes domos in modum collegiorum habebantur, Cassium quendam mimum corpore infamem adscivisset, quodque venditis hortis statuam Augusti simul mancipasset. Rubrio crimini dabatur violatum periurio numen Augusti. quae ubi Tiberio notuere, scripsit consulibus non ideo decretum patri suo caelum, ut in perniciem civium is honor verteretur. Cassium histrionem solitum inter alios eiusdem artis interesse ludis, quos mater sua in memoriam Augusti*

Um outro caso é o de Grânio Marcelo (ROGERS, 1935:9-12). Em seus *Annales (1, 74, 1-6)*, Tácito informa-nos sobre o caso de Grânio Marcelo que na época era Governador da Bitínia e recebeu uma dupla acusação: Cépio Crispino, *quaestor* de Grânio Marcelo, o acusou de ter caluniado Imperador Tibério com a ajuda de Romano Hispo, um dos *delatores*, acusou o governador de ter colocado uma estátua dele em posição mais alta do que as dos Césares e ainda de ter removido a cabeça de uma estátua de Augusto e colocado em seu lugar uma cabeça de Tibério.

A acusação de maior gravidade e que fez Tibério refletir sobre a seriedade do caso repousará, no entanto, na segunda acusação que se referia às ações contra a estátua de Augusto (KATZOFF, 1971:682). "As estátuas eram a expressão material de relações políticas e sociais entre cidadão, membros da elite e as cidades nas quais viviam" (MACHADO, 2006:120).

Suetônio (*Tibério*, III, 58) também reporta casos de *maiestas*, mas sem especificar acusados, envolvendo imagens e efígies como, por exemplo, bater em um escravo perto de uma estátua de Augusto, ou trocar de roupa em presença de uma estátua consagrada; ainda carregar moedas com efígies imperiais à lupanários e que um homem foi condenando à morte por permitir que uma honra a ele fosse feita no mesmo dia que honrarias eram prestadas a Augusto.

Filóstrato (*Vita Apolloni*, I, 15), interessantemente, fornece-nos um exemplo próximo ao caso do Levante das Estátuas, um conflito que envolveu estátuas imperiais:

> Esses anos em silêncio passados parte em Panfília, parte na Sícilia e, embora, seu caminho tenha sido se rumando para corridas como essas, ele nunca falou ou soltou um murmúrio. Sempre, porém, que ele vem a uma cidade se envolver em um conflito (e muitos estavam divididos em facções contra espetáculos de baixo nível) ele se antecipa e se exibe indicando algo de sua intenção de repreender por um gesto manual ou apenas pelo olhar em sua face, ele poderia colocar um fim a toda a desordem e as pessoas silenciam suas vozes como se eles estivessem envolvidos com os mistérios. Bem, não é tão difícil conter aqueles que começaram uma briga por causa de danças e cavalos, para aqueles que criam sedições por estas questões, se eles estão diante de um homem real, eles se envergonham e se recuperam retomando seus sentidos, mas uma cidade, duramente, pressionada pela fome, não é tão dócil, e muito menos fácil de elevar os humores mediante palavras persuasivas e, assim, dominar sua paixão. Mas, no caso de Apolônio, o mero silêncio de sua parte era o suficiente para aqueles afetados. De qualquer forma, quando ele chegou na cidade de Aspendo em Panfília (esta cidade foi construída às margens do rio Eurimedonte, menor que essa somente existe outras duas), ele encontrou ervilhaca à venda no mercado e os cidadãos estavam se alimentando disso e de qualquer coisa

---

sacrasset; nee contra religiones fieri, quod effigies eius, ut alia numinum simulacra, venditionibus hortorum et domuum accedant. ius iurandum perinde aestimandum quam si Iovem fefellisset: deorum iniurias dis curae." (*Cornelii Taciti Annalium*, Liber I, Cap. 73).

> que pudessem encontrar, pois o homem rico havia estocado todo o suprimento de milho para a exportação. Consequentemente, uma agitada multidão de pessoas de todas as idades atacou o governador e acendendo uma fogueira queriam queimá-lo vivo, mas ele se agarrou às estátuas do imperador que eram mais temidas naquela época e mais invioláveis que as estátuas de Zeus em Olímpia, pois eram estátuas de Tibério em cujo reinado, como dizem, um mestre foi considerado culpado de *maiestas* [¢sšbeia], meramente, por ter espancado um escravo porque ele mesmo tinha um dracma de prata com a imagem de Tibério. Apolônio, então, foi até o governador e, com um sinal feito com as mãos, perguntou qual era o problema e ele respondeu que não havia feito nada de errado, mas, que estava, de fato, errado tanto quanto a população, mas, disse ainda, que se ele não tivesse uma audiência ele iria perecer junto com a população. Apolônio, então, se voltou para os espectadores e acenou para que eles o pudessem ouvir, eles não somente seguraram suas línguas em razão do encantamento por ele, mas também largaram o tição que haviam retirado dos altares que estava perto. O governador, então, se encheu de coragem e disse: "Este homem e aquele homem", ele nomeou vários, "são os que devem ser responsabilizados pela presente fome, pois eles retiraram do mercado o milho e estão estocando, um em uma parte da cidade e o outro em outra parte". Os habitantes de Aspendo, em consequência disso, disseram uns aos outros para que fossem às propriedades desses homens, mas Apolônio sinalizou com sua cabeça que eles não deveriam fazer tal coisa, mas, em lugar disso, convocar aqueles que são culpados e obter deles o milho com o consentimento deles. E, em seguida, após algum tempo, os considerados responsáveis chegaram, ele quase estourou em discurso contra eles porque ele estava desse modo afetado pelas lágrimas da multidão, pois até crianças e mulheres estavam presentes e o homem velho estava gemendo e se queixando como se estivessem para morrer de fome. Entretanto, ele respeitou o voto de silêncio dele e escreveu em uma placa a acusação das ofensas e passou ao governador para ler em voz alta, as acusações denunciadas por ele segue da seguinte forma: "Apolônio aos mercadores de milho de Aspendo. A terra é a mãe de nós todos, pois ela é justa, mas você, porque você é injusto agindo como se ela fosse somente sua mãe e, se você não parar, eu não permitirei que você permaneça sobre ela". Eles ficaram tão apavorados por estas palavras que eles encheram o mercado com o milho e a cidade sobreviveu.

No caso narrado por Filóstrato, apesar de elogioso à interferência de Apolônio de Tiana, um filósofo do I século d.C., o que parece digno de nota e importante, para o nosso caso, é que as ações contra as estátuas e, em casos, contra imagens que portam a efígie imperial poderiam ser interpretadas como um ato grave e que recairia também sob a rubrica de crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις). Mas, da época da *República Romana*, passando pelo contexto do Principado, ao tempo da Antiguidade Tardia, o crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) envolvendo estátuas e imagens imperiais parece ter apresentado diferenças significativas passando, gradualmente, de atos individualizados a ações coletivas[26].

[26] Agradeço o alerta fornecido pelo Prof. Bryan Ward-Perkins sob a questão das penas coletivas como um aspecto a se pensar na relação alteridade/identidade entre o sistema judicial antigo e contemporâneo, o que nos levou a refletir sobre os casos de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) relacionados a estátuas e imagens imperiais levadas a julgamento entre o contexto do Principado e da Antiguidade Tardia.

5.4. Os casos de crime de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) envolvendo estátuas na Antiguidade Tardia

No processo de mapeamento dos casos[27], encontramos, sem dúvida, muitos exemplos de destruição de estátuas, mas, em grande parte, tratava-se, por um lado, de casos de processos de *Damnatio memoriae*[28] empreendidos em nome do Imperador, como casos oficiais de apagamento da memória de pessoas concebidas como inimigas do Estado romano e, por outro lado, de casos em que houve um processo de reutilização de material para a confecção de outras estátuas[29], ou ainda, alguns casos, nos quais as estátuas podiam ser confiscadas pelo governo imperial e derretidas para cunhagem de moedas[30]. Nenhum desses casos poderia ser compreendido como casos de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) ou foram interpretados pelos antigos como crimes.

No contexto da Antiguidade Tardia, os casos de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) relacionados às estátuas parecem terem sido pouco explorados, em nossa opinião, talvez por uma falta de dados e/ou documentos que discorram sobre esse tema, talvez por uma pouca atenção dada a essa temática pela historiografia especializada[31] ou ainda, por nossa

---

[27] Esse mapeamento foi feito mediante algumas documentações escritas de que tivemos acesso e possibilidade de leitura e por intermédio da historiografia contemporânea.

[28] Os processos de *Damnatio Memoriae*, no século IV d.C. também são significativos. Cf.: O capítulo Décimo da obra *Mutilation and Transformation: Damnatio Memoriae and the Roman Imperial Portraiture*, de Eric R. Varner (2004:214-24), o qual discorre sobre alguns casos de *damnatio memoriae*.

[29] A reutilização de materiais de estátuas, reciclagem e substituição mediante transformação da imagem inicial em uma outra imagem como representação de um outro imperador são procedimentos recorrentes dentro da História do Império Romano. Cf., por exemplo, vários casos nas *Crônicas* de João Malalas. E os trabalhos recentes de Carlos Augusto Machado conjuntamente com o Prof. Bryan Ward-Perkins sobre o projeto das últimas estátuas da Antiguidade Tardia.

[30] Cf. *L'Empire Romain em mutation* de Aline Roussele e Jean-Michel Carrié, p. 245-247.

[31] Os casos de crime de lesa-majestade relacionados a estátuas nos contextos da *República Romana* e do *Principado* são significativamente mais explorados pela nossa historiografia contemporânea. Embora esses casos de *maiestas* específicos sejam pontuais podemos ter mais detalhes dentro desses contextos. Na República Romana, conferir, por exemplo, o caso de Gaio Verro que foi acusado de ser responsável por um mau governo durante seu mandato como *praetor* na Sicília e, em razão disso, um tribunal foi instaurado para julgar os atos considerados ilegais daquele magistrado e Cícero, nomeado promotor do caso, escreve os discursos que ficaram conhecidos como *Verrines* (ou *In Verrem*), nos quais apresenta as acusações e o processo contra o acusado. As acusações contra Verro eram as mais diversas. Dentre essas acusações, consta a acusação de *maiestas* relacionadas à remoção de algumas estátuas. No *Principado*, temos notícia, até o momento, de dois casos de acusação de *maiestas* relacionados a estátuas e que foram citados nas *Annales* de Tácito. Primeiro, é o caso de Faiano e Rubrio acusados de maiestas porque havia colocado à venda uma estátua de Augusto (Tácito, *Annales*, 1, 73, 2-3). Segundo, é a acusação de *crimen maiestatis* contra Grânio Marcelo. Tácito *(1, 74, 1-6)* nos informa sobre o caso de Grânio Marcelo que na época era Governador da Bitínia e recebeu uma dupla acusação: Cépio Crispino, *quaestor* de Grânio Marcelo, o acusou de ter caluniado Imperador Tibério e Hispo Romano, acusou esse governador de ter colocado uma estátua dele em posição mais alta do que as dos Césares e ainda de ter removido a cabeça de uma estátua de Augusto e colocado em seu lugar uma cabeça de Tibério. A acusação de maior gravidade e que fez Tibério refletir sobre a seriedade do caso repousará, no entanto, na segunda acusação a qual se referia às ações contra a estátua de Augusto (KATZOFF, 1971:682), o que nos indica que as acusações envolvendo a manipulação desses objetos apresentavam agravantes já neste contexto.

impossibilidade de explorar tamanho manancial de documentos provenientes deste contexto histórico, o que não significa, em qualquer dos casos, que estes exemplos de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) não tenham existido. Pensamos que estes casos existiram juntamente com uma série de outras acusações de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) mais exploradas nesse período, como os casos de acusação ilegal de magia, adultério[32].

Assim, embora não possamos contar aqui com um conjunto agregado de casos de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις) associado à destruição e zombaria de estátuas, de ponto de vistas diferentes provenientes de documentações diversas, nós podemos, pelo menos, dar notícia de dois casos específicos dentro de nossa documentação que poderiam ter sido interpretados sob o caso de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις).

Um fornecido pelo próprio Libânio em *As Orações sobre o Levante das Estátuas* e outro fornecido pelo próprio João Crisóstomo em *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia*. O exemplo fornecido por Libânio refere-se à destruição de uma estátua de Constâncio na cidade de Edessa. O exemplo fornecido por João Crisóstomo é sobre uma estátua de Constantino. Vejamos.

Libânio menciona a destruição de uma estátua de Constâncio que, segundo ele, é um acontecimento de mesma gravidade que a destruição de estátuas ocorrida no Levante das Estátuas. Segundo Libânio, a diferença repousará na reação imperial, mas, em nossa opinião, outras diferenças podem ser encontradas na comparação dos casos. Vejamos as citações. Libânio (*Or*. XIX, 48-49) menciona a destruição da estátua de Constâncio, em Edessa:

> "Ah, mas o que aconteceu então," será questionado, "foi o assassinato de Teófilo. E agora nós estamos preocupados com uma ofensa contra as estátuas imperiais." Agora eu vou ignorar o fato de que aquele incidente foi também uma ofensa contra o imperador e demonstrarei que, precisamente sob circunstâncias similares a estas, Constâncio permaneceu fiel a si mesmo. Na cidade de Edessa, os habitantes, ressentidos por algum tratamento que eles receberam, derrubaram a estátua de bronze dele [de Constâncio], e derrubando-a com a face para baixo, erguendo-a, como fazem com as crianças na escola, desferiram golpes por todos os lados, ainda é preciso se ressaltar que qualquer pessoa que tenha recebido tal surra estava muito longe de ter a dignidade imperial. Quando Constâncio soube disso, ele não se enfureceu, ele não puniu, nem humilhou a cidade de alguma maneira. Ele se recusou a puni-los [...]. Este é um tal comportamento tão nobre e honrado, que as suas faltas em assuntos militares ficavam disfarçadas pela sua moderação.

[32] Cf. *Penal practice and penal police in Ancient Rome*, de O.F. Robinson (2007:135-7). Em *Origo Constantini Imperatori*, um relato acerca da ascendência familiar, carreira e reinado de Constantino e que também apresenta dados sobre a disputa política entre Constantino e Licínio (LÓPEZ HERNANDO & LASALA NAVARRO, 2007:271), há um caso de destruição de imagens e estátuas de Constantino na cidade de Emona e Licínio seria o responsável por essas destruições. Embora esse caso, entre outros, mereçam um estudo mais particularizado, o que nos é revelador é, justamente, a persistência da prática de destruição de imagens imperiais indicando que essa ação não desapareceu no século IV d.C. e que poderia ser interpretado como lesa-majestade dependendo do contexto, das circunstâncias e dos interesses envolvidos.

O exemplo de João Crisóstomo, por sua vez, trata-se da estátua de Constantino. Assim discorre João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XXI, 11):

> Eu narrarei para vocês um antigo pedaço de história para que vocês entendam que nenhum exército, nem armamentos de guerra, nem dinheiro, nem uma multidão de súditos, nem qualquer outra coisa excetuando a sabedoria de alma e a brandura farão os soberanos mais ilustres. A história é relativa ao abençoado Constantino que, em uma ocasião, quando uma estátua dele próprio foi atingida por pedras, e muitos o instigaram a agir contra aqueles que praticaram a ofensa dizendo que estes tinham desfigurado toda a sua face espancando-a com pedras, ele acariciou sua face com sua mão e rindo mansamente, disse: "Eu sou incapaz de perceber qualquer ferida em minha face. A cabeça parece tão perfeita e a face também bastante saudável". Dessa maneira, aquelas pessoas envergonhadas, desistiram do mau conselho.

Nesses dois acontecimentos, onde as estátuas de Constâncio e Constantino foram atacadas, tanto Libânio quanto João Crisóstomo alegam uma reação imperial menos agressiva se compararmos a expectativa e os rumores da resposta do imperador Teodósio no caso do levante que estudamos.

Aqueles dois casos evocados podem, portanto, ser interpretados como exemplos sobre como deveria ser a maneira como o imperador Teodósio deveria agir no caso do Levante das Estátuas. Mas o que esses dois casos não revelam é a multiplicidade de possibilidades de uma reação imperial em casos como estes.

Na verdade, as reações imperiais poderiam ser as mais variadas possíveis dependendo do imperador alvo da ofensa, das circunstâncias e da própria ofensa em si[33]. Mas mesmo assim, todas as reações poderiam estar dentro da legalidade e ter legitimidade de reação. Libânio (*Or*. XX, 13), por exemplo, argumenta que a popularidade do exercício do poder imperial depende das cidades, da multidão de seus soldados, da legislação, da sabedoria e da administração escrupulosa da justiça bem como depende da habilidade de se perdoar os delitos das cidades. Não obstante, em outros excertos, o sofista aponta que havia legalidade para agir de qualquer maneira que o imperador achasse justo. Sob o ponto de vista do sofista, Teodósio teria conhecimento disso tudo, mas mesmo assim, argumenta que o imperador tem bases legais para executar aqueles que cometeram os delitos mais sérios (Libânio, *Or*. XX, 13-14; *Or*. XXIII, 14) Nesse sentido, a particularidade desse levante também estaria relacionada ao posicionamento imperial e à maneira como Teodósio, em particular, gerenciaria e responderia a esse tipo de conflito dentro do padrão de ação desse imperador em situações similares.

---

[33] Sobre algumas reações imperiais a ofensas cometidas contra imperadores, Cf. Gleason (1986:114-115).

Na versão de Libânio (*Or*. XX, 24) e, particularmente, sobre o caso de Constantino, as estátuas deste imperador parece não ter tido histórico de destruição, o que contradiz a versão de João Crisóstomo. E mesmo com referência à versão de Libânio sobre a estátua de Constâncio, há outra versão, contada pelo próprio sofista na *Oração* XX, 27, fornecendo outras circunstâncias de acontecimentos que talvez poderiam mudar a interpretação desse incidente. Comparemos as duas versões propostas pelo sofista:

A destruição da estátua de Constâncio em Edessa

Libânio de Antioquia (*Or*. XIX, 48) **(1)**	Libânio de Antioquia (*Or*. XX, 27) **(2)**
48. "Ah, mas o que aconteceu então," será questionado, "foi o assassinato de Teófilo. E agora nós estamos preocupados com uma ofensa contra as estátuas imperiais." Agora eu vou ignorar o fato de que aquele incidente foi também uma ofensa contra o imperador, e demonstrarei que, precisamente sob circunstâncias similares a estas, Constâncio permaneceu fiel a si mesmo. Na cidade de Edessa, os habitantes, ressentidos por algum tratamento que eles receberam, derrubaram a estátua de bronze dele [de Constâncio], e derrubando-a com a face para baixo, erguendo-a, como fazem com as crianças na escola, desferiram golpes por todos os lados, ainda é preciso se ressaltar que qualquer pessoa que tenha recebido tal surra estava muito longe de ter a dignidade imperial. 49. Quando Constâncio soube disso, ele não se enfureceu, ele não puniu, nem humilhou a cidade de alguma maneira. Ele se recusou a puni-los [...]. Este é um tal comportamento tão nobre e honrado, que as suas faltas em assuntos militares ficavam disfarçadas pela sua moderação.	27. O único que resta para realizar a comparação é Constâncio, que sofreu insulto pessoal por meio de sua estátua localizada na área limítrofe da Síria. Ainda se lembrarmos de Edessa, os seus festivais, a tradição dos festivais, e o fato de que isso é um procedimento antigo estabelecido, pelos quais todos os imperadores já passaram, e por causa de sua antiguidade produz mais prazer do que dor, alguém pode achar que existe uma grande diferença entre os dois incidentes que se referem às estátuas, na verdade, toda diferença entre insolência e diversão. 28. Eles dizem que essa prática se desenvolveu por meio da ciência dos sábios, mesmo até quando eles procuravam satisfazer alguns dos deuses dessa maneira e festejavam-nos com abuso jocoso, para que eles ficassem satisfeitos com isso e não fizesse qualquer demanda futura à população. Certamente, isso não pode ser duvidado, quando você os vê zombando de si mesmos e os notáveis entre eles fornecendo a ocasião para corridas de cavalos. Eles realizam essas corridas todos os anos, e tem a imunidade pela ocasião e pelo número de participantes não apenas pelo que eles dizem, mas por absolutamente tudo que possa fazer o festival mais divertido. E se uma autoridade se torna injustificadamente irritado e inicia uma campanha de punição, então, imediatamente ele é considerado um pequeno de alma, não familiarizado com os costumes religiosos.

A inclusão desses exemplos de reação menos agressiva proposta por Libânio e João Crisóstomo podem ser interpretadas como recursos retóricos desde que sejam compreendidos aqui que os recursos retóricos implicam em elementos que os compõe [digo, os

procedimentos de ataques às estátuas, o direcionamento a estátuas imperiais, a reação imperial, a interpretação de ofensa], e que todo esse conjunto tem equivalência com acontecimentos recorrentes na realidade do século IV d.C. e também neste acontecimento em particular, no Levante das Estátuas.

Em outras palavras, se esses exemplos de ofensas por destruição de estátuas evocados por ambos os autores foram aqui forjados ou não, não temos dados suficientes, até o momento, para interpretá-los. Mas é interessante observar que, forjados ou não, estes exemplos mostram um sinal de compartilhamento cultural comum, dada a semelhança de procedimento entre ambos os autores e que podem ter correspondido a casos e exemplos da própria realidade tardo-imperial.

Apesar de suas particularidades, o que esses exemplos também nos mostram é como a estrutura física da cidade, em termos gerais [se posso aqui generalizar, com fundamento em trabalhos de vários professores e especialistas no assunto], ou, de maneira mais específica, as imagens imperiais foram alvos recorrentes de ataques individuais, mas predominantemente dos ataques coletivos, no contexto da Antiguidade Tardia. Esses casos também revelam a dimensão desses tipos de acontecimentos que se constituem ainda representativos e importantes [seja na escolha de se evocar um exemplo na retórica de um discurso, seja na ação efetiva dentro de um conflito social]. Os alvos de ataque não são escolhas fortuitas. As imagens imperiais permanecem como símbolos representativos de uma ordem de coisas que implica também numa forma determinada de gerenciamento de conflitos e sedições.

5.5. O gerenciamento do ‘Levante das Estátuas’

Nas Homilias de João Crisóstomo, é possível observar que a interferência cristã se configurou a partir de uma ação conjunta que incluía: a população, o próprio João Crisóstomo como presbítero responsável pela cidade na ausência do bispo, o Flaviano, bispo de Antioquia; o Imperador Teodósio e, sobretudo, Deus. Todos estes tomam parte no gerenciamento do conflito que é apresentado, por João Crisóstomo, como um todo indivisível. Contudo, esta visão da atuação conjunta presente na documentação não recebe tratamento igual. Para João Crisóstomo, a interferência mais importante e definidora dos resultados do conflito é a interferência da Providência.

A participação do próprio João Crisóstomo dar-se-ia pela prédica, em forma de consolo e instrução, mas também pela consideração de uma atuação política ativa mediante

sua prédica, tema que voltaremos a refletir mais adiante[34]. Por ora, vejamos como João Crisóstomo, na Homilia II, 1-2 e 8-9, discorre sobre como pretende, de alguma maneira, tomar parte nesses acontecimentos que "necessitam de uma assistência celeste":

> 1. [...] Nós estivemos em silêncio por sete dias, da mesma forma que os amigos de Jó estavam. Me permita abrir a boca hoje para lamentar esse infortúnio comum [...].
>
> 2. [...] Eu encontrei a palavra da instrução impedida pela lamentação; eu mal era capaz de abrir a boca, separar os lábios, mover minha língua, ou expressar uma sílaba! Assim, como um freio, o peso da tristeza detém minha língua, e silencia o que eu deveria dizer.
>
> [...]
>
> 8. [...] Eu espero dissipar a nuvem da loucura e brilhar de novo com a instrução de costume por meio da sua compreensão!
>
> 9. Mas dai-me vossa atenção! Emprestai-me vossos ouvidos por algum tempo! Livrai-vos desse desânimo! Vamos retornar para o nosso costume anterior; e como nós sempre nos acostumamos a nos reunir aqui com alegria, assim vamos fazer também agora, deixando tudo para Deus. E isso contribuirá para o nosso livramento da calamidade. Pois o Senhor veria que Suas palavras são ouvidas atentamente; e que nosso amor pela filosofia permanece à prova da dificuldade desta época. Ele rapidamente nos erguerá novamente e fará uma mudança tranquila e feliz na tempestade presente.

João toma para si a responsabilidade do consolo e de confortar a população mostrando a interferência cristã e a autoridade e o poder instituído, na opinião desse presbítero, do bispo na realidade do século IV d.C. A prédica de João Crisóstomo pode ser muito atraente e persuasiva mas, voltamos a salientar que, em nossa opinião, assim como de acordo com uma historiografia recente, os bispos e os cristianismos no século IV d.C., e mesmo Antioquia, proclamada por João Crisóstomo, como a mais cristã das cidades, não exerciam tamanho poder e não ocupavam uma posição de hegemonia irreversível nesse contexto. Esse presbítero, mediante tamanha insistência, parece, pelo contrário, tentar persuadir sua audiência e seus leitores futuros de uma realidade que somente parece possível em tese e não na prática. A exortação e a repetida obstinação em informar sobre a participação cristã no Levante das Estátuas corroboram nosso argumento. A população também deve participar, deve auxiliar segundo os conselhos de João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. III, 5):

> Vamos nós numa embaixada longe daqui para a Majestade do céu! Deixe-nos assisti-lo [Flaviano em sua embaixada ao imperador] por meio de orações! A comunidade da Eclésia pode fazer muito, se como uma alma pesarosa e com um espírito arrependido, nós oferecermos nossas preces! Não é necessário atravessarmos o oceano, ou fazermos uma longa jornada. Deixe todo homem e toda mulher entre nós, que se encontrarem juntos na Eclésia, quer permanecerem em casa

[34] Agradeço a sugestão e indicação de Aberto Quiroga que me alertou para a possibilidade de João Crisóstomo atuar para além do consolo mediante prédica.

> rogar a Deus com muita dedicação e Ele indubitavelmente aquiescerá a essas petições.

Mais adiante, João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. III, 7) volta a reafirmar sobre a embaixada celestial mediante a oração, aconselhando: "Não nos desesperemos, então, acerca da nossa segurança, mas oremos, vamos evocar; vamos suplicar. Vamos a uma embaixada ao Rei que está acima com muitas lágrimas!".

Ainda há outra forma mediante a qual a comunidade pode contribuir para além das orações. Conforme o presbítero, o "dia de jejum também pode ser visto como um aliado, como um assistente nessa boa intercessão". Ainda mais vívida é a imagem que João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. III, 7) constrói dos membros da comunidade como 'marinheiros'[35], 'soldados'[36], 'camponeses'[37], 'viajantes'[38], e 'atletas'[39].

> Então quando o inverno acabar e o verão aparecer, o marinheiro retira sua embarcação do fundo; e o soldado lustra suas armas e deixa pronto seu cavalo de batalha, e os camponeses amolam suas foices; e o viajante corajosamente se entrega numa longa jornada, e o atleta se despe e revela-se para a luta. Pois, o fiel é simultaneamente, um camponês, e um marinheiro, e um soldado, e um atleta, e um viajante. Por isso Paulo disse, 'Nós não lutamos contra a carne e o sangue, mas contra os principados e os poderes. Então se vista com toda a armadura de Deus.' (Ef. 6, 12). Tu tens observado o atleta? Tu tens observado o soldado? Se tu és um atleta, é necessário para ti te entregar ao conflito despido. Se és um soldado, é conveniente posicionar-te na linha de batalha armado em todos os aspectos. Como então é possível isso, estar despido e ainda assim não estar despido; estar vestido e ainda não estar vestido! Como? Eu te direi. Dispa-te tu mesmo das coisas mundanas e tu tornar-te-ás um atleta. Veste-te com a armadura espiritual e tu tornar-te-ás um soldado. Desnuda-te tu mesmo dos cuidados mundanos, pois este é um tempo de gládio. Veste-te tu mesmo com a armadura espiritual, pois nós temos uma guerra a travar com os demônios. Por essa razão também é indispensável nós estarmos despidos para que possamos oferecer nada que o mal possa tomar enquanto ele está lutando conosco; e estarmos totalmente armados de todas as formas para então não receber de nenhum lado um golpe mortal.

Esse caráter extremamente bélico do texto é uma característica interessante, entretanto não é um elemento eventual. A imagética forte e persistente também contribui para uma inferência na qual a realidade de João Crisóstomo parece ser a de uma disputa constante na qual se precisam definir espaços de atuação e modos de compartilhamento de poder. E, para isso, a população antioquena, como um conjunto, deve ser ainda e, constantemente, formada, instruída, orientada. A imagem do cidadão antioqueno como 'camponês' demonstra um caráter disciplinar:

---

[35] N.T.: (PG, 49, *Hom*. III, 3): *ναύτες*
[36] N.T.: (PG, 49, *Hom*. III, 3): *στραπιωται*
[37] N.T.: (PG, 49, *Hom*. III, 3): *γεωργὸς*
[38] N.T.: (PG, 49, *Hom*. III, 3): *ὁδοιπόρος*
[39] N.T.: (PG, 49, *Hom*. III, 3): *ἀθλητὴς*

> Cultive a alma. Corte fora os espinhos. Semeia a palavra da religiosidade. Propague e proteja com muito cuidado as justas plantas da sabedoria divina, e tu se tornarás um camponês. E Paulo lhe dirá, 'O camponês que labuta deve ser assecla dos frutos (Tim 2, 6). Ele mesmo também praticou esta arte. Por isso, escrevendo aos Coríntios, ele disse, 'Eu tenho plantando, Apolo regado, mas Deus fez crescer' (1 Cor, 3, 6). Afia tua foice, a qual tu deixaste ficar cega por causa da glutonaria – amole-a para o jejum. Segura o caminho que guia em direção ao céu; rigoroso e estreito como é, segura-o e a jornada está posta. E como tu podes ser capaz de fazer essas coisas? Por meio do controle do teu corpo e mantendo-o subjulgado. Pois quando o caminho se torna estreito, a corpulência que é proveniente da glutonaria é um grande obstáculo. Reprima a excessiva onda de desejos. Rejeite a tempestade de pensamentos maldosos. Preserve a embarcação; manifeste muitas habilidades, e tu tornar-se-á um piloto. Mas nós devemos ter o jejum como um princípio fundamental e um instrutor em todas as coisas.

João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. III, 2 e 3) reivindica a participação ativa do bispo Flaviano que, em embaixada, teria tido uma audiência com o imperador Teodósio e o teria persuadido mediante alguns argumentos:

> 2. Ele [Flaviano] também fará da época especial seu advogado e se abrigará atrás das festividades sagradas da Páscoa; e lembrará o Imperador do tempo em que Cristo absolveu os pecados de todo mundo. Ele o exortará a imitar o Senhor. Ele também o lembrará daquela parábola dos dez mil talentos e dos cem pences [...]
>
> 3. Ele [Flaviano] irá além do mais informá-lo que a ofensa não era comum para toda a cidade, mas obra de certos estrangeiros e aventureiros, homens cuja ação recai sobre nenhum plano deliberado, mas imbuído com toda sorte de audácia e desregramento; e que isso não poderia ser justo, por causa da conduta desordenada de uns poucos, uma cidade tão grandiosa ser extirpada e punir aqueles que não fizeram nada errado e mesmo que todos tivessem sido os transgressores, eles já foram suficientemente punidos, sendo consumidos pelo medo por tantos dias e esperando todos os dias para serem condenados a morte e sendo exilados e fugitivos assim vivendo mais deploravelmente que criminosos condenados, carregando suas vidas em suas mãos e tendo nenhuma convicção na salvação! Deixe essa punição (eu diria) ser suficiente. Não carregue, portanto, ressentimentos para mais do que isso! Faça o Juiz acima misericordioso para vós mesmos, pela filantropia diante de vossos co-servos! Pense na grandeza da cidade e que a questão agora não preocupa uma, ou duas, ou três, ou dez almas, mas de uma vasta multidão tão numerosa para ser somada! É uma questão que afeta a capital de todo o mundo.

Esse cenário montado por João Crisóstomo não difere, essencialmente, da posição de Libânio. As estratégias discursivas são as correspondentes uma vez que podemos argumentar que ambos fazem parte de uma mesma elite que compartilham de uma mesma educação e formação cultural e para, além disso, estão ambos envolvidos na defesa de uma cidade e uma população da qual são membros nativos de uma *urbe* importante e privilegiada dentro do contexto das cidades romanas imperiais tardo-antigas.

Libânio (*Or*. XIX, 1) defende a própria participação em embaixada ao Imperador para falar em favor da população e da cidade recorrendo aos mesmo argumentos utilizado por João

Crisóstomo no exemplo da embaixada do bispo Flaviano. O sofista ainda faz exaltação à maneira do imperador Teodósio agir frente a conflitos e em distinção quando comparados a outros soberanos (*Or*. XIX, 16-23). Inicialmente, para Libânio (*Or*. XIX, 32), o gerenciamento do levante parece ter sido desastroso ou, no mínimo, complicado de ser suprimido e a ordem reestabelecida:

> 32. Nenhum magistrado [ἀρχῆς] apareceu e assim, eles foram obrigados a permanecerem parados. As autoridades citadinas [πολιτευόμενοι], longe de tomarem parte no evento ou serem testemunhas de tal comportamento, deitaram no chão em cada oportunidade que lhe aparecia para salvarem a própria vida, pois eles temiam que se aparecessem em cena, eles poderiam ser linchados.

Mas, logo em seguida, Libânio (*Or*. XIX, 32-33) justifica a maneira como se portaram as autoridades responsáveis pela supressão imediata da sedição, fornecendo mais elementos acerca da maneira como poderia interpretar tal evento:

> Sob o cometimento de atrocidades ainda mais chocantes, o medo que eles nutriam pelo que havia acontecido antes e que era menos grave se justifica consequentemente, pois depois da investida de tais excessos, como poderia se esperar que se comportassem de outra maneira, especialmente, quando a casa de um notável já havia sido incendiada? Eles estavam muito mais preocupados com a vida deles do que com as suas casas.

Do ponto de vista de Libânio, a resolução e encerramento formal desse episódio foi resultado de uma ação conjunta tendo Teodósio como clemente e primeiro responsável pelo perdão final. Mesmo tendo tido a participação do Senado e da população da capital de Constantinopla nas negociações para a resolução do conflito, Libânio (*Or*. XX, 37) argumenta em favor da decisão, aparentemente, única do imperador Teodósio:

> Em sua bondade e generosidade, ele favorece tanto o Senado quanto à População de Constantinopla com o desempenho de atos clementes em resposta às súplicas de ambos, pois estou convencido de que o resultado teria sido o mesmo, tendo eles o confrontado ou toda a humanidade. Por tudo isso, eu rezo para que bênçãos em grande abundância recaiam sobre aquela cidade que agora goza de tantas bênçãos, tanto pelas suas lágrimas quanto pelos outros esforços empreendidos para nos auxiliar, mas eles deveriam perceber que eles pediram um favor que ele [o imperador] teria concedido de qualquer maneira sem mesmo ter precisado pedir. Eles demonstraram nobreza e provaram que merecem prosperar, mas eles recomendaram uma maneira de agir a qual ele já havia decidido seguir por si próprio mesmo antes deles sugerirem.

Assim o imperador teria sido o responsável, em última instância, pela resolução da sedição. Mas Teodósio não estaria sozinho uma vez que outras personagens também são destacadas na perspectiva de Libânio (*Or*. XX, 36; *Or*. XXI, 1, 10, 16, 17, 20 e 21, 23- 27;

Or. XXII, 14-16, 19, 26, 29, 32-36) que completa o cenário da interferência em prol da cidade e da população com a Fortuna e outros deuses e os enviados imperiais, Elébico e Cesário. Na comparação entre as perspectivas de Libânio e João Crisóstomo, podemos observar, de alguma maneira, as equivalências de personagens: a deusa Fortuna em correspondência ao Deus cristão, embora na perspectiva de João Crisóstomo a divindade tenha uma interferência definidora e determinante; Teodósio que aparece em ambos os autores; o próprio Libânio, Cesário e Elébico em correspondência ao bispo Flaviano e os monges[40]. Assim, em nossa opinião, ambos os autores apresentam estratégias similares na defesa da cidade e de sua população. Apresentam argumentos compatíveis com o repertório tradicional disponível adquirido mediante uma mesma formação educacional e cultural que os aproximam e os tornam mais idênticos nas suas defesas, apesar das significativas diferenças visíveis e presentes.

O cenário do gerenciamento do conflito é, no entanto, reconstruído a partir do conjunto dessas evidências. Os elementos destacados tanto em João Crisóstomo quanto em Libânio nos levam a considerar que: 1) houve interferências, embaixadas[41], em nome da cidade junto ao Imperador; 2) as autoridades locadas em nível municipais, elite de uma burocracia local e imperial [*buleotários*, *consulares Syriae*, *comites Orientis*] empreenderam as primeiras medidas possíveis dentro dos padrões da sedição; 3) os enviados imperiais, o *Magister Militum per Orientem*, Elébico, e o *Magister Officiorum*, Cesário, instituíram um inquérito e um julgamento; 4) João Crisóstomo, Libânio e o bispo Flaviano, de alguma maneira, atuaram no conflito cada qual a partir de seus lugares de poder, mas compartilhando uma estratégia similar e equivalente de ação podendo ter exercido igualmente influência e autoridade.

Sobre a expectativa da resposta imperial, João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. III, 5) revela-nos que ele tem "escutado muitos dizerem, 'As ameaças de um rei são como a ira de um leão plena de tristeza e lamentação'" (Provérbios 19, 12)[42]. Libânio (*Or*. XXIII, 12-13)

---

[40] As comparações entre as perspectivas de João Crisóstomo e Libânio já foram realizadas anteriormente. Para uma visão diferenciada acerca da comparação, conferir, por exemplo, a tese de Justin Stephens que dedicou um capítulo para a reflexão desse tema em sua tese intitulada *Ecclesiastical and Imperial Authority in the writings of John Chrysostom: a reinterpretation of his Political Philosophy* (unpublished, 2004). Ou a clássica obra *De Ioannis Chrysostomi et Libanii orationibus quae sunt de seditione Antiochensium*, de R. Goebel.

[41] Libânio discorre sobre três embaixadas: uma embaixada da qual ele próprio é membro (*Or*. XIX, 1), uma embaixada proveniente da Pérsia (*Or*. XIX, 62) e, por fim, uma embaixada, ou talvez interferência realizada pelo Senado e a população de Constantinopla (*Or*. XX, 37). João Crisóstomo discorre sobre duas embaixadas: uma em sentido metafórico, do povo antioqueno junto ao Deus cristão mediante orações para que haja interferência divina (Hom. III, 7) e outra na qual o bispo Flaviano vai em embaixada junto ao imperador Teodósio (*Hom*. VI, 4; *Hom*. XXI, 7; *Hom*. XXI, 16).

[42] N.T.: Na Bíblia de Jerusalém.

indaga sua audiência e, prováveis, leitores: “Então, qual imperador puniria uma cidade de tal forma para diminuir seu próprio reino?”. Os rumores de penas consideradas excessivas e nefastas provocou um êxodo generalizado. Libânio (*Or*. XIX, 61; *Or*. XXIII, 1, 8, 15, 20, 22) fala em êxodo dos alunos de sua turma e de êxodo da população citadina que se evadiu de Antioquia e João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. II, 3-4; *Hom*. V, 16; *Hom*. IX, 2) também fala em esvaziamento da cidade e da ausência dos membros da sua congregação. A preocupação da população, o êxodo evidenciado tanto por Libânio quanto por João Crisóstomo leva-nos a indagar sobre as aplicações das penas no caso do Levante das Estátuas e a refletir sobre o gerenciamento desse conflito mediante a atribuição de responsabilidade dentro do sistema de leis considerado em tópico anterior do presente capítulo.

5.6. As penas aplicadas aos amotinados, à cidade e à população antioquena

O mais interessante das perspectivas de João Crisóstomo e Libânio é a promoção, realizada por ambos, de um veredito favorável à cidade e à população antioquena. A impressão que podemos ter, *a priori*, é de que o imperador foi, de fato, piedoso e leniente [seja por persuasão da Providência e de toda uma hierarquia eclesiástica de acordo com Crisóstomo, seja pela interferência de magistrados e da elite, na concepção de Libânio] quando, na verdade, várias penas foram instituídas e aplicadas no decorrer dos acontecimentos do Levante das Estátuas. O que seria mais apropriado relatar é o que Libânio (*Or*. XX, 36), muito timidamente, afirma e, em apenas, uma ocasião: “[...] e assim ele [o imperador], rapidamente, reverte para uma política da clemência estabelecendo mais provisões mediante essa ação do que pelo caminho da punição.”

Libânio reconhece, portanto, que as penalidades estavam sendo aplicadas no caso do levante e, assim sendo, o que aconteceu foi uma ‘reversão’ da política penal inicial. Mesmo havendo reversão, leniência ou filantropia imperial, as sanções aplicadas correspondiam às ofensas e crimes cometidos? E que ordem cronológica seguem as providências tomadas e as penalidades aplicadas? A partir desse momento achamos apropriado discorrer sobre as penalidades, claramente, identificadas em nossa documentação. Comecemos pelo universo de possibilidades penais destacadas pelos ‘rumores’, evidência que é encontrada tanto em João Crisóstomo como por Libânio. Libânio apresenta várias passagens nessa direção. Na Oração XIX, 39-40, Libânio enumera cinco penas diferentes:

> O rumor é que você permitirá que os militares pilhem as propriedades de todos nós, ou massacrem os habitantes da cidade, ou que você se vingará do insulto mediante a

> instituição de uma grande multa, ou permitirá o derramamento de sangue dos líderes de nossa boulé. 40. Eu tento combater essas opiniões dizendo que as pessoas com essas ideias não o conhece. Você escutou minha explicação que a ação não foi da cidade como um todo, assim como pode ser justo para todos ser condenado à morte, por exemplo, aqueles que no momento da ofensa sequer residiam aqui, ou foram impedidos de tomar parte naquilo pela doença, ou aqueles que agradeceram à sorte eles não terem sido mortos por ninguém?

O sofista, em outra passagem, ainda completa (Libânio, *Or*. XX, 33): "[...] mas depois daquelas desastrosas ocorrências, a cidade está temerosa em razão das punições que estão por vir e uma longa lista de execuções é esperada enquanto eu ando por toda a cidade tentando elevar os ânimos deles."

E, de fato, Libânio (*Or*. XX, 11) confirma que a previsão de execuções tinham fundamento nas leis romanas: "Assim, não deve ter havido reclamações contra a imposição da pena capital para tal comportamento, pois esta sentença era prevista em lei."

Dentre essas possibilidades, parece ter força e ser mais concreta, pela insistente explicação e súplica realizada pelo sofista, a aplicação de uma pena em forma de multa cujo valor parece se refere à alta soma de dinheiro que parece recair somente sob um grupo específico de pessoas e do gênero masculino apenas, assim continua Libânio (*Or*. XIX, 41-44):

> 41. Além disso, as mulheres também têm posses. E ninguém diria que alguma mulher teve qualquer participação na ofensa. Porque, elas rezariam para que as portas delas fossem de ferro, tão apavoradas elas estão pelas suas vidas. Assim, as propriedades dessas mulheres que não têm maridos, filhos ou irmãos, deveriam ficar à mercê daqueles que receberam permissão para pilhar? 42. Se eles vierem e lhe dirigirem a palavra, assim, "Basileu, certamente, não é desejo nosso buscar ou encorajar a ocorrências destes eventos. Nós não apreciamos esse tipo de conduta, nem é justo que nós sejamos reduzidos à penúria extrema, especialmente, quando não há ninguém para nos aliviar dada a pobreza generalizada da cidade," qual será sua resposta a isso, Basileu? Bem e então? E se tais comentários não sejam dirigidos a você, mas a Hélio? Vamos punir os angustiados pelas suas lamentações também? 43. Não, e eu não vejo qualquer possibilidade para uma multa também. Como você pode impor uma multa monetária para aqueles que não se provaram terem feito nada errado? O que há mais, se isso for aplicado a nós todos, você punirá aqueles quem você diz respeitar pela devoção a deus. E se há exceção e pessoas que não sofrerão a pena, assim alguém como eles, inocentes de culpa, reclamará de vitimização se eles não receberem o mesmo tratamento que aqueles outros. 44. Ademais, se as vítimas futuras são realmente aquelas que destruíram as estátuas, a pena que eles merecem é a morte e não apenas financeira.

Ainda reforçando essas penas de dimensão econômica – incluindo pilhagem e apropriação de bens privados – a pena de morte aparece de novo e relacionada novamente aos *boleutários* acrescentando que uma parte da população antioquena também seria julgada sob essa pena capital, como afirma Libânio (*Or.* XX, 5):

> Era também esperado que um regimento viria e massacraria todos que cruzassem seu caminho, ou então, se o banho de sangue fosse evitado, haveria pilhagem e a tomada de propriedades privadas. Mas há outra opinião, que os membros da boulé seriam executados junto com uma pequena porção da população.

Nessas três passagens, Libânio discorre sobre uma punição financeira, mas destaca que se caso os responsáveis pela destruição das estátuas estivessem entre os que seriam punidos por todo o acontecimento, a pena deveria ser a morte. E Libânio (*Or*. XIX, 59) ainda confirma que a pena de morte era uma penalidade possível: "A expectativa de morte, mesmo que nunca chegue, é mais doloroso do que o golpe inesperado". Na Oração XIX, 21, Libânio fornece outra evidência chave sobre a pena capital no sentido de morte:

> 21. Mas todos, tanto romanos e bárbaros, sabem sobre seu hábito em julgar tais assuntos. Em um caso cujas acusações são similares a essas, algumas pessoas estavam prestes a receber sua sentença, e a previsão de pena envolvia a execução, quando notícias da concessão de um adiamento, emitido do palácio e procedido à cidade para que fossem removidas as espadas das gargantas dos condenados e agora eles vivem em lugares agradáveis depois das acusações que implicavam na morte deles.

Na Homilia III, 13, João Crisóstomo começa a discorrer sobre a maledicência e o falso testemunho, desenvolvendo toda uma linha de argumento acerca dessa temática para vinculá-la mais adiante (*De Statui*, *Hom*. III, 17) com o problema dos rumores e a propagação de ideias e pressuposições acerca da reação imperial. Assim, embora abordada de maneira diferenciada, também podemos observar em João Crisóstomo, portanto, mediante o relato desses 'rumores', o universo possível de penas que podiam ser aplicadas ao tipo de ação empreendida contra as imagens imperiais no caso do Levante das Estátuas. Não obstante, ao contrário do que evidenciamos em Libânio, a pena de morte parece ser mais destacada em João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. V, 10):

> 10. E isso eu vou me esforçar para fazer um manifesto, nada de uma natureza remota, mas daquilo que bate à nossa porta e daqueles eventos que aconteceram entre nós há alguns dias. Pois quando a carta do Imperador chegou, decretando que aquele tributo fosse imposto o qual se considerou ser tão pesado o fardo que seria intolerável e todos fizeram tumulto, todos discutiram por isso e, embora fosse uma queixa pesarosa, eles se ressentiram e quando se encontraram um com outro disseram: 'Nossa vida não vale a pena ser vivida, a cidade está perdida, ninguém será capaz de suportar o fardo' e eles estavam aflitos como se estivessem em extremo perigo. Depois disso, quando a sedição estava realmente em curso, e um certo mal, sim, meticulosamente pessoas vis, pisoteando nas leis, derrubaram as estátuas e envolveram a todos no mais elevado perigo e agora que estamos temerosos por nossas próprias vidas, devido a indignação do Imperador, esta perda de dinheiro já não nos causa irritação. Mas em lugar de tais reclamações, eu escuto de todos uma conversa de outro tipo. 'Deixe o Imperador levar nossas posses, nós alegremente podemos agora ser privados de nossos campos e propriedades se

> alguém nos garantir segurança de nossos corpos'. Como, pois, diante do medo da morte pressionando a nós, a perda da nossa riqueza nos atormentou e depois dessas afrontas ilegais terem sido perpetradas, o medo da morte ultrapassou, extirpou o medo da perda, assim se o medo do inferno estivesse se apossado de nossas almas, o medo da morte não havia tomado posse delas.

João Crisóstomo enfatiza a morte como única possibilidade, nesse momento, de pena, ao contrário de Libânio. Mas isso pode ser compreendido dado o contexto e a data de pronunciamento da Homilia V, da qual o excerto foi extraído. A zombaria e destruição das imagens imperiais, o evento inicial do levante, aconteceu em, provavelmente, 25 ou 26 de fevereiro (PAVERD, 1991:27) e a Homilia V foi pronunciada em, talvez, 2 de março (PAVERD, 1991:299 e 363). A proximidade dos acontecimentos justificaria, portanto, esse destaque à pena de morte, seria esta a pena em jogo aos amotinados que seriam julgados e responsabilizados pelos atos naquele momento. Além disso, é interessante salientar que, já na Homilia II, 5, João Crisóstomo revela os primeiros procedimentos tomados para o reestabelecimento da ordem pública:

> E como está, não é seguro, para aqueles que estão sitiados, ir além dos muros da cidade enquanto o inimigo externo está encampado nas redondezas, muito menos, para os muitos que moram nesta cidade é seguro sair de casa, ou estar em céu aberto por conta daquele que estão por toda parte caçando inocentes e culpados e os apreendendo no meio do fórum e os arrastando para dicastério, sem cerimônia, e apenas a oportunidade que orienta a direção. Por essa razão, cidadãos permanecem em casa junto com seus servos, ansiosamente e minuciosamente questionando apenas àqueles em que confiam perguntar: 'Quem foi apreendido hoje'; 'Quem foi levado?'; 'Ou punido?'; 'Como foi?'; 'E de que maneira?' Eles vivem uma vida mais desgraçada que qualquer tipo de morte, sendo compelidos a lamentar as calamidades dos outros enquanto ele temem pela própria segurança e não estão em melhor posição que os mortos na medida em que eles estão já mortos pelo medo.

Nos dias que se seguiram às ações contra as imagens imperiais, uma série de medidas foram tomadas para o restabelecimento da ordem pública e, segundo a passagem de João Crisóstomo acima, houve um julgamento inicial com apreensão de pessoas e execução de sentenças. Na Homilia III, 17, João Crisóstomo volta a apresentar, em forma de uma pequena sinopse, o que aconteceu no dia da irrupção do levante:

> Por ora, nesta ofensa presente, aqueles que se comportaram impropriamente foram levados e aprisionados e pagaram a pena, ainda assim, nós estamos temerosos, pois, ele que foi insultado ainda não soube do que aqui aconteceu, nem se pronunciou a sentença e nós estamos todos aterrorizados. Mas Deus escuta insultos dirigidos a Ele todos os dias apesar de Deus ser misericordioso e amar a humanidade. Para Ele é suficiente apenas que o pecado seja reconhecido e a acusação é anulada. Mas com os homens o procedimento é totalmente o inverso. Quando aqueles que transgridem confessam, então eles o castigam mais, o que, de fato, aconteceu no presente momento. E alguns pereceram pela espada, alguns pelo fogo, outros foram dados a

> feras selvagens e não apenas homem, mas crianças. Nem a imaturidade da idade, nem o tumulto do povo, as circunstâncias de que eles estavam enfurecidos por demônios quando eles cometeram esses atos, nem que o imposto fosse intolerável, nem pobreza, nem que a ofensa foi feita com a companhia de todos, nem a promessa de que eles não teriam a audácia de repetir esses atos de novo, nem qualquer outra coisa poderia salvá-los, mas eles foram levados à cova sem adiamento, soldados armados conduzindo-os e escoltando-os em ambos os lados, para que ninguém levasse os condenados, enquanto as mães seguiam a distância vendo seus filhos decapitados, mas sem se atreverem a lamentar a calamidade que recaiu sobre eles, pois o terror conquista o luto e o medo suplanta a natureza! E assim como quando os homens observam, em terra, aqueles que estão naufragando, estão profundamente angustiados, mas não são capazes de salvar aqueles que estão se afogando, o mesmo ocorre aqui, as mães se contem por medo dos soldados, como se fossem impedidas por tantas ondas, elas não somente nem ousam ir próximo de seus filhos e salvá-los da condenação como também estavam temerosas de até verterem lágrimas.

Em 27 e 28 de fevereiro[43], Crisóstomo já anunciaria que uma penalidade já havia sido instituída e executada. Houve a condenação e morte como podemos depreender das duas últimas passagens citadas acima. Mas ainda assim, na Homilia V, pronunciada em 2 de março, demonstrada em citação anterior, insiste na ameaça de uma pena de morte ainda recaindo sob a população o que significa que esta ainda continua sendo a penalidade a ser aplicada e instituída pelo Imperador que ainda não havia se pronunciado a respeito e muito menos estava a par dos acontecimentos.

E assim, em João Crisóstomo, o tema da morte se estenderá, pelo menos, até a Homilia VI, 9, pronunciada em 3 de março, retornando à citação de penalidades na Homilia XII, 3, pronunciada em 23 de março[44]. Vejamos, explicitamente, o excerto retirado da Homilia XII, 3, onde João Crisóstomo volta a discorrer sobre as penas que poderiam ser infligidas à cidade e à população antioquena:

> Pois, mesmo durante a semana passada estávamos todos esperando que nossas posses fossem confiscadas e que os soldados iriam partir para cima de nós e nós estávamos imaginando mil outros terrores. Mas eis! que todas essas coisas passaram como um nuvem ou uma sombra passageira e nossa punição foi apenas a expectativa do que seria terrível, ou melhor, nós não fomos punidos mas temos sido disciplinados e nos tornamos melhores, Deus abrandou o coração do Imperador.

Aqui já vemos uma mudança de tom no relato de João Crisóstomo. Algo já reverteu a situação, a pena de morte já não aparece como possibilidade. Paverd (1991:123) destaca, no entanto que, na Homilia XIV, 1, João Crisóstomo, atesta com base em eventos contemporâneos, que somente com a decisão imperial e a reconciliação deste com a cidade se poderia ter a certeza da volta a normalidade. Mas talvez, na Homilia XVII, 3, João

---

[43] As datas de pronunciamento, respectivamente, das Homilias II e III (PAVERD, 1991:293 e 297-363).
[44] Ainda seguindo as datas de pronunciamento sugeridas por Paverd (1991:300-301, 328-332 e 363).

Crisóstomo já teria informações o suficiente para declarar uma possibilidade múltipla e diferenciada de penas: "Nós esperávamos penas inumeráveis; que nossos bens seriam pilhados, que as casas seriam queimadas junto com seus habitantes, que a cidade seria extirpada do centro do mundo, que seus estilhaços seriam completamente destruídos e que seu solo seria colocado sob o arado!".

Diante dessas possibilidades destacadas tanto por Libânio quanto por João Crisóstomo, no cenário geral das penalidades aplicadas à cidade e à população, podemos inferir apenas algumas características e aspectos gerais em termos de atribuição de penas criminais aos amotinados e responsabilizados pelos atos ocorridos durante o conflito do Levante das Estátuas. Primeiro, se considerarmos as homilias de João Crisóstomo como contemporâneas aos acontecimentos sendo reportados por este presbítero, os eventos ao calor do momento, as penas criminais podem ser colocadas numa determinada ordem cronológica[45] e, portanto, passível de compreendermos a lógica de interpretação dos atos durante o desenvolvimento de todo o acontecimento desde sua irrupção até sua resolução final em termos de como uma ofensa relativa à, provavelmente, pena de morte tenha se convertido em uma penalidade mais 'branda', na concepção de ambos os testemunhos antigos, empreendida por Teodósio com o perdão imperial e a anulação das penalidades infligidas anteriormente.

A primeira medida e penalidade aplicada teria sido, portanto, a partir das observações iniciais realizadas anteriormente: I) *a apreensão e execução dos primeiros amotinados considerados culpados quando da irrupção do conflito*. O primeiro ponto a se colocar neste momento é a definição, se possível, daqueles que foram apreendidos e executados. João Crisóstomo destaca que qualquer pessoa estava arriscada a ser responsabilizada e, por isso mesmo, não era seguro o espaço público. O presbítero ainda argumenta que crianças e não somente homens estavam entre os que foram executados. Libânio (*Or*. XIX, 37) comenta que apenas aqueles que eram culpados foram punidos porque os "inquisidores aplicaram procedimento tão rigoroso a todos que ninguém poderia escapar da verdade". Mas, em passagem posterior, Libânio (*Or*. XXII, 9) destaca:

> Por volta de meio dia, uma mudança de ideia atingiu os amotinados e culpados e inocentes sentiram um mesmo medo, pois em tais tempos de tumulto, a punição aplicada nas cidades é universal e a ira que vem é sem distinção de quem eram os lideres ou quem eram os completamente inocentes.

[45] Essa ordem cronológica das instituições das penas ou suas aplicações seguiram a ordem de citação estabelecida nas homilias de João Crisóstomo, as quais foram ordenadas de acordo com sua data de pronuncia por Franz Van de Paverd (1991:205-364).

Esse cenário de mortes e indistinção entre culpados e inocentes, ou numa possibilidade mais sistemática e provável, todos tinham em algum grau responsabilidade pelos atos, é possível de ocorrer como se pode atestar em outros exemplos de controle e gerenciamento de sedições (Cf. Eusébio de Cesarea, *VC*, I, 35; João Malalas, *Crônicas*, 12, 49). E, geralmente, os tipos de morte são: por decapitação, por fogo, jogado às feras, como discorre tanto João Crisóstomo quanto Libânio sobre as execuções iniciais.

Em 15, 16 e 17 de Março, com a chegada de Elébico e Cesário (PAVERD, 1991: 57, 363), ocorre uma segunda punição: II) *a prisão dos boleutários e se inicia a investigação e a instauração de um tribunal no qual parece ainda estar em jogo a sentença de morte*. Os dados acerca desses aspectos podem ser retirados tanto de João Crisóstomo quanto de Libânio. João Crisóstomo (*De Statui*, Hom. XIII, 2-6) descreve o ambiente do tribunal e discorre sobre as prisões efetuadas narrando como a população se portava ao redor do dicastério. Mas o presbítero também relata os procedimentos dentro do dicastério e o tratamento dispensado aos presos pelos enviados do imperador e que se portaram como juízes nessa investigação e julgamento (*De Statui*, Hom. XIII, 2-3). Libânio (*Or*. XXI, 7 e 8) já relata sobre uma relação mais direta com os juízes, inclusive, que havia se encontrado com Cesário para se assegurar de que não haveria medidas injustas contra os presos que o sofista diz ser os membros da Boulé. Libânio (*Or*. XXI, 9-10) ainda narra acerca de seu encontro com os prisioneiros, fornecendo-lhes esperanças de um bom resultado, de um veredito favorável. João Crisóstomo também fornece evidências de quem poderiam ser os prisioneiros (*De Statui*, Hom. XIII, 6; *Hom*. XVII, 15; Hom. XVIII, 4, 12, 13) como, por exemplo, um homem distinto que ocupava um alto cargo no oficialato municipal. Com base em todo o cenário descrito por João Crisóstomo e por Libânio, seja no espaço público, seja no espaço do dicastério e a interferência deles mesmos relatada por esses autores, podemos inferir que a penalidade ainda seria a morte dos prisioneiros. Mas ambos os autores também destacam que a pena não foi aplicada e levada a cabo.

Menos penosa, mas ainda séria, parece ter sido esta terceira sanção: III) *o fechamento das Termas, do Teatro e do Hipódromo*. Sobre o fechamento do teatro e do hipódromo, assim declara Libânio (*Or*. XIX, 60): "O teatro foi fechado, também foi fechada a pista de corrida." Na perspectiva de Libânio (*Or*. XX, 6), o fechamento do teatro aparece como uma forma alternativa de pena:

> Como, então, nosso imperador se comporta? Ele nos ensina mediante uma pena que envolve a habilidade de curar e essa cura, pelo desconforto, pode aliviar as últimas aflições. Então, ele proclama: Não haverá corrida de cavalos, ninguém há de ir ao

> teatro, seja para se divertir, seja para prover divertimento. A grande cidade será rebaixada à categoria de uma cidade pequena e a população não poderá usufruir do luxo das termas.

A descrição de João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XIV, 15) sobre essa medida repressiva revela aspectos importantes, inclusive, acerca de como ele interpreta essa sanção:

> O imperador fechou as termas da cidade e deu ordens de que ninguém deveria frequentá-las e ninguém ousou transgredir essa lei nem repreender sobre a decisão tomada nem evocar o costume. Mas mesmo que por saúde frágil, homens e mulheres, crianças e idosos, e muitas mulheres que frequentaram porque facilitou as dores do parto, embora todos que utilizam isso como um remédio necessário, suportaram a liminar voluntária ou involuntariamente, e nem súplicas em razão das enfermidades do corpo, nem a soberania do costume, nem que eles são punidos enquanto outros foram os infratores, nem nada dessa natureza, eles ficaram satisfeitos com essa sanção porque eles esperavam grandes males e oravam diariamente que a ira do imperador não fosse adiante.

Para João Crisóstomo, parece-nos que essa penalidade é árdua, uma vez que destaca as utilidades medicinais às quais as termas estavam vinculadas. Mas, segundo ele, nem mesmo essas qualidades foram postas em consideração para se questionar, particularmente, essa pena. Assim, o presbítero ainda completa que ninguém se opôs e que, dentre as possíveis penalidades, essa parece ser suportável. Crisóstomo tem uma visão positiva acerca das termas e das suas funcionalidades. Já o teatro é colocado em oposição direta com a Eclésia[46], na perspectiva de João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XV, 1):

> Quantas palavras nós gastamos diante disso, exortando para muitos que ficaram apáticos e os aconselhando para que se abstivessem de ir ao teatro e das impurezas desse lugar! E ainda assim eles não se abstêm, mas até hoje eles se arrebanham juntos nos espetáculos ilegais de dançarinos e eles mantêm a assembleia diabólica em oposição direta à congregação da Eclésia de Deus para que os gritos veementes propagados pelo ar e vindos daquele lugar ressoem contra os salmos os quais estamos entoando aqui. Mas ei, agora que nós não temos falado no assunto, eles fecharam a orquestra deles e o hipódromo que está deserto! Antes disso, muitos de nosso rebanho corriam para estes lugares, mas agora todos fogem de lá para a Eclésia e todos conjuntamente estão reunidos em oração ao nosso Deus.

Essa visão negativa do teatro e oposta à Eclésia parece implicar, também, uma interpretação de João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XVII, 9) acerca do fechamento do teatro (ou orquestra?) e do hipódromo como algo positivo e uma penalidade boa e tolerável trazendo, inclusive, benefício, para cidade e para a população:

> Sim, as decisões do imperador são dolorosas. Todavia, essas não são intoleráveis, mas, ao contrário disso, trouxeram grande benefício. Conte-me, que sacrifício há no

[46] Sobre essa relação, conferir os trabalhos de Gilvan Ventura da Silva sobre as atitudes de João Crisóstomo com relação ao teatro, Blake Leyerle sobre o papel e a natureza do teatro na cultura urbana tardo-antiga.

> que aconteceu? O imperador fechou o teatro [ou orquestra (?)]? Ele proibiu o funcionamento do hipódromo fechando e todas essas fontes de iniquidade? Que estas nunca sejam abertas novamente! Destes lugares que crescem a iniquidade da cidade. É daí que vêm aqueles que dão ao seu caráter uma má fama, que vendem suas vozes aos dançarinos e por três centavos [*obols*] fazem presente da sua própria salvação, colocando todas as coisas de cabeça para baixo. Estas são as razões das suas angústias, meus queridos? Por estas coisas? Na verdade, por essa razões, vocês deveriam ser gratos ao imperador e se alegrar pois sua punição virou uma correção e a penalidade uma atividade disciplinar e a ira do imperador se tornou instrução! Mas as termas também foram fechadas? Isto também não deve causar nenhum sofrimento se trouxer aqueles que vivem uma vida suavemente, os afeminados, que vivem uma vida dissoluta e deveriam voltar, embora a contra gosto, para a vida de amor à sabedoria.

Apesar de João Crisóstomo incluir as termas nessa lista, ele o faz sob uma condição, as termas se constituem num lugar que ele considera benéfico em razão das funções medicinais proporcionadas em oposição ao teatro (ou orquestra?) e o hipódromo caracterizado negativamente. Mas se as termas forem utilizadas de maneira não benéfica, estas também poderiam ser interpretadas como lugar ímpio na concepção deste presbítero. Outra questão também nos chama a atenção e que parece importante se destacar aqui. No original em grego, a palavra que aparece, nesse excerto, em referência ao teatro, é 'orquestra'(Ορχήστρα) e não 'teatro' (Θέατρον) e a qual aparece também na tradução da coleção *Nicene and Pos-Nicene Fathers of the Christian Church*. Já na tradução proposta por Wendy Mayer e Pauline Allen (2000:111), o termo escolhido é 'teatro'. Isso não significa pensar, no entanto, que para João Crisóstomo, o teatro deixa de ser um lugar onde há impiedade.

O que queremos destacar é que, neste caso do levante, João Crisóstomo parece delimitar aspectos específicos ligados ao espaço do teatro. E mesmo na oposição realizada por esse presbítero entre o teatro e a Eclésia, descrita em passagem anterior, isso se apresenta em termos bastante delimitados. Pois, mesmo nesse caso, tanto os termos teatro como Eclésia podem ambos denotar sentidos de reunião, assembleia, audiência, colocando a oposição em termos dos frequentadores dos espetáculos e das assembleias na sé naquilo que eles faziam, conjuntamente numa oposição entre "salmos sendo entoados", na Eclésia, e "gritos veementes sendo propagados pelo ar", no teatro[47]. E, assim, por esse problema específico, João Crisóstomo considera benéfico fechar a 'orquestra' do teatro e a penalidade, por conseguinte, tolerável. Desse modo, o que me parece digno de nota, nesse caso do Levante das Estátuas, é que João Crisóstomo parece delimitar, muito particularmente, o que dentro do teatro não é benéfico mediante essa especificidade de termos no caso do levante.

---

[47] João Crisóstomo utiliza também o termo 'teatro' (Θέατρον) em vários outros excertos da documentação. Conferir, por exemplo, entre outros, *De Statui*, *Hom*. I, 18; *Hom*. XV, 1; *Hom*. XV, 11.

Antioquia perde o *status* de metrópole em razão do Levante das Estátuas, o que nos leva à quarta penalidade infligida: IV) *a revogação do 'status' de metrópole de Antioquia*[48]. A historiografia que compõe tal temática destaca, insistentemente, apenas esse episódio como o momento mediante o qual Antioquia estaria desprovida do título (Cf. NORMAN, 2000: nota 67, p. 32). Todavia, Antioquia teria sido ameaçada de perder esse título bem como teria sido desprovida dele em outras ocasiões. Em 194, como recorda Herodiano (III, 3, 3), numa disputa pelo império entre Septímio Severo e Pescenio Niger e no qual Septimio saiu legitimado como imperador, Antioquia, em razão de seu apoio à Pescênio, foi rebaixada ao *status* de vila (talvez o *status* de κωμε (?)) e submetida à Laodicéia que, por ter apoiado o imperador que saiu vitorioso, foi laureada com o título de metrópole (MILAR, 1993:123; LEVINE, 1975:47, 64, 66, 109, 182, 192 cf. n. 25; BUTCHER, 2003:102). Assim, Antioquia mostra-se constantemente sendo ameaçada de rebaixamento de seu *status* de metrópole, e isso se revelava muito vinculado ao problema de um comportamento sedicioso geral da sua população e, aqui nesses casos, particularmente, vinculados a imperadores. Tanto João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XVII, 10) quanto Libânio (*Or*. XX, 6) também se referem a essa penalidade. Para ambos, a cidade ter perdido o seu *status* significou uma série de consequências para uma cidade que é considerada por ambos como a metrópole da Ásia ou poderia ser a metrópole de todo o mundo[49].

Outra possibilidade penal conjugada com as anteriores, talvez, tenha sido: V) *a interrupção do suprimento de víveres (?)*. Nas Orações XIX, 22 e XX, 14, Libânio recorre a um caso específico que trata de acusações tão graves quanto as que têm sido apresentadas no caso do Levante das Estátuas, mas que Teodósio teria optado por uma pena considerada menor em razão da gravidade do crime que não é identificado, mas supomos que seja o de *maiestas*, já que este caso se compara e serve como precedente de uma reação imperial de Teodósio que converteu uma penalidade alta para, provavelmente, uma menor que seria a interrupção da distribuição de víveres:

> 22. De todo modo, eles não levaram um soldado escita à corte que foi acusado de alguma ofensa, mas eles o assassinaram em terra e depois depositaram seu corpo no mar roubando-lhe um sepultamento. Apesar de por meio dessa ofensa, eles terem te estressado por conta da provocação oferecida pelo povo escita, eles não passaram nem um dia inteiro temerosos em razão da sua ira, mas, por tudo isso, eles esperavam morrer de fome, eles receberam o suprimento de pão uma vez mais depois da reconciliação. (Libânio, *Or*. XIX, 22).

[48] Para a importância e distinção deste título, conferir o Capítulo Terceiro da presente Tese, onde discorremos com mais detalhes sobre as particularidades dessa titulação citadina e suas implicações para o contexto do século IV d.C..

[49] Sobre a imagem de Antioquia na perspectiva desses autores, conferir o Capítulo Terceiro da presente Tese.

Numa versão posterior do mesmo caso, Libânio (*Or*. XX, 14) ainda completa:

> Quando o escita foi atacado e linchado e o corpo dele jogado ao mar – e cada um desses atos sendo interpretado como um crime contra o Basileu [ἠδικεῖτο βασιλεύς] – ele repreendeu aqueles responsáveis por esses atos, e embora a repreenda dele tenha sido, naturalmente, para toda a comunidade cívica, eles sentiram a raiva imperial por apenas um dia no qual a ficou restrito apenas a pena de interrupção de distribuição de pão. Depois disso, as coisas voltaram a ser como antes: a distribuição foi normalizada e o pão foi entregue e todo mundo voltou para casa com o alimento, aqueles que cometeram o assassinato e outros que cometeram outras ofensas também.

E ao relatar sobre a evasão populacional em um movimento de êxodo de um grande número de habitantes da cidade de Antioquia, Libânio (*Or.* XXIII, 9) indica:

> 9. De algum modo, por causa desse medo paralisante, depois que eles gastaram todo o provento deles, e tão pouco que era, eles não foram capazes de alimentar seus próprios filhos com pão quando eles pediam, e tristemente enterraram seus filhos famintos e, em seguida, eles próprios morreram da mesma causa e, mesmo as mulheres que se tornaram pedintes não conseguiam muito. Todos estavam necessitados excetuando aqueles que retornaram à suas cidades de origem e não havia muitos deles, não havia fonte mediante a qual eles poderiam obter provisões.

Esse procedimento de interrupção de suprimento de víveres também parece ser uma punição recorrente em casos extremos (Cf. Sócrates Escolástico, *HE*, II, 3). Aqui também, parece-nos possível ter havido a interrupção de abastecimentos para a cidade. Com o fim desse processo sedicioso e a resolução do conflito mediante perdão à cidade e revogação das penas aplicadas[50] é, muito provável, a continuidade do suprimento de víveres.

Após todo esse panorama, parece-nos ser o caso de interpretação do conjunto das sanções aqui empreendidas contra a cidade de Antioquia e a população de acordo com o que foi proposto por Bauman (1980:202), "o fato de uma ação ser considerada sob a lei de *maiestas* implica em questões que vão além da punição imediata do crime cometido". Para esse autor, os acusados de *crimen maiestatis* eram excluídos de qualquer possibilidade de anistia, as alienações e manumissões são, retroativamente, esvaziadas, poderiam ser alvo de tortura. Todas essas possibilidades podem ser vistas no caso do Levante das Estátuas.

Logo, a partir das penas previstas nas leis romanas de *maiestas*[51], achamos possível interpretar esse 'crime', no caso do levante, como passível de punições múltiplas se conjugadas com outras leis conforme situações determinadas. A partir dessa sedição, também

---

[50] Sobre o perdão e a anulação das penas, conferir, especialmente, João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom*. XX, 19) e Libânio (*Or*. XX, 38).

[51] Conferir os seguintes subitens do presente capítulo: 5.2.; 5.3; 5.4 e 5.6.

parece ser aceitável observar, que as penalidades prováveis, possíveis, disponíveis e aplicáveis convêm para o contexto da Antiguidade Tardia. Passemos, por fim, dado todos esses aspectos, à maneira como João Crisóstomo e Libânio interpretam o Levante das Estátuas no que se refere, especificamente, à destruição e zombaria das imagens imperiais. Não esquecemos, contudo, de que a aplicação da lei como temos observado neste tópico, referiu-se ao conjunto de ações e comportamentos sediciosos dos amotinados e, por isso mesmo, a zombaria e destruição das estátuas é algo importante, significativo e grave dentro do Levante das Estátuas, mas também é um dentre outros aspectos dentro desse acontecimento.

5.7. As perspectivas de Libânio e João Crisóstomo sobre a destruição das imagens e o 'Levante das Estátuas'

Nas Homilias e nas Orações, as versões em inglês das obras, quando mencionam sobre alguns aspectos do levante e outras situações paralelas, as palavras 'crime', 'atos de traição' ou ainda 'crime contra a sua majestade' são recorrentes[52]. No entanto, parece-nos importante inferir o vocabulário grego utilizado em ambas as documentações. Como destacado anteriormente, os termos gregos disponíveis e equivalentes para o termo latino *maiestas* no sentido de *crimen maietatis* seriam ἀσέβεια e καθοσίωσις (Bauman, 1967:1). E nas homilias de João Crisótomo (*Hom.* I,17; *Hom.* IV, 7; *Hom.* IX, 4; *Hom.* X, 6; *Hom*. X, 7; *Hom*. XI, 4; *Hom*. XIII, 12) e nas orações de Libânio (*Or*. XX, 30) encontramos o termo ἀσέβεια, mas seu sentido parece não corresponder diretamente à ideia de *crimen maiestatis*. Logo, parece-nos importante começar nossa reflexão acerca das perspectivas desses autores sobre a zombaria e destruição das imagens imperiais com um estudo detalhado acerca do vocabulário empregado por ambos os autores nos relatos referentes a essa temática. Para referenciar aos atos como algo ilegal, ambos os autores recorrem a termos diferentes.

Libânio (*Or*. XX, 4; *Or*. XX, 14) utiliza ἀδικέω, ἠδίκειτο βασιλεύς, ambos expressados a partir do verbo ἀ·δικέω (αδικ(ε)-, αδικη·σ, αδικη·σ-, ηδικη, ηδικη-, αδικη·θ-). De acordo com Millard J. Erickson (1985:569), as palavras ἀδικέω, ἀδικια e ἄδικος podem denotar, em contexto religioso, a ideias como ausência de crença ou heresia, ou ainda, ausência de retidão. No

[52] N.T.: Os termos, em inglês, utilizados nas traduções são 'crime' (João Crisóstomo, *De Statui*, *Hom*.; Libânio, *Or*. XIX, 44; *Or*. XX, 4; *Or*. XXIII, 10), 'crime against his majesty' (Libânio, *Or*. XX, 14) e 'acts of treason' (Libânio, *Or*. XX, 36).

contexto grego clássico, ἀδικια se relaciona a vários sentidos, mas é, geralmente, indicativo de textos legais no qual pode implicar a negligência de deveres para com os deuses e, como relativo à δίκη (Lei, costume, tradição), poderia significar contrário às leis, fora da lei (ERICKSON, *op.cit*:570).

João Crisóstomo, por sua vez, recorre ao termo καθοσίωσις e não ἀσέβεια quando se refere aos atos mediante os quais os acusados estavam sendo julgados. Assim, discorre Crisóstomo (*De Statui*. *Hom*. XIII, 12):

> Eu vi, senão ultimamente, no dicastério aqueles homens nobres confinados e conduzidos ao fórum e enquanto alguns imaginavam sobre essa degradação extraordinária, outros diziam que não havia nada a se imaginar, pois o status não vale nada em assuntos de maiestas [καθοσίωσις]. Não é ainda mais verdadeiro que o status não tem proveito onde está a impiedade [ἀσέβεια]?

Ἀσέβεια significa a negativa do termo σέβω que implicará reverenciar (ERICKSON, 1985:569), o que poderíamos pressupor então que implique uma "não reverência a Deus", ou por extensão, compreender que sejam ações, comportamentos e atitudes que possam ir contra as leis divinas. É nesse sentido que esse termo parece ser empregado por João Crisóstomo (*De Statui*. *Hom.*, I, 17; *Hom.* IV, 7; *Hom*. IX, 4; *Hom*. X, 6 e 7; *Hom*. XI, 4; *Hom*. XVIII, 12) como algo contra Deus ou contra as leis divinas. Já o termo καθοσίωσις, como podemos observar do excerto antes citado, aparece como uma transgressão relacionada à pessoa sagrada do imperador. Assim, a escolha dessas palavras é reveladora.

Ambos os autores concordam que atacar as imagens imperiais foi uma atitude drástica e causadora de problemas graves. João Crisóstomo e Libânio compreendem a pessoa do imperador como uma pessoa sagrada, mas também parece concordarem que estátuas são objetos que devem ser reverenciados, porém ainda assim objetos. Vale lembrar aqui algumas passagens nas quais ambos os autores tentam abrandar as ações contra as imagens, atenuando a importância delas.

Em Libânio, evoquemos uma evidência. Ao relatar sobre a possibilidade de se erguer estátuas em nome de Cesário, Libânio (*Or*. XXI, 30) argumenta que erigir estátuas são uma honraria única e significativa, mas não deixa de destacar também que isso só demonstraria a aparência física dele e não a natureza de seu caráter, que só pode ser apreendido e perpetuado mediante ações. Assim, Libânio recorre a uma estratégia, de alguma maneira, de diminuição da importância das imagens em relação às atitudes que teriam mais valor.

Em João Crisóstomo, na Homilia XXI, 10, a sugestão é que novas estátuas sejam erguidas, mas de uma nova forma e com uma materialidade inovadora, uma vez que estátuas

erguidas em praça pública podem perecer ou ser esquecidas, diferentemente se forem erguidas "na própria alma" do homem:

> As tuas estátuas foram tombadas? Está em teu poder [*do imperador*] erguer novamente outras ainda mais esplendorosas. Se perdoares as ofensas daqueles que te insultaram, e não te vingares neles, eles irão erguer uma estátua em teu nome, não uma de bronze na praça pública, nem de ouro, nem incrustada com pedras preciosas; mas uma adornada com aquela vestimenta que é mais preciosa que qualquer material, aquela macia e delicada substância misericordiosa da humanidade! Todo homem irá erigir uma estátua dessas em sua própria alma; e tu irás ter tantas estátuas quanto existem homens que agora habitam ou habitarão, daqui por diante, no mundo inteiro!

Não queremos dizer com isso que o evento não foi grave ou que a zombaria e a destruição das estátuas não tiveram a importância e o peso que definiram todo o evento. Os atos foram ofensivos. Libânio (*Or. XIX*, 29) afirma e pondera: "Nós estávamos habituados a reverenciar as suas estátuas...", quando começa a narrar os acontecimentos que levaram à destruição e zombaria das imagens imperiais de Teodósio e sua família. De forma menos direta e mais dramática, João Crisóstomo (*Hom*. II, 1-2) declara:

> O que devo dizer, ou do que devo eu falar? O presente momento é para lágrimas, e não para palavras; para lamentação, não para discurso; para rezar, não para pregar. Tamanha é a magnitude da audaciosa ação cometida; tão incurável é a ferida, tão profunda a chaga, até mesmo acima do poder de todo tratamento, que anseia assistência de cima.
>
> [...]
>
> Eu encontrei a palavra da instrução impedida pela lamentação; eu mal era capaz de abrir a boca, separar os lábios, mover minha língua, ou expressar uma sílaba! Assim, como um freio, o peso da tristeza detém minha língua, e silencia o que eu deveria dizer.

E, de acordo com as Leis Romanas ainda em vigor no século IV, é plausível inferir que as ações contra as imagens imperiais cometidas pelos amotinados durante o episódio do Levante das Estátuas poderiam ser consideradas conforme os fundamentos de crime de *maiestas*. Todavia, o que observamos tanto nas perspectivas tanto de Libânio quanto nas de João Crisóstomo é, de fato, a atenuação dos atos. Libânio (*Or*. XIX, 24):

> 24. Assim sendo, Basileu, pelas suas qualidades naturais você teria que tomar medidas oficiais para lidar com nossa desgraçada cidade. Assim como as coisas são, escuta a minha narrativa das particularidades, pois dessa maneira você poderá ser mais justo em seu julgamento e poderia tratar os habitantes da cidade sob a luz das ocorrências reais.

As circunstâncias ‘reais’ estabelecidas como argumento na perspectiva de ambos os autores a fim de servir como motivo de mitigação de pena seriam que esses ultrajes contra as imagens imperiais tivessem sido perpetrados mediante alguma força maligna e externa à sociedade antioquena. Não fortuitamente, sobre os culpados da sedição, João Crisóstomo (*Hom*. III, 3) aponta a quem se devia recair a responsabilidade:

> [...] a ofensa não era comum para toda a cidade, mas obra de certos estrangeiros e aventureiros, homens cuja ação recai sobre nenhum plano deliberado, mas imbuído com toda sorte de audácia e desregramento [...]
>
> [...]
>
> [...] é obvio que a ofensa não nasceu dos hábitos da cidade, mas da transgressão daqueles que tinham dentro de si um demônio que por mera coincidência apareceu por lá.

Entre outros inimigos externos (*Hom*. III, 3; *Hom*. II, 10; *Hom*. II, 13), João Crisóstomo (*Hom*. III,17; *Hom*. XXI, 8) ainda aponta demônios. Libânio (*Or*. XIX, 7, 10, 29) também recorre a essa estratégia de apontar inimigos e culpados externos, além de não nativos da cidade de Antioquia. E o sofista ainda alerta, “[...] mas e se a punição fosse inevitavelmente aplicada imediatamente depois de cometido o crime, haveria poucos sobreviventes” (Libânio, *Or. XIX, 12*).

João Crisóstomo e Libânio mostraram-se, no decorrer de todas essas similaridades e diferenças, como membros de uma mesma elite que buscavam defender sua cidade e sua população. As disputas entre esses autores antigos pareciam ser internas, mas em momentos como o do Levante das Estátuas, a regionalidade parecia se impor sobre as ações, de modo que uma oposição entre cristãos e não cristãos parece simplificar a complexa relação entre esses dois autores. Para uma visão mais geral dessa relação, vejamos, no próximo capítulo, as identidade e alteridades entre esses autores na totalidade dos temas aqui tratados capítulo a capítulo, a fim de que possamos ter uma visão mais ampla acerca da interação, interpretação e difusão da relação entre João Crisóstomo e Libânio.

Considerações Finais

I

A comparação entre João Crisóstomo e Libânio de Antioquia e a relação entre *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia* e *As Orações sobre o Levante das Estátuas* revelam similaridades tão significativas e importantes quanto as diferenças nelas presentes. João Crisóstomo e Libânio construíram discursos sob pontos de vistas diferentes e, ambos se diferem em alguns elementos, especialmente, no destaque que dão a determinados aspectos. Contudo, a identidade entre ambos é impar em termos de ideias, concepções e na escolha criteriosa da linguagem. Nossa ênfase na correlação de vidas, obras, trajetória historiográfica de ambos esses autores antigos foi uma escolha subjetiva, mas não fortuita. Optamos por refletir sobre a nossa temática a partir das paridades em detrimento da alteridade sem, contudo, desconsiderar esta última[1].

João Crisóstomo e Libânio não são, certamente, personagens que tenham suas vidas independentes uma da outra ou que ambas estejam numa relação de oposição restrita como, por vezes, quer uma historiografia tradicional. Os pensamentos de João Crisóstomo e de Libânio são convergentes e sincrônicos, de alguma maneira, e em diversos sentidos, como pudemos notar, pela comparação realizada no decorrer dos capítulos dessa Tese. Estes autores antigos escolheram temáticas equivalentes, mas foram tratados diferentemente no curso da trajetória historiográfica. Enquanto temos notícia de que várias biografias de João Crisóstomo

[1] São muito mais evidentes e estudadas as diferenças entre ambas as personagens e entre suas obras do que as similaridades. João Crisóstomo e Libânio são postos, geralmente, em lados opostos em uma relação entre si. Para a compreensão dessas tendências, conferir a lista bibliográfica disponível no APÊNDICE C.

escritas por uma historiografia contemporânea estão disponíveis em vários idiomas, somente temos conhecimento de uma biografia de Libânio datada de 1868 e em alemão[2].

João Crisóstomo e Libânio, ambos nativos da cidade de Antioquia. João Crisóstomo foi criado sem a presença paterna, o mesmo aconteceu com Libânio. A educação de Libânio incluiu uma série de aspectos como viagens a outras cidades importantes do Império Romano como, por exemplo, Atenas, na qualidade de estudante, Constantinopla, como um professor de retórica, esteve brevemente em Nicéia, foi sofista em Nicomédia e retornou à Antioquia alguns anos mais tarde, tornando-se sofista em sua cidade natal (NORMAN, 1965:vii). A trajetória de formação educacional de João Crisóstomo impressiona mesmo na ausência de viagens contínuas e deslocamentos geográficos, como no caso de Libânio. Crisóstomo estudou nas melhores escolas de Antioquia e pode ter sido aluno de Libânio[3].

Libânio ensinava retórica clássica grega, mas parece ter pouca familiaridade com o latim e conhecimento jurídico romano de acordo com a historiografia contemporânea. Não obstante, em nossa opinião, consideramos possível o sofista ter conhecimentos fundamentais nessas áreas, mas não as ensinava na categoria de professor de retórica, seria mais como um conhecimento para si próprio. Libânio empreendeu esforços para incluir nos currículos da escola de retórica, em Antioquia, estudos de latim e legislação romana, na tentativa de equiparar ou superar Atenas como centro educacional, bem como o contexto histórico parecia exigir tais conhecimentos (CRIBIORE, 2009:237; 2007:210-212).

Concernente a João Crisóstomo, a habilidade deste em recorrer às estratégias retóricas mais apropriadas para se predicar acerca dos problemas consequentes da destruição das estátuas no Levante das Estátuas leva-nos a pensar que ele tinha um conhecimento significativo também sobre legislação romana, além de conhecimentos de retórica grega, latim, grego e, provavelmente, de filosofia (Sócrates Escolástico, *HE*, VI, 3).

Libânio legou-nos uma coleção imensa de obras e os escritos de João Crisóstomo sobreviveram ao tempo em uma quantidade, igualmente, extraordinária. Este último parece ter publicado, ele mesmo, algumas de suas homilias, mas a maioria delas foi publicada por estenógrafos como nos relata Sócrates Escolástico (*HE*, VI, 4):

> Quão eloquente, convincente e persuasivo ele era em suas homilias, publicadas tanto por ele próprio quanto por estenógrafos, que tomavam notas durante o

[2] Apenas para citar algumas: *John Chrysostom* de J.N.D. Kelly (1995); *Jean Chrysostome* de Rudolf Brändle (2003); *Der heilige Johannes Chrysostomus und seine Zeit* de Chrysostomus Baur (1920/1930); *Das Leben des Libanius* de Gottlob Reinhold Sievers.

[3] Malosse (2008:273-280) argumenta de maneira bastante convincente que João Crisóstomo pode não ter sido aluno de Libânio. Na falta de evidência que confirme essa afirmação, é prudente que consideremos que é possível que João Crisóstomo tenha sido aluno do sofista, embora não seja possível afirmar com precisão.

> pronunciamento das prédicas para publicá-las posteriormente. O que devemos declarar? Aqueles que desejam formar uma ideia adequada das prédicas devem ler por si próprios e assim terão adquirido tanto lucro quanto prazer.

Libânio, por sua vez, parece ter resistido em publicar[4] suas orações ou discursar sem habilidades adquiridas apropriadamente:

> (2) Pensando bem, você não pode ser acusado de não ter procurado um panegirista, pois é muito bom ouvir nossos próprios louvores sendo exaltados, não é, talvez, de bom tom solicitá-los. Contudo, eu estou aberto a esta tarefa porque por tudo que eu devo em honra está sendo agora posto em vista, eu adiei esse dever até agora, mas eu nunca cessei de falar sobre a cidade sob qualquer outro aspecto e ainda sim adiei em fazer um discurso em homenagem à cidade. É como se você ensinasse aos outros diante dos olhos da sua mãe e ainda assim negligenciá-la. (3) Além disso, também parece ilógico que um homem tenha adquirido suas habilidades de você e ainda assim não utilizá-las em benefício de seus patrocinadores, ou para demonstrar sua superioridade em praça pública e ainda não publicar essas demonstrações em forma de livro.
>
> (4) Embora tenha bastante espaço para qualquer um me reprovar em razão do meu silêncio, ainda assim eu tenho uma infinidade de justificativas para isso. Eu não fiz nenhum discurso, eu admito, mas a razão não é porque eu nunca quis fazer um discurso. Em minha mente, eu estava decidido a discursar, mas eu esperava que minhas habilidades estivessem aprimoradas com o passar do tempo e que o tempo fizesse algum acréscimo a minhas habilidades. (5) Assim, foi por uma questão de respeito não de ociosidade e no desejo de oferecer honras mais refinadas e não, inteiramente, para evitar fazer uma homenagem à cidade que eu tenho estado até agora em silêncio e não ter feito nada além para satisfazer a audiência, minhas desculpas são, portanto, por não ter falado antes uma vez que nunca foi a minha intenção que assim o fosse.

Tanto Libânio quanto João Crisóstomo pertencem a uma elite cultural imbuída de um conhecimento compartilhado e comum a ambas as personagens, apesar das suas diferenças em visões de mundo e postura diante de como difundir suas obras. Essa curiosa convergência/divergência biográfica e cultural entre ambos, no entanto, difere, *grosso modo*, da maneira como, em cada contexto, a cada época, as obras de João Crisóstomo e Libânio foram abordadas sendo colocadas, geralmente, em lados opostos em uma relação entre paganismo e cristianismo. Libânio é descrito e reconhecido, geralmente, por sua ofensiva contra o cristianismo. João Crisóstomo é representado como um eloquente, muitas vezes apaixonado e cujo temperamento parece ser explosivo.

A concepção de que novas estruturas estavam florescendo em detrimento das antigas como numa substituição ou incorporação de valores sem conceber uma possível interpretação

[4] Norman (2000:8, cf. n. 3) argumenta que Libânio era bastante relutante em publicar suas orações e as evidências utilizadas por esse autor contemporâneo são as constantes pressões empreendidas pelo o imperador Juliano que desejava publicar a *Oração XIII* e receber a *Oração XIV* do sofista, também citando que Estratégio se esforçava bastante para fazer circular o panegírico que Libânio ofereceu à este último. Segundo Norman, sobre esse último evento conferir também a *Autobiografia* de Libânio (*Or*. I, 111).

intermediária de uma coexistência entre ambas e, por vezes, até uma identidade/proximidade parece colocar mais problemas do que sugerir uma interpretação contextualizada, isto é, localizada em seu tempo e espaço. A realidade é mais complexa que isso. A relação entre ambos requer reflexões que devem ir além das posições religiosas de cada um desses autores.

II

O Levante das Estátuas, a relação entre João Crisóstomo e Libânio, bem como a comparação entre *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia,* de João Crisótomo, e *As Orações sobre o Levante das Estátuas,* de Libânio, oferece uma profícua oportunidade e espaço de investigação sobre a Antioquia do século IV d.C. em termos de seus conflitos, de suas dimensões político-culturais. Em louvor à cidade de Antioquia, João Crisóstomo e Libânio de Antioquia proclamaram a importância e distinção dessa metrópole que se apresentava, na perspectiva de ambos, como única e incomparável dentro do universo de cidades imperiais tardo-romanas. João Crisóstomo buscou identificar a história da cidade com a história do cristianismo.

Antioquia, aos olhos de João Crisóstomo, é uma cidade-mãe, líder e exemplo para outras cidades do Império Romano, destacando sua população em especial. Libânio concorda com João Crisóstomo exaltando as riquezas naturais da cidade, sua posição estratégica militarmente, geograficamente e politicamente. O sofista ainda destaca a cultura e o centro educacional disponível à população da cidade. João Crisóstomo não teria como discordar dessas características se ele mesmo usufruiu desses privilégios, apesar de não predicar da mesma maneira que Libânio o fez. Administrativamente e politicamente, Antioquia é uma cidade importante seja pelo conjunto de magistrados que ali perpassaram, seja pelos que na *urbes* residiam. João Crisóstomo também disserta acerca da existência dessa elite administrativa particular, o que confirma a presença constante, em Antioquia, de personagens da elite imperial e citadina, o destaque, no entanto, permanece sobre uma elite eclesiástica que também atua dentro da cidade. De uma maneira ou de outra, ambos enfatizam as particularidades e características de uma cidade metropolitana e na qual se observa a presença

de toda sorte de religiosidades, pessoas que passam pela cidade e que são provenientes de outras partes do Império Romano.

A imagem de Teodósio e de seu governo também foi tema abordado por João Crisóstomo e Libânio. Ambos constroem uma imagem de Teodósio como um bom imperador possuidor de uma virtude bastante distinta entre o conjunto de virtudes imperiais romanas como a filantropia, com uma forte relação com o mundo divino que o legitima. Enquanto João Crisóstomo optou por representar Teodósio a partir dos exemplos de Deus e Constantino, Libânio ofereceu um feixe de modelos e contramodelos imperiais. De uma maneira ou de outra, a decisão de Teodósio em punir e restituir à cidade seus magistrados e proferir um perdão parece mais estar relacionada a um conjunto de medidas tomadas no decorrer dos acontecimentos. Assim, tanto o testemunho de João Crisóstomo como de Libânio apresentam aspectos de todo do cenário de sedição.

A linguagem e o estilo das homilias e das orações são diferentes, a construção dos argumentos é distinta, mas há presença de termos e ideias equivalentes. As metáforas navais presentes tanto em João Crisóstomo quanto em Libânio constroem uma imagética mais vívida das circunstâncias. A destruição das imagens imperiais significou o recurso a todo um arcabouço de estratégias retóricas e políticas que são similares em ambos os autores. O reconhecimento da ofensa e a necessidade de punição não são postas em questão.

A ofensa foi grave e ambos apresentam a importância e o lugar dessa transgressão. A maneira como o imperador deve agir contra aqueles que o ofenderam também é um ponto comum entre Libânio e João Crisóstomo. Era necessário minimizar os atos contra as imagens imperiais. E, para isso, tanto Libânio quanto João Crisóstomo recorreram a justificativas similares afirmando que aquela ofensa teria sido obra de agentes exteriores à cidade de Antioquia, demônios. Outra questão parece ser importante para se destacar: o comportamento sedicioso da população antioquena que somente aparece em ambos os discursos de maneira tangencial e implícita. Os antioquianos possuem um histórico de sedições. Do ponto de vista imperial, sendo também passível de acusação de *maiestas* (ἀσέβεια / καθοσίωσις). Libânio e João Crisóstomo diferem no uso dos termos relativos ao *crimen maiestatis*, mas para destacar ideias similares, as imagens não devem ser mais importantes do que a atitude e a ação humana.

João Crisóstomo e Libânio discorrem sobre temas correlatos com posturas e perspectivas a partir de óticas distintas. João Crisóstomo representa-se mais próximo, e fala em nome de toda a população antioquena. Libânio, como representante dos *buleotários*, descreve-se mais próximo de uma elite administrativa. Vemos fluidez e convergências

significativas na comparação da maneira como ambos discorrem sobre o Levante das Estátuas. Os autores estão atuando em prol de um fim comum, a reabilitação e defesa da cidade de Antioquia e sua população, seja em razão das consequências geradas imediatamente, seja por causa das que poderiam surgir futuramente. Isso não significa pensar, no entanto, que eles também não estavam em disputa e concorrência entre si. Ambos lutavam por espaços de poder, o espaço cívico onde atuavam, mas compartilhando um mesmo conjunto de instrumentos e armas, símbolos, imagens, sinais, discursos adquiridos mediante a experiência de vida comum dentro de um mesmo espaço geográfico, a cidade de Antioquia.

III

Interessante também a se destacar neste estudo sobre *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia*, de João Crisóstomo, e *As Orações sobre o Levante das Estátuas*, de Libânio de Antioquia, é que ambas as obras fomentaram e ainda suscitarão múltiplas possibilidades de abordagens, temas e perspectivas diversas, bem como produzirão novas memórias que serão, historicamente, reinterpretadas. Outro nativo da cidade de Antioquia de Orontes, considerado geralmente como exegeta, teólogo e conhecido por sua controversa participação na querela nestoriana e pela defesa apaixonada de uma cristologia de caráter antioquena, Teodoreto de Ciro (*HE*, V, 19) finaliza sua narrativa acerca do *Levante das Estátuas* fazendo a seguinte justificativa: "Ao relatar esses eventos eu tinha dois objetivos. Eu não achava certo deixar no esquecimento a coragem de um monge ilustre e era preciso destacar os benefícios do conselho do grande Ambrósio".[5]

Teodoreto tinha bem claro seus objetivos quando decidiu evocar e selecionar os eventos que comporiam sua *História Eclesiástica* no decorrer do século V d.C. O Levante das Estátuas é, na perspectiva desse autor antigo, o momento ideal mediante o qual poderia

[5] N.T.: Nossa tradução é proveniente da versão em inglês da presente coleção *A Selected Library of the Christian Church Nicene and Post-Nicene Fathers Second Series*, Volume 3, editada por Philip Scharff e Henry Wace. Excerto no original, em grego: [PG 82], Theodoreti Episcopi Cyrensis (*Historiae Ecclesiasticae*, Libri V, Cap XIX): Ἐγὼ δὲ ταῦτα διεξῆλθον, καὶ τοῦ πανευφήμου μονάζοντος τὴν παῤῥησίαν οὐχ ἡγησάμενος δίκαιον παραδοῦναι λήθῃ, καὶ τὸν νόμον ἐκεῖνον δεικνὺς ὀνησιφόρον, ὃν ὁ μέγας Ἀμβρόσιος γραφῆναι παρήνεσεν.

promover o cristianismo de sua época vinculados a suas personagens e seus ideais. João Crisóstomo e Libânio não foram diferentes. Cada um deles produziu a sua versão dos acontecimentos concernentes ao Levante das Estátuas e cada um deles tinha seus interesses. O que levou cada um deles a destacar este conflito em detrimento de tantos outros conflitos que aconteceram, particularmente, em Antioquia, e, em geral, no Império Romano do Oriente durante o século IV d.C. João Crisóstomo (*De Statui*, *Hom. II*, 4) teria previsto: "Todos os homens agora sabem sobre a nossa calamidade". Tanto João Crisóstomo como Libânio tinham suas as expectativas sobre as consequências do levante e influenciaram, talvez, na atuação efetiva quanto à maneira como cada membro atuaria dentro do conflito. Interferiram na maneira como o levante deveria ser rememorado e lembrado na posteridade. Não obstante, João Crisóstomo e Libânio agiram similarmente e com autoridade igual sob a interpretação de um mesmo evento.

Essas várias versões possíveis do Levante das Estátuas na historiografia contemporânea, moderna, medieval e antiga suscitam novos caminhos e novas problemáticas relacionadas ao tema. Muitas outras temáticas ainda pertinentes ao levante poderiam também merecer atenção. Franz Van de Paverd (1991:127-130; 161-201), por exemplo, discorre sobre o tema das condições dos aprisionados e dedica também atenção ao estudo das características dos serviços litúrgicos antigos durante a Quaresma a partir das homilias de João Crisóstomo. Libânio fornece-nos um manancial de informações sobre vários tópicos, inclusive, sobre o êxodo escolar em razão do medo da resposta imperial. Logo, o que parece ter sido a finalização de uma investigação de pesquisa apresenta-se apenas como uma infinita possibilidade de interpretação diante de múltiplas alternativas. Nesse sentido, a temática aqui estudada ainda oferece bastante espaço para o debate e reflexão historiográfica.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMETAÇÃO PRIMÁRIA IMPRESSA:

AGOSTINHO DE HIPONA. *A cidade de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2010.

AMBROSE OF MILAN. Oration on the death of Theodosius I. In: Liebeschuetz, J.H.W.G. *Ambrose of Milan: political letters and speeches*. Translated Text for Historians, v. 43. Liverpool: Liverpool University Press, 2005, pp. 174-203.

AMBROSE OF MILAN. Epistula 74 [Maur 40]. In: LIEBESCHUETZ, J.H.W.G. *Ambrose of Milan: political letters and speeches*. Liverpool: Liverpool University Press, 2005, pp. 96-111.

AMBROSE OF MILAN. On the death of Theodosius. In: McCAULEY, L. P.; SULLIVAN, J.J.; McGUIRE, M. R. P. & DEFERRARI, R. *Funeral Orations by Saint Gregory Nazianzen and Saint Ambrose*. New York: The Catholic University of America Press, 1953, pp. 307-332.

AMMIANUS MARCELINUS. Roman History. In: ROLFE, J. *Loeb Classical Library*. Vol. II, Books 20-26. Londres: Harvard University Press, 2000.

AMMIANUS MARCELINUS. Roman History, Book XIV. In: YONGE, C.D. *The Roman History of Ammianus Marcellinus*. London: George Bell & Sons, 1894.

BÍBLIA DE JERUSALEM. São Paulo: Paulus, 2004.

CICERO. Sestius. In: KASTER, R. *Marcus Tullius Cicero, Speech on behalf of Publius Sestius*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

DECIMUS MAGNUS AUSONIUS. Ordo Urbium Nobilium. In: WHITE, H. G. E. *Loeb Classical Library*. London: William Heinemann, 1919.

EUTROPIUS. Eutropi Breviarium ad urbe condita cum versionibus graecis et Pauli Landolfique additamentis recensuit adnotavit H. Droysen. In: SOCIETAS APERIENDIS FONTIBUS RERUM GERMANICARUM MEDII AEVI. *Germaniae Historica*. München: Monumenta Germaniae Historica, 1978.

EUTROPIUS. The Breviarum ab urbe condita. In: BIRD. W. H. *The Breviarum ab urbe condita of Eutropius: the right honourable secretary of state for general petitions*. Translated Texts for Historians. Volume 14. Liverpool: Liverpool University Press, 1993.

EUSEBIUS OF CAESAREA. Ecclesiastical History. In: LAKE, K. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 1926.

HERODOTUS. Herodoti Historiae. Volume I: Books I-IV. In: HUDE, C. *Herodoti Historiae*. Oxford Classical Texts. 3 edition. Oxford: Oxford University Press, 1927.

IOANNIS MALALAE. Chronographia. In: THURN, I. *Ioannis Malalae Chronographia*. Berlin: Walter de Gruyter, 2000.

JEAN CHRYSOSTOME. Homélies sur les Statues. In: JEANNIN, M. *Saint Jean Chrysostome: Oeuvres Complètes*. Tome II. Arras: Sueur-Charruey, 1887, pp. 531-573.

JEAN CHRYSOSTOME. Homélies sur les Statues. In: JEANNIN, M. *Saint Jean Chrysostome: Oeuvres Complètes*. Tome III. Arras: Sueur-Charruey, 1887, pp. 1-130.

JOANNIS CHRYSOSTOMI. Homiliae XXI de statuis. In: MIGNE, J-P. *Patrologia Graecae*. Vol. 49. Paris: Jacques-Paul Migne, 1862, pp. 15-222.

JOÃO CRISÓSTOMO. *O sacerdócio*. Petrópolis: Vozes, 1979.

JOHN CHRYSOSTOM. The Homilies on the Statues to People of Antioch. In: SCHARFF, P. *A Select Library of the Nicene and Post- Nicene Fathers of the Chriatian Church*.Volume IX. Michigan: T&T Clark / WM. B. Eerdmans Publishing Company, 1996. p. 315-514.

JUAN CRISOSTOMO. Las XXI Homilias de las Estatuas. *Coleccion Excelsa*. v. 19. Traduccion del presbítero D. Juan Oteo Uruñuela. Madrid: Ediciones Aspas, 1945.

JUAN CRISOSTOMO. Las XXI Homilias de las Estatuas. *Coleccion Excelsa*. v. 20. Traduccion del presbítero D. Juan Oteo Uruñuela. Madrid: Ediciones Aspas, 1945.

JOHN MALALAS. The Chronicles. In: JEFFREYS, E.; JEFFREYS, M. & SCOTT, R. *The Chronicles of John Malalas*. Melbourne: Australia Association for Byzantine Studies, 1986.

JOHN ZONARAS. Epitome of Histories. In: BANCHICH, T. M. & LANE, E. N. *The History of Zonaras: from Alexander Severus to the death of Theodosius The Great*. London: Routledge, 2009.

LIBANII. Ἀντιοχικος. In: FOERSTER, R. *Libanii Opera: Recensuit. Vol I, Fasc. II.* Lipsiae: In Aedibus B. G. Teubneri, 1903, p. 412-535.

LIBANIOS. Discours. Tome IV. Discours LIX. In: MALOSSE, P-L. *Collection des Universités de France 431*. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

LIBANIOS. Discours. Tome II. Discours II-X. In: MARTIN, J. *Collection des Universités de France 319.* Paris: Les Belles Lettres, 2003.

LIBANIOS. Discours. Tome I. Discours I. Autobiographie. In: PETIT, P. *Collection des Universités de France 256.* Paris: Les Belles Lettres, 2003.

LIBANIUS. Selected Orations I. Vol. I. In: NORMAN, F. A. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 2003..

LIBANIUS. Selected Orations II. Vol. II. In: NORMAN, F. A. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 1977.

LIBANIUS. Libanius: Autobiography and Selected Letters, vol.1. In: NORMAN, F. A. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 1992.

LIBANIUS. Libanius: Autobiography and Selected Letters, vol.2. In: NORMAN, F. A. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 1992.

LIBANIUS. Antiochikos: In Praise of Antioch. In: NORMAN, F. A. *Antioch as a Centre of Hellenic Culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, pp. 7-65.

LIBANIUS. Oration in Praise of Antioch. In: DOWNEY, G. Libanius' Oration in Praise of Antioch (Oration XI). *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 103, No. 5, 1959, pp. 652-686.

LIBANIUS. Autobiography. In: In: NORMAN, F. A. *Autobiography (Oration I) the Greek text*. Oxford: University of Hull / Oxford University Press, 1965, pp. 146-244.

ORIGO CONSTANTINI IMPERATORIS. In: LÓPES HERNANDO, P y LASALA NAVARRO, I. Origo Constantini Imperatoris, comentário, notas y traducción. *Habis*, n. 38, 2007, pp. 271-285.

PAULUS OROSIUS. The seven books of history against the pagans. In: DEFERRARI, R.J. *Fathers of the Church*. Volume 50. Baltimore: The Catholic University of America Press, 2002.

PAULUS OROSIUS. *Pavli Orosii Historiarvm adversvm paganos libri VII ex recognitione Caroli Zangemeister*. In: Series Bibliotheca scriptorum graecorum et romanorum Teubneriana. [S. r.], Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana. Lipsiae. 1889.

PAULUS OROSIUS. Seven Books Against the Pagans. In: FEAR, A.T. *Orosius: Seven Books of History Against the Pagans*. Liverpool: Liverpool University Press, 2010.

PAULUS OROSIUS. História contra Pagãos. In: CARDOSO, J. (Ed.). *História contra Pagãos*. Minho: Universidade do Minho, 1986.

PHILOSTRATUS. The life of Apollonius of Tyana. In: CONYBEARE F.C. *Loeb Classical Library*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1989.

PLINY, THE SENIOR. Natural History. In: PAGE, T. E. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 1961.

POLIBIUS. Historiae. In: PATON, W.R. *Loeb Classical Library*. Vol III. London: Harvard University Press, 1979.

RUFINUS OF AQUILEIA. The Church History. In: AMIDON, P.R. *The church history of Rufinus of Aquileia, books 10 and 11*. Madison: Oxford University Press, 1997.

Patrologia Graecae. Vol. 56. Paris: Jacques-Paul Migne, 1862, pp. 420-500.

SOCRATES SCHOLASTICUS. *Ecclesiastical History*. In: SCHAFF, P. A Select Library of Nicene and Post-Nicene Fathers, Series II, Vol. II. London: Hendrickson Publishers, 1995.

SOZOMENUS. *The ecclesiastical history*. Translated by Edward Walford. London: Henry G. Bohn, 1855.

STRABO. Geographia. In: JONES, H.L. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 1961.

SUETONIUS. The life of Caesars: Domitianus. In: *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 1959.

SUETONIUS. The life of Caesars: Tiberius. In: ROLFE, J. C. *Loeb Classical Library*. Londres: Harvard University Press, 1979.

TACITUS. The Annals. In: WOODMAN, A. J. *Tacitus The Annals*. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Comapany, Inc., 2004.

THEODORET. *History of Church*. London: Henry G. Bohn, 1854.

THEODOSIAN CODE. In: PHARR, C. *Theodosian Code and Novels and the Sirmondian Constitutions*. New Jersey: The Lawbook Exchange Ltd., 2001.

VOLTAIRE. *A philosophical dictionary*. Vol. 6. London: J. and H.L. Hunt, 1824.

ZOSIME. Histoire Nouvelle. Tome II. 2^{e} Partie. Livre IV. In: PASCHOUD, F. *Collection des Universités de France 267*. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

ZOSIMUS. New History. In: RIDLEY, R. T. *Zosimus New History*. Melbourne: Australia Association for Byzantine Studies, 1982.

OBRAS DE APOIO:

ADKINS, L. and ADKINS, R. A. *Handbook to life in ancient Rome*. New York: Infobase Publishing, 2004.

AJA SÁNCHEZ, J.R. ‘Stáseis’ e ‘seditiones’: uma definición del tumulto urbano en el Bajo Império. *Espacio, Tiempo y Forma*, série II, v. 4, 1991, p. 359-376.

_____. La crisis de Antioquía del año 354: un ejemplo de la pervivencia de la "vis publica" en la Antigüedad Tardia. *La tradición en la Antigüedad Tardia, Antig. crist*., Murcia, 1997, p. 61-81.

_____. *Tumultus et urbanae seditiones: sus causas – un estudio sobre los conflictos econômicos, religiosos y sociales en las ciudades tardorromanas (S. IV).* Santander: Universidad de Cantabria, 1998.

ALEXANDER, M. C. *Trials in the Late Roman Republic, 149 BC to 50 BC*. Toronto: University of Toronto, 1990.

ALFOLDY, G. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ALLEN, P. Homilies as a source for Social History. *Studia Patristica*, n. 24, 1991, p. 1-5.

ALLEN, P.; NEIL, B. & MAYER, W. Reading the texts: a methodology of approach to genre. In: ____. *Preaching poverty in Late Antiquity: perceptions and realities*. Leipzig: Evangelische Verlagsanstalt, 2009, pp. 35-68.

ALLISON, J. E. & CLOUD, J. D. The Lex Iulia Maiestatis. *Latomus*, vol. 21, pp. 711-31, 1962.

ALMEIDA, J. *Count Zosimus the historian*. Master's Theses. San Jose State University, 2007. Unpublished.

ARENDT, H. The Modern Concept of History. *The Review of Politics*, vol. 20, No. 4, Twentieth Anniversary Issue: I, 1958, pp. 570-590.

ASSELT, W.J. van; GEEST, P. van & MULLER, D. *Iconoclasm and iconoclash: struggle for religious identity*. Leiden: Brill, 2006.

AUBINEAU, M. *Codici Chrysostomici Graeci I: Britanniae et Hiberniae*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1968.

AUSTIN, N. J. E. & RANKOV, N. B. *Exploratio: military and political intelligence in the Roman world from the second Punic War to the Battle of Adrianople*. London: Routledge, 1998.

BAJO, F. El patronato de los obispos sobre ciudades durante los siglos IV-V en Hispania. *Memorias de Historia Antigüa*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1981, p. 203-13.

BAKKER, E. J. The making of History: Herodotus' Histories Apodexis. In: BAKKER, E. J.; JONG, I. J. F. de & WEES, H. Van. *Brill's Companion to Herodotus*. Leiden: 2002, p. 3-32.

BALANDIER, G. *A desordem*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BALL, W. *Rome in the East*. London/New York: Routledge, 2000.

BANCHICH. T. M. Introduction: The Epitome of Histories. In: BANCHICH, T. M. & LANE, E. N. *The History of Zonaras: from Alexander Severus to the death of Theodosius The Great*. London: Routledge, 2009, pp. 1-19.

BARNES, T. D. *Athanasius and Constantius: theology and politics in the Constantinian empire*. Cambridge MA: Harvard University Press, 2001.

BARRY, W.D. Roof tiles and urban violence in the ancient world. *Greek, Roman and Byzantines Studies*, v. 37, p. 55-74, 1996.

BASCHET, J. *A Civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

BASH, A. *Ambassadors for Christ: an exploration of ambassadorial language in the New Testament*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1997.

BASSANELLI, G. S. Cth. 9.5 Ad Legem Juliam Maiestatis. *Bullettino dell'Istituto di Diritto Romano "Vittorio Scialoja"* , n. 86-87, pp. 95-119, 1984.

BAUMAN, R. A. *The crimen maiestatis in the Roman Republic and Augustan Principate*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967.

_____. *Impietas in Principem: A study of treason against the Roman emperor with special reference to the first century A.D*. München: C.H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1974.

_____. Tertullian and the Crime of 'Sacrilegium'. *Journal of Religious History*. Vol. 4, pp. 175-183, 1967.

_____. The 'Leges iudiciorum publicorum' and their Interpretation in the Republic, Principate and Later Empire. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt* ii., 13, Berlin, 1980, pp. 103-233.

BEARAK, B. *Over world protests, Taliban are destroying Ancient Buddhas*. Article from The New York Times published in March 4, 2001. Disponível em: *http://www.nytimes.com/2001/03/04/world/over-world-protests-taliban-are-destroying-ancient-buddhas.html* Acesso em 17 de jun de 2011.

BECKER, L. & KONDOLEON, C. *The Arts of Antioch: Art Historical and Scientific Approaches to Roman Mosaics and a Catalogue of the Worcester Art Museum Antioch Collection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

BELLAMY, J. G. *The law of treason in England in the Later Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

BERGER, A. *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1953.

BERRENDONNER, C. Verrès, les cites, les statues, et l'argent. In: DUBOULOZ, J. et PITTIA, S. *La Sicile de Cicéron: lectures des "Verrines" : actes du colloque de Paris, 19-20 mai 2006*. Besançon: Presses Univ. Franche-Comté, 2007, pp. 205-227.

BIRD, W.H. Introduction. In: _____. *The Breviarum ab urbe condita of Eutropius: the right honourable secretary of state for general petitions*. Liverpool: Liverpool University Press, 1993, pp. vii-l.

BOER, W. *Some minor Roman Historians*. Leiden: Brill, 1972.

BOEGEHOLD, A. L. *The Lawcourts at Athens: Sites, Buildings, Equipment, Procedure, and Testimonia*. Athens: American School of Classical Studies at Athens, 1995.

BONFANTE, L. Emperor, God and man in the IV century. *La Parola del Passato*, Napoli, fasc. XCIX, p. 401-27, 1964.

BORN, L. K. The perfect prince according to the Latin Panegyrists. *The American Journal of Philology*, v. 55, n. 1, 1934, p. 20-35.

BRANDES, W. and HALDON, J. Towns, tax and transformation: state, cities and their hinterlands in the East Roman World, c. 500-800. In: BROGIOLO, G. P.; GAUTHIER, N. and CHRISTIE, N. *Towns and their territories between late antiquity and the early Middle Ages*. Leiden: Brill, 2000, pp. 141-172.

BRÉHIER, L. Bernard de Montfaucon. In: THE CATHOLIC ENCYCLOPEDIA, 2003. Disponível http://www.newadvent.org/cathen/10539b.htm Acesso em: 20 jan. 2005.

BROTTIER, L. L'image d'Antioche dans les homélies "Sur les Statues" de Jean Chrysostome. *Revue des Études Grecques*, 106, p. 619-635, 1993.

BROWN, P. *Power and persuasion in Late Antiquity: towards a Christian Empire*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.

BROWNING, R. The Riot of A.D. 387 in Antioch: the role of the theatrical claques in the Later Empire. *Journal of Roman Studies*, v. 42, p. 13-20, 1952.

BRUNN, P. Coins and Roman Imperial government. In: PAUL, G. M & LERARDI, M. *Roman coins and public life under the empire: E. Togo Salmon Papers II*. Michigan: University of Michigan Press, 1999, pp. 19-40.

BRUNEAU, P.; TORELLI, M. & ALTET, X. B. i. *La sculpture: Le prestigie de l'Antiquité du VIIIe siècle avant J.-C. au Ve siècle après J.-C.* Genève: Edition d'Art Albert Skira S.A., 1991.

BRUNT, P. A. Did emperors ever suspend the law of maiestas? In: *Sodalitas: Scritti in onore di Antonio*. Guarino, Bibl. di Labeo VIII (Naples, 1984), pp. 469-480.

BOUCHIER, E.S. *A short history of Antioch 300 B.C. – and 1268*. Oxford: Basil Blackwell, 1921.

BUDDEN, M. E. H. *True stories from ancient history: chronologically arranged from the creation of the world to the death of Charlemagne*. London: John Harris, 1837.

BUCK, D.F. On Two lacunae in Zosimus' New History. *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 49, No. 1 (1999), pp. 342-344.

BUNSON, M. *Encyclopedia of the Roman empire*. New York: Infobase Publishing, 2002.

BURGESS, R. W. Eutropius V. C. Magister Memoriae? *Classical Philology*, Vol. 96, No. 1, 2001, pp. 76-81.

BURNS, M. A. *Saint John Chrysostom's Homilies on the Statues: A study on their qualities and form*. Washington: Catholic University of America, 1930.

BUTCHER, K. *Roman Syria and Near East*. Los Angeles: Getty Publications, 2003.

CAMERON, A. *The last pagans of Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

_____. Theodosius the Great and the Regency of Stilicho. *Harvard Studies in Classical Philology* 73, 1969, 247-280.

CAMERON, A. *The Later Roman Empire*. London: Fontana Press, 1993.

_____. *Christianity and the rhetoric of Empire*. Berkeley: University of California Press, 1994.

CAMERON, A. & GARNSEY, P. *The Cambridge History, v. XIII. The Later Roman Empire, A.D. 337-425*. New York: Cambridge University Press, 1998, p.665-707.

CAPELATO, M. História política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 1-5, 1996.

CARDOSO, C.F. & VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

CARRIÉ, J-M & ROUSSELLE, A. *L'Empire romain en mutation**:** des Sévères à Constantin 192-337*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

CARTER, R. E. *Codices Chrysostomici Graeci II: Codices Germaniae*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1968.

_____. *Codices Chrysostomici Graeci III: Americae et Europae occidentales*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1968.

_____. *Codices Chrysostomici Graeci V: Italiae partem priorem*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1968.

_____. The chronology of saint John Chrysostom's early life. *Traditio*, v. 18, New York, 1962, p. 357-364.

_____. Saint John Chrysostom's rhetorical use of the socratic distinction between kingship and tyranny. *Traditio*, n. 14, 1958, p. 367-370.

CARVALHO, M. M de. *Paideia e retórica no séc. IV d.C.: a construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. Relações conflituosas entre o imperador Juliano e a cidade de Antioquia. In: CARVALHO, M. M. de; LOPES, M. A. de S. & FRANÇA, S. S. L. *As cidades no tempo*. Franca: Olho d'Água, 2005, pp. 113-123.

_____. *Paidéia e Retórica no século IV d.C.: a construção da Imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. 2002. 202f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARVALHO, M. M. de; FUNARI, P. P. A.. Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações. *História*, Franca, v. 26, n. 1, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742007000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 Feb. 2012.

CARDOSO, C. F. *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASSON, L. *Travel in the ancient world*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1994.

CASTRO-CAMERO, R. de. *El crimen maiestatis a la luz del Senatus consultum de Cn. Pisone patre*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000.

CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, R. *A história cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991, pp. 173-191.

CHEESMAN, G.L. *The auxilia of the Roman imperial Army*. Oxford: Clarendon Press, 1914.

CHESNUT, G. F. *The first Christian histories: Eusebius, Socrates, Sozomen, Theodoret, and Evagrius*. Macon: Mercer University Press, 1986.

CHILTON, C. W. The Roman Law of Treason under the Early Principate. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 45, Parts 1 and 2, 1955, 73-81.

CLAYTON Jr, P. B. *The Christology of Theodoret of Cyrus: Antiochene Christology from the Council of Ephesus (431) to the Council of Chalcedon (451)*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

CLOUD, J.D. The text of Digest XLVIII,4: Ad Legem Iuliam Maiestatis. *Zeitschrift der Savigny-Stifung für Rechtsgeschichte Romanistische Abteilung*, vol. 80, pp. 206-232, 1963.

COCHRANE, C.N. Cristianismo y cultura clásica. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

COHEN, G. M. *The Hellenistic settlements in Syria, the Red Sea Basin, and North Africa*. Los Angeles: University of California Press, 2006.

COWLES, F. H. *Gaius Verres: an historical study*. Ithaca: Press of Andrus & Church, 1917.

_____. Cicero's Debut as a Prosecutor. *The Classical Journal*. Vol. 24, No. 6, 1929, pp. 429-448.

CRIBIORE, R. *The school of Libanius in Late Antique Antioch*. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

CROIX, G. E. M. De Ste. Herodotus. *Greece & Rome*, Second Series, Vol. 24, No. 2, 1977, pp. 130-148.

CROSS, F. L and LIVINGSTONE, E. A. *The Oxford dictionary of the Christian Church*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CUNNINGHAM, L. S. & REICH, J. J. *Culture and Values: A Survey of the Humanities*. Boston: Cengage Learning, 2009.

CUTTLER, S. H. *The law of treason and treason trials in Later Medieval France*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

DEFERRARI, R. J. *Fathers of the Church*. Volume 50. Baltimore: The Catholic University of America Press, 2002, pp. xv-xxi.

_____. Introduction of On the death of Theodosius. In: McCAULEY, L. P.; SULLIVAN, J.J.; McGUIRE, M. R. P. & DEFERRARI, R. *Funeral Orations by Saint Gregory Nazianzen and Saint Ambrose*. New York: The Catholic University of America Press, 1953, pp. 303-305.

DEVLIN, J. F. *Syria: modern state in an ancient land*. London/NY: Taylor & Francis, 1983.

DEWALD, C. & MARICOLA, J. *The Cambridge Companion to Herodotus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

DIGNAS, B. and WINTER, E. *Rome and Persia in late antiquity: neighbors and rivals*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DIHLE, A. *Greek and Latin literature of the Roman Empire: from Augustus to Justian*. London/New York: Routledge, 1994.

DOGRUEL, F. Multiple identities on the border: Christian and Muslim Arab Minority Communities in Turkey. In: TIMMERMAN, C.; LEMAN, J. & ROOS, H. *In-between spaces: Christian and Muslim minorities in transition in Europe and the Middle East*. Peter Lang, 2009, p. 79-100.

DOWNEY, G. *A history of Antioch in Syria: from Seleucus to the Arab Conquest*. New Jersey: Princeton University Press, 1961.

_____. *Antioch in the Age of Theodosius the Great*. Norman: University of Oklahoma Press, 1962.

_____. *Ancient Antioch*. New Jersey: Princenton University Press, 1963.

_____. *A study of the Comites Orientis and the Consulares Syriae*. New Jersey: Princeton, 1939.

DRAKE, H. A. *Violence in Late Antiquity*. Aldershot: Ashgate, 2006.

DUBY, G. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, J. & NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 130-45.

DUMÉZIL, G. Maiestas et gravitas: de quelques différences entre les Romains et les Austronésiens. *Revue de Philologie*, vol. 26, 7-28, 1952.

_____. Maiestas et gravitas, II. *Revue de Philologie*, vol. 28, 19-20, 1954.

EDWARDS, M. Pagan and Christian monotheism in the Age of Constantine. In: SWAIN, S. & EDWARDS, M. *Approaching Late Antiquity: the transformation from the Early to Late Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 211-234.

ELSNER, J. *Imperial Rome and Christian triumph: the art of the Roman Empire AD 100-450*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

ELSNER, J. & MASTERS, J. *Reflections of Nero: culture, history and representation*. Chapel Hill/London: University of North Caroline Press, 1994.

ENZENSBERGER, H. M. *Critical Essays*. New York: Continuum International Publishing Group, 1982.

ERICKSON, M. J. *Christian Theology*. Michigan: Baker Book House, 1985.

ERIKSEN, A. Memory, History and National Identity. *Journal of European Ethnology*, Vol. 27, 1997, pp. 129-138.

ERRINGTON, R. M. *Roman imperial policy from Julian to Theodosius*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

_____. The Accession of Theodosius I. *Klio*, n. 78, ano 1996a, p. 438-53.

_____. Theodosius and the Goths. *Chiron*, n. 26, ano 1996b, p. 1-27.

_____. Christian accounts of the religious legislation of Theodosius I. *Klio*, n. 79, ano 1997b, p. 398-443.

_____. Church and State in the First Years of Theodosius I. *Chiron*, n. 27, ano 1997, pp. 21-72.

ESCRIBANO, M.V. Usurpación y religión en el s. IV de C.: paganismo, cristianismo y legitimación política. *Cristianismo y aculturación en tiempos del Imperio Romano*. Antig.crist., VII. Murcia, p. 247-272, 1990.

_____. Tryphe y Cristianismo en Zosimo: la representacion tiranica de Teodosio. *Athenaeum*, LXXXVI, 1998, p. 526- 539.

_____. La τρυφή de Teodosio en la ἱστορία νέα de Zósimo. In: TEJA, R. y PÉREZ, C. *Actas Congreso Internacional La Hispania de Teodosio, Segovia-Coca, 1995*. Vol. I. Salamanca: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura / Universidad SEK, 1997, pp. 49-58.

EVANS, J. A. S. Father of History or Father of Lies: The Reputation of Herodotus. *The Classical* Journal, Vol. 64, No. 1, 1968, pp. 11-17.

FAILLER, A. Manfred Clauss, Der magister officiorum in der Spätantike (4.-6. Jahrhundert). Das Amt und sein Einfluss auf die kaiserliche Politik. *Revue des études byzantines*, Année 1982, Volume 40, Numéro 1, p. 249 – 249.

FARIA, E. *Dicionário Escolar Latino Português*. Rio de Janeiro: MEC, 1992.

FEAR, A. T. Introduction. In: _____. *Orosius: Seven Books of History Against the Pagans*. Liverpool: Liverpool University Press, 2010, p. 1-25.

FEJFER, J. *Roman portraits in context*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008.

FERNÁNDEZ ARDANAZ, S. Cuestiones sociales en el cristianismo del siglo IV. In: ALVAR, J. et. al. *Cristianismo primitivo y religiones mistéricas*. Madrid: Cátedra, 1995. p. 365-380.

FERRARY, J. L. Les origines de la loi de majesté à Rome. *Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, Paris, 127e année, N. 4, 1983, pp. 556-572.

FESTUGIÈRE, A. J. *Antioche Païenne et Chrétienne: Libanius, Chrysostome et les moines de Syrie*. Paris: Éditions E. de Boccard, 1959.

FINEGAN, J. *The archeology of the New Testament: the Mediterranean world of the early Christian Apostles*. New York: Taylor & Francis, 1981.

FINLEY, M. I. Mito, memória e história. In: _____. *Uso e abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp. 3-27.

FLOOD, F.B. Between Cult and Culture: Bamiyan, Islamic Iconoclasm, and the Museum. *The Art Bulletin*, Vol. 84, No. 4., 2002, pp. 641-659.

FLOWER, Harriet I. *The art of Forgetting: disgrace & oblivion in Roman political culture*. The University of North Carolina Press, 2006.

FRAKES, R.M. *Contra potentium iniurias: the defensor civitatis and Late Roman justice*. München: C.H. Beck, 2001.

FRAZEL, T. D. "Furtum" and the Description of Stolen Objects in Cicero "In Verrem" 2.4. *The American Journal of Philology*. Vol. 126, No. 3, 2005, pp. 363-376.

FREEDBERG, D. The Power of Wood and Stone; The Taliban Is Not the First to Fear the Mysterious Lure of Art. *The Washington Post*. Washington, D.C.: Mar 25, 2001. pg. B.02. http://www.columbia.edu/cu/arthistory/faculty/Freedberg/Power-of-Wood-and-Stone.pdf Acesso em 31 out 2011.

FRENCH, D. Rhetoric and rebellion of A. D. 387 in Antioch. *Historia*, 47, p. 468-484, 1998.

FRIELL, G. and WILLIAMS, S. *Theodosius: The Empire at Bay*. London: Routledge, 1994.

FRIGHETTO, R. *Cultura e poder na Antigüidade Tardia Ocidental*. Lugar: Juruá, 2003.

_____. A relação entre cultura e poder na Antiguidade Tardia: o exemplo da Hispânia Visigoda. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 196-218, 1997.

_____. *A Antiguidade Tardia. Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

FUHRMANN, C. *Policing Roman Empire: soldiers, administration and public order*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Unicamp, 2003.

GADDIS, M. *There is no crime for those who have Christ: religious violence in the Christian Roman Empire*. California: University of California Press, 2005.

GARNSEY, P. The Lex Iulia and Appeal under the Empire. *The Journal of Roman Studies*, vol. 56, Parts 1 and 2, pp. 167-189, 1966.

GARNSEY, P. & SALLER, R. *The Roman Empire: economy, society and culture*. Los Angeles: University of California Press, 1987.

GIBBON, E. *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*. Vol. III. Boston: Phillips, Sampson and Company, 1854.

_____. *The Decline and Fall of the Roman Empire*. Rockville: Wildside Press LLC, 2004.

GINZBURG, C. Ídolos e imagens: um trecho de Orígenes e sua sorte. In: _____. *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 122-138.

GLEASON, M. W. Festive Satire: Julian's Misopogon and the New Year at Antioch. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 76, 1986, pp. 106-119.

GOEBEL, R. *De Ioannis Chrysostomi et Libanii orationibus quae sunt de seditione Antiochensium*. Göttingen: s.n., 1910.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 14, n. 28, p. 180-193, 1994.

GUÉRILLOT, C. *L'Eglise d'Antioche syriaque orthodoxe: une Église martyre (approche historique)*. Paris:Véga, 2008.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

_____. *O saber local*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

GRUEN, E. S. The Lex Varia. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 55, No. 1/2, Parts 1 and 2, 1965, pp. 59-7

HAAS, C. *Alexandria in Late Antiquity: Topography and social conflict*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

HANSEN, M. H. Kome: a study in how the greeks designated and classified settlements which were not poleis. In: HANSEN, M. H. and RAAFLAUB, K. A. *Studies in the ancient Greek polis: Zeitschrift für alte Geschichte, Volume 1*. Franz Steiner Verlag, 1995, pp. 45-81.

HARRIES, J. *Law and Crime in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. *Law and Empire in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HARTNEY, A. M. *John Chrysostom and the transformation of the city*. London: Duckworth, 2004.

HARTOG, F. *The mirror of Herodotus: the representation of the other in the writing of history*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1988.

HARVEY, S. A. Antioch and Christianity. In: KONDOLEON, C. *Antioch: the lost city*. New Jersey: Princeton University Press, 2000, pp. 39-49.

HAZARD, J. N. and STERN, W. B. "Exterior Treason": A Study in Comparative Criminal Law. *The University of Chicago Law Review*, Vol. 6, No. 1, 1938, pp. 77-91.

HEATHER, P. and MONCUR, D. *Politics, philosophy, and empire in the fourth century: select orations of Themistius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2001.

HEDRICK, Charles W. *History and silence: purge and rehabilitation of memory in Late Antiquity*. Austin: University of Texas Press, 2000.

HOBSBAWM, E. Introdução: A invenção de tradições. In: HOBSBAWM, E. & RANGER, T. *A invenção de tradições*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 9-23.

HØJTE, J. M. *Roman imperial statue bases: from Augustus to Commodus*. Aarhus: Aarhus University Press, 2005.

_____. Imperial Visits as Occasion for the Erection of Portrait Statues? *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bd. 133, 2000, pp. 221-235.

HOPWOOD, D. Syria 1945-1986: politics and society. London: Routledge, 1988.

HUEBNER, S. R. Currency of power: the venality of officesin the Later Roman Empire. In: CAIN, A. and LENSKI, N. E. *The power of religion in Late Antiquity*. Farnham: Ashgate Publishing, Ltd., 2009, pp. 167-180.

HUMBERT G. & LÉCRIVAIN, CH. 'Maiestas'. In: DAREMBERG, MM. CH.; SAGLIO, EDM & POTTIER, EDM. *Dictionnaire des Antiquités Grècques et Romaines*. Tome III, Partie 2. Paris: Librarie Hachete et C^{te}., 1904, pp. 1556-1561.

HUNT, L. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HUNTER, D. G. Borrowings from Libanius in the Comparatio regis et monachi of St. John Chrysostom. *Journal of Theological Studies* 39, pp. 525-531, 1988.

_____. Libanius and John Chrysostom: New Thoughts on an Old Problem. *Studia Patristica* 22, pp. 129-135, 1989a.

_____. Preaching and propaganda in fourth century Antioch: John Chrysostom's Homilies on the Statues. In: D.G. Hunter (ed.). *Preaching in the Patristic Age. Studies in Honor of Walter J. Burghardt, S.J.* New York/Mahwah: Paulist Press, 1989b, p.119-138.

ISAAC, B. *The limits of the empire: the Roman army in the east*. New York: Clarendon Press, 2000.

JEANNIN, M. *Saint Jean Chrysostome: Oeuvres Complètes*. Tome I. Arras: Sueur-Charruey, 1887, pp. 134-147.

JONES, A.H..M. *The Later Roman Empire 284-602*. Volume I. Baltimore: The Hopkins University Press, 1992.

_____. *The Later Roman Empire 284-602*. Volume II. Baltimore: The Hopkins University Press, 1992.

JONES, A.H.M; MARTINDALE, J.R. & MORRIS. J. *The Prosopography of the Later Empire AD 260-395*. Volume I. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

JONG, J. de. The employment of epithets in the struggle for power, a case study. In: HEKSTER, O.; KLEIJN, G. de and SLOOTJES, D. *Crises and the Roman Empire: proceedings of the Seventh Workshop of the international network Impact of Empire, Nijmegen, June 20-24, 2006*. Leiden: Brill, 2007, pp. 311-326.

KATZOFF, R. Tacitus, Annales, I, 74: The Case of Granius Marcellus. *The American Journal of Philology*, Vol. 92, No. 4 (Oct., 1971), pp. 680-684.

KEAVENEY, A. & MADDEN, J. A. The crimen maiestatis under Caligula: The evidence of Dio Cassius. *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 48. No. 1, 1998, pp. 316-320.

KELLY, J.N.D. *Golden mouth: the story of John Chrysostom – ascetic, preacher, bishop*. Cornell University Press, 1998.

KELLY, G. P. *A history of exile in the Roman republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KELLY, G. A. From Lèse-Majesté to Lèse-Nation: Treason in Eighteenth-Century France. *Journal of the History of Ideas,* Vol. 42, No. 2, 1981, pp. 269-286.

KENNEDY, H. Antioch: from Byzantium to Islam and back again. In: RICH, J. *The city in Late Antiquity*. London/New York: Routledge, 1992, pp. 181-198.

KENNEDY, G. A. *Greek Rhetoric under Christian Emperors*. New Jersey: Princeton University Press, 1983.

KILLERICH, B. Representing an emperor: Style and meaning on the Missorium of Theodosius I. In: ALMAGRO GORBEA, M. *El disco de Teodosio*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000, pp. 273-280.

KING, N. Q. *The emperor Theodosius and the establishment of Christianity*. Philadelphia, Westminster Press, 1960.

KONDOLEON, C. *Antioch: The lost ancient city*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

KYLE, D. G. *Spectacles of death in ancient Rome*. London: Routledge, 2001.

LA VEGA, H de. *El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

LACKNER, W. *Codices Chrysostomici Graeci IV: Austriae*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1968.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1996, pp. 423-477.

_____. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1996, pp. 535-549.

_____. A política será ainda a ossatura da história?. In: ____. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70,. 1990, pp. 215-235.

LEAR, F. S. The crime of Majesty in Roman Republican law. In: _____. *Treason in Roman and Germanic law: Collected Papers*. Austin: University of Texas Press, 1965, pp. 3-48.

_____. The idea of Majesty in Roman Political Thought. In: _____. *Treason in Roman and Germanic law: Collected Papers*. Austin: University of Texas Press, 1965, pp. 49-72.

_____. Crimen Laesae Maiestatis in the Lex Romana Wisigothorum. *Speculum*: a Journal of Medieval Studies, Vol. 4, 1929, pp. 73-87.

LÉCRIVAIN, Ch. Perduellio. In: DAREMBERG, MM. CH. & SAGLIO, EDM. *Dictionnaire des Antiquités Grécques et Romaines*. Tome IV, Partie 1. Paris: Hachete et C^{te}, s/d. pp. 388.

_____. Rependutae. In: DAREMBERG, MM. CH. & SAGLIO, EDM. *Dictionnaire des Antiquités Grécques et Romaines*. Tome IV, Partie 2. Paris: Hachete et C^{te}, s/d. pp. 837-839.

LENSKI, N. E. *Failure of empire: Valens and the Roman state in the fourth century A.D*. Los Angeles: University of California Press, 2002.

LEPELLEY, C. Quot curiales, tot tyranny. L‟image du décurion oppresseur au Bas-Empire. In: FRÉZOULS, Edmond. *Crise et redressement dans les provinces européennes de l'Empire (milieu du IIIe – milieu du IVe siècle AP. J.-C.)*. Strasbourg/Wetteren (Belgique): Université des Sciences Humaines de Strasbourg/UNIVERSA, 1983, pp. 143-156.

LEPPIN, H. Steuern, Aufstand und Rhetoren: Der Antiochener Steueraufstand von 387 in Chistlicher und heidnischer Deutung. In: BRANDT, H. (Hg.), *Gedeutete Realität. Krisen, Wirklichkeiten, Interpretationen (3.-6. Jh. n. Chr.)*, Historia-Einzelschriften Nr. 134. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1999, 103-123.

LEROUX, J.M. Saint Jean Chrysostome: les Homélies sur les Statues. *Studia Patristica*, n. 3, p. 232-239, 1961.

LEVI, M. A. Maiestas e crimen maiestatis. *La Parola del Passato*, Napoli, CXXV, 1969, pp. 81-96.

LEVICK, B. M. Poena Legis Maiestatis. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Vol. 28, No. 3, 1979, pp. 358-379.

_____. Tiberius and the law: the development of maiestas. In: _____. *Tiberius the Politician*. London: Routledge, 2003.

LEVINE, L. I. *Caesarea under Roman rule*. Leiden: Brill Archive, 1975.

LEYERLE, B. *Theatrical shows and ascetic lives: John Chrysostom's attack on spiritual marriage*. Los Angeles: University of California Press, 2001.

LIEBESCHUETZ, J.H.W.G. *Antioch: city and imperial administration in the Later Roman Empire.* Oxford: Clarendon Press, 1972.

_____. Introduction of Oration on the Death of Theodosius. In: _____. *Ambrose of Milan: political letters and speeches*. Liverpool: Liverpool University Press, 2005, pp. 174-176.

_____. The fall of John Chrysostom. In: _____. *From Diocletian to the Arab Conquest: Change in the Late Roman Empire*. Aldershot: Variorum Press, 1996. p. 1-31.

_____. *Ambrose and John Chrysostom: clerics between Desert and Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

LOERKE, W. C. The Miniatures of the Trial in the Rossano Gospels. *The Art Bulletin,* Vol. 43, No. 3, 1961, pp. 171-195.

LOMAS SALMONTE, F. J. Teodosio, paradigma de príncipe cristiano: Consideraciones de Ambrosio, Rufino de Aquileya y Agustín sobre la imperial persona. *Studia Histórica Historia Antigua*, nº 8, 1990 (Ejemplar dedicado a: El siglo IV d. C.), p. 149-166.

_____. En loor de Teodosio: el Panegírico de Pacato. *Excerpta Philologica: Revista de Filología Griega y Latina de la Universidad de Cádiz*, n. 1, 1, 1991, p. 359-374.

LÓPES HERNANDO, P y LASALA NAVARRO, I. Origo Constantini Imperatoris, comentário, notas y traducción. *Habis*, n. 38, 2007, pp. 271-285.

LUNN-ROCKLIFFE, S. *Ambrosiaster's political theology*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MAAS, M. People and identity in Roman Antioch. In: KONDOLEON, C. *Antioch: the lost city*. New Jersey: Princeton University Press, 2000, pp. 13-21.

MACHADO, C. A. R. *Urban Space and Power in Late Antique Rome, A.D. 284-535*. PhD Dissertation. Oxford 2006. Unpublished PhD.

_____. Imagens e ideologia nas cunhagens de Teodósio I. *Phoînix*. Rio de Janeiro, ano 4, 1998, p.59-68.

_____. *Imperadores Imaginários: Política e Biografia na História Augusta*. Dissertação de Mestrado. USP, 1998.

McLYNN, N. Moments of truth: Gregory of Nazianzus and Theodosius I. In: McGILL, S.; SOGNO, C. and WATTS, E. J. *From the tetrarchs to the Theodosians: later Roman history and culture, 284-450 CE*. New York: Cambridge University Press, 2010, pp. 215-239.

_____. *Ambrose of Milan: church and court in a Christian capital*. Los Angeles: University of California Press, 1994.

MAcMULLEN, R. *Enemies of the Roman order: treason, unrest, and alienation in the Empire*. London: Routledge, 1992.

_____. The preacher's audience. *Journal of Theological Studies*, v. 40, n. 2, 1989, p. 503-511.

_____. The roman concept robber-pretender. *Revue Internationale des Droits de l'Antiquite*, 1963, pp. 221-225.

McMAHON, D. M. *Enemies of the Enlightenment: The French Counter-Enlightenment and the Making of Modernity*. New York: Oxford University Press, 2001.

MALOSSE, P-L. *Le modele du mauvais empereur chez Libanios*. *Pallas*, n. 60, 2003, pp. 165-174.

_____. Fausser avec du vrai: l'art du masque dans les éloges royaux, d'aprés l'example de Libanios. *Plekos*. n. 1, 1998 / 1999. Acesso em 19 ago. 2007. Disponível em *http://www.plekos.uni-muenchen.de/startseit.htm*.

_____. Libanios contre Antioche: le discours Contre ceux qui ont fui (Disc. XXIII). In: *Gens de culture en un âge de violence. Libanios et autres intellectuels grecs païens face à l'Empire Romain tardif*. Hommage international au Professeur A. F. Norman, organisé par Ángel González Gálvez et Pierre-Louis Malosse, Topoi, suppl. 7, 2006, pp. 215-230.

_____. Sophistiques et tyrannies. In: *Approches de la Troisième Sophistique, Mélanges Jacques Schamp*, Bruxelles, 2006.

MA'OZ, M.; GINAT, J. & WINCKLER, O. Introdução: The emergence of Modern Syria. In: _____. *Modern Syria: From Ottoman Rule To Pivotal Role In The Middle East*. Brighton: Sussex Academic Press, 1999.

MARAVAL, P. Antioche et l'Orient. In: MAYEUR, J.-M., PIETRI, C., PIETRI, L. et al. *Histoire du Christianisme*. Tomo 2. Paris: Desclée, 1995, p. 903-920.

MARROU, H.-I. *De la connaissance historique*. Paris: Éditions du Seuil, 1958.

MARROU, H-I. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATTEWS, J. *Western Aristocracies and Imperial Court. A.D. 364-425*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

MAYER, W. *The Homilies of St. John Chrysostom – Provenance: reshaping the Foundations*. Roma: Pontificio Istituto Orientale, 2005.

_____. Homiletics. In: HARVEY, S. A. & HUNTER, D. *Oxford Handbook of Early Chistian Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 565-83.

_____. John Chrysostom on poverty. In: ALLEN, P.; NEIL, B. & MAYER, W. *Preaching poverty in Late Antiquity: perceptions and realities*. Leipzig: Evangelische Verlagsanstalt, 2009, pp. 69-117.

_____. The homily as a historical document: some problems in relation to John Chrysostom. *Lutheran Theological Journal*, n. 35, 2001, p. 17-22.

_____. John Chrysostom and his audiences. *Studia Patristica*, n. 31, 1997, p. 70-75.

_____. Who came to hear John Chrysostom preach? Recovering a Late Fourth-Century Preacher's Audience", *Ephemerides Theologicae Lovanienses* 76 (2000) 73-87.

_____. Patronage, Pastoral Care and the Role of the Bishop at Antioch. *Vigiliae Christianae* Vol. 55, No. 1, 2001, pp. 58-70.

MAYER, W. and ALLEN, P. *John Chrysostom*. London: Routledge, 2000.

MAXWELL, J. L. *Christianization and Communication in Late Antiquity: John Chrysostom and his Congregation in Antioch*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MERRILLS, A. H. *History and Geography in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MILLAR, F. *The Roman Near East, 31 B.C.-A.D. 337*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

MILLAR, F. and COTTON, H. M. *Rome, the Greek World, and the East: Government, society, and culture in the Roman Empire*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.

MITCHELL, S. *A history of the later Roman Empire, AD 284-641: the transformation of the ancient world*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2007.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

MORONI, B. L'imperatore si giustifica. Teodosio, la rivolta di Antiochia, ed una tradizione di apologie imperiali. *Rendiconti* [Istituto Lombardo, Accademia di scienze e lettere, Classe di lettere e scienze morali e storiche, Milano], 127, 1993, pp. 261-283.

NIPPEL, W. *Public order in ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University, 1995.

NORA, Pierre. Entre a memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, 1993, p. 7-28.

NORRIS, F. W. Antioch as a religion center. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, Berlin, II. 18. 4, pp. 2322-2379, 1990.

NORMAN, A.F. Libanius: selected works II. *Loeb Classical Library*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1977.

_____. *Antioch as a Centre of Hellenic Culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, pp. 7-65.

_____. Notes. In: _____. *Autobiography (Oration I) the Greek text*. Oxford: University of Hull / Oxford University Press, 1965, pp. 146-244.

NOREÑA, C. F. *Imperial Ideals in the Roman West: Representation, Circulation, Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

O'FLYNN, J. M. *Generalissimos of the western Roman Empire*. Edmonton: University of Alberta, 1983.

OLIVEIRA, J. C. M. de. 'VT Maiores Pagani non sit!' Povoir, iconoclasme et action populaire à Carthage au début du V^{e} siècle (Saint Augustin, Sermons 24, 279 et Morin 1). *Antiquité Tardive*, n. 14, 2006, pp. 245-262.

ORCÁSTEGUI GROS, C. and SARASA SÁNCHEZ, E. *La historia en la Edad Media: historiografía e historiadores en Europa Occidental, siglos V-XIII*. Madrid: Cátedra, 1991.

ORWELL, G. *1984*. Fairfield: 1st World Library, 2004.

PACK, R. A. *Studies in Libanius and Antiochene society under Theodosius*. Menasha, Wisconsin: George Banta Publishing Company, 1935.

PAPA, H. A. *Cristianismo ortodoxo versus cristianismo heterodoxo: uma análise político-religiosa da contenda entre Basílio de Cesarea e Eunômio de Cízico (séc. IV d.C.)*. Dissertação de Mestrado, Franca: UNESP, 2009.

PASCHOUD, F. La figure de Théodose chez les historiens païens. In: TEJA, R. y PÉREZ, C. *Actas Congreso Internacional La Hispania de Teodosio, Segovia-Coca, 1995*. Vol. I. Salamanca: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura / Universidad SEK, 1997, pp. 193-200.

PATLAGEAN, E. *Pauvreté économique et pauvreté sociale à Byzance*. Paris: Mouton, 1977.

PAVERD, F. van de. *Saint John Chrysostom, The Homilies on the Statues: An Introduction*. Orientalia Christiana Analecta 239. Roma: Pont. Institutum Studiorum Orientalium, 1991.

PETIT, P. *Libanius et la vie municipale d'Antioche au IV^{e} siècle après J.-C*. Paris: P. Geuthner, 1955.

PIGANIOL, A. *L'Empire Chretien*. Paris: Presses universitaires de France, 1972.

PLISECKA, A. The Use of Greek by Roman Jurists. In: VARELA, L. B.; VEJA, P. G. & SPINOSA, A. *Crossing Legal Cultures*. Meidenbauer, Martin Vlg., 2009, pp. 59-73.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLARD, N. *Soldiers, cities, and civilians in Roman Syria*. Michigan: University of Michigan Press, 2000.

QUANTIN, J-L. Du Chrysostome latin au Chrysostome grec: une histoire européenne (1588-1613). In: WALLRAFF, M & BRÄNDLE, R. *Chrysostomosbilder in 1600 Jahren*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008, pp. 267-346.

QUATAERT, D. Prefácio. In: ANTOUN, R. T.; QUATAERT, D. (Ed.). *Syria: Society, Culture and Polity*. Albany: SUNY Press, 1991, pp. vii-x.

QUIROGA PUERTAS, A. J. *La retórica de Libanio y de Juan Crisóstomo em La Revolta de las Estatuas*. Salermo: Helios, 2007.

_____. *Relación Retórica-Historia-Mitología en los discursos XIX-XXIII de Libanio de Antioquia*. Tesis Doctoral. Universidad de Granada, 2005. (mimeo)

RAPP, C. *Holy Bishops in Late Antiquity: the nature of Christian leadership in an age of transition*. California: University of California Press, 2005.

RAYMOND, W. J. *Dictionary of politics: selected American and foreign political and legal terms*. Lawrenceville: Brunswick Publishing Corp, 1992.

RÉMOND, R. Uma história presente. In: _____. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 13-36.

RICHARDSON, J. S. The Senate, the Courts, and the SC de Cn. Pisone patre. *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 47, No. 2, 1997, pp. 510-518.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, e o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

RIOUX, J-P. A memória coletiva. In: RIOUX, J-P & SIRINELLI, J-F. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 307-334.

ROBIN, R. *La memoire saturée*. Paris: Stock France, 2003.

_____. *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROBINSON, O. F. *Penal practice and penal policy in ancient Rome*. London: Routledge, 2007.

_____. *The criminal law of ancient Rome*. Baltimore: The Hopkins University Press, 1995.

ROGERS, R. S. *Criminal trials and criminal Legislation under Tiberius*. Middletown: American Philological Association, 1935.

_____. Treason in the Early Empire. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 49, Parts 1 and 2, 1959, pp. 90-94.

_____. A Tacitean Pattern in Narrating Treason-Trials. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 83, (1952), pp. 279-311.

_____. The Case of Cremutius Cordus. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 96, (1965), pp. 351-359.

_____. Ignorance of the Law in Tacitus and Dio: Two Instances from the History of Tiberius. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 64, (1933), pp. 18-27.

RUGGINI, L. C. Poteri in gara per la salvezza di città ribelli: il caso di Antiochia (387 d.C.). *Hestiasis. Studi di tarda antichità offerti a S. Calderone*, Messina, 1986, pp. 265-290.

SANDWELL, I. *Religious Identity in Late Antiquity: Greeks, Jews and Christians in Antioch*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. John Chrysostom's audience and his accusations of religious laxity. In: GWYNN, D. M.; BANGERT S. & LAVAN, L. *Religious diversity in Late Antiquity*. Leiden: Brill, 2010, pp. 523-42.

SANTOS YANGUAS, N. Acusaciones de alta traicion em Roma em epoca de Tiberio. *Memorias de Historia Antigua*, n. 11-12, pp. 16-198, 1990-1991.

_____. Juliano y Teodosio: La antitesis de dos emperadores? *Memorias de Historia Antigua*. Instituto de Historia Antigua: Universidad de Oviedo, 1995, p.183-213.

SAURON, G. Maiestas: Rome et la puissance des images. *Histoire de l'Art*, 55, 2004, pp. 3-17.

SAYLES, W. G. *Ancient coin collecting IV: Roman provincial coins*. Iola: F+W Media, Inc, 1998.

SCHARFF, P. *A Select Library of the Nicene and Post- Nicene Fathers of the Chriatian Church*.Volume IX. Michigan: T&T Clark / WM. B. Eerdmans Publishing Company, 1996.

SCHOR, A.M. *Theodoret's people: social network and religious conflict in Late Antique Syria*. Los Angeles: University of California Press, 2011.

SCOTT, K. Maiestas and the Emperor's divinity. In: _____. The Imperial Cult under the Flavians. Stuttgart: W. Kohlhammer, 1936.

SCULLARD, H. H. *From the Gracchi to Nero: A History of Rome 133 BC to AD 68*. London: Taylor & Francis, 2011.

SEAGER, R. Lex Varia de Maiestate. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Vol. 16, No. 1, 1967, pp. 37-43.

SÉGUY, A. *L'odeur de sainteté et la mémoire des martyrs à Antioche à la fin du IV^e siècle*. Master 2, Universitè de Tousouse-IL-LE Mirail, 2008, 254p. (mimeo).

SETTON, K.M. *Christian attitudes toward the emperor in the fourth century, especially as shown in adresses to the emperor*. New York: Columbia University Press, 1941.

SEVER, V. J. *Codices Chrysostomici Graeci VI: Codicvm Civitatis Vaticanae Partem Priorem*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1968.

SHATTOCK, J. *The Cambridge Bibliography of English Literature, Volume 4; Volumes 1800-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 1760.

SHOTTER, D. C. A. A group of 'maiestas' cases in A.D. 21. *Hermes*, Vol. 108, No. 2, 1980, pp. 230-233.

_____. The Trial of M. Scribonius Libo Drusus. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Vol. 21, No. 1 (1st Qtr., 1972), pp. 88-98.

SILVA, G. V. da. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia*. Vitória: EDUFES/CCHN, 2003.

_____. Motivações e procedimentos dos levantes populares urbanos no IV Século. *Phoînix*, Rio de Janeiro, ano 3, p. 157-168, 1997.

_____. *A escalada dos imperadores proscritos: estado, conflito e usurpação no IV século d.C.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado (mimeo), 1993.

SILVA, G. & MARVILA, M. De Laudibus Contantini: o discurso de Eusébio de Cesaréia sobre a realeza. *Dimensões*, vol. 18, Vitória-ES, pp. 384-392, 2006.

SMITH, R.R.R. The public image of Licinius I: portrait sculputure and imperial ideology in the Early fourth century. *Journal of Roman Studies* 87, p. 170-202, 1997.

_____. The Statue Monument of Oecumenius: A New Portrait of a Late Antique Governor from Aphrodisias. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 92, 2002, pp. 134-156.

SMITH, W. *Dictionary of Greek and Roman geography*. Vol. I. Boston: Little, Brown and Company, 1854.

SIVAN, H. Was Theodosius I a Usurper? *Klio*, n. 78, ano 1996, p. 198-211.

_____. *Galla Placidia: the last roman empress*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

SLOOTJES, D. *The governor and his subjects in the later Roman empire*. Leiden: Brill, 2006.

SOFFRAY, M. *Recherches sur la syntaxe de St. Jean Chrysostome d'après les Homélies sur les statues*. Collection d'Études Anciennes. Paris: G. Budé, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1939.

STEPHENS, J.L. *Ecclesiastical and imperial Authority in the writings of John Chrysostom: a reinterpretation of his political philosophy*. Santa Barbara: University of California, 2001. PhD Dissertation (mimeo).

STEWART, P. *Statues in Roman Society: Representation and Response*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. The destruction of statues in Late Antiquity. In: MILES, R. *Constructing Identities in Late Antiquity*. London/New York: Routledge, 1999, pp. 159-189.

STRECKFUSS, D. *Truth on trial in Thailand: defamation, treason and Lèse-majesté*. New York: Routledge, 2011.

STUART, M. How were imperial portraits distributed throughout the roman empire? *American Journal of Archeology*, v. 43, n. 4, p. 601-617, 1939.

TALBERT, R. J. A. *Atlas of classical history*. London: Taylor & Francis, 1985.

TANNER, J. Portraits, power and patronage in the Late Roman Republic. *Journal of Roman Studies* 90, p. 18-50, 2000.

TELLEGEN, J. W. The juridical Nature of Statues of Roman Emperors: Pliny, X. 8-9. *Quarante Cinquième Session de la Société Internationale "Fernand de Visscher" pour l'Histoire des Droits de l'Antiquité: questions de responsabilité*. Hongrie, 1993, pp. 333-355.

TILLEMON, L. S. L. *Memoires pour server a l'Histoire Ecclesiastique des six premiers siècles, justifies par les citation des Auteurs originaux*. Paris: Charles Robustel, 1693.

ULRICH, R. B. Roman woodworking. New Haven: Yale University Press, 2007.

URBAINCZYK, T. *Theodoret of Cyrrhus: the bishop and the holy man*. University of Michigan Press, 2002.

VALEVICIUS, A. Les 24 homélies *De statuis* de Jean Chrysostome: recherches nouvelles. *Revue des Études Augustiniennes*, n. 46, ano 2000, p. 83-91.

VAN DAM, R. *Kingdom of snow: Roman rule and Greek culture in Cappadocia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

_____. Imagining an Eastern Roman Empire: a Riot at Antioch in 387 C.E.. In: ELIAV, Y.Z.; HERBERT, S. & FRIEDLAND, E. A. *The sculptural environment of the Roman near East: reflections on culture, Ideology and Power*. Louvain: Peeters, 2008, pp. 451-481.

VAN HAEPEREN, F. L'impiété, une caractéristique des « mauvais » empereurs. *Folia Electronica Classica*. Louvain-la-Neuve, n. 10, juillet-décembre, 2005. Acesso em 20 ago. 2007. Disponível em *http://bcs.fltr.ucl.ac.be/FE/10/impiete.htm*.

VANDERSPOEL, J. *Themistius and the imperial court: oratory, civic duty, and Paideia from Constantius to Theodosius*. Michigan: University of Michigan Press, 1995.

VARNER, E. R. *Mutilation and transformation: 'damnatio memoriae' and roman imperial portraiture*. Leiden: Brill, 2004.

VEYNE, P. *O inventário das diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1989.

WARDMAN, A. E. Usurpers and internal conflicts in the fourth century A. D. *Historia*, n. 33, 1984, p. 220-237.

WARD-PERKINS, B. The cities. In: *The Cambridge Ancient History. Vol. XIII: The late Empire, A.D. 337-425*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 371-410.

WATTS, E. *City and School in Late Antique Athens and Alexandria*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2008.

_____. *Riot in Alexandria: tradition and group dynamics in late antique pagan and Christian communities*. Los Angeles: University of California Press, 2010.

WEELER, E. L. The army and the Limes in the East. In: ERDKAMP, P. *A companion to the Roman Army*. Oxford: John Wiley and Sons, 2010, pp. 235-266.

WHITE, C. *The Emergence of Christianity: Classical Traditions in Contemporary Perspective*. Minneapolis: Fortress Press, 2010.

WHITNEY, J. P. & GWATKIN, H. M. The Cambridge Medieval History. Vol. I. New York: The MacMillan Company, 1911.

WILL, E. Antioche sur l'Oronte, métropole de l'Asie. *Syria*, T. 74, 1997, pp. 99-113.

WOODS, D. Theodosius I (379-395 A.D.). *The Imperatoribus Romanis: An Online Encyclopedia of Roman Emperors.* Acesso em 21 jul 2011. Disponível em *http://www.roman-emperors.org/theo1.htm*.

WOOLLEY, L. North Syria as a Cultural Link in the Ancient World. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, Vol. 72, No. 1/2, 1942, pp. 9-18.

_____. Syria as the Gateway between East and West. *The Geographical Journal* Vol. 107, No. 5/6, 1946, pp. 179-190.

ZANKER, P. *Augusto y el poder de las imágenes*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

ZARDINI, T. B. *Usurpação, identidade e poder no IV século d.C.: a construção da imagem imperial de Teodósio no confronto com Máximo e Eugênio*. Dissertação de Mestrado, 2008.

ZETTERHOLM, M. *The Formation of Christianity in Antioch: A social-scientific approach to the separation between Judaism and Christianity*. New York: Routledge, 2005.

ZIMMERMANN, E. Macropesquisa comparativa sobre o protesto político. In: GURR, T. R. *Manual do conflito político*. Brasília: UnB, 1985, p. 195-271.

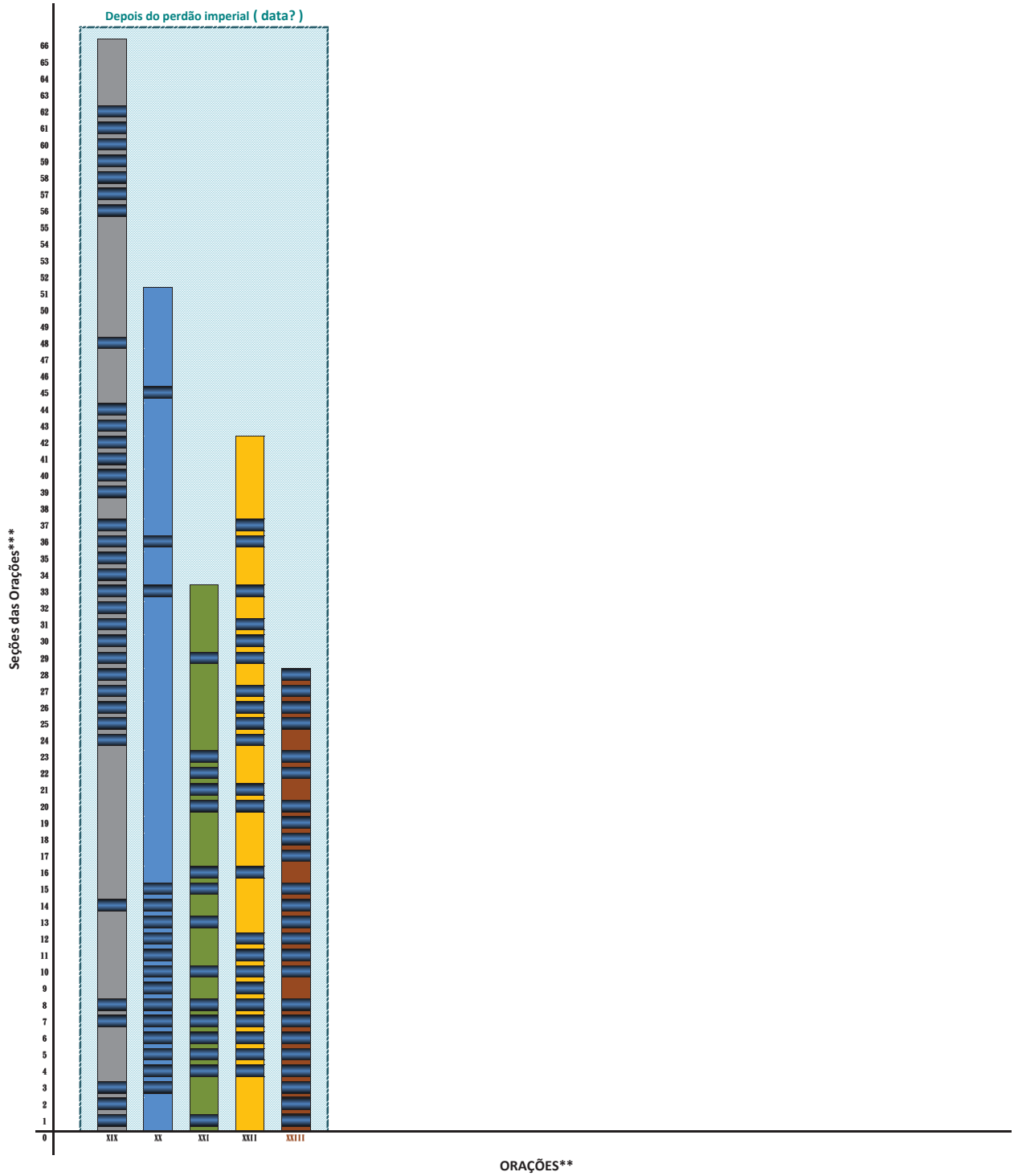
APÊNDICES

APÊNDICE A

TABELA 1: As Orações e as citações* ao 'Levante das Estátuas'

As Orações sobre o Levante das Estátuas de Libânio de Antioquia

O Levante das Estátuas (387 d.C.)



XXIII — *De acordo com a historiografia especializada tradicional (Cf. Norman 1977:240), essa oração foi pronunciada contemporaneamente aos eventos o que a colocaria em ordem cronológica em primeiro lugar. Todavia, em debates recentes, a oração XXIII é considerada como pronunciada posteriormente aos acontecimentos (Cf. Malosse, 2006:217; Quiroga Puertas, 2007:3).*

Oração XXIII - Contra os Refugiados

Oração XXII - À Elébico

Oração XXI - À Cesário, Mestre de Ofícios

Oração XX - Ao Imperador Teodósio, depois da Reconciliação

Oração XIX - Ao Imperador Teodósio, sobre os conflitos

O levante foi mencionado diretamente nessa parte, citações adjetivadas sobre o dia da destruição das estátuas mais especificamente.

De acordo com a historiografia mais recente, todas as orações foram pronunciadas posteriormente a chegada do perdão do Imperador. Não há, no entanto, datação específica

OBSERVATIONS:

* Consideramos aqui citação ao levante, todas as menções que forma feitas diretamente (não alusivas) aos acontecimentos que se relacionavam aos seguintes eventos: 1) anúncio sobre o imposto e a destruição das estátuas; 2) julgamentos e tribunais; 3) ação municipal e imperial; 4) comentários acerca do "crime", da punição, da sentença; 5) sobre o clima da cidade e de seus habitantes mediante os acontecimentos, 6) sobre o êxodo populacional ou 7) a embaixada de Flaviano; 8) a embaixada de Libânio. Apesar de não incluírmos aqui as citações alusivas, consideramos importante destacar que as temáticas desenvolvidas tanto nas homilias quanto nas orações que, aparentemente, possa não ter relação, à priore, com o levante, essa não relação é apenas aparente. Logo, todas as temáticas desevolvidas na corpora documental de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia referente ao levante se relacionam entre si e com o levante em nossa opinião sendo relevante o tratamento de cada uma das tematicas desenvolvidas por esses autores considerando sua relação como o 'Levante das Estátuas'.

** Ordem das Orações segundo debates recentes.

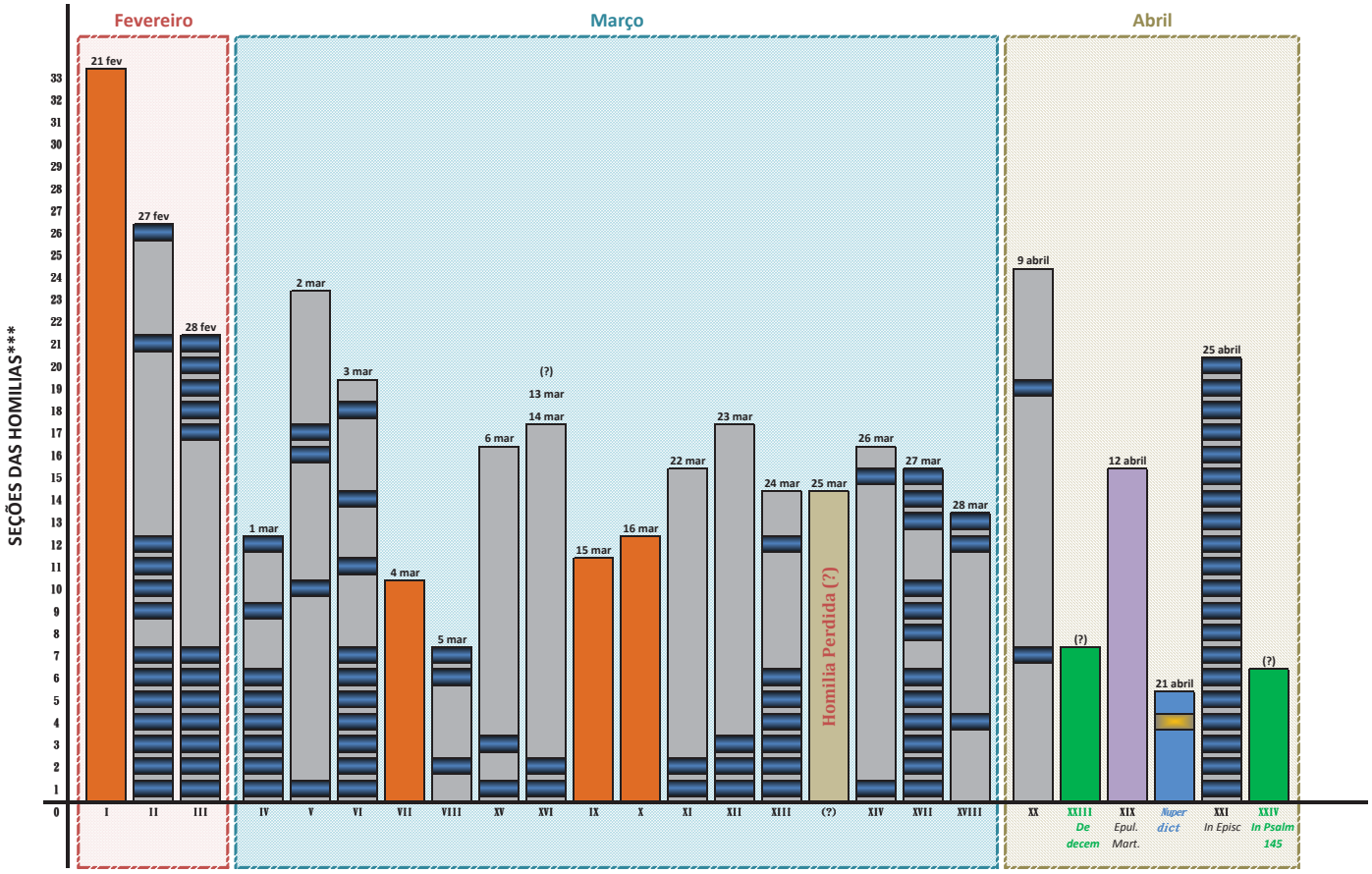
*** Seções de acordo com a edição da LOEB CLASSICAL LIBRARY. Norman A.F. Libanius: selected works. Vol II. Cambridge: Harvard University Press, 1977, p. 246-407.

APÊNDICE B

TABELA 2: As Homilias e as citações* ao 'Levante das Estátuas'

As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia de João Crisóstomo

O Levante das Estátuas (387 d.C.)



Nuper dict — De acordo com Franz Van de Paverd (1991:230), *Nuper Dictorum* faz parte da série 'As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia' que foi denominada *Ad Illuminados catechesis 2* na PG 49 (p.231-240)

XXIII — De acordo com Andrius Valevicius (2000:85-89), *De decem millium talentorum debitore* é parte da série 'As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia' que pode ser encontrada na PG 51 (pp. 17-30)

XXIV — De acordo com Andrius Valevicius (2000:85-90), *In Psalmum 145* é parte da série 'As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia' que pode ser encontrada na PG 55 (pp. 519-528)

De acordo com a historiografia, estas homilias não mencionam o 'Levante das Estátuas' ou não discorrem sobre o ocorrido mas sobre questões de ordem consideradas alheias aos eventos

De acordo com a historiografia, estas homilias mencionam o levante

HP — De acordo com Franz Van de Paverd (1991:363), houve uma homilia perdida (?). A coluna serve, portanto, somente como ilustração mas desconhecemos até qual a quantidade de seções ela teria

De acordo com Franz Van de Paverd (1991:230), *Nuper Dictorum* faz parte das 'Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia' que foi denominada *Ad Iluminados catechesis 2* na PG 49 (p.231-240)

De acordo com Andrius Valevicius (2000:85), *De decem millium talentorum debitore* é parte da série 'As Homilias sobre as estátuas ao Povo de Antioquia' que pode ser encontrada na PG 51 (pp. 17-30)

De acordo com Andrius Valevicius (2000:85), *In Psalmum 145* é parte da série 'As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia' que pode ser encontrada na PG 55 (pp. 519-528)

O levante foi mencionado diretamente nesta parte

Homilias pronunciadas por João Crisóstomo em Fevereiro

Homilias pronunciadas por João Crisóstomo em Março

Homilias pronunciadas por João Crisóstomo em Abril

Homilias sem data precisa mas já foi proposto que foram pronunciadas após a Homila XXI por Andrius Valevicius talvez durante a Semana Santa

Não encontramos nenhuma citação direta ao 'Levante das Estátuas', mas a citação pode se inferida mediante alusão (Quiroga Puertas, 2007:122)

Menção ao 'Levante das Estátuas' (?)

OBSERVAÇÕES:

* Consideramos aqui citação ao levante, todas as menções que forma feitas diretamente (não alusivas) aos acontecimentos que se relacionavam aos seguintes eventos: 1) anúncio sobre o imposto e a destruição das estátuas; 2) julgamentos e tribunais; 3) ação municipal e imperial; 4) comentários acerca do "crime", da punição, da sentença; 5) sobre o clima da cidade e de seus habitantes mediante os acontecimentos, 6) sobre o êxodo populacional ou 7) a embaixada de Flaviano; 8) a embaixada de Libânio. Apesar de não incluírmos aqui as citações alusivas, consideramos importante destacar que as temáticas desenvolvidas tanto nas homilias quanto nas orações que, aparentemente, possa não ter relação, à priore, com o levante, essa não relação é apenas aparente. Logo, todas as temáticas desevolvidas na corpora documental de João Crisóstomo e Libânio de Antioquia refernte ao levante se relacionam entre si e com o levante em nossa opinião sendo relevante o tratamento de cada uma das tematicas desenvolvidas por esses autores considerando sua relação como o 'Levante das Estátuas'.

** A ordem cronologica das Homilias foi proposta por Franz Van de Paverd e Andrius Valevicius propôs a inclusão de mais duas Homilias à série de Homilias referente ao levante.

*** De acordo com as Homilias organizadas nas partes da PG 49, 51, 55 e a versão em inglês JOHN CHRYSOSTOM. The Homilies on the statues to people of Antioch. In: SCHARFF, P. *A select library of the Nicene and Pos Nicene Fathers of the Christian Church.* Volume IX. Michigan: T&T Clark / WM. B. Eerdmans Publishing Company, 1996, p. 315 514.

Tabela 3 - O *Levante das Estátuas* na Documentação Historiográfica

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA			CARACTERÍSTICAS SUMÁRIAS DA CITAÇÃO E/OU DA OBRA
Autor	Título	Ano da Obra*	
Teodoreto de Ciro	*História Eclesiástica*	440 d.C.	Capítulo da obra/Capítulo dedicado ao Levante das Estátuas com o objetivo de legar para a posteridade os grandes feitos da Eclésia mediante os membros de uma elite eclesiática.
Sozomeno	*História Eclesiástica*	443 d.C.	Capítulo da obra/Capítulo dedicado ao 'Levante das Estátuas'
Zósimo	*História Nova*	c. 498 - 518 d.C.	Capítulo da obra/Capítulo dedicado ao 'Levante das Estátuas'
João Zonara	*Epitome Historiarum*	séc. XIII	Capítulo da Obra/Capítulo dedicado ao 'Levnate das Estátuas'
Louis-Sébastien Le Nain de Tillemont	*Memoires pour servir a l'Histoire Ecclésiastique des six premiers siècles, justifiez par les citations de auteurs originaux*	1693–1712	Obra geral/Estudo extenso dedicado à exposição do conteúdo e da ordem das homilias sobre o 'Levante das Estátuas' de João Crisóstomo.
Voltaire	*A Philosophical dictionary, Volume 6*	1752	Verbete de dicionário/ Theodosius. Utilização do *Levante das Estátuas* como exemplo para a construção de uma imagem de Teodósio enquanto Tirano.
Edward Gibbon	*The History of the decline and fall of the Roman Empire*	1854	Obra geral/
M. Jeannin (Dir.)	*Saint Jean Chrysostome Oeuvres Complètes Tome I*	1887	Capítulo XII/
Renardus Goebel	*De Iohannis Chrysostomi et Libanii orationibus quae sunt de seditione Antiochesium*	1910	Livro/ Estudo dedicado à comparação entre os discursos de Libânio de Antioquia e João Crisóstomo
Mary Albania Burns	*Saint John Chrysostom Homilies on The Statues: a study of their Rhetorical qualities and form*	1930	Livro/ Estudo dedicado à compreensão da estrutura das homilias de João Crisóstomo em termos de figuras de linguagem e de estilo.
Marius Soffray	*Recherches sur la syntaxe de Saint Jean Chrysostome d'apres les Homélies sur les Statues*	1939	Livro/ Estudo dedicado à compreensão da estrutura sintática das homilias de João Crisóstomo
Robert Browning	*The Riot of A.D. 387 in Antioch: The Role of the Theatrical Claques in the Later Empire*	1952	Artigo/Estudo dedicado a compreensão da participação de um segmento social específico, as claques, no 'Levante das Estátuas'.
Paul Petit	*Libanius et la vie municipale a Antioche au IV siècle après J.-C.*	1955	Obra geral/ Citações breves mas recorrentes em todo o conjunto da obra.
H.M. Gwatkin e J.P. Whitney	*The Cambridge Medieval History: The Christian Roman Empire and the Foundation of the Teutonic Kingdoms, Volume I*	1957	Obra geral/citação extensa sobre os acontecimentos do 'Levante das Estátuas'.
A. J. Festugière	*Antioche Païenne et Chrétienne: Libanius, Chrysostome et les moines de Syrie*	1959	Obra geral/Citação breve
N. Q. King	*The emperor Theodosius and the stablishment of Christianity*	1960	Tópico de capítulo de Livro/Apresentação dos acontecimentos do levante tendo especial atenção à exposição da reação de Teodósio aos acontecimentos e fundamentado predominantemente na representação da reação imperial construída por João Crisóstomo.
J.-M. Leroux	*Saint Jean Chrysostom: Les Homélies sur les Statues*	1961	Artigo/Estudo que discorre sobre as possibilidades de pesquisa suscitadas pela ampla documentação de João Crisóstomo sobre o 'Levante das Estátuas'. No contexto da época desse artigo, as temáticas propostas pelo autor são: pesquisas de temas que estejam dentro do domínio do que era considerado 'literário, litúrgico, bíblico, pastoral e doutrinal'.
A.H.M. Jones	*The Later Roman Empire*	1964	Obra geral/Citação breve
J.H.W.G. Liebeschuetz	*Antioch: City and imperial administration in the Later Roman Empire*	1972	Obra geral/Citação breve
André Piganiol	*L'Empire Chrétien*	1972	Obra geral/ Citação breve
Lellia Cracco Ruggini	*Poteri in gara per la salvezza di città ribelli: Il caso di Antiochia (387 d.C.)*	1986	Artigo/
David G. Hunter	*Borrowings from Libanius in the Comparatio regis et monachi of St. John Chrysostom*	1988	Artigo/Estudo dedicado à compreensão de passagens comuns encontradas nas obras de João Crisóstomo provenientes de Libânio. Reflexão acerca dos empréstimos de fórmulas retóricas e seus significados em cada um dos autores.
David G. Hunter	*Libanius and John Chrysostom: New Thoughts on an Old Problem*	1989	Artigo/Estudo referente à reconsideração acerca da relação entre João Crisóstomo e Libânio mediante inferência das obras ascéticas de João Crisóstomo e o conteúdo comum entre ambos.
David G. Hunter	*Preaching and Propaganda in Fourth-Century Antioch: John Chrysostom's Homilies on the Statues*	1989	Capítulo de Livro/Estudo dedicado à comparação do conteúdo das *Homilias sobre as Estátuas* de João Crisóstomo com a *Orações sobre o Levante das Estátuas* de Libânio
Franz Van de Paverd	*St. John Chrysostom, The Homilies on the Statues*	1991	Livro/ Estudo dedicado a compreensão da ordem e cronologia das homilias de João Crisóstomo e proposta de inclusão de mais uma homilia a série já, tradicionalmente, existente de 21 Homilias sobre as Estátuas.
Averil Cameron	*The Later Roman Empire*	1993	Obra geral/ citação breve
Laurence Brottier	*L'image d'Antioche dans Les Homélies sur les Statues de Jean Chrysostome*	1993	Artigo/Estudo dedicado à compreensão da representação da cidade de Antioquia na obra 'As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia' de João Crisóstomo.
Brunella Moroni	*L'Imperatore si giustifica. Teodosio, La Rivolta di Antiochia, ed una tradizione di Apologie Imperiali*	1993	Artigo/Estudo dedicado a compreensão das justificativas apresentadas pelo Imperador Teodósio como parte de uma tradição de justificativas imperiais
J.N.D. Kelly	An Anxious Lent	1995	Capítulo de Livro/Parte da composição de uma biografia contemporânea de João Crisóstomo, este capítulo sobre o 'Levante das Estátuas' discorre sobre os fatos dos eventos do levante sob o ponto de vista de Libânio e acerca das 'instruções' recorre à João Crisóstomo.
E. Soler	Evêque et pasteurs à Antioche sous l'empereur Théodose: l'engagement chrétien dans la défense de la cité après la sedition des statues (387)	1997	Capítulo de Livro/Estudo dedicado à compreensão da estratégia de defesa cristã apresentada por João Crisóstomo em suas homilias considerando-a como de natureza meleciana.
Averil Cameron e Peter Garnsey	*The Cambridge ancient history: The Late Empire: A.D. 337-425, Volume 13*	1998	Obra geral/ Citação breve
French Dorothea	*Rhetoric and the Rebellion of A.D. 387 in Antioch*	1998	Artigo/Estudo dedicado à comparação entre as Homilias sobre as Estátuas de João Crisóstomo e as Orações sobre o Levante das Estátuas de Libânio a partir de suas características retóricas.
Hartmut Leppin	*Steuern, Aufstand und Rhetoren: Der Antiochener Steueraufstand von 387 in christlicher und heidnischer Deutung*	1999	Capítulo de Livro/
Andrius Valevicius	*Les 24 homélies "De statuis" de Jean Chrysostome: recherches nouvelles*	2000	Artigo/ estudo que propõe a inclusão de mais duas homilias além da proposta por Franz Van de Paverd à série de Homilias já existente.
Justin Stephens	*Competing Political Visions: The 386 Riot of the Statues*	2001	Capítulo de Tese (até o momento ainda não publicada)/Estudo dedicado a comparação das perspectivas de João Crisóstomo e Libânio sobre o *Levante das Estátuas.*
Louis-Pierre Malosse	*Libanios contre Antioche : le discours Contre ceux qui ont fui (Disc. XXIII)*	2006	Artigo/Estudo dedicado a inferir sobre a cronologia da Oração XXIII de Libânio
Isabella Sandwell	*Religious Identity in Late Antiquity: Greeks, Jews and Christians in Antioch*	2007	Livro/Estudo dedicado à comparação entre o pensamento de João Crisóstomo e Libânio acerca da identidade a partir das idéias de interação e fidelidade religiosa.
Alberto J. Quiroga Puertas	*La retórica de Libanio y de Juan Crisóstomo en La Revuelta de Las Estatuas*	2007	Livro/Estudo dedicado à comparação das perspectivas de João Crisóstomo e Libânio acerca do *Levante das Estátuas* considerando a relação história e retórica.
Raymond Van Dam	*Imagining an Eastern Roman Empire: A Riot at Antioch in 387 C.E.*	2008	Capítulo de Livro/Estudo dedicado à comparação do conteúdo das Homilias sobre as Estátuas de João Crisóstomo com a Orações sobre o Levante das Estátuas de Libânio acerca de uma representação do Império Romano do Oriente.
Liebeschuetz	*The Church in a civic emergency: Chrysostom during the Riot of the Statues*	2011	Subitem de capítulo de Livro/Estudo sobre o' Levante das Estátuas' como ilustração da influencia que o cristianismo teria alcançado em Antioquia bem como dos fatores que contribuiram para essa conquista.
Observação	* Ano da 1ª publicação da obra.		

APÊNDICE C

Oração	Excerto	Citação	Imagem Evocada
Oração XIX	*Or*. XIX, 18	"[...] considere que um imperador deve ser como um pai e o dever do pai é lidar [como sabemos] gentilmente com a obstinação de seus filhos"	"Pai" (Πατέρα)
Oração XX	*Or*. XX, 11-13	"Como as coisas são, eles revelaram os seus atributos divinos devido o simples fato deles terem se recusado repetidas vezes em exercitar suas iras mesmo quando ela é justificada. Nesse sentido, então, o imperador deve crer que ele se revelaria como um ser igual aos deuses, verdadeiramente imbuídos de divindidade."	"Igual aos Deuses" (Θεοῖς ἴσος)
Oração XX	*Or*. XX, 26	"Nossos cidadãos, contudo, no comportamento dirigido a vós, o senhor, e soberano, e o imperador [...]"	"Senhor", Soberano", "Imperador" (ἄρχοντα, Βασιλεύοντα)
Oração XX	*Or*. XX, 41-44	"Preservando-a [a cidade], vós [o imperador] se torna seu fundador [...] seu perdão faz com que a cidade existente se torne sua [...]. Portanto, ninguém poderia culpá-lo mesmo se vós mudares o nome da cidade e dá-la a alguém de sua família. [...] vós que por sua conduta tem se mostrado ser nosso fundador, deve resguardar nossa cidade [...] como uma criação sua e, além disso, não a destruir [...]."	"Fundador da cidade" (τῆς σωτηρίας)

A IMAGEM DE TEODÓSIO EM JOÃO CRISÓSTOMO

Homilia	Excerto	Citação	Imagem Evocada
Homilia XXI	*Hom*. XXI, 8	"Mas agora privados de seus favores e extinguido o seu amor, que era uma grande segurança para nós, maior que qualquer muro, a quem nós recorreremos? Onde mais podemos olhar, quando nós provocamos um senhor tão afável, um pai tão indulgente?"	"Senhor e Pai Indulgente" (τὸν γλυκὺν οὕτω δεσπότην καὶ πατέρα)
Homilia XXI	*Hom*. XXI, 15	"[...] sua filantropia os educarão [os insolentes] em lugar de qualquer outro ensino e conselho; eles enrubescerão e ficarão envergonhados, porque ter tamanho exemplo de filantropia, de parecerem inferiores. Assim, dessa maneira, você será um instrutor para toda a posteridade..."	"Instrutor (Professor/Educador)" (Διδάσκαλος)
Homilia XXI	*Hom*. XXI, 13	"[...] um homem que não há um igual em dignidade sobre a terra: um soberano poderoso o suficiente para destruir e devastar todas as coisas..."	"Soberano" (Κύριος)
Homilia XXI	*Hom*. XXI, 12	"[...] Enalteça novamente a cidade [...] você pode fazer sem dinheiro, sem custo, sem perda de tempo ou trabalho! É necessário apenas que você movimente seus lábios e você restituirá a vida a cidade que se encontra no presente momento na escuridão [...] você será o restaurador da cidade quando esta cresceu e se tornou grande e quando foi arruinada depois de toda aquela prosperidade."	"Restaurador da cidade" (ἀναστῆσαι τὴς πόλιν)
Homilia XXI	*Hom*. XXI, 8	"Nós não podemos negar! Sobre esse assunto, especialmente, nós lamentamos que a cidade dessa maneira amada tenha sido enfeitiçada por demônios e que nós parecêramos ingratos frente a seu benfeitor [...] O que pode ser mais amargo que quando nós soubemos [tivemos consciência] de ter provocado injustamente nosso benfeitor..."	"Benfeitor" (εὐεργέτην)
Homilia XXI	*Hom*. XXI, 10	"Você diz agora que você foi insultado e tolera agravos como nenhum imperador jamais tolerou. Mas, se você desejar, Oh! Benevolentíssimo, Sapientíssimo e o mais religioso dos soberanos, esta ofensa lhe granjeará uma coroa mais honrosa e esplêndida do que o diadema que você usa!"	"Benevolente", "Sábio", "O mais religioso dos soberanos" (ὦ φιλανθρωπότατε καὶ φιλοσοφώτατε καὶ πολλῆς εὐσεβείας)

APÊNDICE F

QUADRO 1 – Comparativo entre as Narrativas Antigas sobre o ‘Levante das Estátuas’

NARRATIVAS ANTIGAS SOBRE O ‘LEVANTE DAS ESTÁTUAS’				
AUTOR	**NOVIDADE INTRODUZIDA**	**MOTIVO DA SEDIÇÃO**	**ESTÁTUAS DESTRUÍDAS**	**PERSPECTIVA SIMILAR**
Zózimo	Inclusão de Hilário na embaixada de Libânio Concessão de governo à Hilário	Impostos extras Vícios e desregramento da população citadina	Cita as estátuas do imperador e da esposa	João Crisóstomo & Libânio
Sozomeno	Hinos e ladainhas O cenário da audiência entre o bispo e o imperador Relato acerca de uma ‘mulher’ como figura de desordem	Impostos extras em razão das campanhas militares	Menciona a estátua do Imperador e da Imperatriz	João Crisóstomo
Teodoreto	Todas as cidades deveriam pagar o imposto, mas apenas Antioquia se manifestou contra e irrompeu-se a sedição. Ambrósio interfere na sedição Macedônio é a personagem central em lugar de Flaviano, inclusive utilizando seus argumentos em direção ao imperador	Impostos extras em razão das campanhas militares	Apenas menciona a estátua de Placila	João Crisóstomo & Libânio

ANEXOS

ANEXO A

Figura 1: Estátua de Marco Aurério
Fonte: ELSNER, Jás. *Imperial and Christian Triumph: The art of the Roman Empire AD. 100-450*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1998, p. 79.

Figura 2: *O Colosso de Barleta*
Fonte: BRUNEAU, Philippe; TORELLI, Mario & ALTET, Xavier Barral i. *La sculpture: Le prestigie de l'Antiquité du VIIIe siècle avant J.-C. au Ve siècle après J.-C.* Genève: Edition d'Art Albert Skira S.A., 1991, p. 235.

ANEXO B

Alguns exemplares da coleção '*Os Retratos de Fayum*'

Retrato dourado de Mulher

Provavelmente encontrado em er-Rubayat, Egito. Datado do Período Romano, cerca de 160-170 d.C.

Retrato de Mulher

Encontrado em Hawara, Egito
Datado do Período Romano, cerca de 55-70 d.C.

Retrato de Mulher

Encontrado em Hawara, Fayum, Egito. Datado do Período Romano, cerca de 100-120 d.C.

Retrato de Homem

Encontrado em Hawara, Egito
Datado do Período Romano, cerca de 100-120 d.C.

Sarcófago com Retrato de Artemidoro

Encontrado em Hawara, Egito
Datado do Período Romano, cerca de 100-120 d.C.

Fonte: British Museum em Londres/UK capturado em 03 de Fev de 2011. Disponível em:

http://www.britishmuseum.org/search_results.aspx?searchText=mummy+Portraits&searchPrevious=Fayum+Portraits&itemsPerPage=10

ANEXO C

Figura 3: Tondo com a representação da Família do Imperador Septímio Severo (Júlia Domna; Septímio Severo, Caracala e Geta). Datação estimada: circa 199 d.C. **Fonte:** PARLASCA, Klaus. *El-Fayyum*. Milano: Franco Maria Ricci, 1985, pp. 55.

ANEXO D

Os Evangelhos de Rossano, VI século d.C.
(Antioquia ou Jerusalém, Grego; 188 fólios; 307x260 mm)

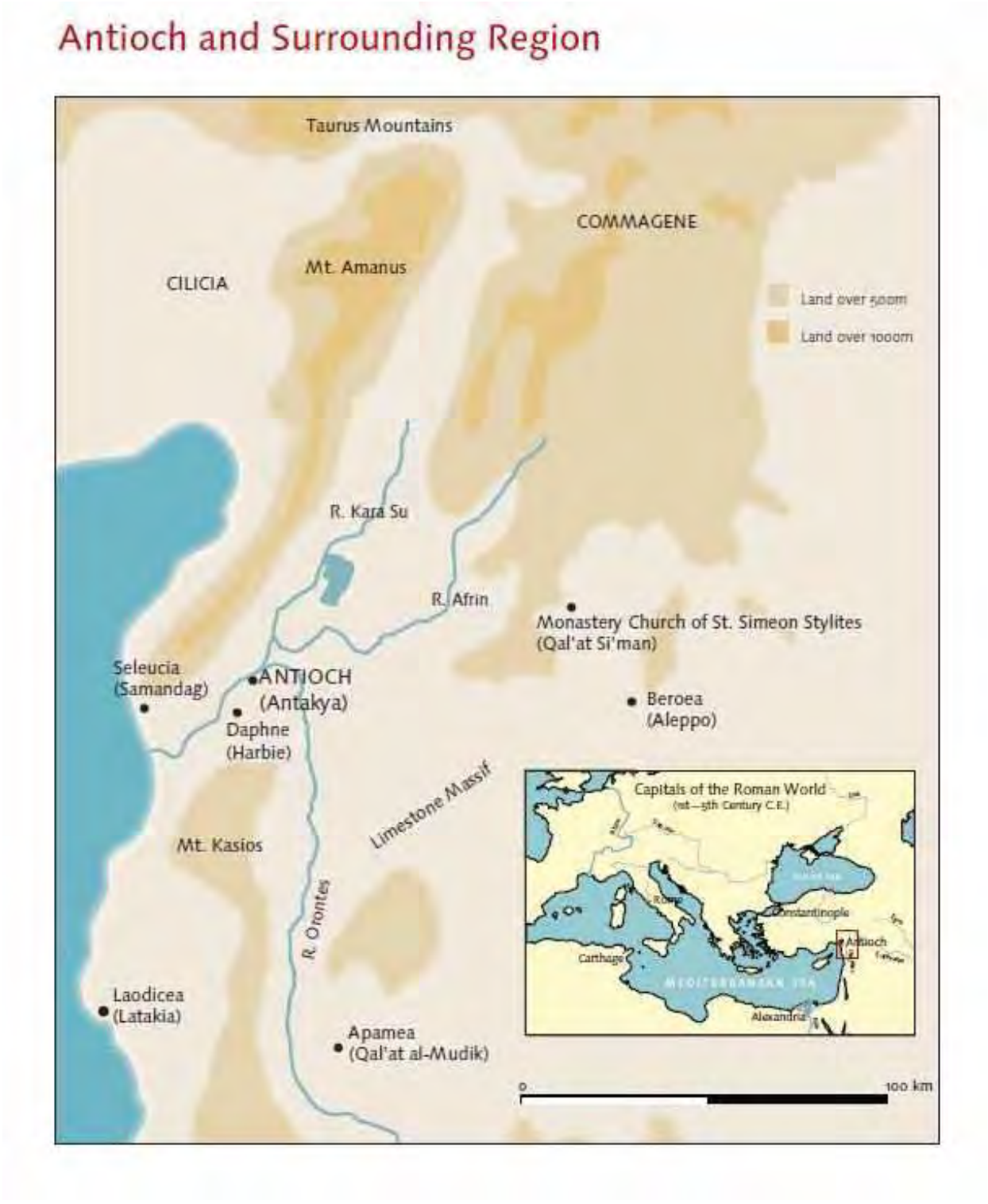
Figura 4: *Fólio 8r* do Manuscrito 'Os Evangelhos de Rossano'referente ao julgamento de Jesus Cristo diante de Pôncio Pilatos

Figura 5: *Fólio 8v* do Manuscrito 'Os Evangelhos de Rossano' referente ao julgamento de Jesus Cristo diante de Pôncio Pilatos

Fonte: Disponível em http://campus.belmont.edu/honors/ECMss/ECMss.html. Acesso em 13 abril 2010 às 2.15 pm (Oxdord-UK).

ANEXO E

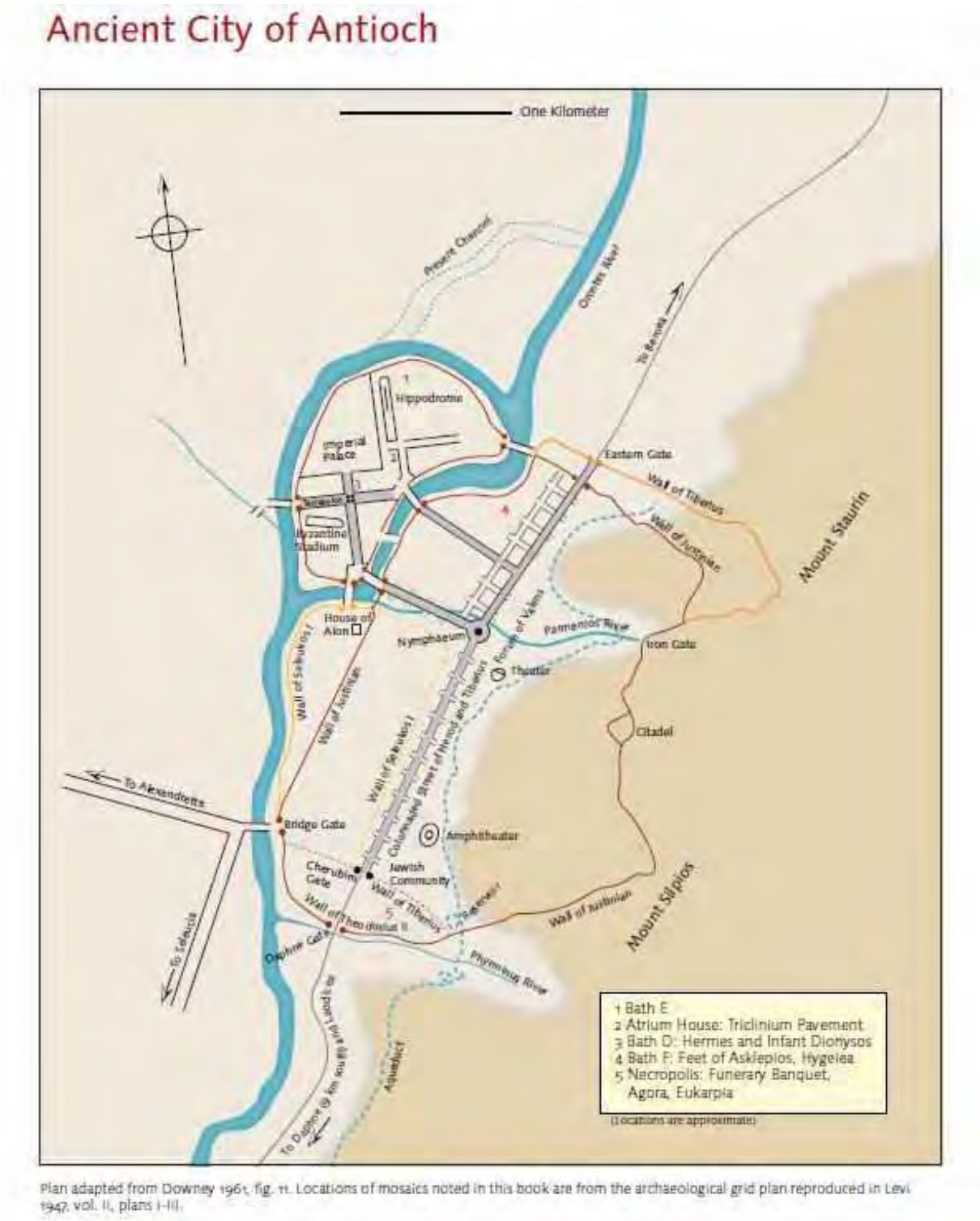
Mapa 1 – Antioquia e regiões vizinhas



Fonte: BECKER, L. & KONDOLEON, C. *The Arts of Antioch: Art Historical and Scientific Approaches to Roman Mosaics and a Catalogue of the Worcester Art Museum Antioch Collection*. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. XIV.

ANEXO F

Mapa 2 – Plano da cidade de Antioquia



Plan adapted from Downey 1961, fig. 11. Locations of mosaics noted in this book are from the archaeological grid plan reproduced in Levi 1947, vol. II, plans I–III.

Fonte: BECKER, L. & KONDOLEON, C. *The Arts of Antioch: Art Historical and Scientific Approaches to Roman Mosaics and a Catalogue of the Worcester Art Museum Antioch Collection*. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. XV.

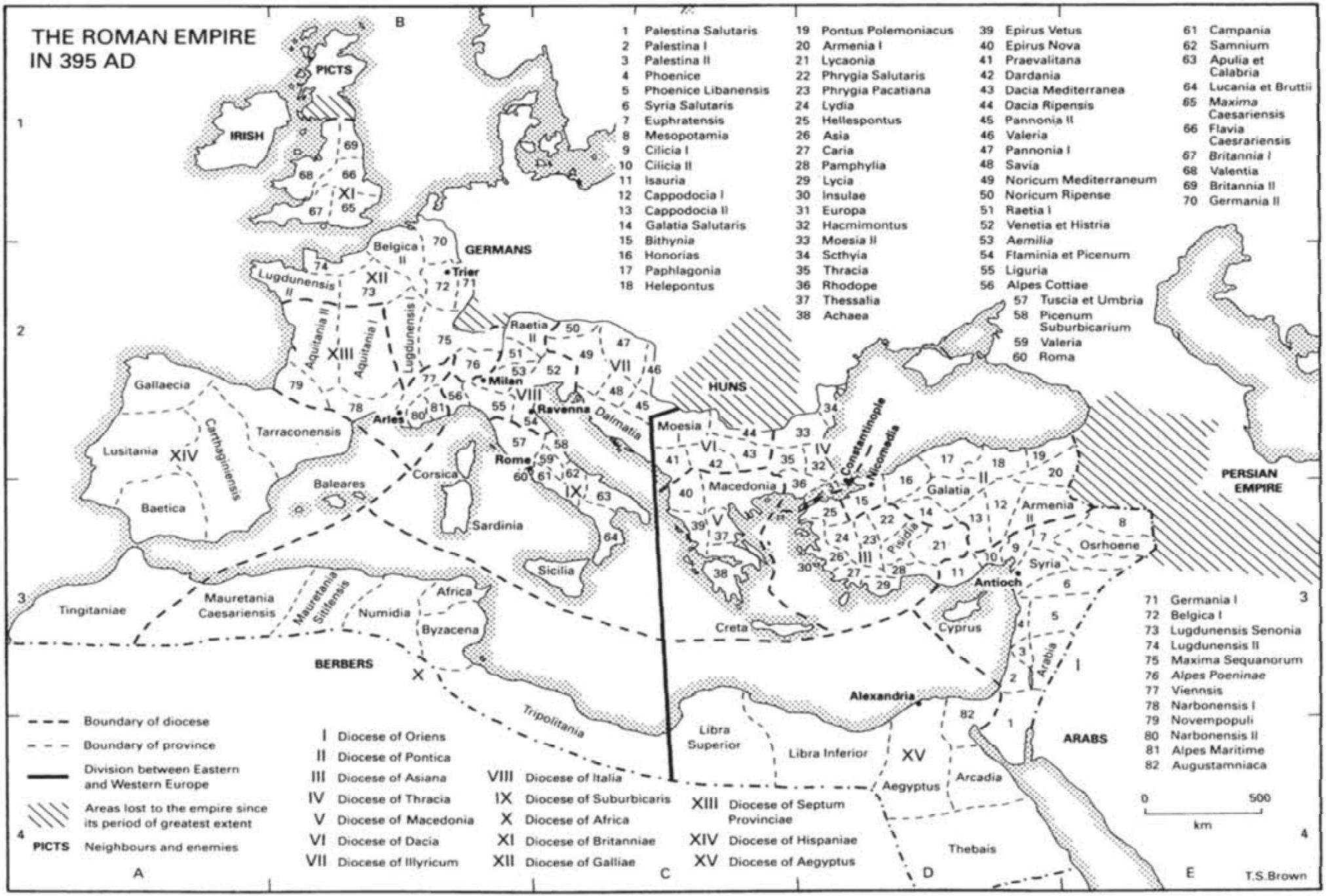
ANEXO G

Mapa 3 – A Região da Síria Contemporânea

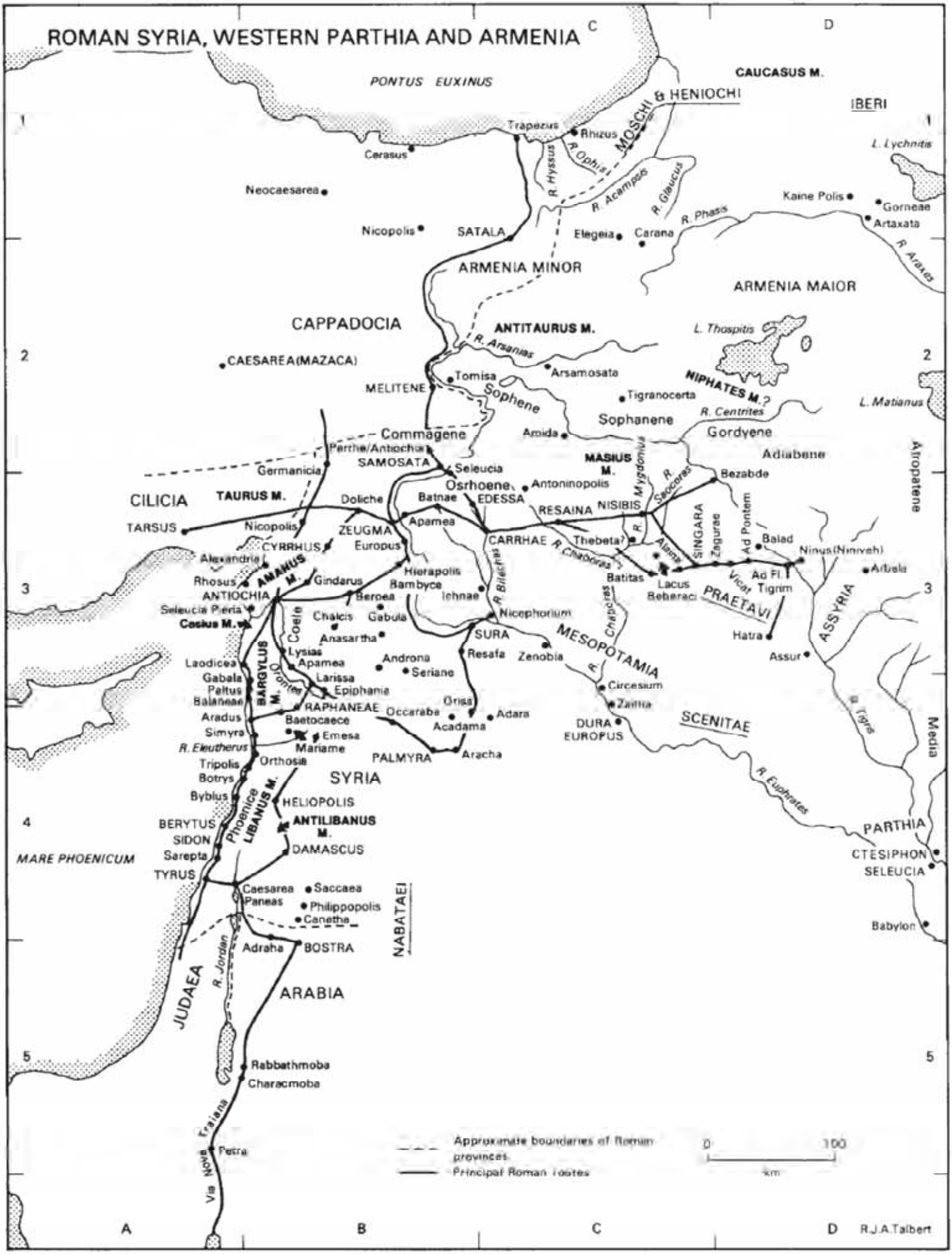
Fonte: Perry-Castañeda Library Map Collection. Disponível em *http://www.lib.utexas.edu/maps/syria.html* Acesso em 30 jul 2011.
Obs.: Segundo informado pelo site, este mapa foi produzido pela *Central Intelligence Agency* dos Estados Unidos da América.

Mapa 4 – O Império Romano em 395 d.C. – Divisão administrativa em Dioceses e Províncias e principais cidades

ANEXO H



Fonte: MACKAY, A & DITCHBURN, D. Atlas of Medieval Europe. London/New York: Routledge, 1997, p. 07.



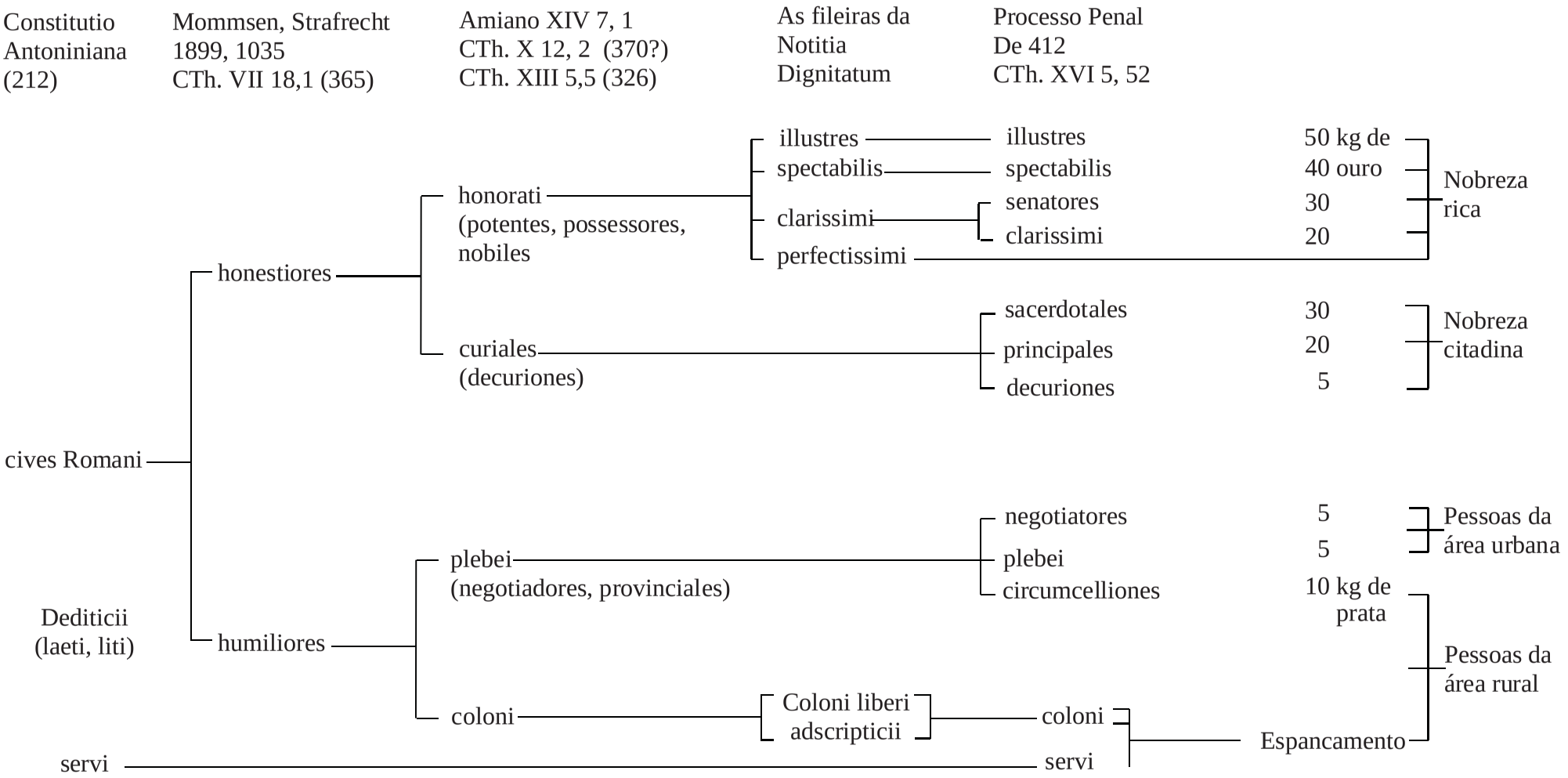
Mapa 5 – A Síria Romana, a Partia e a Armênia Ocidental

ANEXO I

FONTE: TALBERT, R. J. A. *Atlas of Classical History*. London/New York: Routledge, 1985, p. 162.

Organograma 1 - A SOCIEDADE ROMANA TARDIA

(Die spätrömische Gesellschaft)



Fonte: DEMANDT. *Die Spätantike*. München: C.H. Beck, 2007, p. 621.

ANEXO J

ANEXO K

Quadro 1

A HIERARQUIA SOCIAL DO IMPÉRIO ROMANO NOS SÉCULOS III E IV d.C.

<table>
<tr><th>Constitutio Antoniniana (212)

Cidadania</th><th>CTh 7.18.1 (365)

Divisão social</th><th>Amiano 14.7.1; CTh 10.12.2; 13.3.5

Ranking social</th><th>Notitia Dignitatum

Títulos sociais</th><th>CTh 16.5.52 (412)

Hierarquia social</th><th>CTh 16.5.52

Graduação de penas</th><th>Social status</th></tr>
<tr><td rowspan="11">cives Romani</td><td rowspan="7">honestiores</td><td rowspan="4">honorati (possessores, nobiles)</td><td>illustres</td><td>illustres</td><td>50 medidas de ouro</td><td rowspan="4">Aristocracia Imperial</td></tr>
<tr><td rowspan="2">spectabiles</td><td>spectabiles</td><td>40 medidas de ouro</td></tr>
<tr><td>senatores</td><td>30 medidas de ouro</td></tr>
<tr><td>clarissimi</td><td>clarissimi</td><td>20 medidas de ouro</td></tr>
<tr><td colspan="3">perfectissimi (equestres)</td></tr>
<tr><td rowspan="7">Coloni liberi adscripticii</td><td>sacerdotales</td><td>30 medidas de ouro</td><td rowspan="3">Aristocracia cívica</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Curiales (decuriones)</td><td>principales</td><td>20 medidas de ouro</td></tr>
<tr><td>decuriones</td><td>5 medidas de ouro</td></tr>
<tr><td rowspan="4">humiliores</td><td rowspan="2">Plebei (negotiatores, provinciales)</td><td>negociatores</td><td>5 medidas de ouro</td><td rowspan="2">População urbana comum</td></tr>
<tr><td>plebei</td><td>5 medidas de ouro</td></tr>
<tr><td rowspan="3">dediticii (laeti)</td><td rowspan="3">coloni</td><td>circumcelliones</td><td>10 medidas de prata</td><td rowspan="3">População rural comum</td></tr>
<tr><td>coloni</td><td rowspan="2">Espancamento físico</td></tr>
<tr><td>servi</td><td>servi</td></tr>
</table>

Fonte: Mitchell, S. *A history of the later Roman Empire, AD 284-641: the transformation of the ancient world*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2007, p. 182. (originado de A. Demandt. *Die Spätantike*. Berlim, 1989, 505).

ANEXO L

Quadro 2

VISÃO ESQUEMÁTICA DOS TÍTULOS E *RANKS*
DOS GOVERNADORES DE PROVÍNCIA NO SÉCULO IV D.C.

Título	***Rank* (início do século IV d.C)**	***Rank* (finais do século IV d.C.)**
praeses	*perfectissimus* / διασημότατος	*clarissimus* / λαμπρότατος
corrector	*clarissimus* / λαμπρότατος	*clarissimus* / λαμπρότατος
consularis	*clarissimus* / λαμπρότατος	*clarissimus* / λαμπρότατος
proconsul	*clarissimus* / λαμπρότατος	*spectabilis* / περίβλεπτος

Fonte: SLOOTJES, D. *The Governor and his subjects in the Later Roman Empire*. Leiden: Bril, 2006, p.19.

Quadro 3

O ALTO COMANDO ROMANO E A ESTRUTURA MILITAR

Os Comandantes Militares				
Magister Militum (Oriens) *A sua base é, geralmente, em Antioquia*	*Magister Militum praesentalis equitum* *(Cavalaria, Constantinopla)*	*Magister Militum praesentalis peditum* *(Infantaria, Constantinopla)*	*Magister Militum (Trácia)* *A sua base é, geralmente, em Marcianópolis (?)*	*Magister Militum (Ilíria)* *A sua base é, geralmente, a Tessalônica*
Bucellari (Guarda montada do comandante, cerca de 15.000 tropas no total).				
Comitatenses (Exércitos móveis, cerca de 150.000 tropas no total).				
Limitanei (Guarnição de fronteira, até 400.000 tropas no total).				

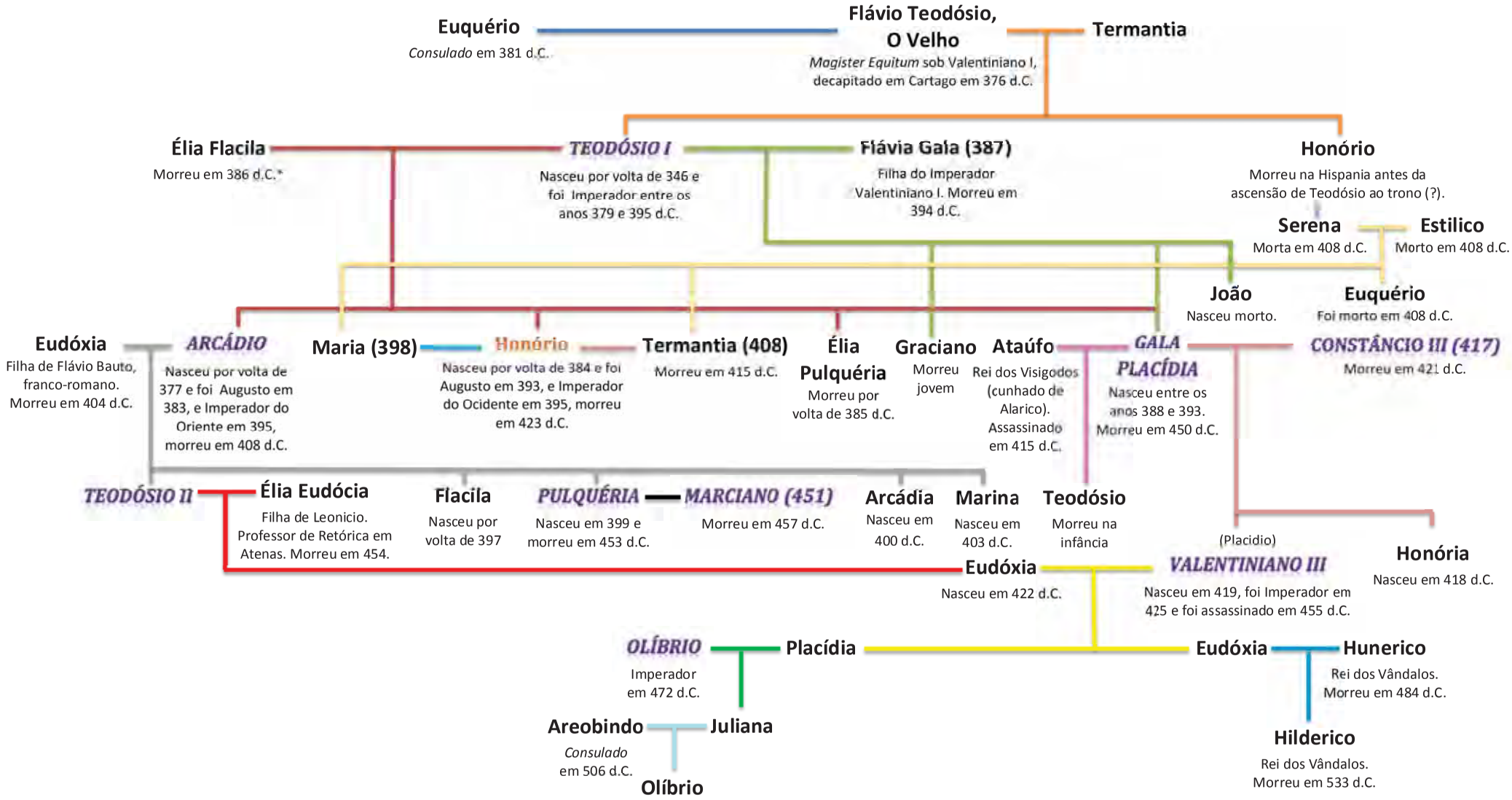
Fonte: MITCHELL, S. *A history of the later Roman Empire, AD 284-641: the transformation of the ancient world*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2007, p.167.

ANEXO M

Organograma 2

A DINASTIA TEODOSIANA

(Os imperadores do Oriente estão expressos em caixa alta, em itálico e na cor roxa)



Fonte: HODGKIN, T. *The Dynasty of Theodosius*. Oxford: Clarendon Press, 1889, p. xv.

Com alguns acréscimos e atualizações realizados por nós com base em historiografia recente (Williams & Friell, 1998, p.189; Holum, 1989, p.133; Sivan, 2011, p. 12 (nota 13); p. 185; p. 222; *Conferir PRLE I, p. 341-342).

ANEXO N

Figura 6: O *Missorium* de Teodósio I. Datado entre 387-388, em metal. Local de preservação: *Real Academia de Historia* em Madri.

Fonte: Bruneau, P.; Torelli, M. & Altet, X. B. i. *La Sculpture: Le prestige de l'Antiquité du VIII^e siècle avant J.-C. au V^e siècle après J.-C.* Genève: Editions d'Art Albert Skira S.A., 1991, pp. 234.

ANEXO O

Ad Legem Iuliam Maiestatem

(Repertório de Ofensas 1)

N.	OFENSA	PROCEDÊNCIA DA EVIDÊNCIA
1)	Atuar dolosamente permitindo que prisioneiros de guerra sejam libertados sem o consentimento do *princeps* *is, cuiús opera dolo malo consilium initium erit, quo obsides iniussu principis inercederent*	(D, 48, 4, 1, 1) [Ulp. 7 de off. Proc.]
2)	Reunir-se com homens armados, em Roma, com espírito hostil contra a *Res Publica*, ocupar lugares públicos ou templos e organizar reuniões e assembleias com fins sediciosos *quo armati homines cum telis lapidusve in urbe sint coneniantve adversus rem publicam, locave occupentur vel templa, quove coetus conventusve fiat hominesve ad sedicionem convocentur*	(D, 48, 4, 1, 1) [Ulp. 7 de off. Proc.]
3)	Atuar ou aconselhar dolosamente, provocando o assassinato de um magistrado do *Populus Romanum* ou de qualquer outro que esteja imbuído o *imperium* ou *potestas* *cuiusve opera consilio malo consilium initium erit qui quis magistratus populi romani quieve imperium potestatemve habet occidatur*	(D, 48, 4, 1, 1) [Ulp. 7 de off. Proc.]
4)	Levantar armas contra a *Res publica* *quove quis contra rem publicam arma ferat*	(D, 48, 4, 1, 1) [Ulp. 7 de off. Proc.]
5)	Enviar um núncio, carta ou qualquer outro sinal aos inimigos do *Populus Romanum* ou atuar com dolo assessorando ao inimigo em prejuízo da *Res publica* *quive hostibus Populi romani nuntium litterasve misent signum dedent fecerit dolo malo, quo hostes populo Romani consilio iuventuradversus rem publicam*	(D, 48, 4, 1, 1) [Ulp. 7 de off. Proc.]
6)	Agitar ou levantar os militares e suscitar sedições ou provocar tumulto contra a *Res Publica* *Quive milites sollicitaverit concitaverit quo seditio tumultusve adversus rem publicam fiat*	(D, 48, 4, 1, 1) [Ulp. 7 de off. Proc.]
7)	Negar-se a abandonar uma província quando já foi nomeado outro magistrado para o desempenho do cargo *quive de província, cum ei seccessum esset non discessit*	(D, 48, 4, 2) [Ulp. 8 disput.]
8)	Abandonar o exército [desertar] ou tratando-se de um civil, juntar-se ao bando inimigo *qui exercitum desuerit vel privatus ad hostes perfugit*	(D, 48, 4, 2) [Ulp. 8 disput.]
9)	Realizar conscientemente uma falsificação, seja na redação de um documento, seja na leitura de uma tábula pública *quive sciens falsum conscripsit vel recitavent in tabulis publicis*	(D, 48, 4, 2) [Ulp. 8 disput.]
10)	Render-se ao inimigo ou entregar uma fortaleza ou acampamento *ilie, qui in bellis cessent aut arcem tenuerit aut castra cencesserit*	(D, 48, 4, 3) [Marciano 14 inst.]
11)	Levar em campanha soldados de guerra ou criar um exército sem a autorização do *princeps* *qui iniussu principis bellum gessent dilectumve habuent exercitum comparavent*	(D, 48, 4, 3) [Marciano 14 inst.]
12)	Negar-se a entregar o exército ao sucessor em governo da província *quive, cum ei in província successum esset, exercitum successori non tradidit*	(D, 48, 4, 3) [Marciano 14 inst.]

Fonte: CASTRO-CAMERO, R. de. *El crimen maiestatis a la luz del Senatus Consultum de CN. Pisone Patre*. Sevilla: Universidad de Sevilla / Secretariado de Publicaciones, 2000, pp. 41-44.

ANEXO P

Ad Legem Iuliam Maiestatem

(Repertório de Ofensas 2)

N.	OFENSA	PROCEDÊNCIA DA EVIDÊNCIA
13)	Abandonar uma magistratura com imperium ou ser um desertor do exército romano *Quive imperium exercitumve Populi Romani deseruent*	(D, 48, 4, 3) [Marciano 14 inst.]
14)	Atuar conscientemente e dolosamente quando desempenhando um cargo instituído de *postestas* ou alguma magistratura, ou sendo um cidadão não revestido de *postestas* *quive privatus pro potestate magistratuve quid sciens dolo malo gesserit*	(D, 48, 4, 3) [Marciano 14 inst.]
15)	Permitir que qualquer das condutas anteriores ocorram *quive quid eorum, quae supra scripta sunt, facere curaverit*	(D, 48, 4, 3) [Marciano 14 inst.]
16)	Fazer um juramento doloso e contrário ao espírito da *Res Publica* *cuiusque dolo malo iureiurando qui adactus est quo adversus rem publicam faciat*	(D, 48, 4, 4 pr) [Scaev. 4 reg.]
17)	Provocar a derrota do exército romano em uma emboscada ou traindo de qualquer outra forma *cuiusve dolo malo exercitus Populi Romani in insidias deductus hostibusve proditus erit*	(D, 48, 4, 4 pr) [Scaev. 4 reg.]
18)	Impedir mediante uma conduta ou atitude dolosa que os inimigos do *Populus Romanum* sejam submetidos *factumve dolo malo cuiús dicitur, quo minus hostes in potestatem Populi Romani veniant*	(D, 48, 4, 4 pr) [Scaev. 4 reg.]
19)	Ajudar dolosamente os inimigos do *Populus Romanum* fornecendo-lhes armas, dardos, cavalos, dinheiro, ou ajudar de qualquer outra forma *cuiusve opera dolo malo hostes in postetatem Populi Romani commeatu armis telis equis pecúnia aliave qua re adiutirun*	(D, 48, 4, 4 pr) [Scaev. 4 reg.]
20)	Incitar que os amigos do *Populus Romanum* se converteram em inimigos *utve ex amicis hostes Populi Romani fiant*	(D, 48, 4, 4 pr) [Scaev. 4 reg.]
21)	Atuar dolosamente de modo que o monarca de uma nação estrangeira deixe de ficar em posição de submissão ao *Populus Romnanum* *cuuiusve dolo malo factum erit, quo rex extereae nationis populo Romano minus obtemperet*	(D, 48, 4, 4 pr) [Scaev. 4 reg.]
22)	Atuar dolosamente incitando que os inimigos do *Populus Romanum* possam obter prisioneiros, dinheiro ou cavalos, em prejuízo da *Res publica* *cuisve opera dolo malo factum erit, quo magis obsides pecúnia iumenta hostibus Populi Romani dentur adversus rem publicam*	(D, 48, 4, 4 pr) [Scaev. 4 reg.]
23)	Desejar liberdade a um réu confesso *qui confessum in iudicio reum et propter hoc in vincula coniectum emisent*	(D, 48, 4, 4 pr) [Scaev. 4 reg.]
24)	Destruir imagens ou estátuas consagradas do imperador ou realizar alguma conduta similar *qui statuas aut imagines imperatoris iam consecratas conflaverit altudve quid símile admisennt*	(D, 48, 4, 6) [Ven. Sat. 2 de iud pub.]
25)	Trair uma província ou cidade com uma atuação ou conselho doloso *cuiusve ope consilio dolo malo província vel civitas hostibus prodita est*	(D, 48, 4, 10) [Hemog. 5 iur. Epit.]
26)	Criação de facções com a intenção de assassinar algum dos homens nobres que faziam parte da *entourage* do imperador ou um dos membros do Senado	Código Justiniano (CJ., IX, 8, 5) Código Teodosiano (CTh. IX, 14, 3 pr.) (D, 48, 4, 1, 1) [Ulp. 7 de off. Proc.]

Fonte: CASTRO-CAMERO, R. de. *El crimen maiestatis a la luz del Senatus Consultum de CN. Pisone Patre*. Sevilla: Universidad de Sevilla / Secretariado de Publicaciones, 2000, pp. 41-44.